

intelligere

vol. 3, nº 2 | Set/Dez. 2017

Revista de História Intelectual

ISSN: 2447-9020





DOSSIÊ: sentido e relevância da História no mundo contemporâneo

Apresentação – Jörn Rüsen: um humanista para o século 21

Estevão de Rezende Martins

*Professor titular de Teoria da História e História Contemporânea
Departamento de História/Instituto de Relações Internacionais - Universidade de Brasília
ecrm@terra.com.br*

A teoria e a filosofia da História, desde os anos 1970, tem na atuação profissional e na vasta obra de Jörn Rüsen uma contribuição sistemática de raro valor e de reconhecida importância.

Dentre os muitos autores que se destacam no cenário internacional da historiografia contemporânea, como Reinhart Koselleck, Georg G. Iggers, Hayden White, Frank Ankersmit, François Hartog, François Dosse, Edoardo Tortarolo, Chris Lorenz, Ewa Domanska, Allan Megill, Michael Bentley, e tantos outros mais, pode-se dizer que Jörn Rüsen é aquele que enunciou a mais completa sistematização teórico-metodológica do pensamento histórico em sua versão científica mais promissora. Sua teoria, reformulada e ajustada, está reapresentada no livro de 2013, *Historik* (Colônia: Böhlau), que retoma o termo cunhado por Droysen no século 19. Rüsen dedica-se ao tema da teoria da História desde sua tese de doutorado, justamente sobre Droysen, defendida na Universidade de Colônia em 1966.¹ Dessa obra fundamental a Editora da Universidade Federal do Paraná publicou a tradução para o português, feita por mim e revista por Arthur Assis, em 2015 (*Teoria da História. Uma teoria da história como ciência*. Curitiba: Editora da UFPR, 2015).²

O pensamento de Rüsen, elaborado no curso de sua longa carreira nas universidades de Braunschweig, Berlim, Bochum, Bielefeld e Witten-Herdecke, beneficiou-se também da profícua experiência de diálogo e cooperação interdisciplinar e internacional proporcionada pelos dez anos em que exerceu a presidência do Instituto de Altos Estudos de Humanidades, do Estado da Renânia do Norte-Vestfália, na Alemanha (1997-2007).³

Intelligere reúne no presente dossiê contribuições de pesquisadores versados nas áreas de influência de Rüsen no campo da teoria, da filosofia e da história da historiografia, com suas aplicações e desdobramentos na ampla e complexa área do ensino de História e da educação histórica. Leitores e críticos de Rüsen, no melhor dos sentidos possíveis, espalham-se pelo mundo afora, e seu pensamento ecoa não apenas na Alemanha, mas igualmente na Inglaterra, em Portugal, na Espanha, na África do Sul, no Brasil, no México, na China, na Índia.

A cultura humana é uma cultura histórica por excelência. Essa é uma das teses fundamentais do pensamento de Jörn Rüsen. Para explicar que seja assim, e como é assim,

¹ *Begriffene Geschichte. Genesis und Begründung der Geschichtstheorie Johann Gustav Droysens*. Paderborn: Schöningh 1969

² A primeira versão da teoria de Rüsen foi publicada na famosa trilogia: *Razão Histórica, Reconstrução do Passado e História Viva*, publicada pela Editora da Universidade de Brasília (I: 2001; II e III: 2007). Os originais alemães foram publicados em 1983, 1986 e 1989, respectivamente.

³ Pormenores da vida e da obra do autor em sua página na rede: <http://www.joern-ruesen.de/>

Rüsen elaborou – ao longo de décadas – uma teoria consistente da História como ciência, na qual a concepção de ‘matriz’ tem um papel central. Seu sentido e eventualmente sua ausência de sentido ou seu contrassenso são temas recorrentes da reflexão do autor. O horizonte de referência que emoldura o esforço sistematizador da teoria da História de Rüsen é em ampla medida filosófico, e tem como fundamento uma concepção avançada do humanismo, cuja espinha dorsal são os direitos humanos. O ser humano – agente e paciente – como sujeito histórico, a partir do qual, em torno ao qual e em função do qual se organiza e desenvolve o pensamento histórico – espontâneo e científico – é a peça mestra da arquitetura do pensamento rüseniano. Após a publicação da *Historik* em 2013, que inclui um capítulo específico com o programa de sua filosofia da História, Rüsen anunciou, na homenagem que lhe prestou a Universidade de Colônia em 2016, preparar uma monografia dedicada a sua filosofia. Rüsen a considera como a pedra de toque do seu sistema. No presente dossiê, o texto de Oliver Kozlarek (México) aponta elementos substantivos do humanismo filosófico, como entendido por Rüsen.

A preocupação principal de Rüsen, no final dos anos 1970 e ao longo da década de 1980, foi contribuir argumentadamente para a sustentabilidade científica da História. Não esteve sozinho nesse mister, pois um grande projeto de teoria da História foi desenvolvido com o apoio financeiro da Fundação Werner Reimers⁴ (1973-1989) e levou à publicação de seis volumes que marcaram época, entre 1977 e 1990, com contribuições notáveis de autores como R. Koselleck, Christian Meier, Wolfgang J. Mommsen, Thomas Nipperdey, Lutz Niethammer, Winfried Schulze, Karl Acham, Karl-Georg Faber, Georg G. Iggers, Jürgen Kocka.

A primeira finalidade da elaboração teórica foi, pois, a fundamentação da História como ciência, cuja matriz é, assim, disciplinar.⁵ Ou seja: a matriz sistematiza as características que Rüsen entende serem distintivas de três elementos essenciais da História como disciplina científica. O primeiro elemento é a origem sociocultural de todo e qualquer tema que se torne objeto do interesse e da investigação histórica. O segundo elemento é a metodização da pesquisa e sua controlabilidade profissional (com três componentes: as categorias de enquadramento teórico, as regras do método e as formas de apresentar o resultado). O terceiro elemento refere-se à reinserção sociocultural do tema, uma vez sintetizado na narrativa historiográfica. No todo, o esquema matricial comporta então cinco componentes, distribuídos em dois hemisférios – o da vida prática de todos os dias, e o da prática da disciplina científica.

O fundamento da reflexão da matriz disciplinar, como indica o adjetivo, é a reflexão sobre as condições de possibilidade da constituição da História como ciência, na fase de sua consolidação como disciplina acadêmica, de meados do século 19 até nossos dias.⁶

A segunda acepção da matriz é qualificada por Rüsen como matriz do pensamento histórico. Trata-se de uma extensão da amplitude da concepção de matriz, que vai assim além da produção historiográfica em sentido estrito e se aplica a toda e qualquer forma de reflexão historicizante referente à experiência do tempo. Nessa acepção, a matriz disciplinar seria uma forma derivada do pensamento histórico por efeito da metodização científica. As duas etapas do pensamento histórico constituem uma dimensão universal, entendida por Rüsen como uma constante antropológica. Ou seja: válida para qualquer agente racional humano.

Com a categoria ‘constituição histórica de sentido’ define-se a terceira forma da matriz, que Rüsen associa à tipologia da historiografia. Para o autor, a constituição histórica de sentido é uma função originária do pensamento histórico, cuja especialização desemboca, pelo

⁴ Werner Reimers (1888-1965), industrial alemão, criou a fundação que leva seu nome em 1963, com o objetivo de fomentar as ciências humanas, e a dotou com a totalidade de seu legado financeiro: <http://www.reimers-stiftung.de>

⁵ Ver Estêvão de Rezende Martins. As matrizes do pensamento histórico em Jörn Rüsen. Em M. A. Schmidt/E. de R. Martins (orgs). *Jörn Rüsen. Contribuições para uma Teoria da Didática da História*. Curitiba: W. A. Editores, 2016, p. 100-110.

⁶ Ver Estêvão de Rezende Martins (org.). *A História pensada. Teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto 2010.

caminho da investigação metódica, na narrativa historiográfica. Uma das características marcantes dessa terceira forma, que se consolidou ao longo da reflexão do autor, é a interdependência dos diversos tipos de sentido (tradicional, genético, exemplar, crítico), com a prevalência do sentido tradicional e sob influxo transversal do sentido crítico. A terceira versão da matriz compõe, pois, as três perspectivas de abordagem adotadas por Rüsen: o pensamento histórico, a constituição de sentido histórico e a produção técnica da narrativa historiográfica.

A matriz disciplinar foi originalmente inspirada pela discussão de Thomas S. Kuhn acerca da cristalização de paradigmas (teóricos e metódicos) nas ciências naturais, e eventualmente quanto a sua dogmatização. Rüsen repensou a ideia de Kuhn desde a perspectiva da História como experiência humana e como ciência. pensamento histórico do historicismo à história como ciência social.⁷

Para o pensamento histórico em geral, como para o pensamento historiográfico em particular, Rüsen considera que o ponto analítico inicial da matriz se situa numa angústia existencial elementar, por ele chamada de carência de orientação. Vista como uma constante antropológica – que ecoa o binômio categorial consagrado por Koselleck: espaço de experiência e horizonte de expectativa – a carência de orientação motiva o indivíduo, suscita interesse, impulsiona a pergunta histórica.⁸ Pode-se dizer que o modo de perguntar e o modo de responder, do pensamento histórico em geral e do pensamento histórico em sua forma especializada na historiografia, diferem apenas em grau. Neste, o controle metódico e o rigor analítico prevalecem. Naquele, vibra a espontaneidade das inquietações e das ansiedades, tão marcantes no pensamento de Paul Ricoeur.⁹

A finalidade do pensamento histórico é responder à pergunta histórica de modo consistente e controlável. Isso se aplica, obviamente, também ao discurso ‘técnico’ da historiografia. Assim, a linguagem (em todos os seus formatos, discursivos ou não) é meio para o fim. A narrativa instituidora de sentido não cria ou inventa o sentido.

A vantagem teórica da matriz proposta por Rüsen é sua adaptabilidade funcional à diversidade temática da pesquisa histórica. Para o efeito multiplicador suposto pela concepção abrangente da matriz do pensamento histórico de Rüsen, a estratégia da educação histórica no espaço público é fundamental. Com efeito, a afirmação do fato antropológico da orientação no tempo e no espaço requer que todo agente racional humano historicize sua existência e sua referência no mundo. Nesse processo – um moto perpétuo, pode-se dizer – a educação funciona tanto ‘informalmente’, como construção de sentido e de consciência histórica, quanto ‘formalmente’, como mediação cognitiva e instrumental no sistema escolar.

As contribuições deste dossiê dão também alguns indicadores da interlocução de Rüsen com os campos epistemológico (Luiz Sérgio Duarte, Arthur Assis, André Gustavo Araújo, Martin Wiklund) e educacional (Barca, Schmidt) no Brasil e em Portugal.

⁷ Ver Friedrich Jaeger/Jörn Rüsen. *Geschichte des Historismus*. Munique: C. H. Beck, 1992. Estevão de Rezende Martins. Historicismo: o útil e o desagradável, em Flávia F. Varella; Helena M.Mollo; Sérgio R. da Mata; Valdeir L. de Araújo. (orgs.). *A dinâmica do Historicismo. Revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Fino Traço (Argumentum), 2008, p. 15-48.

⁸ *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006, cap. 14. (Ed. orig. alemã: 1965).

⁹ Ver Paul Ricoeur. *Vraie et fausse angouisse*, em Raymond de Saussure, Paul Ricoeur, Mircea Eliade, Robert Schuman, Guido Calogero, François Mauriac: *L'angoisse du temps présent et les devoirs de l'esprit*. Genebra: Rencontres Internationales de Genève, vol. VIII (1953), p. 33-53 (Neuchâtel: Éditions de la Beconnière). Em 1998, Ricoeur, 45 anos depois do encontro em Genebra, participou de um intenso debate sobre a questão da ansiedade/angústia na decifração do enigma do passado, no Instituto de Altos Estudos em Humanidades, a convite de Rüsen, seu presidente. Ver Paul Ricoeur. *Das Rätsel der Vergangenheit. Erinnern – Vergessen – Verzeihen*. Göttingen: Wallstein, 1998.



DOSSIÊ: sentido e relevância da História no mundo contemporâneo

**Senso e contrassenso na História:
reflexão sobre o perfil de uma filosofia da História**

Jörn Rüsen

tradução de Estevão de Rezende Martins

Como citar este artigo: Rüsen, Jörn. “Senso e contrassenso na História: reflexão sobre o perfil de uma filosofia da História”. Traduzido por Estevão de Rezende Martins. *Intelligere, Revista de História Intelectual*, vol. 3, nº2, p. 1-12. 2017. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: A História é pensada de múltiplas formas e nos mais diversos aspectos da cultura. É uma interpretação necessária a apreensão humana do mundo. Seus princípios devem ser conhecidos e aplicados. Em questão de princípios, é a filosofia que comanda. A filosofia da História não está claramente estabelecida como um campo próprio e de forma clara. Pode-se distinguir três formatos diferentes de pensar em que se exprime a filosofia da História: um material, um formal e um funcional. Já é hora de articular essas três diferentes concepções em uma linha argumentativa única. Aborda-se aqui o estatuto cognitivo da filosofia da História em torno de seu sentido.

Palavras-chave: filosofia da História; sentido; contrassenso; historiografia; teoria da História.

*Sense and contrassense in History:
reflection on the profile of a philosophy of history*

Abstract: History is thought of in multiple forms and in the most diverse aspects of the culture. It is a necessary interpretation of the human apprehension of the world. Its principles must be known and applied. In principle, it is the philosophy that rules. The philosophy of history is not clearly established as a field of its own. One can distinguish three different ways of thinking in which the philosophy of history is expressed: a material, a formal and a functional. It is time to articulate these three different conceptions in a single argumentative line. The cognitive statute of the philosophy of History is approached here around its meaning.

Keywords: Philosophy of History; sense; senselessness; historiography; Theory of history.

I. Desafios

Pensar a História se dá sob múltiplas formas e nos mais diversos aspectos da cultura. Trata-se de uma ação interpretativa necessária e natural para a apreensão humana do mundo e requer sempre de novo que se assegure seus princípios operacionais. Ora, em questão de princípios, é a filosofia que comanda. Não obstante, a filosofia da História não está claramente estabelecida como um campo próprio e uma forma clara de pensar da filosofia. Ela é praticada de modo muito diverso e possui um estatuto epistemológico precário.¹ Sua legitimidade chega mesmo a ser posta em questão.²

Com relação ao modo de pensar em que se exprime a filosofia da História, pode-se distinguir três formatos bem diferentes: um material, um formal e um funcional. As formas material e formal de pensamento, até o presente, têm-se excluído mutuamente e reivindicado, cada uma para si, ser o único modo possível de lidar com o especificamente histórico ao abordar, interpretar e expor o passado humano. A forma funcional de pensar surge, em suas origens modernas, como um apêndice da filosofia material da História. Somente mais tarde se faz ela presente, no palco da ciência, como discurso da lembrança e da memória com força particularmente eficaz. Esse discurso contrapôs-se por princípio, desde o início, ao pensamento histórico. Já é hora de articular essas três diferentes concepções em uma linha argumentativa única.

Um outro desafio ao pensamento histórico é posto pelas experiências traumáticas do passado, que colocam radicalmente em dúvida a possibilidade de lidar cognitivamente com a História. Seja lá como se dê essa lida, desemboca ela em enunciados, com sentido, sobre o que ocorreu. O que fazer, no entanto, quando o acontecido não faz sentido, pior ainda: quando todas as tentativas de fazer sentido são vãs e o pensamento histórico aniquilado? Uma filosofia da História que não releve esse desafio degrada-se em camuflagem e não se qualifica como apreensão da experiência do passado humano.

Ainda antes do drama das experiências históricas traumáticas, no entanto, o empreendimento da filosofia da História pode ser criticado como enganoso. A filosofia (moderna) da História é produto de uma tradição cultural específica do Ocidente. Ela se desenvolveu como uma forma de conceber a compreensão da História que (de início) só foi debatida no âmbito do pensamento histórico ocidental. Essa origem ocidental é referida, hoje em dia, como argumento contra sua validade universal. Abstraído-se do fato de que o coletivo-singular ‘História’ sempre esteve exposto, no Ocidente, a dúvida fundamental³, não se pode supor, sem mais nem menos, que esse conceito seja inadequado a lidar com o passado de países de cultura não-ocidental.⁴ Com efeito, a expansão institucional da ciência da História na educação superior em países não-ocidentais o pensamento histórico ocidental foi importado – e, com ele (no mais das vezes implicitamente), a filosofia da História que lhe está entranhada, cuja pretensão de universalidade, contudo, tornou-se objeto de crítica crescente. O alcance intercultural e a capacidade de mediação da filosofia da História carecem de um controle crítico acurado.

¹ Cf. J. Große, “Geschichtsphilosophie heute. 1. Teil”, *Philosophische Rundschau* 55 (2008), 123–155; Cf. J. Große, “Geschichtsphilosophie heute. 2. Teil”, *Philosophische Rundschau* 55 (2008) 209–236.

² A esse propósito, ver P. Cossmann, “Der Ausgang der Vernunft aus der Geschichte – Wider den Versuch einer Rehabilitierung der Geschichtsphilosophie”, *Geschichte denken. Philosophie. Theorie. Methode, Tel Aviver Jahrbuch für deutsche Geschichte* 29 (2000), 19–53.

³ Já está assim no próprio Koselleck, que expôs com clareza a gênese desse conceito: R. Koselleck, “Historia magistra vitae. Über die Auflösung des Topos im Horizont neuzeitlich bewegter Geschichte”. In: R. Koselleck, *Vergangene Zukunft. Zur Semantik geschichtlicher Zeiten*, Frankfurt am Main 1979, 38–66.

⁴ Vinay Lal contesta isso radicalmente: Cf. V. Lal, “Much Ado about Something. The New Malaise of World History”, *Radical History Review Issue* 91 (2005), 124–130; Ver também V. Lal, “The concentration camp and development. The pasts and future of genocide”, *Patterns of Prejudice* 39,2 (2005), 220–243; V. Lal, “World History and Politics”, *Economic and Political Weekly* 46, vol. XLVI, November 12 (2011).

Nas reflexões que seguem gostaria de abordar o estatuto cognitivo da filosofia da História de acordo com uma questão central: a relativa ao sentido da História. Não se trata, para mim, de oferecer uma retrospectiva da posição da filosofia da História no tempo, mas sim de examinar com vagar alguns elementos fundamentais do pensamento filosófico sobre a História. A partir desses elementos busca-se evidenciar a especificidade desse pensamento na situação atual das ciências da cultura. O objetivo de minha reflexão é articular sistematicamente as formas de pensar da filosofia da História, produzidas até agora e de modo contraposto entre si. O modo dominante de pensar, até o momento, admitia apenas ou uma ou outra, restringindo assim o entendimento do que seja a História. Essa tentativa de sistematização somente pode dar certo se for respondida, de modo contemporaneamente relevante, a questão fundamental e abrangente do sentido da História, que precede toda e qualquer diferenciação. Relevante contemporaneamente significa: com plena consciência da experiência traumática da ausência de sentido, que desafia radicalmente o pensamento histórico. Espero que essas considerações abram à filosofia da História um espaço de reflexão, no qual a prática diversificada de conhecer o passado ganhe uma nova densidade.

II. Do que se trata?

Qual é o ponto de partida de uma filosofia contemporânea da História? Ela deve evitar meramente conectar-se com os resultados do pensamento histórico das ciências sociais ou da cultura, ou ainda com outros modos de pensar, mas sim investigar seus pressupostos determinantes. Pois somente assim ela evitaria os problemas aventados acima e teimar em um tradicionalismo. Ela tampouco pode retomar e reelaborar, sem mais, as concepções universais desenvolvidas na tradição da filosofia material da História e pretender, com isso, validade intercultural. Também seria insuficiente analisar as formas e as arquiteturas explicativas das narrativas historiográficas, na tradição da filosofia formal da História. Em todos esses casos os desafios mencionados acima não seriam relevados nem resolvidos. Ao invés, interessa sim colocar em evidência a diversidade e a heterogeneidade do pensamento histórico contemporâneo e identificar seus elementos basilares comuns e a abrangência de suas perspectivas. As manifestações do pensamento histórico consideradas como problemáticas precisariam ser superadas. Deve-se investigar aquilo que lhes é característico e que permite chamá-las de “históricas”. Pois os desafios críticos insistem sempre que esse “histórico” existe, mesmo com a dificuldade de o explicitar nos modos correntes de hoje. É recomendável, por conseguinte, fundamentar antropologicamente a filosofia da História. Deve-se tomar e analisar os fenômenos da vida humana, cuja naturalidade e cujo caráter fundamental permitem pensar que eles constituem o fundamento comum dos diferentes modos de pensar historicamente.

Estas reflexões se ocupam dos fenômenos elementares da experiência humana do tempo e da atividade cultural de interpretar o tempo e de viabilizar a vida, que lhes é própria. Não se vê como contestar que toda vida humana se dá em um quadro temporal, no qual o tempo passado é articulado pela lembrança, o futuro pela expectativa e o presente pela vivência. Nesse quadro temporal estão articuladas igualmente duas outras dimensões do tempo indissociáveis: o tempo externo do tornar-se e do decair, que atinge qualquer ser humano; e o tempo interno (para manter o jogo de palavras) de existir como subjetividade humana. O tempo externo se dá nas circunstâncias e condições nas quais e sob as quais as pessoas têm de viver. Nelas operam injunções à condução da vida humana sobre as quais a pessoa não pode decidir, como por exemplo início e fim, ou seja: o tempo limitado de sua vida. O tempo interno aparece na atuação do espírito humano, com a qual a pessoa lida, interpretativamente, com suas circunstâncias e condições, transformando o tempo externo (da natureza) em tempo interno (da cultura). Pode-se aqui ir além dos limites da própria vida, fixando ou superando a evolução vivenciada sob as circunstâncias da vida em uma representação de duração ordenada. Em outras palavras: o espírito humano faz, do tempo, sentido. Ele transforma o tempo

externo em tempo interno e torna assim possível às pessoas viver sua vida segundo suas próprias perspectivas (ou seja: culturalmente).

Como ocorre, então, nesse processo de transformação, o estabelecimento da “História” como um espaço próprio de experiência interpretada do tempo? Para tanto, uma relação explícita com o passado é necessária. Isso se dá sempre que se faz a experiência da evolução temporal no presente, cujo manejo intelectual depende de recurso à experiência do tempo já interpretada. O “já” indica a relação com o passado. O passado, no entanto, não pode ser experimentado enquanto tal. Tal acontece sempre que o passado se encontra referido na interpretação temporal do presente (na respectiva cultura histórica) - como, por exemplo, em um monumento ou, para referir um exemplo de uma cultura totalmente diferente, no crânio de um antepassado, colocado sobre a entrada de uma tenda, em ordenamento genealógico. Em ambos casos o passado ganha significado para o presente, como tempo próprio e tempo outro. Dependem então das circunstâncias culturais a representação figurativa que esse tempo outro assume, e sua relação com o tempo próprio.

“A” História (e a filosofia da História com ela conexa) é uma forma específica do pensamento histórico moderno. A filosofia da História tributária desse pensamento histórico moderno deveria tematizá-lo como uma manifestação do passado tornado presente, como houve e há outras. Seu ponto de partida seria então uma antropologia da consciência humana do tempo, da qual pode derivar uma consciência histórica específica. Essa antropologia pode ser aprofundada e precisada enquanto uma fenomenologia da consciência do tempo e da orientação temporal da vida.

III. Fragmentação ou unidade – o dimensionamento da filosofia da História

A filosofia da História aparece de três formas bem diferentes: (1) material, (2) formal e (3) funcional.

(1) A filosofia material da História tematiza o contexto temporal interno aos acontecimentos do passado na forma de um modelo interpretativo abrangente. O exemplo paradigmático dessa forma é a ideia de uma humanidade temporalizada, que se manifesta na diversidade, diferença e evolução das formas humanas de viver. Historicamente, ela aparece como narrativa-mestra da cultura humana em fins do século 18 e no início do século 19. Tais narrativas-mestras cuidavam de ordenar os saberes sobre o passado humano, que se acumulam continuamente, em uma representação temporal abrangente que formasse um contexto apropriado, no qual o significado do passado para o presente fosse reconhecível. Era determinante para a representação desse contexto a experiência de uma evolução acelerada das condições da vida humana, ao longo do surgimento, implantação e desenvolvimento de seu modo especificamente moderno. O presente deu conta de si em um contexto temporal em que o passado e o futuro se encontravam em uma relação assimétrica. A temporalidade cronológica dos acontecimentos não mais bastava para fundar sua interpretação do presente e suas expectativas de futuro.

O pensamento histórico modificou sua lógica, passando de uma constituição exemplar a uma constituição genética de sentido. Os acontecimentos deixaram de possuir significado visível, tal como uma diretriz moral válida supratemporalmente. Seu significado necessitava ser extraído, como um construto temporalizado da orientação cultural. Essa temporalização requeria um modelo interpretativo próprio, visto como especificamente histórico, que se aplicasse ao campo inteiro da experiência histórica e configurasse a pletora de ocorrências em reflexo da existência humana, temporalmente dinâmica. O paradigma desse tipo de filosofia da História é a vasta obra de Johann Gottfried Herder.

Em sua forma atual, a filosofia material da História aparece de diversas maneiras. Como teoria das condições de possibilidade das mudanças temporais,⁵ como representação de uma mudança direcionada, própria às estruturas mesmas do modo humano de vida e se realizando nele e por ele (desenvolvimento)⁶, como teoria da evolução social, cultural e cognitiva⁷ e como concepção da evolução universal da humanidade. A linha evolutiva elaborada por tal filosofia pode ser entendida como critério de sentido de uma determinação normativa do agir.

(2) A filosofia *formal* da História se afasta desse modelo interpretativo da representação da experiência histórica e o coloca como objeto de análise dos princípios do pensar e do representar historicamente. Desvela-se assim a lógica do pensamento histórico, presente – com efeito – na relação da filosofia material da História com seu objeto, sem ficar, todavia, patente. Elaborar as explicações dessa lógica serviu à autoafirmação epistemológica do pensamento histórico e do campo científico da História, assim como às disciplinas acadêmicas que o compõem. Essas disciplinas tencionam tornar cognoscíveis as mudanças temporais do mundo humano, colocando em evidência seus potenciais de sentido. Tal perspectiva serviu durante longo tempo a distinguir das ciências naturais as disciplinas vinculadas à cultura humana e a fundamentar seu procedimento metódico próprio.⁸ Mais recentemente, a forma narrativa própria do pensamento histórico chamou a atenção da filosofia.⁹ A filosofia formal da História tornou-se teoria da narrativa histórica, fornecendo assim ao pensamento histórico um fundamento adequado a sua vinculação característica com o tempo.¹⁰ Com o foco nos processos narrativos, sai de cena a relação com o objeto ou com a experiência.

(3) A variante especificamente *funcional* da filosofia da História está ainda pouco desenvolvida.¹¹ Ela cuida da presença viva do passado nas orientações culturais de cada presente, ainda antes de o passado torna-se presente enquanto passado distante. Historicamente, ela surge, em sua forma moderna, como teoria da formação em Herder, Humboldt e Droysen.¹² Mais recentemente, assumiu perfil próprio como teoria da rememoração histórica ou da memória cultural, sem se apresentar como filosofia da História (antes pelo contrário). Como exemplos pode-se citar os trabalhos sobre a sociologia da memória, de Maurice Halbwachs¹³ e sobre os lugares de memória, de Pierre Nora¹⁴, ou o discurso da rememoração, como abordado pela obra fundamental de Jan Assmann sobre a memória cultural.¹⁵

A distinção entre filosofia material e formal da História levou a evidenciar fatores essenciais do pensamento histórico. Em ambos casos tratou-se do tempo como determinação fundamental da vida humana. De um lado, como o contexto temporal dos acontecimentos do passado; de outro, como a temporalidade das práticas mentais aplicadas a esses acontecimentos, por causa de seu significado para a constituição histórica de sentido. No entanto, ambas

⁵ Ver R. Koselleck, “Historik und Hermeneutik”, in: R. Koselleck e H. G. Gadamer, *Hermeneutik und Historik* (Sitzungsberichte der Heidelberger Akademie der Wissenschaften, Phil.- hist. Klasse, 1987, Bericht 1), Heidelberg 1987, 9–28; também in: R. Koselleck, *Zeitschichten. Studien zur Historik*, Frankfurt am Main 2000, 97–118.

⁶ Ver J. Rüsen, “Idee einer neuen Philosophie der Geschichte”. In: G. Jüttemann (org.), *Entwicklungen der Menschheit. Humanwissenschaften in der Perspektive der Integration*, Lenge rich 2014, 41–48; ver também J. Rüsen, *Historik. Eine Theorie der Geschichtswissenschaft*, Colônia 2013, 114–128 (ed. brasil. Curitiba 2015).

⁷ Ver G. Dux, *Historisch-genetische Theorie der Kultur. Instabile Welten. Zur prozessualen Logik im kulturellen Wandel*, Weilerswist 2000.

⁸ Ver H. Rickert, *Die Grenzen der naturwissenschaftlichen Begriffsbildung. Eine logische Einleitung in die historischen Wissenschaften*, Heidelberg 1896.

⁹ Ver A. C. Danto, *Analytische Philosophie der Geschichte*, Frankfurt am Main 1974.

¹⁰ Ver H. White, *Metahistory. Die historische Einbildungskraft im 19. Jahrhundert in Europa*, Frankfurt am Main 1992.

¹¹ Uma notável exceção é J. Rohbeck, “Zukunft der Geschichte. Geschichtsphilosophie und Zukunftsethik”, *Deutsche Zeitschrift für Philosophie* (2013); ver também minha resenha em *History and Theory* 54 (2015).

¹² Nesta tradição se situam V. Steenblock, *Theorie der kulturellen Bildung. Zur Philosophie und Didaktik der Geisteswissenschaften*, München 1999; e E. Wiersing, *Theorie der Bildung. Eine humanwissenschaftliche Grundlegung*, Paderborn 2015.

¹³ M. Halbwachs, *Das Gedächtnis und seine sozialen Bedingungen*, Frankfurt am Main 1985; M. Halbwachs, *Das kollektive Gedächtnis*, Frankfurt am Main 1985.

¹⁴ P. Nora, *Zwischen Geschichte und Gedächtnis*, Berlin 1990.

¹⁵ J. Assmann, *Das kulturelle Gedächtnis. Schrift, Erinnerung und politische Identität in frühen Hochkulturen*, München 1992.

abordagens se fazem em paralelo uma à outra, quando não uma contra a outra. Isso vale não apenas para a história da filosofia da História, mas igualmente para sua sistematização. Uma cuida de determinar o especificamente histórico nas coisas do passado; a outra, do discurso, da concepção dessas coisas.

É surpreendente que ainda não se haja tentado articular sistematicamente ambas concepções. Mas onde encontrar a articulação mediadora? Que matéria e forma pertençam uma à outra, que não possam ser pensadas uma sem a outra, é um truísmo. Que a distinção seja artificial, ou seja: que a elas subjaza uma unidade prévia, tampouco parece objeto de dúvida. Como então demonstrar essa unidade prévia?¹⁶ A resposta a essa pergunta é: a unidade prévia, ou seja, a História “toda”, ou melhor, sua totalidade originária vem a ser tematizada quando a “História” funciona como fator da orientação cultural da vida humana prática, quando a “História” está viva no cotidiano das pessoas. Assim, a terceira dimensão da filosofia da História entra em cena: a funcional. Nesta dimensão matéria e forma não se distinguem. O passado está aqui sempre presente, ainda antes de ser pensado como realidade própria relevante, ou seja, ainda antes de se representado e tornado presente. O modelo de pensamento para tal relevância, útil à vida, é a rememoração. Em forma elaborada, ou seja, como especificamente histórica, ela surge como memória cultural. A dimensão funcional da filosofia da História deve então ser concebida e desenvolvida como teoria da cultura histórica. Na prática, mesmo que apenas em esboço, isso já vem ocorrendo: por exemplo, na ideia de formação de Humboldt e Herder ou na concepção de uma historiografia didática, para Droysen. Mais recentemente, essa dimensão esteve em alta no discurso de rememoração das ciências da cultura, não enquanto uma forma de filosofia da História, mas como seu substituto ou como compensação pela perda de confiança no sentido do pensamento histórico na ciência da História. Como esse pensamento vive da autonomia do acontecimento passado com respeito ao presente, não se assenhoreia do caráter de presente, que o passado um dia foi, nem do fato de que o passado vive na rememoração, perdendo assim de vista a vivacidade que o passado nela possui. Ao se afastar da autonomia do passado – vale dizer, de sua dignidade enquanto passado – o discurso da rememoração aparta de si a filosofia da História e se torna unilateral. Entretanto, se o tomarmos e desenvolvermos como a terceira (e originária) dimensão da filosofia da História, ganharia ele em riqueza, profundidade experiencial e capacidade crítica. Ademais, ele recolocaria em jogo o futuro, como dimensão temporal essencial do manejo interpretativo do passado.¹⁷ O giro mais recente da filosofia da História como uma ética do comportamento futuro mostra que é possível apreender sistematicamente o papel funcional do pensamento histórico, e como fazê-lo.¹⁸

IV. Sentido histórico – prévio e posterior

Em qualquer das três dimensões da filosofia da História cuida-se do sentido histórico. Na primeira, trata-se do ‘sentido da História’, i. é, de uma qualidade do acontecimento temporal do passado, que o torna significativo para a orientação cultural no presente e que o faz estar incluído na significância da vida prática atual. Na segunda dimensão, trata-se da atividade de atribuição de sentido pela consciência histórica, pela qual o acontecimento passado, mediante sua transformação pela narrativa, em história ganha significância para o presente e para o futuro. Na terceira, enfim, trata-se de identificar o sentido histórico nos processos e práticas da orientação cultural no presente. Aqui, no nível da utilidade para a vida, o sentido histórico atua de dupla forma, entre o sentido prévio existente nas experiências históricas, em sua rememoração e memória, e a construção de sentido nas interpretações e nas práticas culturais do manejo do passado.

¹⁶ Hayden White eludiu esta questão, ao ~~procurar a forma~~ como conteúdo de si mesma. H. White, *The Content of the Form. Narrative Discourse and Historical Representation*, Baltimore (The Johns Hopkins University Press) 1987. Essa formulação não aparece na versão alemã: H. White, *Die Bedeutung der Form. Erzählstrukturen in der Geschichtsschreibung*, Frankfurt am Main 1990.

¹⁷ Cf. J. Rüsen, *Historik* (nota 6), 223–234.

¹⁸ Cf. J. Rohbeck, *Zukunft der Geschichte* (nota 11), 88ss. Ver também Rüsen, *Historik* (nota 6), 90ss.

Fica posta em questão, assim, a unidade ou pelo menos a coerência interna do sentido histórico. Para se colocar essa questão, é recomendável considerar os processos em que o sentido histórico se constitui de modo diferenciado. Paul Ricoeur propôs distinguir esses processos, analiticamente, em três níveis: (1) no nível da constituição consciente e refletida de sentido; (2) no nível da constituição funcional de sentido e (3) no nível da constituição pragmática de sentido, na qual se dá a mediação entre os outros níveis.¹⁹

(1) A constituição consciente e *refletida* de sentido dá-se sempre que o passado é abordado intencionalmente como tal, inserido em modelos interpretativos e representado como história. Seus exemplos mais marcantes são a ciência da História e o museu histórico.

(2) No nível da constituição *funcional* de sentido, o passado está sempre presente e inserido nas instituições e nas práticas da orientação cultural. É o que ocorre na tradição atuante na vida cotidiana, em especial na linguagem.

(3) Esses dois níveis são mediados na *pragmática* da cultura histórica, na qual busca-se influenciar, intencionalmente, as tradições atuantes na vida cotidiana ou interpretações correntes do passado, para as reforçar, rejeitar ou modificar. Tal vale, por exemplo, para as diretrizes curriculares do ensino de História.

Nos três níveis são aplicados critérios históricos de sentido. No primeiro, os critérios são concebidos com base na respectiva forma de constituir sentido: assim, na ciência, de forma metódico-racional e, nos museus, de forma estética. No segundo, tais critérios são adaptados à aplicação prática e, no terceiro, incorporam-se à rememoração, no presente, pela cultura histórica. Os três níveis estão intrinsecamente articulados. A constituição refletida de sentido ocorre sempre sob as circunstâncias e condições nas quais o sentido prévio do segundo nível aparece enquanto a “construtividade dos construtores”. No nível três, os demais são mediados nas práticas culturais históricas.

A filosofia da História tematiza a articulação intrínseca dos diferentes princípios da constituição histórica de sentido. Para tanto são especialmente importantes suas perspectivas. Por um lado, trata-se da perspectiva de que um construtivismo puro do pensamento histórico reforça de modo demasiado unilateral o primeiro nível, e negligencia o segundo. Dessarte requer-se da filosofia da História a competência gnosiológica para esclarecer a relação dialética entre construção e contrutividade da História, enquanto construto de sentido, pouco tratada até agora. Uma segunda perspectiva leva em conta a prática da constituição histórica de sentido como atividade da consciência histórica. Ela deve ser considerada como acontecimento presente, no contexto da cultura histórica atual, e de como está condicionada pela influência que exerce sobre as demais atividades da vida humana.

A significância do pensamento histórico aparece então como componente do acontecimento, que precede toda reflexão, toda distinção entre dimensões temporais, dando-se em uma presença pura (quase absoluta). O pensamento histórico não pode ser efetivado, enquanto tal presença, pois o pensar e qualquer tipo de constituição histórica de sentido transforma o acontecimento, de imediato, em uma grandeza de referência da consciência histórica e, com isso, o bloqueia. O sentido atual concreto, na vivência cotidiana da cultura nas práticas de orientação existencial, precede e fundamenta o pensamento histórico e, a fortiori, a filosofia da História, como sua condição de possibilidade. Isso pode ser constatado reflexivamente. No entanto, esse fato, enquanto tal, escapa ao mesmo tempo à análise reflexiva. Pode assim ser chamado de ‘fato imprepensável’. A fonte do sentido histórico, o ponto pois onde ele se efetiva (onde a fonte brota), escapa, em sua concretização corriqueira, à filosofia da História, que usualmente busca saber o que

¹⁹ P. Ricoeur, *Zeit und Erzählung*, vol. 1, München 1988.

é sentido histórico e como ele pode ser entendido como significante para a experiência do tempo. Essa ‘imprensabilidade’ do sentido absolutamente existente no presente não significa, contudo, que a filosofia da História não tenha o que dizer sobre o que seja sentido histórico. Falta-lhe apenas a segurança gnosiológica. Ela não pode nem deve perdê-lo nos processos da consciência histórica e nos processos metódico-cognitivos do pensamento histórico. É justamente o alto grau de sofisticação da questão do sentido que torna comedida a filosofia da História.

V. Senso e contrassenso

Para a filosofia da História, a questão fundamental do sentido se põe, quando se trata de lidar com um déficit de sentido na experiência histórica. Os historiadores mais perspicazes deram-se conta que a falta de sentido espreita, nos abismos da experiência histórica.

Vejamos alguns exemplos:

Sima Qiang (135-93 a.C.), um dos pais fundadores da historiografia chinesa, queixa-se que as doutrinas éticas formuladas a partir dos acontecimentos do passado, no âmbito do que considerava ser uma constituição exemplar de sentido, não combinavam com a experiência – que ações boas e más nem sempre levam a resultados moralmente desejáveis, mas que do bem poderia resultar o mal e, do mal, o bem.²⁰ Essa queixa ecoa na grande quantidade de interpretações dos acontecimentos do passado, encontrada em sua obra (*Shi Ji*, ca. 100 a.C.).

Herder teria dificuldades em evitar a impressão de que “todos os dados do mundo sejam meras nuvens ou que se tornem apavorantes monstruosidades. É medonho o olhar que só vê nas revoluções ruínas sobre ruínas, eternos recomeços sem fim. Reviravoltas do destino sem intenção duradoura!” Foi-lhe necessário apresentar uma “filosofia da História” para permitir ver o “espírito humano imortal e perene”²¹

Tem-se em *Hegel* algo semelhante: é bem conhecido ter ele definido a história como uma “chacina”, na qual “a felicidade dos povos, a sabedoria dos estados e a virtude dos indivíduos foram sacrificadas”.²² Também aqui a “chacina” entra, como uma “astúcia da razão”, em um fluxo de acontecimentos pleno de sentido para fomentar o progresso da consciência.

Lembremos ainda de Leopold von Ranke, cuja introdução ao curso sobre a história moderna desde a paz de Vestália, em 27 de abril de 1847, diz: “A massa dos fatos é ingente, a impressão lamentável. Vê-se sempre somente como o mais forte domina o mais fraco, até um ainda mais forte o domine e aniquile; até que se atinja os poderes de nosso tempo, aos quais o mesmo ocorrerá. ... Nada resta além do sentimento da nulidade de todas as coisas, e uma aversão a qualquer heresia com que os homens se tenham enodado. Não se vê para que ocorreram todas essas coisas, existiram e viveram todos esses homens: mesmo sua articulação interna é ocultada”.²³ Aqui também, todavia, a representação idealista do fluxo do tempo, para Ranke determinante, carregam seu estranhamento e sua lamúria para a convicção de que a história, no “reino do espírito”, “ainda é um mundo admirável”.²⁴ Esses consolos da filosofia da História²⁵ perderam sua capacidade de convencimento. Ao invés, constata-se a dissimulação do sofrimento pelas influentes

²⁰ Vgl. C. Huang, *Humanism in East Asian Confucian Contexts*, Bielefeld 2010, 119s.

²¹ J. G. Herder, *Ideen zur Philosophie der Geschichte der Menschheit. Text. In: Werke* vol. II/1, W. Pross (org.), Munique 2002, 313. Ver também „Man rechne die Zeitalter des Glücks und Unglücks der Völker ... zusammen: Welche ungeheure Negative wird man zusammenzählen!“ (id. 579).

²² J. Hoffmeister (org) - G. F. W. Hegel, *Die Vernunft in der Geschichte*, Hamburg 1955, 5. ed, 79.

²³ L. Ranke, *Vorlesungseinleitungen. In: Aus Werke und Nachlass* IV, V. Dotterweich e W. P. Fuchs (orgs.), Munique 1975, 185s.

²⁴ Id. 124s.

²⁵ A esse respeito, mas detalhadamente: J. Rüsen, *Leidensverdrängung und Trostbedarf im historischen Denken. In: T. R. Peters e C. Urban (orgs.), Über den Trost. Für Johann Baptist Metz*, Ostfildern 2008, 76– 84.

tradições do pensamento histórico. Com isso, o problema do sentido do pensamento histórico coloca-se de novo. Com respeito aos crimes contra a humanidade na história recente, a cultura histórica desenvolveu uma carência nova e radical quanto ao sentido. O genocídio perpetrado pelos alemães contra os judeus da Europa, na 2ª. Guerra Mundial, é um dos maiores, se não o maior desafio para o espírito humano, para sua capacidade de interpretar quando lida com a história.

A expressão mesma “Shoah” já o diz: trata-se de uma catástrofe. Um dos elementos essenciais dessa catástrofe consiste no fato de haver atingido o cerne mesmo do sentido da história. É uma catástrofe na história, que contamina o sentido da história e o pensamento sobre a história.

Fala-se então da Shoah como uma ruptura civilizatória (como Dan Diner), entendendo-a assim como um acontecimento histórico que abala os fundamentos da nossa cultura (alemã), e mesmo da cultura humana em geral: “Auschwitz é a terra de ninguém da compreensão, a caixa preta da explicação, um vácuo que suga toda tentativa de interpretação historiográfica, que se aliena de qualquer significado histórico. Somente pelo negativo, pelo esforço reiterado de entender a inocuidade da compreensão, pode-se avaliar que tipo de acontecimento teria sido essa ruptura civilizatória”.²⁶

Por isso a experiência histórica da Shoah é chamada de traumática: ela destrói o sentido que tem de ser atribuído à história, quando se trata de orientar-se no acontecer do tempo, no devir e passar do mundo. Como lidar com tal experiência? Não seria necessário atribuir sentido à Shoah, mesmo que ela não faça sentido? Ou seria preciso abandonar tal mister e calar-se, alienando esse acontecimento do campo da cultura histórica e do pensamento histórico instituidor de sentido? Tais propostas foram e continuando sendo formuladas. Não convencem, no entanto. Ao revés, foram erigidos monumentos – como em Berlim, ao lado do Reichstag – no qual podem brincar crianças, e a Shoah foi inscrita nos conteúdos obrigatórios do ensino de História (na Alemanha). A Shoah entrou, pois, na cultura histórica pública e faz, nela, sentido. É justamente assim que as representações históricas fazem sentido. É fato que, nos prefácios ou posfácios, sempre se afirma que um acontecimento desse jaez ultrapassa qualquer capacidade humana de interpretar e explicar, mas no corpo do texto logo se apresentam interpretações e explicações muito plausíveis. A indústria cultural apropriou-se do tema e o cobriu de propostas de significação. Assim, por exemplo, o filme de Steven Spielberg, *A lista de Schindler*, impressionante e de grande sucesso, apresenta-se como uma dramática história de resgate dos judeus, embora para a maior parte deles não houvesse salvação.

Tem sentido a Shoah? Como lidar intelectualmente com ela? Ela certamente não possui o sentido com que foi rotulada pela indústria cultural acima referida. Esse sentido necessita ser dissecado criticamente. O que sobraria então? Os pensadores históricos contemporâneos não podem eludir a questão do sentido, pois fazem parte da história em que o genocídio ocorreu. Não há como dizer o que significa ser judeu, alemão, europeu, em fim ser humano, sem enfrentar a experiência da Shoah como destruidora de sentido histórico. A Shoah não apenas marca os descendentes dos perpetradores e das vítimas, mas continua a ser-lhes um pesado fardo. Ela é parte integrante de suas próprias histórias, mas pertence também inexoravelmente a toda história que trate da humanidade do ser humano. O que segue daí? Ao lidar com a Shoah, a cultura histórica tem duas tarefas: de um lado é necessário criticar e rejeitar as atribuições de sentido falsas ou inadequadas e, por outro, manter a falta de sentido da Shoah. Ao mesmo tempo é preciso inserir essa ausência de sentido no pensamento histórico e levá-la em conta. Isso quer dizer, nada mais nada menos, que *é indispensável falar, com sentido, da falta de sentido*.

²⁶ D. Diner, “Zwischen Aporie und Apologie. Über Grenzen der Historisierung der Massenvernichtung”, *Babylon* 1 (1986), 33.

Como é possível isso? Quem pode resolver tal paradoxo, contradição mesmo? Onde se apresenta, com sentido, contrassenso e falta de sentido? A historiografia, se e quando aborda essas questões, fornece respostas insatisfatórias. Com a arte passa-se diferentemente. É ela que consegue falar, com sentido, da falta de sentido. Isso fica patente quando se toma as obras de Samuel Beckett ou de Franz Kafka. Vale também para muitas outras obras antigas extraordinárias, tornadas clássicas, como os dramas de Eurípides e o “Rei Lear” de Shakespeare. Há uma obra de arte que aborda significativamente a experiência histórica da catástrofe de sentido e a falta de sentido da Shoah: o filme “Shoah” (1985), de Claude Lanzmann. O filme, enquanto obra de arte, mantém-se fiel à história, sem ser, todavia, histórico na acepção de uma documentação ou de uma apresentação histórica. Ele é histórico na medida em que produz, nos espectadores, uma experiência desse acontecimento por intermédio da memória dos sobreviventes acerca do ocorrido e da presença dos locais onde tudo se passou. Essa experiência se dá com os meios da estética fílmica, orientada pela questão da humanidade dos seres humanos sob a ameaça de sua aniquilação. O filme é um documento da desumanidade destruidora de sentido, pelo meio da comunicação sobre a memória histórica. Ele confronta inexoravelmente o espectador com a questão do que significa ser uma pessoa humana. Essa questão é inexorável porque irrompe da desumanidade que os sobreviventes experimentaram em seu próprio corpo, representando também os assassinados. Nas palavras do sobrevivente Filip Müller: “Nossos olhos viram, diariamente, milhares e milhares de pessoas inocentes desaparecer nos fornos. Nós vimos, nós pudemos ver com nossos próprios olhos, o que o ser humano significa”.²⁷ O filme torna perceptível ao espectador essa desumanidade. Ele torna vívido no presente o acontecimento criminoso do passado.

Passado vivo – isso é história. Nessa medida, o filme é plenamente histórico, justamente por causa de seu sentido estético e artístico próprio. Seu sentido próprio, enquanto obra de arte, é a própria questão acerca do sentido. Ela é posta, sem que se possa deixar de a ver ou ouvir. Ela é posta aos observadores, não apenas porque são espectadores, mas porque lida com a humanidade do ser humano, ou seja: com o próprio ser humano de cada um. O próprio filme é a questão, e não a resposta, e justo por isso é altamente significativo. Se tem algo a dizer, que seja isto: que todos os que o viram entendam ser eles mesmos a questão sobre o ser humano das pessoas. São lembrados disso pela memória das vítimas (e também dos perpetradores, que assassinaram não apenas a humanidade de suas vítimas, mas também sua própria humanidade). Quando Filip Müller não aguentou mais executar as ordens dos pelotões de execução e recolher os cadáveres das câmaras de gás, e – com vontade de enfim morrer - entrou por conta própria numa câmara de gás, ouviu de um dos condenados: “Tu morrerás. Mas isso não faz sentido. Tua morte não restaurará nossa vida. Isso não é um gesto. Tu precisas sair daqui, tu ainda deves poder contar o que sofremos, a injustiça que nos foi feita ... o que aconteceu”.²⁸ Em seu filme, Claude Lanzmann deu a essa narrativa a forma da experiência estética de um acontecimento histórico. Essa experiência responde de forma clara e altissonante, antes de qualquer interpretação especificamente histórica do ocorrido no passado, à questão sobre o que significa ser humano: que os próprios seres humanos são a pergunta sobre sua humanidade, a que todos e cada um têm de responder (incluindo, obviamente, o pensamento histórico).

Seria certamente equivocado confrontar o pensamento histórico exclusivamente com esta falta de sentido e deixar-se levar pela representação estética. Nos processos de sentido da vida humana sempre existem experiências contrapostas, assim como suas representações estéticas. (Não entro aqui no tema ‘religião’, e mantenho-me no campo da arte).²⁹ Repetidamente irrompem, no

²⁷ C. Lanzmann, *Shoah*, Munique 1988, 193.

²⁸ *Ib.* 219s.

²⁹ Ver G. Essen, *Kann gestern besser werden? Von der Not der Erinnerung und der Gabe der Eucharistie. Systematisch-theologische Überlegungen zur Gegenwart der Vergangenheit*. In: F. Bruckmann e R. Dausner (orgs.), *Im Angesicht der Anderen. Gespräche zwischen christlicher Theologie und jüdischem Denken. Festschrift für Joseph Wohlgemuth zum 75. Geburtstag*, Paderborn 2013, 1–22. G. Essen, “Geschichte als Sinnproblem. Zum Verhältnis von Theologie und Historik”, *Theologie und Philosophie* 71 (1996), 321–333; ver também J. Rüsen, “Zivilgesellschaft und Religion – Idee eines Verhältnisses”. In: J. Rüsen, *Kultur macht Sinn. Orientierung zwischen Gestern und Morgen*, Colônia 2006, 227–239. E. Rüsen, *Historik* (nota 6), 240s.

processo temporal dos acontecimentos no mundo humano, experiências de significação avassaladora, que o remetem a uma fonte de sentido que se subtrai a toda apropriação reflexiva. Entendamos isso mediante um exemplo da narrativa literária, o romance *Em busca do tempo perdido*, de Marcel Proust. Aqui o eu-narrador descreve uma ocorrência, que somente pode ser entendida como forma de apropriar-se de sentido.³⁰ Ao tomar uma xícara de chá, em que havia embebido um bolinho *madeleine*, passou-lhe o seguinte: “Mas no mesmo instante em que aquele gole, de envolta com as migalhas do bolo, tocou o meu paladar, estremeci, atento ao que se passava de extraordinário em mim. Invadira-me um prazer delicioso, isolado, sem noção da sua causa. Esse prazer logo me tornara indiferentes as vicissitudes da vida, inofensivos os seus desastres, ilusória a sua brevidade, tal como o faz o amor, enchendo-me de uma preciosa essência: ou antes, essa essência não estava em mim; era eu mesmo. Cessava de me sentir medíocre, contingente, mortal.

De onde me teria vindo aquela poderosa alegria? Senti que estava ligado ao gosto do chá e do bolo, mas que o ultrapassava infinitamente e não devia ser da mesma natureza. De onde vinha? Que significava? Onde aprendê-la? Bebo um segundo gole em que não encontro nada demais que no primeiro, um terceiro que me traz um pouco menos que o segundo. É tempo de parar, parece que está diminuindo a virtude da bebida. É claro que a verdade que procuro não está nela, mas em mim. A bebida a despertou, mas não a conhece, e só o que pode fazer é repetir indefinidamente, cada vez com menos força, esse mesmo testemunho que não sei interpretar e que quero tornar a solicitar-lhe daqui a um instante e encontrar intacto à minha disposição, para um esclarecimento decisivo. Deponho a taça e volto-me para o meu espírito. É a ele que compete achar a verdade. Mas como? Grave incerteza todas as vezes em que o espírito se sente ultrapassado por si mesmo, quando ele, o explorador, é ao mesmo tempo o país obscuro a explorar e onde todo o seu equipamento de nada lhe servirá. Explorar? Não apenas explorar: criar. Está em face de qualquer coisa que ainda não existe e a que só ele pode dar realidade e fazer entrar na sua luz. (...)”³¹ É nesse modo de experiência instituidora de sentido que se distingue a diferença entre passado e presente. O tempo se espessa em um momento da plenitude de sentido, que precede toda apropriação interpretativa e consciente da experiência. O sujeito-intérprete experimenta a si mesmo, pois, no modo de uma percepção sensorial, enquanto originariamente conectada com uma intuição profunda de seu próprio mundo, de forma tão íntima, que sentido e ser fazem um só. Por certo não se fica nessa percepção. Ela estimula as faculdades intelectuais da consciência a interpretar o percebido. À luz do espírito o sentido experimentado torna-se a sombra da autoexperiência no espelho do mundo, que precisa ser explicado e apropriado. Sem tal apropriação a significância experimentada não poderia tornar-se fator de orientação consciente da vida, na qual o tempo se desdobra em suas três dimensões. Mesmo assim, a inserção no processo temporal da vida prática fica ofuscada pela plenitude precedente do sentido do momento – tornando-se assim estímulo constante de renovação da prática cultural interpretativa da vida humana.

Existem também experiências contraditórias e contraimagens da destruição de sentido.³² Elas não recorrem a acontecimentos históricos (isso se dá sobretudo em experiências religiosas e em sua interpretação no quadro de uma história da salvação). Todas apontam, contudo, para a necessidade de não levar em conta como desafio ao pensamento histórico só as contradições de sentido que se encontrem em seu contexto cultural. Antes, podem ser identificados os potenciais de sentido próprios a uma experiência temporal, precedentemente registrados somente no discurso memorial. Assim eles são contrapostos, enquanto memória involuntária, à memória elaborada conscientemente. Eles poderiam ser também encontrados e analisados no âmbito do pensamento histórico, desde que sua visão do passado não esteja comprometida por uma abordagem construtivista. Tendo em vista o testemunho de

³⁰ Não tenho como admitir a interpretação de que se trate, aqui, de uma memória involuntária. Na descrição do acontecimento em nenhum momento se fala de memória.

³¹ M. Proust, *In Swanns Welt. Auf der Suche nach der verlorenen Zeit*. Erster Teil, Frankfurt am Main 1981, 63fs. Versão brasileira: São Paulo: Abril Cultural, 1981 (tradução de Mário Quintana), 31.

³² Encontra-se descrições semelhantes em Dostoiévski, Musil e Thomas Mann, dentre outros.

historiadores de grande renome, é difícil contestar que, no âmbito do pensamento histórico, haja tais experiências precognitivas, geradoras de sentido, no processo de assenhorear-se do sentido dado.³³ No entanto, a filosofia da História e a teoria do conhecimento pouco trataram, até hoje, como essas experiências estimulantes são inseridas no processo do conhecimento histórico e operam nele. A destruição de sentido e o assenhorear-se do sentido remetem, ambos, a uma dimensão trans-histórica do acontecimento significativo na vida humana.³⁴ A filosofia da História pode abrir-se a essa dimensão. Com isso ela inseriria o pensamento histórico em um contexto que tange a sua representação determinante do processo temporal. As categorias de momento e transcendência ganhariam novo significado e a experiência histórica nova qualidade. Ela se tornaria o reflexo de um acontecer do sentido cujas contradições internas entre senso e contrassenso sempre e sempre de novo empurram os seres humanos, por elas e nelas envolvidos, a refletir sobre sua concepção teórica do sentido e a organizá-la.

Mediada pela filosofia da História, a arte (e, por analogia a ela, também a religião) poderia assumir uma nova relação para com o pensamento histórico e a historiografia. Ao invés de medir a historiografia, aplicando teorias literárias da narrativa, pelo padrão da arte narrativa (com o que, no mais das vezes, perde-se de vista o caráter especificamente histórico), ser-lhe-ia atribuída uma qualidade de experiência temporal, com a qual a historiografia poderia enriquecer seu manejo interpretativo do passado. Com a experiência estética, transcendendo o tempo, da destruição e da apropriação de sentido, as três dimensões temporais se fundem em uma unidade, que reforçaria a relação do pensamento histórico com o presente e daria novos impulsos a sua orientação para o futuro.

³³ Frank Ankersmit, por exemplo, lembra o exemplo de Johan Huizinga, que fala da “embriaguez do momento”, no qual „a história como tal“ praticamente se impõe ao historiador como algo “anti-histórico” ou “a-histórico”, antes de qualquer reificação como objeto da pesquisa histórica e como conteúdo da representação historiográfica. F. R. Ankersmit, “Die drei Sinnbildungsebenen der Geschichtsschreibung”. In K. E. Müller e J. Rüsen (orgs.), *Historische Sinnbildung – Problemstellungen. Zeitkonzepte. Wahrnehmungshorizonte. Darstellungsstrategien*, Reinbek 1997, 107f.

³⁴ Ver: E. Angehrn, *Sinn und Nicht-Sinn. Das Verstehen des Menschen*, Tübingen 2011.



DOSSIÊ: sentido e relevância da História no mundo contemporâneo

Jörn Rüsen contra a compensação

Arthur Alfaix Assis

Prof. Adjunto do Departamento de História da Universidade de Brasília
arthurassis@unb.br

Recebido em 13/02/2017. Aprovado em 11/05/2017.

Como citar este artigo: Assis, Arthur A.. "Jörn Rüsen contra a compensação". *Intelligere, Revista de História Intelectual*, vol. 3, nº2, p. 13-33. 2017. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: “Compensação” é a palavra-chave que sintetiza uma influente resposta ao problema da função das ciências humanas no mundo contemporâneo. Originária do universo da filosofia alemã da segunda metade do século 20, tal resposta sustenta, em linhas gerais, que as ciências humanas servem como uma espécie de indenização espiritual por prejuízos culturais sofridos por sociedades e indivíduos em meio à modernização (em decorrência, por exemplo, da disseminação de novas relações sociais abstratas e não-tradicionais, ou do progresso acelerado dos meios técnicos). A teoria da compensação pode ser apontada como um dos principais conjuntos de ideias a que se contrapõe a teoria da história de Jörn Rüsen. O presente texto enfoca a relação agonística entre essas duas teorias, no centro das quais está o problema do valor e da utilidade dos estudos históricos. Lançar luz sobre tal relação – esta é a minha aposta interpretativa – é uma maneira de compreender melhor aspectos importantes das reflexões de Rüsen sobre história e historiografia que até agora ainda não receberam a atenção que lhes é devida. Quero mostrar que Rüsen rejeita a teoria da compensação não só porque discorda da divisão do trabalho científico nela apregoada, a qual atribui às ciências humanas o papel relativamente modesto de tentar conservar algo daquilo que a modernidade precisa destruir. Procurarei explicar como tal rejeição também se deve a diferenças mais fundamentais existentes entre Rüsen e os teóricos da compensação, mais especificamente, às suas divergências de entendimento quanto à natureza da modernidade e quanto ao modo de configurar a complexa inter-relação entre conhecimento, política e futuro.

Palavras-chave: teoria da história; modernização; futuro; ciências humanas; formação; filosofia alemã; século 20; Joachim Ritter; Odo Marquard.

Jörn Rüsen against the compensation-theory

Abstract: “*Kompensation*” is the keyword for an influential answer to the problem of the function of the human sciences in the contemporary world. It emerged in the second half of the twentieth-century in the field of German philosophy, and its chief message is that the human sciences have the task of compensating modern societies and individuals for cultural losses generated within the course of modernization (for instance, by the spread social relations of a new, abstract, non-traditional kind; or by the accelerating progress of technology). The compensation-theory can be stressed as one of the main ideational sets against which Jörn

Rüsen developed his own theory of history. This paper focuses on the agonistic relationship between these two theories that attempt to elucidate what is the value and the use of historical studies. My interpretative bet is that by doing so we will better understand important aspects of Rüsen's theoretical reflections on history and historiography that have not yet received sufficient attention. I will show that Rüsen rejects the compensation-theory not only because of he disagrees with the scientific division of labor it entails – which ascribes to the human sciences the relatively modest role of attempting to preserve some of what modernity needs to destroy. I will try to explain how that rejection is also due to more fundamental differences between Rüsen and the compensation-theorists, more specifically their differing understandings of modernity, and their dissent regarding how should the complex interrelationship between knowledge, politics, and the future be configured.

Keywords: philosophy of history; modernization; future; Humanities; *Bildung*; German Philosophy; 20th Century; Joachim Ritter; Odo Marquard.

Em certos setores da cultura contemporânea vigora já há muitas décadas uma tendência para a desvalorização do pensamento histórico com base na premissa de que o tipo de conhecimento do passado produzido no âmbito da historiografia acadêmica de pouco ou nada pode valer à vida presente. Essa avaliação assume que, com o avanço da profissionalização e da especialização do saber histórico, ter-se-ia aberto um fosso entre o crescente conhecimento de aspectos do passado e as intensas demandas por resolução de problemas e por gestão da experiência do tempo que emanam do presente das sociedades modernas. Quase a totalidade da historiografia acadêmica – com as suas eventuais pretensões de cientificidade ou objetividade, e a sua constante ênfase na pesquisa especializada – apenas estaria apta para resolver problemas cognitivos de baixa ou nenhuma relevância social ou cultural. A história praticada pelos historiadores profissionais formaria o exato oposto das formas de apreensão, elaboração ou construção do passado efetivamente capazes de prestar serviços à vida.¹

Dentre os teóricos da história mais conhecidos na cena atual, Jörn Rüsen é um daqueles que mais fortemente têm contestado essa leitura sobre a natureza e função da ciência da história.² Na origem da sua teoria da história encontra-se justamente a preocupação em

¹ Na sua forma moderna, essa crítica à “inutilidade” da historiografia especializada teve no jovem Friedrich Nietzsche o seu principal disseminador. Friedrich Nietzsche, “Segunda consideração intempestiva: sobre a utilidade e os inconvenientes da história para a vida” [1874]. In: Friedrich Nietzsche, *Escritos sobre história*, ed. trad. Noéli Correia de Melo Sobrinho (Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005), 67-177. A visão crítica de Nietzsche encontrou boa ressonância na literatura modernista da primeira metade do século 20. Hayden White percebeu em grandes autores do modernismo literário ocidental fortes traços de uma “revolta contra a história”, quase sempre estruturada em torno da imagem dos historiadores como sujeitos obcecados pelo passado, divorciados do presente, e por isso mesmo incapazes de viver e compreender plenamente a experiência contemporânea. Hayden White, “The Burden of History”, *History and Theory*, [vol.] 5, n. 2 (1966): 114-123 (111-134). O próprio White é hoje o mais famoso e sofisticado continuador dessa tradição de crítica da historiografia. Ver, p.e. Hayden White, “The Practical Past”, *Historin*, [vol.] 10 (2010): 13-15 (10-19).

² Além dos trabalhos que serão referenciados mais adiante, ver: Arthur Assis, *A teoria da história de Jörn Rüsen: uma introdução* (Goiânia: Ed. UFG, 2010); Pedro Spinola Pereira Caldas, “A arquitetura da teoria. O complemento da trilogia de Jörn Rüsen”, *Fênix. Revista de História e Estudos Culturais*, [vol.] 5, n. 1 (2008); David Carr, “History as Orientation: Rüsen on Historical Culture and Narration”, *History and Theory*, [vol.] 45, n. 2 (2006): 229-243; Estevão de Rezende Martins, “Consciência histórica, práxis e cultura. A propósito da teoria da história de Jörn Rüsen”, *Síntese* (Nova fase), [vol.] 19, 56 (1992): 59-73. Ver também o volume especial do periódico *Erwägen, Wissen, Ethik* [vol.] 22, 4, 2011, (477-619), contendo contribuições de cerca de cinquenta comentadores, além de uma réplica apresentada pelo próprio Rüsen. Para um panorama dos comentaristas brasileiros da obra de Rüsen, ver Wilian Carlos Cipriani Barom, “A teoria da história de Jörn Rüsen no Brasil e seus principais comentadores”, *História hoje*, [vol.] 4, 8 (2015): 223-246.

construir e reformar pontes entre conhecimento e vida.³ Por esse motivo, ele fez questão de encerrar a sua trilogia teórica dos anos 1980 com um volume intitulado *História viva*.⁴ Além disso, nas últimas décadas, tem amparado boa parte das suas reflexões num conceito alargado de “cultura histórica”. Tal conceito remete a um amplo espaço de práticas de representação da experiência do tempo, no qual a historiografia acadêmica especializada deixa de estar em oposição fundamental com as formas não acadêmicas de saber e de vivências históricas.⁵

Não por acaso, Rüsen há muito tinha colocado no centro das suas reflexões um outro conceito que também sinaliza tanto para o conhecimento quanto para a vida prática, tanto para a interpretação quanto para a ação: precisamente, o conceito de sentido. “Sentido” aponta para a conexão íntima entre a historiografia e o mundo a partir do qual esta é produzida. O sentido histórico sintetiza experiência e intenção, conhecimento e norma, objetividade e subjetividade, fato e valor. Histórias contêm sentido (ou melhor, são elas próprias *sentido constituído*), e para Rüsen é precisamente por isso que podem ter relevância prática ou até mesmo “vivacidade”.⁶

Dada a centralidade de conceitos como “sentido” e “cultura histórica”, nos quadros da teoria de Rüsen, não é de espantar que ele tenha se dedicado tanto ao tema da tarefa ou função da historiografia. Ele abordou-a desde uma perspectiva que não se confunde com a compreensão tradicionalmente anti-teórica que por muito tempo predominou entre os historiadores. Ao mesmo tempo, na contramão da tendência prevaiente no campo da teoria da história, evitou adotar uma atitude hiper-crítica diante da historiografia realmente existente. Aqui e alhures, a teoria da história de Rüsen revela-se como um “projeto de reconciliação de extremos”.⁷ A resposta de Rüsen para o problema da função da ciência histórica expressa uma tentativa de síntese conciliadora, em que o pensamento histórico é apresentado com um importante vetor de orientação cultural e, mais especificamente, de formação das subjetividades e\ou identidades no mundo moderno.

Tal resposta, contudo, representa mais do que uma reação à crítica de Nietzsche quanto aos efeitos colaterais do excesso de conhecimento histórico, e aos múltiplos desdobramentos dessa

³ Frank Ankersmit enfatizou que essa interação entre ciência especializada e vida prática é a marca distintiva da famosa matriz disciplinar da ciência histórica de Rüsen, qualificando-a como “uma radicalização do círculo hermenêutico”. Frank Ankersmit, “Rüsen on History and Politics”. In: Frank Ankersmit, *Historical Representation* (Stanford: Stanford University Press, 2001), 263 (262-280).

⁴ Jörn Rüsen, *História viva. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico* [1989] (Brasília: Ed. UnB, 2007).

⁵ Rüsen define a cultura histórica como “o suprasumo dos sentidos constituídos pela consciência histórica humana”; ou como “o contexto social em que se faz a história”, do qual “pode surgir a profissionalização do pensamento histórico”. Jörn Rüsen, *Teoria da história: Uma teoria da história como ciência* [2013] (Curitiba: Ed. UFPR, 2015), 217-218. Na cultura histórica, tal como definida por Rüsen, podem conviver – ainda que, amiúde, de maneira tensa – a historiografia acadêmica, a historiografia popular, a erudição e a historiografia amadoras associadas por exemplo à história de localidades ou famílias, o saber histórico ensinado e aprendido nas instituições escolares; além das formas de representação histórica mobilizadas em exposições de museu, filmes, séries de televisão, documentários e docudramas, jogos eletrônicos e de tabuleiro, sites e comunidades virtuais, romances, entre outras formas de expressão cultural populares, eruditas e híbridas. Para uma excelente análise das atuais interfaces entre história e cultura popular, com ênfase na Grã-Bretanha, ver Jerome de Groot, *Consuming History: Historians and Heritage in Contemporary Popular Culture* (London: Routledge, 2009).

⁶ Martin Wiklund, “Além da racionalidade instrumental: sentido histórico e racionalidade na teoria da história de Jörn Rüsen”, *História da Historiografia*, [vol.]1, 35 (2008) 42-43 (19-44).

⁷ Henk de Jong, “Historical Orientation: Jörn Rüsen’s Answer to Nietzsche and His Followers”, *History and Theory*, [vol.] 36, 2 (1997): 287 (270-288). Ao detalhar a sua afirmação, Jong comenta de maneira perspicaz que a teoria da história de Rüsen procura realizar a mediação entre posições polares tais como: historicismo e pós-modernismo, história e utopia, racionalidade e emotividade, cultura e ciência, direitos humanos universais e relativismo cultural.

crítica ao longo do século 20.⁸ Deve também ser compreendida no contexto de um outro debate relativo à tarefa das ciências humanas (*Geisteswissenschaften*), travado entre eminentes filósofos alemães na segunda metade do século 20.⁹ Essa discussão foi inaugurada com o texto de Joachim Ritter sobre “A tarefa das ciências do espírito na sociedade moderna”, publicado originalmente em 1961. O argumento de Ritter seria posteriormente levado adiante, aprofundado e adaptado por autores como Odo Marquard e Hermann Lübbe, entre outros, até ganhar dos seus antagonistas o apelido de “teoria da compensação”. Em linhas gerais, tal teoria sustenta que as ciências humanas servem como uma espécie de indenização espiritual por prejuízos culturais sofridos por sociedades e indivíduos em meio à modernização (em decorrência, por exemplo, da disseminação de novas relações sociais abstratas e não-tradicionais, ou do progresso acelerado dos meios técnicos).¹⁰

A teoria da compensação pode ser apontada como um dos principais conjuntos de ideias a que se contrapõe a teoria da história de Jörn Rüsen. O presente texto enfoca a relação agonística entre essas duas teorias, no centro das quais está o problema do valor e da utilidade dos estudos históricos. Lançar luz sobre tal relação – esta é a minha aposta interpretativa – é uma maneira de compreender melhor aspectos importantes das reflexões de Rüsen sobre história e historiografia que até agora ainda não receberam a atenção que lhes é devida. Quero mostrar que Rüsen rejeita a teoria da compensação não só porque discorda da divisão do trabalho científico nela apregoada, a qual atribui às ciências humanas o papel relativamente modesto de tentar conservar algo daquilo que a modernidade precisa destruir. Procurarei explicar como tal rejeição também se deve a diferenças mais fundamentais existentes entre Rüsen e os teóricos da compensação, mais especificamente, às suas divergências de entendimento quanto à natureza da modernidade e quanto ao modo de configurar a complexa inter-relação entre conhecimento, política e futuro.

Uma interpretação desse tipo, se bem-sucedida, pode também carregar consigo uma inusitada espécie de bônus metodológico: a demonstração de que uma maneira fecunda de interagir cognitivamente com teorias (históricas, ou de qualquer outro tipo) é aquela em que o esforço da exegese filosófica se comuta em história intelectual, e vice-versa.

2

⁸ Para uma análise da teoria da história de Rüsen como uma resposta a Nietzsche e ao pós-modernismo historiográfico, ver, de novo, Henk de Jong, “Historical Orientation”.

⁹ Aqui e abaixo traduzo *Geisteswissenschaften* como “ciências humanas”, evitando assim o termo “ciências do espírito”, que na língua portuguesa parece demasiado artificial e algo misterioso. “Ciências humanas”, no entanto, é menos carregado de ressonâncias metafísicas idealistas do que *Geisteswissenschaften*. De qualquer modo, é importante ter em mente que, assim compreendidas, as ciências humanas tanto englobam o que se pode chamar, no singular, de ciência (ou disciplina) histórica, quanto são elas próprias marcadas pela perspectiva histórica. Uma vez que, por isso, as ciências humanas são “ciências históricas”, aplicam-se a elas parte considerável da reflexão sobre teoria e métodos da ciência histórica.

¹⁰ Joachim Ritter, “La tarea de las ciencias del espíritu en la sociedad moderna” [1961]. In: Ritter, *Subjetividad. Seis ensayos* (Barcelona: Alfa, 1986), 93-123; Hemann Lübbe, *Geschichtsbegriff und Geschichtsinteresse. Analytik und Pragmatik der Historie* [1977] (Basel: Schwabe, 2012), 324-356; Odo Marquard, “Sobre la inevitabilidad de las ciencias del espíritu” [1985]. In: Marquard, *Apología de lo contingente. Estudios filosóficos* (Valencia: Institució Alfons el Magnanim, 2000), 109-125. Marquard aborda o tema da compensação em diversos outros textos, alguns dos quais serão referenciados mais adiante.

O interesse de Jörn Rüsen por questões fundamentais ligadas à relação entre existência, experiência e significado (ou *sinntheoretische Fragen*, como ele costuma dizer) precede o seu engajamento com temas de filosofia e histórica acadêmicas. Numa entrevista de 2012, ele menciona que na adolescência se interessou vivamente por filosofias e religiões orientais: leu, entre outros, Confúcio e Lao-Tse, começou um curso de sânscrito com a intenção de ler o *Bhagavad Gita* em versão original e praticou ioga com seriedade. Ao iniciar os seus estudos universitários, em 1958, Rüsen até mesmo cogitou estudar indologia, mas não levou a ideia adiante porque não provinha de família abastada e não podia se dar ao luxo de fazer uma opção tão arriscada do ponto de vista do futuro profissional.¹¹ O plano de se tornar professor ginásial – para o qual contribuiu um certo sentido de vocação pessoal, além da intenção de ascender socialmente¹² – levou-o então a direcionar as questões fundamentais que o interessavam para as zonas de cruzamento entre a filosofia e a história. É sobre esta base que se foram sedimentando, no médio e no longo prazos, as suas teorias do conhecimento, da consciência e da cultura históricas, bem como as suas interpretações sobre a história do pensamento histórico.

Em todos esses níveis de teorização, Rüsen amiúde associa a função do conhecimento histórico a uma das noções mais intraduzíveis do vocabulário filosófico alemão: o conceito de *Bildung*, de formação individual. A história desta palavra e dos significados a ela associados revela uma complexa trajetória, que abarca a teologia e a mística tardo-medievais, além do movimento pietista – um movimento de renovação da espiritualidade protestante que marcou fortemente a história da cultura, das sociedades e também das famílias em muitas regiões de língua alemã nos séculos 17 e 18. Os limites modernos do campo semântico do termo, no entanto, foram definidos no contexto do idealismo e do neo-humanismo de inícios do século 19. Desde então, o termo foi secularizado e passou a apontar para o impulso subjetivo para o cultivo de si, guiado por ideias de perfectibilidade e progresso, e realizado por meio do contato intensivo com as grandes realizações culturais acumuladas pela humanidade, sobretudo nos campos das artes, da filosofia, das humanidades e das ciências.¹³

Quando fala em “formação” mediada pelo conhecimento histórico, Rüsen está atribuindo a este último uma função prática. “Formação”, enquanto produto da aprendizagem histórica, ao mesmo tempo descreve e idealiza o melhor tipo de relação entre o saber teórico e a subjetividade que se apropria de tal saber. Articula, nas palavras do próprio autor, “o máximo de orientação com o máximo de autoconhecimento, possibilitando assim o máximo de auto-realização ou de reforço identitário”.¹⁴ Deste modo, o processo formativo corresponde ao

¹¹ Jörn Rüsen, “Interview geführt von Thomas Sandkühler” [30. Januar 2012]. In: *Historisches Lernen denken: Gespräche mit Geschichtsdidaktikern der Jahrgänge 1928-1947*, ed. Thomas Sandkühler (Göttingen: Wallstein Verlag, 2014), 256-257 (251-292). Entre outras coisas, Rüsen menciona que apenas pode estudar na Universidade de Colônia por ter sido dispensado do pagamento de taxas e por ter recebido bolsa de estudo.

¹² Rüsen, “Interview geführt von Thomas Sandkühler”, 257-258.

¹³ Sobre o conceito de *Bildung* e a sua história ver: Georg Boellenbeck, *Bildung und Kultur. Glanz und Elend eines deutschen Deutungsmusters* (Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1996), 96-159; Ernst Liechtenstein, “Bildung”. In: *Historisches Wörterbuch der Philosophie*, Band 1, ed. Joachim Ritter (Basel: Schwabe & Co., 1971), 921-937; Peter Watson, *The German Genius. Europe's Third Renaissance, the Second Scientific Revolution, and the Twentieth Century* (London: Simon & Schuster, 2010), 65-90.

¹⁴ Rüsen, *História viva*, 95.

desenvolvimento das competências interpretativas que podem, condignamente, religar o conhecimento histórico à vida. Para Rüsen, isso é possível na medida em que a formação atua como um antídoto para uma das principais ameaças que se colocam ao caráter prático do saber histórico, a saber, a que se manifesta na sua irreversível tendência para a especialização, vigente desde pelo menos a metade do século 19.

Rüsen está longe de querer contribuir para uma refutação anti-modernista da especialização que caracteriza a pesquisa histórica contemporânea. Mas, por outro lado, ao conferir tamanha atenção ao tema da formação, ele faz questão de ressaltar que o pensamento histórico vai bem além da simples análise pormenorizada do material das fontes e da exposição de resultados de investigação. Se, como afirma Rüsen, na fase da pesquisa, o historiador vira as costas para o seu presente, tal circunstância não implica numa anulação da “base existencial do pensamento histórico”.¹⁵ Reestabelecer o contato com tal base existencial é, com efeito, a tarefa da representação histórica, mas Rüsen insiste que o caminho de volta do conhecimento ao mundo da vida prática não termina aí. Representações – e isso é para ele de importância central – destinam-se a produzir impactos sobre os destinatários das histórias, podendo, quando tudo corre bem, atuar sobre a subjetividade destes como indutoras de processos formativos. Se isso acontece, o ganho cognitivo atingido na pesquisa integra-se de modo bem-sucedido ao horizonte prático do presente. À subjetividade formada no exercício do pensamento histórico abrem-se possibilidades de orientação do agir que, na ausência deste, permaneceriam fechadas. Na formação, na *Bildung*, que para Rüsen nada mais é senão “subjetividade temporalizada”,¹⁶ resolve-se a tensão entre ciência e vida, gerada em meio ao processo cognitivo.

Na ênfase de Rüsen na formação está embutida, enfim, uma aposta na possibilidade de evitar que da pressão por especialização, que incide poderosamente sobre a pesquisa histórica, resultem subjetividades atomizadas, incapazes de compreender os contextos abrangentes relacionáveis às informações obtidas mediante pesquisa e de relacionar o saber histórico à vida prática.¹⁷ Com isso, o conhecimento histórico pode então atuar não só sobre a própria comunidade historiográfica, mas também sobre o universo social mais abrangente em que tal comunidade está enraizada. A noção de formação, tão proeminente na análise de Rüsen da função do conhecimento histórico, aponta para todos esses resultados. Ao explorá-la, Rüsen procurou remediar a ansiedade inicialmente vocalizada por Nietzsche, que em 1874 designou de “doença histórica” a inflação do conhecimento pormenorizado sobre o passado,¹⁸ e os efeitos paralisantes que tal excedente cognitivo geraria sobre a capacidade de ação individual. Para Rüsen, a ameaça cultural de que falava Nietzsche pode ser desfeita quando o conhecimento histórico é mobilizado como recurso de orientação por uma subjetividade

¹⁵ *Ibid.*, *História viva*, 39.

¹⁶ *Ibid.*, *Teoria da história*, 209.

¹⁷ Rüsen, *História viva*, 95. *Bildung*, a propósito, já no contexto do iluminismo tardio e do nascente idealismo, sinalizava para uma maneira específica de educação, de cultivo de si, como um fim em si mesmo, estabelecendo-se em oposição à instrução prática dirigida pela noção de finalidade. Hubert Cancik, “Entrohung und Barmherzigkeit, Herrschaft und Würde. Antike Grundlagen von Humanismus”, in: *Streit um den Humanismus*, ed. Richard Faber (Würzburg: Königshausen und Neumann, 2003), 37-39 (23-42).

¹⁸ Nietzsche, “Sobre a utilidade e os inconvenientes da história para a vida”, 172.

“formada” para pensar historicamente, ou seja para interagir com o mundo atual de uma maneira que está longe de se esgotar no mero acúmulo de saberes pontuais e fragmentários.¹⁹

Mas há, contudo, para Rüsen, formas e formas de formação, e nem todas conduzem à conciliação entre teoria e prática vislumbrada por ele. Ao lado daquela formação capaz de colocar ciência e vida numa relação de *complementariedade*, Rüsen encontra uma formação de cunho *compensatório*, em que a racionalidade do trabalho do historiador é separada das demandas por orientação provenientes do seu ambiente cultural. Nesse segundo caso, a historiografia acadêmica, a ciência da história, abriria mão de interagir diretamente com o mundo da vida, cedendo terreno para outras formas culturais – sobretudo, para as artes. Tal deslocamento acabaria por comprometer “irreversivelmente a dimensão cognitiva da compreensão humana do mundo e a autointerpretação dos homens”.²⁰ Entendida enquanto mera compensação, conclui Rüsen, a formação “reforça a ignorância do geral por parte do especialista, [...] e a debilidade dos sujeitos, que se sentem como engrenagens do maquinário”.²¹

Rüsen associa, pois, o modo compensatório de formação a uma compreensão deficiente do problema da função do conhecimento histórico, com a qual se postula que a racionalidade metódica que guia o trabalho do historiador não pode ser aproveitada no contexto da vida prática do presente. Esse divórcio entre conhecimento e prática, todavia, pode, para ele, ser evitado contanto que se opte por uma compreensão alternativa de formação, na qual ambos se situam numa complexa relação de complementariedade.

3

É relevante que Rüsen use o termo “compensação” para designar aquilo que ele pensa que não deve ser a essência da tarefa da historiografia. De fato, esse termo ganhou espaço na discussão alemã sobre a relevância e função do conhecimento sob o patrocínio de Joachim Ritter – um dos mais importantes filósofos da Alemanha pós-1945, que é sempre lembrado como o idealizador do *Dicionário Histórico da Filosofia* e de cujo *Collegium philosophicum* saíram alguns dos mais influentes nomes da filosofia alemã contemporânea.²² Odo Marquard é um dos mais conhecidos egressos do seminário de Ritter. É precisamente contra os contornos específicos conferidos por Marquard à tese da compensação que Rüsen definiu a sua própria interpretação da função cultural da historiografia e das ciências humanas em geral.

¹⁹ Rüsen, *Teoria da história*, 143-148.

²⁰ *Ibid.*, *História viva*, 96.

²¹ *Ibid.*, *História viva*, 97.

²² Jürgen Seifert, “Joachim Ritters ‘Collegium Philosophicum’”. In: *Kreise – Gruppe – Bünde. Zur Soziologie modernen Intellektuellenassoziation*, ed. Richard Faber; Christine Holste (Würzburg: Königshausen & Neumann, 2000), 189-198. Dentre os intelectuais de grande destaque na Alemanha dos anos 1950 em diante que, de um modo ou de outro, nos seus respectivos períodos formativos estiveram ligados ao seminário de Ritter na Universidade de Münster, podem-se destacar os seguintes: os filósofos Karlfried Gründer, Friedrich Kambartel, Hermann Lübke, Odo Marquard, Reinhart Maurer, Willi Oelmüller, Günter Rohrmoser, Hans Jörg Sandkühler, Robert Spaemann, Gunter Scholtz, Ernst Tugendhat; os juristas Ernst-Wolfgang Böckenförde e Martin Kriele; os cientistas políticos Jürgen Seifert e Bernard Willms; além dos historiadores Max Imdahl e Rudolf Vierhaus.

No seu ensaio sobre “A tarefa das ciências do espírito na sociedade moderna”, Ritter retoma e reinterpreta a teoria da modernidade elaborada por Hegel, especialmente no âmbito da sua teoria política. O mundo moderno ter-se-ia constituído em meio a uma complexa dinâmica de ruptura e continuidade em relação ao seu próprio passado, dinâmica essa que fora capturada por Hegel num termo central à sua filosofia: *Entzweiung*. Ritter ressalta que neste termo está embutida a tese de que a tensão moderna entre origem (*Herkunft*) e futuro (*Zukunft*), a disjunção entre o devir e o porvir, não pode ser dissolvida numa descontinuidade absoluta, devendo antes ser concebida sob a forma de uma complexa de continuidade histórica.²³ O caso da Revolução Francesa ilustra de maneira exemplar como isso ocorre: aqui a negação radical da ordem histórica pré-existente – a ruptura dos princípios políticos, sociais, filosóficos e teológicos estruturantes das formas de vida da velha Europa à época do absolutismo – é apenas uma das facetas de um processo mais abrangente. É que, para Hegel, tal como interpretado por Ritter, a Revolução, precisamente ao negar essas tradições imediatas, propiciou a continuidade da materialização na história mundial de um legado muito mais antigo: a ideia de liberdade inaugurada no contexto da *polis* antiga.²⁴

No mundo moderno, segundo a interpretação histórico-filosófica que Ritter adapta de Hegel, uma tendência à abstração e à homogeneização se contrapõe à historicidade concreta de sociedades e indivíduos, e disso resultam tanto perdas quanto ganhos culturais. O principal ganho seria o pensamento universalista que permite que as pessoas se concebam a si próprias e às demais enquanto seres abstratamente iguais e, por isso, igualmente capazes de se converterem em sujeitos de direitos. Mas essa igualdade dos seres humanos enquanto tais esvazia a historicidade da vida social, afastando as pessoas das tradições e práticas herdadas do passado – adquiridas, por exemplo, no contexto da família, da vida religiosa, ou do exercício da moralidade.²⁵ Rechaçando ao mesmo tempo concepções revolucionárias e restaurativas de história (que absolutizam, respectivamente, o futuro e o passado), Ritter sugere que, nas sociedades modernas, é inextinguível a tensão entre historicidade concreta e liberdade abstrata. Como sublinhou Odo Marquard, para Ritter, “o mundo moderno e as suas instituições não são nem idílio, nem inferno, estando aí para serem aceitos de modo sóbrio”.²⁶

O diagnóstico apresentado por Ritter supõe que a descontinuidade instaurada à época da Revolução Francesa seja um traço central de uma dialética histórica que se processa dentro de parâmetros complexos, se bem que, ao fim e ao cabo, racionais. A sua filosofia da modernidade afasta-se da de Hegel, na medida em que Ritter renuncia à tentativa de fundamentar teoricamente as leis ou princípios gerais que estariam por detrás do decurso da história do mundo.²⁷ Mesmo assim, não deixa de corresponder a uma filosofia substantiva da história, ainda que atenuada. A tarefa das ciências humanas tal como definida por Ritter responde, portanto, a uma conjuntura civilizacional alargada, pensada desde a perspectiva da

²³ Mark Schweda, *Entzweiung und Kompensation. Joachim Ritters philosophische Theorie der modernen Welt* (Freiburg: Alber, 2013), 121-126.

²⁴ Schweda, *Entzweiung und Kompensation*, 114-121.

²⁵ Ritter, “La tarea de las ciencias del espíritu en la sociedad moderna”, 115-116.

²⁶ Odo Marquard, “Ritter, Joachim”, *Neue Deutsche Biographie* 21 (2003): 664 (663-664).

²⁷ Schweda, *Entzweiung und Kompensation*, 371-373.

história mundial. Essas ciências inserem-se, assim, na dinâmica da moderna *Entzweiung*. Cabe-lhes neste contexto fornecer compensação pelas perdas que a modernização acarreta ao mundo da vida, por exemplo, na medida em que práticas sociais abstratas, universalistas, homogeneizantes e tecnificadas ganham terreno em relação às práticas tradicionais.²⁸ As ciências humanas, no entender de Ritter, justificam-se enquanto um modo necessária de conhecimento uma vez que logram manter presente à sociedade moderna “aquilo que ela se vê obrigada a pôr para fora de si”.²⁹

Ao dar centralidade à compensação como mecanismo cultural fundamental das sociedades modernas, Ritter mobilizou um conceito cujas origens remontam, pelo menos, à teodiceia de Leibniz, para quem o criador introduziu na natureza “milhares de comodidades”, a fim de *compensar* os males nela existentes. A pré-história do conceito abrange ainda a teoria da história de Burekhardt, a tradição psicanalítica, além das antropologias filosóficas de Helmut Plessner e Arnold Gehlen.³⁰ Estes últimos são precisamente os autores que mais diretamente influenciaram o uso do termo por Ritter, algo que ocorre sobretudo no âmbito teoria das ciências humanas e da estética. No primeiro caso – o único que interessa, no presente contexto –, compensação liga-se à função cultural das humanidades, definidas enquanto ciências históricas e hermenêuticas do espírito. Uma tal atribuição de função permitiria entender que não há nada de paradoxal quando a obsolescência de tradições, costumes, utensílios, vestimentas, edificações, etc., se faz acompanhar do desenvolvimento de práticas de conservação, compreensão, musealização e atualização de elementos eliminados da prática social no decurso do próprio processo de modernização. Um vetor crucial da “compensação” é, portanto, para Ritter, o desenvolvimento, consumado no século 19, de um “sentido histórico” que orienta os seres humanos para a conservação e o estudo de resíduos do passado, o próprio e o alheio, e que torna chocante a naturalidade com que, noutras épocas e culturas, foram destruídos ou readaptados edifícios, monumentos e objetos antigos.³¹ Um tal sentido histórico, nas palavras de Ritter, “plasma-se e realiza-se nas ciências do espírito”, dando suporte a uma forma especificamente moderna de comportamento frente ao passado.³²

4

Odo Marquard, que foi aluno e depois assistente de Ritter em Münster, também foi certamente o mais ardoroso continuador da tese da compensação.³³ Após o falecimento de Ritter, ocorrido em 1974, ele levaria adiante o *insight* deste sobre o papel compensatório das ciências humanas, projetando-o sobre novos temas e enquadrando-o no âmbito de uma teoria política decididamente cética e antiutópica. Ampla repercussão sobre as discussões de política acadêmica do momento em que Rösen sistematizava a sua teoria da história foi gerada pela

²⁸ Ritter, “La tarea de las ciencias del espíritu en la sociedad moderna”, 116-117.

²⁹ Ritter, “La tarea de las ciencias del espíritu en la sociedad moderna”, 119.

³⁰ Odo Marquard, “Homo compensator. Zur anthropologischen Karriere eines metaphysischen Begriffes”, *In*: Odo Marquard, *Philosophie des Stattdessen: Studien* (Stuttgart: Reclam, 2000), 12-16 (11-29).

³¹ Ritter, “La tarea de las ciencias del espíritu en la sociedad moderna”, 112-113.

³² Ritter, “La tarea de las ciencias del espíritu en la sociedad moderna”, 112.

³³ Para uma rápida e precisa visão geral do pensamento e da trajetória de Marquard, ver Jürgen Kaube, “Wir Menschen sind stets mehr unsere Zufälle als unsere Wahl. Zum Tod Odo Marquards”, *F&Z* (Frankfurt), 11 de Maio de 2015.

conferência “Sobre a inevitabilidade das ciências do espírito”, proferida por Marquard em 1985.³⁴ Ele falava então na abertura da reunião anual da Associação dos Reitores de Escolas Superiores da Alemanha Ocidental, na qualidade de presidente da Sociedade Alemã de Filosofia, e tal circunstância muito terá contribuído para a ressonância das ideias então apresentadas e para a controvérsia em torno da “teoria da compensação” que se seguiu.³⁵

Na esteira de Ritter, Marquard afirma que a modernização – que tem nas ciências experimentais um dos seus mais ativos motores – conduz a uma artificialização acelerada das formas e condições de vida, com a qual a realidade é desnaturalizada, objetivada, ou des-historicizada. Esses processos equivalem a danos culturais que não podem ser revertidos, mas o fundamental para Marquard é que as sociedades modernas desenvolveram mecanismos de compensação que lhes fornecem uma espécie de indenização espiritual da mais alta importância. À moderna objetificação da realidade natural contrapõe-se, por exemplo, o desenvolvimento de uma sensibilidade para a contemplação e a preservação da natureza que também é tipicamente moderna. Outrossim, a moderna “perda de história” é recíproca pelo desenvolvimento de um sentido histórico que valoriza e estimula a preservação dos restos de tempos pretéritos.³⁶ É por causa da existência e eficácia dessas formas de compensação cultural que Marquard pode afirmar que “nenhuma época destruiu tanto quanto a época moderna; nenhuma época preservou tanto quanto a época moderna”.³⁷

As ciências humanas, no entender de Marquard, estão fundamentalmente ligadas a esse trabalho de compensação. Existem, em última análise, em função da necessidade de tornar o processo modernizador melhor suportável. Desse modo, para ele, “quanto mais moderno se torna o mundo moderno, mais inevitáveis se tornam as ciências do espírito”.³⁸ Elas produzem um repositório de interpretações e narrativas capazes de tornar familiares mundos originários que estão para se tornar estranhos, servindo assim de contrapartidas à a-historicidade estimulada pelas ciências experimentais. Assim definidas, as ciências humanas deixam de ser vistas como hostis ou resistentes à modernidade, passando, ao contrário, a representar um fenômeno tipicamente moderno, que apenas pôde emergir após o estabelecimento das modernas ciências experimentais.³⁹

³⁴ Marquard, “Sobre la inevitabilidad de las ciencias del espíritu”.

³⁵ Schweda, *Entzweiung und Kompensation*, 154; 406-407. Na história dessa polêmica destacam-se, entre outros, os contrapontos e críticas apresentados em: Herbert Schnädelbach, “Kritik der Kompensation”, *Kursbuch*, n. 91 (1988): 35-45; Wolfgang Kersting, “Hypolepsis und Kompensation - Odo Marquards philosophischer Beitrag zur Diagnose und Bewältigung der Gegenwart”, *Philosophische Rundschau*, [vol. 36], n. 3 (1989): 181-186 (161-186); Jürgen Mittelstrass, *Glanz und Elend der Geisteswissenschaften* (Oldenburg: Bibliotheks- und Informationssystem der Universität Oldenburg, 1989), 10-14. Marquard rebateu algumas das objeções levantadas à sua tese em “Verspätete Moralistik. Bemerkungen zur Unvermeidlichkeit der Geisteswissenschaften”, *FAZ* (Frankfurt) 18 de Março de 1987.

³⁶ Marquard, “Sobre la inevitabilidad de las ciencias del espíritu”, 113-114; 117. Uma outra variante da compensação relaciona-se com o desenvolvimento do moderno sentido estético e manifesta-se de modo exemplar na importância cultural do romance. Ver: Odo Marquard, “Narrare necesse est”. In: Marquard, *Philosophie des Städtischen. Studien* (Stuttgart: Reclam, 2000), 62 (60-65).

³⁷ Marquard, “Sobre la inevitabilidad de las ciencias del espíritu”, 117.

³⁸ Marquard, “Sobre la inevitabilidad de las ciencias del espíritu”, 109.

³⁹ Odo Marquard, “Philosophie des Städtischen. Einige Aspekte der Kompensationstheorie”. In: Marquard, *Philosophie des Städtischen. Studien* (Stuttgart: Reclam, 2000), 32 (30-49); Marquard, “Sobre la inevitabilidad de las ciencias del espíritu”, 116. A enfática e recorrente afirmação de Marquard de que as ciências do espírito apenas teriam surgido depois das ciências naturais experimentais parece-me demasiado simplificadora. Gunter Scholtz apontou para os problemas embutidos nesta e noutras concepções relativas às origens das ciências humanas ou do espírito, um dos quais é o fato de postularem cronologias que não se sustentam quando se considera a história das disciplinas particulares que compoariam as humanidades. Por exemplo, não seria errado afirmar que já os mesopotâmios em 3.000

Marquard avança para além da posição de Ritter na medida em que define as ciências humanas não apenas como ciências históricas e hermenêuticas, mas também como “ciências que narram” (*erzählende Wissenschaften*).⁴⁰ Essa definição guarda semelhanças com o narrativismo que inspira a teoria da história de Rüsen, ainda que este esteja voltado para a resolução de problemas de caráter primariamente epistemológico,⁴¹ enquanto que na abordagem estritamente antropológica de Marquard tais problemas são simplesmente deixados de lado. A fundamentação antropológica da teoria da compensação também é fonte de uma outra diferença – esta de enorme importância (ainda que frequentemente negligenciada) – entre as concepções de modernidade de Marquard e Ritter. A partir do início dos anos 1970, Marquard define-se, no cenário filosófico alemão, como um dos mais incisivos críticos das “ideias de 68”.⁴² Num contexto de grande polarização política em que a jovem *Bundesrepublik* foi submetida a decisivos testes de stress, Marquard investiga e critica por diversos ângulos a tradição da filosofia substantiva da história, não por último como uma estratégia para desmontar o substrato ideacional que então embasava as expectativas utópicas de intelectuais e estudantes à sua esquerda. A sua atitude crítica e irônica diante de boa parte do pensamento e ação das esquerdas da época ficou registrada de maneira lapidar na primeira frase daquela que é talvez a sua principal obra, *Dificuldades com a filosofia da história*, publicada em 1973: “Os filósofos da história têm transformado o mundo de diferentes maneiras; chegou a hora de o deixar em paz”.⁴³

Ocorre que, como indiquei anteriormente, também a tese da compensação de Ritter, muito embora estivesse longe de despertar entusiasmo junto à “oposição extraparlamentar” e aos seus simpatizantes, também estava fortemente ancorada em pressupostos e conceitos de natureza histórico-filosófica. Marquard nunca polemizou contra a filosofia da história presente nas teses centrais do seu professor, mas é inegável que o pesado ataque por ele desferido contra os desdobramentos contemporâneos da filosofia da história marxista ricocheteia sobre a obra de Ritter. Depois de ter exposto tão enfaticamente as suas dificuldades com a moderna filosofia da história, restou-lhe realocar a teoria da compensação de Ritter no território de uma antropologia filosófica pronunciadamente cética, e, portanto, muito mais tendente a se concentrar naquilo que o ser humano não pode ser que naquilo que este pode ser.⁴⁴

a.C. praticavam a filologia, ou que a ciência da música surgiu com Pitágoras. Gunter Scholtz, “Zu Begriff und Ursprung der Geisteswissenschaften”. In: Scholtz, *Zwischen Wissenschaftsanspruch und Orientierungsbedürfnis. Zu Grundlage und Wandel der Geisteswissenschaften* (Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1991), 32-33 (17-35). Também, acrescento eu, a história da historiografia passa a ser vista de maneira excessivamente redutora quando se desprezam como “não-científicas” as práticas historiográficas pré-modernas ou não ocidentais.

⁴⁰ Marquard, “Narrare necesse est”, 63. Mark Schweda afirma, a meu ver apressadamente, que simplesmente por ter adotado essa compreensão narrativista Marquard teria jogado fora a pretensão de objetividade tradicionalmente cultivada nas reflexões epistemológicas e metodológicas sobre as ciências humanas, aproximando-se assim de uma hermenêutica de cariz pós-moderno. Schweda, *Entzweiung und Kompensation*, 408.

⁴¹ Curiosamente, a virada de Rüsen para uma postura narrativista diante dos problemas fundamentais do conhecimento histórico deu-se a partir da recepção da teoria da historiografia de Arthur Danto, introduzida na Alemanha pelo filósofo Hans-Michael Baumgartner. Jörn Rüsen, “Theory of History as Aufklärung. Interview conducted by Sérgio da Mata e Valdeí Lopes de Araújo”, *História da Historiografia*, [vol.] 11 (2013): 342-343 (339-353).

⁴² A expressão é de Norbert Frei. Ver Frei, 1968. *Jugendrevolte und globaler Protest* (Bonn: BpB, 2008), 211-218.

⁴³ Odo Marquard, *Schwierigkeiten mit der Geschichtsphilosophie. Aufsätze* (Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2002), 13. Ver: Sérgio da Mata, resenha de *Las dificultades con la filosofía de la historia*, por Odo Marquard, *História da Historiografia*, 1 (2008), 108-114.

⁴⁴ Schweda, *Entzweiung und Kompensation*, 412-414.

Com tudo isso, o pensamento de Marquard passa a se situar decididamente à direita do de Ritter. Marquard fica longe de poder ser alçado à condição de reacionário, pois admite de bom grado a legitimidade da época moderna, não fazendo, de modo algum, apologia de ordens sociais ou formas de dominação distintas daquelas que caracterizam as democracias liberais ocidentais. Mas nem por isso ele escapa à acusação de que seria conservador ou tradicionalista. A sua crítica à filosofia da história e a sua defesa da ordem sócio-política estabelecida em boa parte do mundo ocidental após a Segunda Guerra Mundial são os dois lados da mesma moeda.⁴⁵ A filosofia de Marquard corporifica um “tradicionalismo da modernidade”,⁴⁶ estruturado como forma de ajudar a conservar a democracia liberal, a cidadania e o estilo de vida da classe média em meio ao ambiente hostil gerado pela onda mundial de protestos do final dos anos 1960. À luz dela, projetos abrangentes de transformação ou superação da ordem existente são encarados, em princípio, com ceticismo. São, na verdade, descartados, até prova em contrário. Como ele – e também outros antigos companheiros do *Collegium Philosophicum* de Munster que vivenciaram uma virada semelhante para o liberalismo-conservador ao longo da década de 1960 – costumava dizer, o ônus da prova cabe àqueles que querem a mudança.⁴⁷

5

Com efeito, ceticismo, pragmatismo, sobriedade, desconfiança diante de ideologias e projetos grandiloquentes de futuro formam um conjunto de atitudes e emoções que esteve na base do pensamento político de intelectuais cuja adolescência ou juventude transcorreu em meio à Segunda Guerra Mundial. Intelectuais como Marquard (1928-2015), Lübke (1926-), Koselleck (1923-2006), entre outros tantos, são frequentemente lembrados como integrantes do coorte que o sociólogo Helmut Schelsky designou de “geração cética”. Marquard, ele próprio, aceita de bom grado essa classificação, ao lembrar que a sua virada pessoal para o ceticismo estava longe de ser um caso isolado entre os jovens intelectuais da Alemanha do pós-guerra.⁴⁸

Historicizando e criticando a terminologia de Schelsky, Dirk Moses mostrou recentemente que o ceticismo anti-utópico descrito acima esteve, todavia, longe de ser uma unanimidade entre a “geração de 45”. De fato, traço comum entre essa geração de pessoas nascidas entre meados dos anos 1920 e 1933 foram experiências como a politização compulsória no âmbito da Juventude Hitlerista (frequentemente acompanhada de longas passagens como soldado e prisioneiro de guerra), além da posterior adesão aos valores e instituições da *Bundesrepublik*, no pós-guerra.⁴⁹ Mas em resposta a essas experiências, sublinha Moses, emergiram, pelo menos, duas “línguas políticas” distintas – e que se revelariam igualmente importantes do ponto de vista da consolidação de uma cultura política liberal e democrática na Alemanha Ocidental: de um lado, a linguagem do “republicanismo redentor”, à

⁴⁵ Schweda, *Entzweigung und Kompensation*, 416-419.

⁴⁶ Odo Marquard, “‘Ich bin ein Weigerungsverweigerer’: Ein Gespräch mit Odo Marquard. Die Fragen stellten Jens Hacke”. In: Marquard, *Skepsis in der Moderne*. Philosophische Studien (Stuttgart: Reclam, 2007), 20 (13-22).

⁴⁷ Odo Marquard, “‘Ich bin ein Weigerungsverweigerer’”, 16.

⁴⁸ Odo Marquard, “Abschied vom Prinzipiellen. Auch eine autobiographische Einleitung”. In: Marquard, *Abschied vom Prinzipiellen*. *Philosophische Studien* (Stuttgart: Reclam, 2010), 5-6 (4-22).

⁴⁹ A. Dirk Moses, *German Intellectuals and the Nazi Past* (Cambridge: Cambridge University Press, 2007), 58-59; 64-65.

base de um pensamento político radical que aspirava a uma ruptura catártica com o traumático passado alemão; e, do outro, a linguagem do “republicanismo integrativo”, associada a uma postura política moderada e reformista, mais disposta a integrar ao menos parte da herança nacional-socialista na ordem que se seguiu à “catástrofe alemã”.⁵⁰

Tendo nascido em outubro de 1938, Jörn Rüsen mal havia deixado a primeira infância quando do término da II Guerra Mundial e, por isso, não se encaixa bem na “geração de 45”.⁵¹ Por outro lado, em 1968, Rüsen já era um jovem adulto de 30 anos, relativamente apolítico, se bem que com firmes convicções antimarxistas.⁵² Tudo isso faz com que ele também não se encaixe bem na “geração de 68”.

Na verdade, dos anos 1960 aos 1980, a atividade intelectual de Rüsen processou-se dentro do horizonte conceitual, retórico e emocional formado por autores da primeira geração e não da segunda. Mas o curioso é que o exame dos aspectos políticos e metapolíticos da obra de Rüsen revela traços dos dois tipos de republicanismo definido por Moses na sua interpretação da história intelectual alemã da segunda metade do século 20. Tal como os historiadores sociais Hans-Ulrich Wehler e Jürgen Kocka, de Bielefeld, e também os irmãos Hans e Wolfgang Mommsen, Rüsen assumia que o conhecimento histórico deveria se associar a uma “perspectiva positiva de futuro”, que fosse capaz de auxiliar a jovem República Federal Alemã a correr atrás do tempo perdido.⁵³ Nesse otimismo com a modernização política, econômica e social encontram-se fortes traços do que Moses chamou de “republicanismo redentor”.

O mesmo se pode dizer da influência exercida sobre o pensamento de Rüsen pelo filósofo social que é o nome mais emblemático da posição republicana-redentora, a saber, Jürgen Habermas. Um dos traços mais marcantes da influência de Habermas sobre Rüsen encontra-se no argumento de que a lógica diretora da produção do conhecimento histórico

⁵⁰ Moses, *German Intellectuals and the Nazi Past*, 40-41; 69-73.

⁵¹ A precoce perda do pai, falecido em combate em 1944, coloca Jörn Rüsen na chamada geração dos “filhos da guerra” (*Kriegskinder*), ou seja, no mesmo coorte que os cerca de um terço dos alemães nascidos entre 1933 e 1945 que perderam o progenitor paterno no decorrer da guerra. Ver: Hermann Schulz, Hartmut Radebold & Jürgen Reulecke, *Söhne ohne Väter: Erfahrungen der Kriegsgeneration* (Berlin: Ch. Links Verlag, 2009). Rüsen testemunhou sobre o tema em documentário produzido com base no livro de Schulz, Radebold e Reulecke, que tem sido transmitido em diversas emissoras de televisão alemãs: Andreas Fischer (diretor), *Söhne ohne Väter. Vom Verlust der Kriegsgeneration*, 79 min (Alemanha: Moraki Film, 2007).

⁵² Rüsen foi, na sua própria interpretação, um estudante apolítico da tradicional Universidade de Colônia. Após ter obtido o grau de doutor em 1966 e ter trabalhado por cerca de três anos como consultor científico numa das principais fundações de apoio a estudantes da então Alemanha Ocidental, Rüsen transfere-se em 1969 para a Universidade de Braunschweig, na condição de assistente acadêmico da filósofa Elisabeth Ströker. Nessa ocasião, e um pouco sob a inspiração do clima de protesto inaugurado na primavera de 1968, ele candidatou-se ao Senado da universidade, tendo sido eleito, quase sem querer. A entrada precoce nesse colegiado universitário, cujos demais membros eram na sua imensa maioria professores efetivos, precipitou, segundo ele, um processo de aprendizagem política que continuaria pelas décadas a seguir. Jörn Rüsen, “Die Karriere eines Aussenseiters (Gespräch mit Anja Berger)”. In: *Karrieren unter der Lupe: Geschichtswissenschaftler*, ed. Anja Berger (Würzburg: Lexika, 2002), 31-32 (28-37). Para além disso, é importante frisar que o engajamento político de Rüsen expressou-se sobretudo no seu intenso envolvimento com temas, discussões, grupos de trabalho, periódicos e instituições ligados ao ensino e à didática da história.

⁵³ Rüsen, “Interview geführt von Thomas Sandkühler”, 272: “A palavra-chave história social, ciência social histórica, estava ligada com uma nítida perspectiva positiva de futuro. Isso tinha tudo a ver com a época em que Willy Brandt fez campanha eleitoral com o slogan ‘ousar mais democracia’. Era a época em que, no âmbito da história contemporânea, inspirada pela nova geração – à qual [além de Wehler e Kocka] também pertenciam os irmãos Mommsen, ganhava predominância a seguinte ideia: a Alemanha tem de correr atrás da modernização e é isso que estamos fazendo agora. E eu sentia-me envolvido nisso entusiasmamente. Isso tudo também ia ao encontro da minha própria atitude interna, ainda que eu não fosse um representante típico da geração de 68”.

está indissociavelmente ligada a interesses emanados da vida prática. Habermas foi um dos mais sofisticados críticos do que diagnosticava ser a “repressão do interesse” no ideal clássico de teoria, de Aristóteles a Edmond Husserl, pelo menos. Escrevendo em meados da década de 1960, Habermas enfatizava que era chegada a hora de se desfazer de uma ilusão há muito cultivada pela filosofia: a ideia de que existiria uma teoria pura, desvinculada de interesses provenientes de fora do processo cognitivo.⁵⁴ Ele sugere que não teremos saído do horizonte epistemológico do objetivismo,⁵⁵ enquanto não abandonarmos de vez a pretensão a um conhecimento puro, divorciado de interesses; ou seja, enquanto não nos voltarmos para as relações que se constituem entre as formas de conhecimento científico e os tipos de interesse por conhecimento emanados da prática social. Interesses, segundo ele, são elementos constitutivos da lógica da cognição, sem os quais não teríamos os pontos de vista que nos permitem conceber a realidade como tal.⁵⁶ Não surpreende, em todo caso, que Habermas evite derivar dessa crítica do objetivismo a conclusão cética de que a objetividade seria impossível, e de que o conhecimento nada mais seria senão a uma forma de ideologia elaborada apenas para fornecer legitimação a interesses particulares disfarçados. Eliminar ou controlar tais interesses é, para ele, uma meta metódica legítima e viável em todas as ciências. Mas a tarefa de evitar a “sedução de interesses particulares” forma apenas um dos lados do problema da objetividade, pois é preciso reconhecer a existência de “interesses fundamentais” na base de qualquer ciência, aos quais esta deve “não só o seu impulso, mas também as condições de possível objetividade”.⁵⁷

A teoria da história de Rüsen aceita de maneira nada reticente que o conhecimento histórico é um conhecimento prático; que no plano geral ele existe para satisfazer a “carências de orientação” e “interesses cognitivos” emanados do domínio da vida prática, sob a mediação das “ideias”, e com a finalidade de desempenhar “funções de orientação”.⁵⁸ Admite também que esse caráter prático não invalida, nem obstaculiza as pretensões à objetividade da pesquisa e da escrita históricas, ainda que as torne consideravelmente mais complexas.⁵⁹ Habermas, certamente, não inventou essa perspectiva de análise do conhecimento e o seu concomitante vocabulário – ambos estão impregnados de motivos marxianos e weberianos, por exemplo. Mas, na Alemanha, desde a década de 1970, é ele quem fornece a referência mais direta para o tipo e o estilo de análise do conhecimento que Rüsen desenvolveu nos anos 80, tendo em vista especificamente o conhecimento histórico. Além disso, a influência de Habermas também se

⁵⁴ As conhecidas teses de Habermas acerca da relação entre teoria e prática em diferentes modalidades de conhecimento científico foram desenvolvidas no seu livro *Conhecimento e interesse*, de 1968. Mas em conferência homônima, ministrada por ocasião da sua investidura como professor na Universidade de Frankfurt em 1965, ele já havia traçado as diretrizes gerais da sua tentativa de renovar a filosofia da ciência submetendo-a ao filtro da teoria crítica. Jürgen Habermas, “Conhecimento e interesse”. In: Habermas, *Técnica e ciência como ‘ideologia’* (Lisboa: Edições 70, s/d), 129-147.

⁵⁵ Segundo Habermas o “objetivismo” equivale à “atitude que relaciona ingenuamente os enunciados teóricos com os estados de coisas”. *Ibid.*, “Conhecimento e interesse”, 136.

⁵⁶ *Ibid.*, “Conhecimento e interesse”, 141.

⁵⁷ Habermas, “Conhecimento e interesse”, 141.

⁵⁸ Jörn Rüsen, *Razão histórica. Teoria da história I: os fundamentos da ciência histórica* [1983] (Brasília: Ed. UnB, 2001), 29-33.

⁵⁹ Rüsen, *Razão histórica*, 126-147; Jörn Rüsen, “Narratividade e objetividade nas ciências históricas”, *Textos de História*, [vol.] 4, 1 (1996): 93-102 (75-102).

faz notar fortemente sobre o conceito de “razão histórica” de Rösen, o qual em vários níveis se situa na vizinhança da noção habermasiana de racionalidade comunicativa.⁶⁰

É preciso destacar, por outro lado, que adaptações só aparentemente insignificantes caracterizam o aporte de conceitos habermasianos na teoria da história de Rösen. Em diversos momentos, Rösen parece procurar atenuar deliberadamente as conexões entre as suas reflexões e a “teoria crítica da ciência” de Habermas. Isso pode ser percebido claramente no próprio desenho geral da matriz disciplinar da ciência histórica. Aqui Rösen abranda a expressão habermasiana “interesses cognitivos”, subdividindo o seu campo semântico. Noções como “carências de orientação”, “ideias” e “perspectivas diretoras voltadas para a experiência do passado” passam então a absorver as funções discursivas que Habermas centralizara em “interesses cognitivos”.⁶¹ O mesmo também se pode inferir do fato de Rösen fazer relativamente poucas referências explícitas à obra de Habermas. Em *Razão Histórica*, por exemplo, o nome de Habermas é citado uma única vez e isso contrasta bastante com a atmosfera conceitual habermasiana que permeia boa parte do livro, e sobretudo o Capítulo 3.⁶²

Hans-Jürgen Pandel afirma que a iniciativa de Rösen de demarcar alguma distância em relação a Habermas se deve a diferenças relativas à orientação política de ambos. Segundo Pandel, Rösen não queria “ser rotulado como um esquerdista”.⁶³ Essa estratégia certamente teve algum sucesso. Annete Kuhn – uma acadêmica que no campo da didática da história sempre assumiu posições abertamente “habermasianas” e que, por assim dizer, fala de maneira inequívoca a linguagem do republicanismo redentor – afirmou que “se fosse criticar Rösen, recorreria a conceitos como ‘conservador’”.⁶⁴ O modo condicional da linguagem aqui não impede que a crítica seja efetivamente expressa, e tal crítica é sem dúvida indistinta. Mas fornece, ainda assim, uma percepção interessante que ajuda a compreender a maneira como Rösen, nos anos 80, simultaneamente, se aproxima e se afasta de Habermas. Em comum com este (e também com Kuhn, para não falar dos já mencionados historiadores sociais), Rösen valora positivamente o legado emancipatório do iluminismo, cultivando uma visão, no geral, bastante positiva do processo modernizador e evitando o ceticismo característico de tantos outros intelectuais da época.

Contudo, diferentemente de Habermas, Rösen adere a um progressismo moderado por uma forte tendência antimarxista, o qual terá sido interpretado como demasiado à direita por

⁶⁰ Rösen, *Razão histórica*, 21-22; 128-129; 134-135; 140-147; 175-178. Acerca dos paralelos entre Rösen e Habermas, ver Allan Megill, “Jörn Rösen’s Theory of Historiography between Modernism and Rhetoric of Inquiry”, *History and Theory*, [vol.] 33, n. 1 (1994): 52-53 (39-60); Luiz Sérgio Duarte da Silva, “Ação comunicativa e teoria da história: aproximação de Habermas e Rösen”, *Philosophos*, [vol.] 5, 2 (2000): 145-161.

⁶¹ Rösen, *Razão histórica*, 29-35.

⁶² Rösen, *Razão histórica*, 145. Há também duas significativas menções a Habermas no livro subsequente, *Reconstrução do passado. Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica* [1986] (Brasília: Ed. UnB, 2007), 162; 171. A partir da década de 1990, no entanto, o diálogo (explícito ou implícito) de Rösen com a obra de Habermas arrefece bastante. Em *Teoria da história*, por exemplo, não há menção direta a textos ou ideias deste último.

⁶³ Hans-Jürgen Pandel, “Interview geführt von Thomas Sandkühler” [10 de Agosto de 2012]. In: *Historisches Lernen denken: Gespräche mit Geschichtsdidaktikern der Jahrgänge 1928-1947*, ed. Thomas Sandkühler (Göttingen: Wallstein, 2014), 339 (326-356).

⁶⁴ Annete Kuhn, “Interview geführt von Thomas Sandkühler” [23 de Outubro de 2012]. In: *Historisches Lernen denken: Gespräche mit Geschichtsdidaktikern der Jahrgänge 1928-1947*, ed. Thomas Sandkühler (Göttingen: Wallstein, 2014), 180 (164-192).

intelectuais e estudantes mais ligados ou mais simpáticos aos protestos do final dos anos 1960 – tal como evidenciado na declaração de Kuhn. Recordando uma vivência de quando era ainda adolescente, Rüsen diz ter saltado no ar, “cheio de alegria”, ao ouvir no rádio a notícia da morte de Stalin, em março de 1953.⁶⁵ O próprio Rüsen estava consciente de que o seu anti-marxismo o afastava do campo político mais à esquerda, no qual a figura de Habermas aparecia como uma referência intelectual de enorme influência. “O que mais me afastou da geração de 68” – afirma ele em entrevista – “foi o marxismo. Isso eu não podia aceitar, porque eu cresci no contexto da Guerra Fria, observando a Alemanha Oriental, e tal era para mim, já na adolescência, já antes de ingressar na universidade, simplesmente a antítese de uma sociedade humanizada”.⁶⁶

A hostilidade em relação ao marxismo é obviamente um aspecto que aproxima Rüsen dos teóricos da compensação egressos do *Collegium Philosophicum* de Joachim Ritter – filósofo a quem Habermas, a propósito, atribui um diagnóstico “neo-conservador” do presente, uma visão tecnocrática da modernização, a renovação da tradição da direita hegeliana, entre outras performances igualmente pouco dignas de receber elogios.⁶⁷ Outro aspecto que aproxima Rüsen de Ritter e da *Ritter-Schule* é a estratégia de produzir teoria por meio da reinterpretação positiva de ideias e autores da tradição alemã de finais do século 18 e do século 19. Ritter, como já se observou, conecta a sua teoria da compensação a uma interpretação do diagnóstico hegeliano da modernidade. Rüsen, por sua vez, parte para uma teoria narrativista da historiografia e da cultura histórica fortemente inspirado pela *Historik* de Droysen. Em ambos os casos, a reinterpretação de autores da tradição do idealismo e do historicismo é conduzida de modo a adaptar aos parâmetros liberais e democráticos da *Bundesrepublik* ideias provenientes de horizonte de pensamento não democrático e só semiliberais. Habermas, em contraposição, manifesta uma certa rejeição da tradição intelectual alemã e uma aproximação decidida em relação à tradição liberal anglo-saxã.⁶⁸ Mantem-se numa relação ambivalente em relação ao idealismo, mas a sua posição em relação à tradição posterior do historicismo é abertamente crítica: tratar-se-ia pura e simplesmente do “positivismo das ciências do espírito”.⁶⁹ Aqui encontramos um ponto nodal em que a teoria da história Rüsen se afasta do pensamento de Habermas para se cruzar com motivos caros ao grupo outrora reunido em torno de Ritter, em Münster.

6

A metade do caminho entre Frankfurt e Münster, se formos aventureiros o suficiente para fazermos o percurso a pé, fica em algum ponto da região das Montanhas de Rothaar, ao sul da Sauerland e ao norte de Siegen. Esse cenário idílico e esparsamente habitado poderia ser apresentado como o lugar metafórico da teoria da história de Jörn Rüsen, pelo menos no que

⁶⁵ Rüsen, “Interview geführt von Thomas Sandkühler”, 253.

⁶⁶ Rüsen, “Interview geführt von Thomas Sandkühler”, 272.

⁶⁷ Jürgen Habermas, *O discurso filosófico da modernidade: doze lições* [1985] (São Paulo: Martins Fontes, 2000), 102-107.

⁶⁸ Jens Hacke, *Philosophie der Bürgerlichkeit. Die liberalkonservative Begründung der Bundesrepublik* (Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2008), 22.

⁶⁹ Habermas, “Conhecimento e interesse”, 131.

se refere à posição que nela é defendida com respeito ao problema da função das ciências humanas e da história, em particular. Mas a metáfora, obviamente, diz muito pouco: a teoria de Rösen, não é nem habermasiana, nem tampouco ritteriana, mesmo que se aproxime ou seja aproximável de aspectos centrais presentes nas teorias da ciência humanas de Habermas, Ritter e Marquard. Já foram mencionados elementos importantes que separam Rösen de Habermas. Cabe agora voltar os olhos para o que o separa dos ritterianos e as razões essenciais de tal separação são explicitadas precisamente na crítica de Rösen à teoria da compensação.

Rösen pouco discutiu sistematicamente a tese da compensação. Mas em diversos textos publicados entre meados da década de 1980 e o início dos anos 2000, deixou bastante clara a sua divergência fundamental com relação ao ponto de vista elaborado por Ritter e, depois, adaptado e disseminado por Marquard.⁷⁰ Em linhas gerais, Rösen critica os partidários da compensação por tomarem o processo de modernização como um destino inexorável, acerca do qual as humanidades nada teriam a dizer. É por isso que ele rejeita decididamente a ideia de que as ciências humanas se deveriam concentrar em proporcionar uma espécie de reservatório cultural com o qual os prejuízos causados pela modernização se tornariam mais suportáveis.

Tentando demonstrar que as ciências humanas apenas terão surgido posteriormente ao estabelecimento das modernas ciências experimentais da natureza, Odo Marquard comentou que estas últimas são “*challenge*”, enquanto as primeiras seriam “*response*”. Para ele, as ciências humanas são “insuperavelmente modernas”, uma vez que surgem como meios de responder aos desafios produzidos pela enorme aplicabilidade do conhecimento experimental que caracteriza o mundo moderno.⁷¹ Rösen rebate, em tom crítico, que com uma tal argumentação se institui uma divisão do trabalho científico em que as ciências naturais são mantidas como uma força ativa de transformação do mundo, ao passo que às ciências humanas se reserva o papel meramente reativo de tentar organizar, com a ajuda da memória, os desarranjos culturais ocasionados pela modernização.⁷² Para Rösen, não basta acalmar a “*vertigem*”, que acomete as modernas sociedades em rápida e constante transformação, simplesmente mediante a memória de identidades e formas de vida em vias de desaparecer. Ele aponta que tentar “compensar a falta de sentido por meio da memória histórica não faz muito sentido”.⁷³ Na verdade, Rösen exige que as ciências humanas, a história entre elas, avancem para bem além da produção de meios de compensação para perdas culturais. Ele enfatiza que tais ciências são capazes de proporcionar *orientação*, ou seja, de exercer influência sobre o processo real de transformação da vida social atual.⁷⁴ As ciências da cultura, segundo ele, “não devem apenas remediar os estragos

⁷⁰ Jörn Rösen, “Die Zukunft der Vergangenheit” [1998]. In: Rösen, *Zerbrechende Zeit. Über den Sinn der Geschichte* (Köln: Böhlau, 2001), 131-141; Jörn Rösen, “Auf dem Weg zu einer Pragmatik der Geschichtskultur”, in: *Geschichts-Erzählung und Geschichts-Kultur. Zwei geschichtsdidaktische Leitbegriffe in der Diskussion*, ed. Ulrich Baumgärtner & Waltrud Schreiber, München: Herbert Utz Verlag (2001): 87 (81-97); Jörn Rösen, “O que significa estudar ciências da cultura e para que estudá-las?” [2000]. In: Rösen, *Cultura faz sentido. Orientações entre o ontem e o amanhã* (Petrópolis: Vozes, 2014), 193-208.

⁷¹ Marquard, “Sobre la inevitabilidad de las ciencias del espíritu”, 111-112. Para a crítica à compreensão geral de Marquard sobre a história das ciências humanas, ver a nota 39 acima.

⁷² Para uma outra crítica à mesma divisão do trabalho, ver Kersting, “Hypolepsis und Kompensation”, 185.

⁷³ Jörn Rösen, “Interview conducted by Ewa Domanská” [11.11.1993]. In: *Encounters: Philosophy of History after Postmodernism*, ed. Ewa Domanská (Charlottesville: University Press of Virginia, 1998), 143 (138-165).

⁷⁴ Rösen, “Die Zukunft der Vergangenheit”, 132-133.

da modernização, mas também devem tomar parte na orientação cultural do processo modernizador”.⁷⁵

Muito mais do que a questão da tarefa das ciências humanas está em jogo nessa tomada de posição de Rüsen em favor de uma função orientativa em detrimento de uma função compensatória. Pode-se dizer que no centro da discussão entra aqui o próprio futuro, ou melhor, o problema: em que medida a história e as ciências que lhe são próximas podem ou devem relacionar-se com as expectativas de futuro cultivadas no âmbito da vida social?

É importante frisar que, quanto a este tema, a posição de Rüsen é bastante mais otimista do que a que predominou entre alunos de Ritter tais como Marquard, Hermann Lübke e Robert Spaemann. Estes últimos, movidos pela consciência da conexão entre representações coletivas de futuro, ideologia e totalitarismo, partiram para uma crítica radical das modernas filosofias da história, de que resultou uma postura marcadamente anti-utópica – e cética em relação à possibilidade de se moldar o futuro por meio da ação racional coletiva amparada por interpretações histórico-filosóficas.⁷⁶ Nisso, aliás, os egressos do *Collegium Philosophicum* de Ritter convergem com a posição de Reinhart Koselleck, que não só foi um grande historiador das grandes representações filosóficas da história, mas também um dos seus mais decididos críticos.⁷⁷

Rüsen não compartilha desse grau de ceticismo quanto às teorias do sentido da história e ao pensamento utópico. Ele faz questão de manter as ciências humanas a uma certa distância de tais tradições, ao mesmo tempo em que preserva relevantes zonas de comunicação entre elas. Isso se percebe bem quando Rüsen destaca que o pensamento histórico e o pensamento utópico se originam, ambos, do mesmo superávit de intenções e da mesma dinâmica de geração de expectativas que caracterizam o agir e o viver humanos.⁷⁸ “Sem o exercício da lembrança pelo pensamento histórico” – afirma ele – “não seria possível uma orientação eficaz do agir; por outro lado, a vida prática humana não pode abrir mão de articular as abundantes carências que apontam para além do seu horizonte de experiência”.⁷⁹ Rüsen sabe, no entanto, que as utopias, diferentemente das histórias, fornecem a esse mesmo agir interpretações e orientações desvinculadas da experiência, as quais frequentemente se lhe estão até mesmo opostas. A conclusão de Rüsen é a de que a vida prática humana é enriquecida pela tensão entre história e utopia e pelo ambiente de crítica recíproca que pode brotar desta tensão – desde que se avance para um pouco além da mera crítica desconstrutiva de uma à outra.⁸⁰

⁷⁵ Rüsen, “Auf dem Weg zu einer Pragmatik der Geschichtskultur”, 87.

⁷⁶ Hacke, *Philosophie der Bürgerlichkeit*, 48-52.

⁷⁷ Niklas Olsen, *History in the Plural. An Introduction to the Work of Reinhart Koselleck* (New York: Berghahn, 2012), 50-52; Arthur Alfaix Assis & Sérgio da Mata, “Prefácio: O conceito de história e o lugar dos Geschichtliche Grundbegriffe na história da história dos conceitos”. In: R. Koselleck et al., *O conceito de história* (Belo Horizonte: Autêntica, 2013), 21-22 (9-34).

⁷⁸ Rüsen, *História viva*, 139-141.

⁷⁹ Jörn Rüsen, “Geschichte und Utopie”, in: *Handbuch der Geschichtsdidaktik* [1979], ed. Klaus Bergmann et al. (Seelze: Kallmeyer, 1997), 77 (76-80).

⁸⁰ Rüsen, “Geschichte und Utopie”, 78.

À luz dessa percepção, Rüsen sugere que o anti-utopismo que informa as teorias da compensação acaba por conduzir a um divórcio – para ele, indesejável e não necessário – entre os processos cognitivos das ciências humanas e as implicações práticas das decisões, ações e interações com as quais se determina o futuro real das sociedades. No entender de Rüsen, um teórico como Marquard terá ido longe demais na sua tentativa de isolar as ciências humanas com um cordão sanitário que as protegesse da ideologização. O abandono radical das utopias tê-lo-ia levado a propor que as ciências humanas se abstivessem da pretensão de atuar como uma “força cultural de configuração do futuro”.⁸¹

Semelhante desconexão entre história e futuro também seria perceptível num importante argumento sobre a função da historiografia desenvolvido por outro egresso do *Collegium Philosophicum* de Ritter, Hermann Lübbe. Segundo este, “as histórias narradas são meios da apresentação da identidade, de si e dos outros, e ninguém pode encontrar a sua própria identidade sem representar a identidade alheia”.⁸² Rüsen, com efeito, endossa a orientação pragmática da teoria da historiografia de Lübbe e pode até mesmo ser apontado como um continuador da perspectiva analítica avançada por este, segundo a qual a historiografia guarda uma íntima e essencial relação com as identidades dos seus produtores e destinatários. Mas Rüsen considera tal perspectiva insuficiente, uma vez que esta se restringe a considerar de modo não-normativo as identidades como pressupostos relativamente fixos do agir humano.⁸³ Para ele, tais identidades não são simplesmente fatos imutáveis, mas antes produtos da interação entre fatos e normas, entre experiências do passado e expectativas de futuro.⁸⁴ Representações normativas de futuro têm, portanto, impacto sobre a dinâmica identitária na qual o conhecimento histórico pode entrar como um fator relevante. Por isso, as histórias não somente apresentam identidades pré-existentes, esclarecendo os atores do presente quanto às condições do seu agir. Elas também remetem esses dados prévios da experiência a normas e intenções dirigidas à transformação do mundo e, com isso, penetram na dinâmica interna do agir.

Com isso também ganham novamente uma conexão com o futuro, algo que Lübbe procurou deliberadamente desfazer, sob a nobre intenção de imunizar as ciências históricas contra eventuais abusos ideológicos (que nos anos 1970 não eram nada incomuns na Alemanha Oriental). Assim como Lübbe, Rüsen também repudiava o tipo de futuro ao qual a tradição marxista orientava as suas esperanças e a sua ação coletiva. Mas Rüsen considerava duvidosa uma premissa estruturante da pragmática não-normativa da historiografia desenvolvida por Lübbe (a qual, na verdade, está enraizada já na teoria da compensação de Ritter⁸⁵): a de que os processos reais, em marcha nas sociedades contemporâneas, conduziriam a uma espécie de futuro inexorável, acerca do qual somente cientistas da natureza, economistas e cientistas políticos teriam algo a dizer. Neste contexto, a naturalização do futuro e a sua total

⁸¹ Rüsen, “O que significa estudar ciências da cultura e para que estudá-las?”, 208.

⁸² Herman Lübbe, “La función de presentación de identidad de la historia”, in: Lübbe, *Filosofía práctica e teoría de la historia* (Barcelona: Alfa, 1983), 119 (109-129).

⁸³ Jörn Rüsen, “Kritik des Neohistorismus”, *Zeitschrift für philosophische Forschung*, [vol.] 33, 2 (1979): 255-256 (243-263).

⁸⁴ Rüsen, “Kritik des Neohistorismus”, 258.

⁸⁵ Ver Lübbe, *Geschichtsbegriff und Geschichtsinteresse*, 324-356.

rejeição como horizonte para as interpretações do passado feitas pelos historiadores culminaria com o esvaziamento do sentido do próprio pensamento histórico.⁸⁶ Com isso, segundo Rüsen, nada mais restaria ao agir dirigido ao futuro senão as orientações fornecidas pela racionalidade instrumental, que predomina no campo das ciências naturais, da técnica e da economia. Uma tal racionalidade é capaz de balizar o ajuste de meios a fins, mas não pode fornecer base para os processos de escolha nos quais se determina a relevância desses mesmos fins.⁸⁷

No seu famoso texto sobre a vocação do cientista, Max Weber já havia indicado com precisão o significado e os limites dessa racionalidade instrumental, sob cujo jugo Rüsen não quer ver as ciências humanas. Argumentando que a ciência não nos pode dizer como devemos viver, Weber acrescenta que ela também não nos diz o que devemos querer: “Se a vida vale a pena ser vivida e quando – esta questão não é indagada pela medicina. A ciência natural nos dá uma resposta para a questão do que devemos fazer se desejamos dominar a vida tecnicamente. Deixa totalmente de lado [...] se devemos e queremos realmente dominar a vida tecnicamente e se, em última análise, há sentido nisso”.⁸⁸

Uma premissa fundamental da crítica de Rüsen à “compensação” é a de que questões sobre objetivos, finalidades, sentidos, tais como as mencionadas por Weber, são respondidas de maneira disfuncional quando são consideradas apenas sob o prisma da racionalidade instrumental. É claro que se pode discutir, com base por exemplo em diferentes correntes da psicologia contemporânea, sobre se tais questões não extrapolariam o domínio da racionalidade em qualquer sentido possível do termo. Mas Rüsen, na esteira de Weber, insiste que aqui, entre o racional-instrumental e o irracional, age ou pode agir uma racionalidade diversa. Pode-se falar, à falta de um termo melhor, de uma “racionalidade de sentido” que, embora incapaz de resolver definitivamente os mistérios da vida, está apta para promover a capacidade de refletir com clareza sobre consistência, conectividade e exequibilidade de valores, escolhas e finalidades.⁸⁹

É, assim, pela via da racionalidade de sentido que Rüsen pretende ligar a história e as ciências humanas ao futuro. Isso quer dizer, antes de mais nada, que, para ele, a tarefa dessas ciências não é prever o futuro por meio de macrointerpretações que desvendem o sentido da história. Por outro lado, continua sendo central à teoria da história de Rüsen, em todas as suas versões, a noção de “sentido histórico”, proveniente da tradição da filosofia substantiva da história. Do mesmo modo que evita uma crítica radical do pensamento utópico, Rüsen não rejeita a tradição da filosofia da história – pelo contrário, na *Teoria da história*, assimila-a e reelabora-a, diferenciando entre as filosofias material, formal e funcional da história.⁹⁰ Paralelamente, Rüsen transfere a noção de “sentido” do domínio do processo histórico como

⁸⁶ Rüsen, “Auf dem Weg zu einer Pragmatik der Geschichtskultur”, 87.

⁸⁷ Rüsen, “O que significa estudar ciências da cultura e para que estudá-las?”, 199-201.

⁸⁸ Max Weber, “A ciência como vocação” [1917]. In: Weber, *Ensaio de sociologia* (Rio de Janeiro: LTC, 1982), 171 (154-183).

⁸⁹ Wiklund, “Além da racionalidade instrumental”, 39-40. Sobre o tema da racionalidade de sentido em Weber, ver Wolfgang Schluchter, “Politeísmo dos valores: uma reflexão referida a Max Weber”. In: *A atualidade de Max Weber*, ed. Jessé Souza (Brasília: Ed. UnB, 2000), 13-48.

⁹⁰ Rüsen, *Teoria da história*, 114-150.

um todo para o da ação prática. Ele insiste que cabe a história interpretar a experiência do passado gerando representações do decurso do tempo que sejam compatíveis com metas de ação. Ao mesmo tempo em que abre mão de premissas teleológicas em sentido forte, como por exemplo a de que a história caminhará na direção da ampliação da liberdade ou do progresso social, Rüsen mantém o pensamento histórico conectado a uma teleologia fraca, isto é, à teleologia que na própria práxis humana caracteriza o agir. O agir (bem como o sofrer) é sempre teleológico, posto que dirigido à realização de um fim antecipado na forma de intenções. Intenções, por sua vez, são dirigidas ao futuro e por este caminho complexo Rüsen encontra um modo muito original de continuar a fazer valer o futuro enquanto instância de determinação da tarefa do conhecimento histórico.⁹¹

Os teóricos da compensação argumentam que as ciências humanas devem se abster da problemática do futuro; que devem se contentar com a tarefa de gerir o passado e de torná-lo familiar a um presente que dele estará cada vez mais estranhado. Rüsen enxerga um risco nessa redução da ressonância temporal potencial das ciências humanas, que as converte em ciências do passado, num sentido bastante estrito. O risco é o de que as ciências humanas acabem por reforçar uma cultura cada vez menos histórica, em que o passado tende a se descolar completamente do futuro. Se isso acontecer, segundo ele, os efeitos sobre a nossa subjetividade serão catastróficos. Perspectivas de futuro inteiramente descoladas da lembrança do passado carecem precisamente daqueles aspectos que fazem com que o futuro seja “o nosso futuro”. Tal processo equivaleria ao esfacelamento da nossa identidade. Quando o que fomos no passado não pode ser levado para o futuro em direção ao qual queremos conduzir as nossas vidas, o que sucede é que “nós nos perdemos no futuro e deixamos de o possuir”. “No pior dos casos” – conclui Rusen – “é o futuro que nos possui, impedindo que nós próprios possamos ser donos de nós mesmos. Mas isso então não mais seria um futuro *para* nós; seria antes um futuro *contra* nós”⁹².

Em última análise, é nesta ameaça terrível da perda de si como perda do e no nosso próprio futuro que reside a razão principal por que Jörn Rüsen se pôs contra a compensação.

⁹¹ Jörn Rüsen, “Pode-se melhorar o ontem? Sobre a transformação de passado em história” [2002]. In: *História, verdade e tempo*, ed. Marlon Salomon (Chapecó: Argos, 2011), 271-274 (259-290). Sobre o tema ver Caio Rodrigo Carvalho Lima, *Além dos muros da academia: sentido da história e trauma histórico na obra de Jörn Rüsen – 1983-2013* (Dissertação de mestrado em História, Universidade de Brasília, 2016), cap. 1.

⁹² Rüsen, “Die Zukunft der Vergangenheit”, 133.



DOSSIÊ: sentido e relevância da História no mundo contemporâneo

Jörn Rüsen y el humanismo como luz en tiempos de oscuridad

Oliver Kozlarek

Prof. e investigador en la Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo, Morelia, México
okozlarek@yahoo.com

Recebido em 19/02/2017. Aprovado em 30/03/2017.

Como citar este artigo: Kozlarek, O. "Jörn Rüsen y el humanismo como luz em tiempos de oscuridad". *Intelligere, Revista de História Intelectual*, vol. 3, nº2, p. 34-46. 2017. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: En una primera sección de este artículo quisiera explicar las diferencias entre tres conceptos que me parecen centrales no solamente para la comprensión de las ideas de Rüsen, sino también para actualizar un humanismo en el siglo XXI. Como ya señalé: el humanismo no es para Rüsen una ocurrencia intelectual. Se trata más bien del resultado de una evolución histórica. En la segunda sección trataré de reconstruir la génesis histórica del humanismo de Rüsen. Quedará claro que las ideas de Rüsen sobre el humanismo se inspiran antes que nada en la tradición del pensamiento occidental y sobre todo europeo. De esta manera, me parece indispensable relacionarlas con las críticas postcoloniales que han recobrado justificadamente mucha importancia. En la tercera sección me propongo discutir este plexo temático. La posición que Rüsen asume frente a la crítica postcolonial prepara el terreno para explicar su propuesta para un "humanismo en la época de la globalización", en la que repararé en la cuarta sección. Dedicaré la última sección a algunas reflexiones sobre la pregunta acerca de la necesidad de una orientación humanista tal como Rüsen la defiende en nuestros días.

Palavras-chave: teoría de la historia; humanismo; globalización; Ciencias Humanas; siglo 21.

Jörn Rüsen and humanism as light in times of darkness

Abstract: In a first section of this article I would like to explain the differences between three concepts that seem to me central not only to understanding Rüsen's ideas but also to actualizing a humanism in the 21st century. As I have already pointed out: humanism is not for Rüsen an intellectual occurrence. It is rather the result of a historical evolution. In the second section I will try to reconstruct the historical genesis of Rüsen's humanism. It will be clear that Rüsen's ideas on humanism are inspired above all in the tradition of Western and especially European thought. In this way, it seems to me indispensable to relate them to the postcolonial criticisms that have rightly recovered much importance. In the third section I propose to discuss this thematic plexus. The position that Rüsen assumes in the face of postcolonial criticism prepares the ground to explain his proposal for a "humanism in the epoch of

globalization", in which I will notice the fourth section. I will devote the last section to some reflections on the question about the need for a humanist orientation as Rösen defends it in our day.

Keywords: theory of history; humanism; globalization; Human Sciences; 21st century.

Me es imposible escribir sobre el pensamiento de Jörn Rösen sin que se interpongan en el intento de desdoblar una suerte de exégesis neutral y objetiva de sus ideas los momentos gratos de tratar a Rösen como persona. Nos conocimos en el 2003 cuando Rösen viajó a México, después de una invitación que le hizo el filósofo mexicano Gustavo Leyva Martínez. Rösen era ya en estos años “presidente” del Instituto de Investigaciones Sociales (*Kulturwissenschaftliches Institut*) en la ciudad alemana de Essen y un académico reconocido tanto en Alemania como fuera de ese país con una carrera envidiable.

Como colaborador en el grupo de organización del evento académico en México que se realizó en la Universidad Autónoma Metropolitana de la Ciudad de México, me tocó recoger a Rösen en el aeropuerto y llevarlo a su hotel. El avión llegó alrededor de las seis de la tarde, la hora que llegan casi todos los vuelos de las líneas aéreas europeas y cuando las filas para la revisión de los pasaportes se hacen más largas de lo común. Cuando yo vengo de un viaje de 11 o 12 horas desde Frankfurt el tiempo de espera para recoger el equipaje y la revisión del pasaporte me absorben las últimas energías. Esperaba a Rösen y pensaba que saldría un hombre de más de 60 años visiblemente cansado a quien tuviera que llevar lo más rápidamente posible al hotel para que descansara.

Finalmente, lo vi saliendo del área de aduana –parece que le tocó además una revisión de su equipaje–. “¿Es usted el profesor Rösen?”, le pregunté. “Sí”, me contestó. “Soy Oliver Kozlerek, vengo para llevarlo al hotel... ¿debe estar usted exhausto!”. “Bueno, sí, estos viajes... ¿qué se hace...?”, me contestó de tal manera que no quedaba ninguna duda de que no quería profundizar más en el malestar del viaje. “Fíjese”, me insistió, “he leído a Kant durante el vuelo”. Me quedé sorprendido. “¿De dónde saca la energía para hablar ahora de Kant?”, pensé. Durante el viaje a través del tráfico pesado de la Ciudad de México al hotel recibí una cátedra brillante sobre el cosmopolitismo y el humanismo de Kant. Nos fuimos al restaurante del hotel, donde nos encontramos con otros invitados del evento que ya habían llegado un día antes. Rápidamente Rösen se convirtió en el centro de atención. Aquella tarde intuí que conocí a una persona que indudablemente se apasionaba por las ideas que él tuvo la fortuna de conocer. Tuve muchas ocasiones para comprobar esta intuición, sobre todo durante mi colaboración en el mega-proyecto “Humanismo in the age of Globalization” que Rösen empezó a dirigir a partir de 2006.

En los más de 20 años que ya tengo moviéndome en el mundo académico debo decir que personas como Rösen son más bien raras. Su ética de trabajo es impecable. También lo es su congruencia y su compromiso con las ideas que manifiestan sus discursos. El humanismo de Jörn Rösen no es una ocurrencia académica, un tema más para movilizar recursos para organizar eventos académicos y publicar libros. Se trata más bien de una convicción profunda que se arraiga en un humus muy fértil de ideas y de valores que reflejan una y otra vez un principio que se dice muy fácilmente, pero que sigue siendo tan difícil de seguir y que se resume en la siguiente frase de Kant: “Obra de tal modo que uses a la humanidad, tanto en tu persona como en la persona de cualquier otro, siempre al mismo tiempo como fin y nunca simplemente como medio”¹.

¹ Kant: AA IV: 429.

La cultura de Rüsen está relacionada íntimamente con la tradición que encuentra en Kant uno de sus garantes más emblemáticos. Pero su compromiso no es con un autor, sino con un complejo de ideas, con una *cultura* que Rüsen entiende tanto como resultado del desdoblamiento histórico como horizonte de orientaciones normativas que se destacan por su validez en nuestro mundo actual.

En lo que sigue quisiera referirme brevemente a lo que podemos considerar los puntos cardinales que orientan al humanismo de Jörn Rüsen.

En una primera sección quisiera explicar las diferencias entre tres conceptos que me parecen centrales no solamente para la comprensión de las ideas de Rüsen, sino también para actualizar un humanismo en el siglo XXI.

Como ya señalé: el humanismo no es para Rüsen una ocurrencia intelectual. Se trata más bien del resultado de una evolución histórica. En la segunda sección trataré de reconstruir la génesis histórica del humanismo de Rüsen.

Quedará claro que las ideas de Rüsen sobre el humanismo se inspiran antes que nada en la tradición del pensamiento occidental y sobre todo europeo. De esta manera, me parece indispensable relacionarlas con las críticas postcoloniales que han recobrado justificadamente mucha importancia. En la tercera sección me propongo discutir este plexo temático.

La posición que Rüsen asume frente a la crítica postcolonial prepara el terreno para explicar su propuesta para un “humanismo en la época de la globalización”, en la que repararé en la cuarta sección.

Dedicaré la última sección a algunas reflexiones sobre la pregunta acerca de la necesidad de una orientación humanista tal como Rüsen la defiende en nuestros días.

1. *Humanität*, humanismo y *Menschlichkeit*

A lo largo de la historia de las ideas han existido diferentes momentos en los cuales se articulaban respectivas formas de humanismo. Para Rüsen estos momentos históricos son importantes. Los intelectuales no solamente producen ideas abstractas, sino que ellos expresan condiciones espirituales que se arraigan en las realidades históricas. En su conjunto estos momentos describen un proceso civilizacional a través del cual se impone cada vez más una imagen del ser humano de sí mismo cargada de elementos normativos.

Rüsen piensa que estos procesos los podemos observar en todas las culturas. “No hay cultura en la que la idea de la esencia del ser humano no jugase un papel importante en la organización sensata de la praxis de la vida. ‘Humanität’ es un concepto que significa una expresión de esta idea (entre otras)”². *Humanität* significa todo aquello que los seres humanos en cuanto especie comparten. Pero, de acuerdo con Rüsen, estas afinidades no se refieren a meras afinidades naturales, sino más bien a las calidades culturales que manifiestan las diversas formas de vidas humanas³.

² Rüsen, Jörn (2010), “Klassischer Humanismus. Ein Ortsbestimmung”, en: Jörn Rüsen (ed.) (2012), *Perspektiven der Humanität. Menschen im Diskurs der Disziplinen*, Bielefeld, p. 55: “Es gibt keine Kultur, in der nicht die Auffassung vom Wesen des Menschen eine wichtige Rolle in der sinnhaften Organisation der Lebenspraxis spielte. ‘Humanität’ ist ein Begriff, der eine Ausprägung dieser Auffassung (unter anderem) bezeichnet”.

³ Ibid.

La categoría de la cultura entra en esta definición no solamente como algo que distingue a las respectivas formas de vida humana, sino también como algo que todos los seres humanos compartimos. Rösen parte del hecho de que la cultura es universal o, mejor dicho: que existen “universales culturales”. “*Humanität* define la condición humana del ser humano como una medida cultural”⁴. Esto significa también que *Humanität* no es solamente un concepto empírico; tampoco en un sentido cultural, como si se tratara de un recipiente de las diversas expresiones culturales. Más bien, el concepto de la *Humanität* ya hipostatiza un sentido normativo –“la condición humana del ser humano”– que finalmente permite “distinguir entre actuar y sufrir inhumano, por una parte, y humano, por la otra”⁵

Hasta aquí hemos hablado del concepto de la *Humanität*. Mas, ¿cómo se relaciona el concepto del humanismo con el de la *Humanität*? Rösen explica: “[...] humanismo proporciona un significado esencial a este parecer instalado en el interior de la estructura de sentido y de los procesos de construcción de sentido de las vidas individual y social”⁶. También podemos decir que el humanismo representa algo así como una fundamentación cultural de la *Humanität*, o que el humanismo representa una suerte de meta-texto grabado en el tejido cultural que conecta los diversos sentidos culturales con un sentido de la *Humanität* que todas las culturas comparten.

Pero, si el interés de Rösen en *Humanität* y consecuentemente en el humanismo no se quiere limitar a un ámbito meramente académico, es decir: si la recuperación del tema y su defensa enfática tal como la encontramos en una gran parte de la obra de Rösen es motivada por preocupaciones por el mundo en el que las personas estamos viviendo, actuando y sufriendo⁷, entonces, creo que aparte de la terminología ya mencionada haría falta un tercer concepto: el de la *Menschlichkeit*.

“Mensch” significa en alemán “ser humano”. Sin embargo, esta palabra rebasa los límites estrictamente antropológicos. El significado ampliado se expresa en su uso en inglés. “He (she) is a *mensch*”, es una frase común –como recuerda Joachim Bauer en uno de los pocos libros que usa la palabra *Menschlichkeit* en su título⁸ –. El *Oxford Dictionary* explica que la palabra “*mensch*” inmigró al inglés sobre todo en EE.UU. procedente del yiddish y que es usada para enfatizar los aspectos de “integridad” y el “honor” de una persona. Podemos decir que esta palabra se refiere ya no a contenidos culturales que pueden o no existir en los respectivos legados culturales, sino a la manera en la cual las personas actúan y se relacionan con otros.

Un problema que críticos han observado sobre todo después de las atrocidades cometidas durante el siglo XX es que los perpetuadores de estas atrocidades han sido no pocas veces personas formadas en el seno de una cultura humanista. Sin embargo, creo que este hecho no desacredita el humanismo, sino visibiliza más bien otro problema: el de la necesaria ‘traducción’⁹ de los contenidos culturales, humanistas, conservados en textos culturales en prácticas sociales que definen a las vidas de las personas en las sociedades actuales.

No es aquí el lugar para indagar más sobre esta problemática. Cabe recordar más bien que ella ha sido tematizada en diferentes momentos por la así llamada Escuela de Frankfurt. El

⁴ “‘Humanität’ definiert das Menschsein des Menschen als kulturelle Größe”. Cf. Jörn Rösen, “Klassischer Humanismus. Ein Ortsbestimmung”, en: Jörn Rösen (ed.) (2012), *Perspektiven der Humanität. Menschen im Diskurs der Disziplinen* (Bielefeld: Transcript, 2010) 273-315.

⁵ “Handeln und Leiden zwischen Unmenschlichkeit und Menschlichkeit”. Cf. Ibidem, 274

⁶ “[...] Humanismus gibt dieser Auffassung eine grundlegende Bedeutung in der Sinnstruktur und den Sinnbildungsprozessen des individuellen und sozialen Lebens”. Cf. Ibid.

⁷ Jörn Rösen, “Einleitung. Menschsein – kognitive Kohärenz in disziplinärer Forschung”, en: Jörn Rösen (ed.) (2012), *Perspektiven der Humanität. Menschen im Diskurs der Disziplinen*, Bielefeld, p.14.

⁸ Joachim Bauer, *Prinzip Menschlichkeit: Warum wir von Natur aus kopieren* (Hamburg: Hoffmann und Campe, 2006).

⁹ Jörn Rösen, “Einleitung. Menschsein – kognitive Kohärenz in disziplinärer Forschung”, en: Jörn Rösen (ed.) (2012), *Perspektiven der Humanität. Menschen im Diskurs der Disziplinen*, Bielefeld, p.14.

libro canónico de Max Horkheimer y Theodor W. Adorno, *Dialéctica de la Ilustración*, es posiblemente uno de los testimonios más destacados en este sentido. En él sus autores tratan de explicar justamente por qué nuestras sociedades provocan cada vez más experiencias inhumanas a pesar del fortalecimiento de una cultura humanista.¹⁰

De acuerdo con las reflexiones sobre la obra de Rösen que me he permitido expresar hasta este momento, puede decirse también que una suerte de “dialéctica del humanismo” corresponde más bien a una especie de fallas en los procesos de traducción de los contenidos culturales humanistas a prácticas sociales humanas (*menschlich*). Sea como sea, me parece que la taxonomía conceptual del humanismo de Rösen pudiera integrar sin problemas una categoría que le permitiría distinguir más insistentemente esta dimensión práctica de la vida social a la que me refiero aquí con la palabra alemana de *Menschlichkeit*.

2. La génesis histórica del humanismo

He tratado de delimitar el contenido del concepto “humanismo” de Rösen, contrastándolo con algunos otros: el de la *Humanität*, tal como lo usa el propio Rösen, y el de la *Menschlichkeit*, aunque este último no pertenece a la terminología de Rösen.

Pero el humanismo de Rösen no es producto de especulaciones conceptuales, sino de una reconstrucción histórica. Hay por lo menos tres momentos en esta historia de “larga duración” a los que Rösen presta mucha atención: 1. El humanismo del “tiempo axial”, 2. el humanismo de la Ilustración (*Aufklärung*) y 3. la época actual que manifiesta la necesidad de un nuevo tipo de humanismo.

1. La categoría del “tiempo axial” la toma Rösen de la obra de Karl Jaspers. En un libro seminal de 1949, *Vom Ursprung und Ziel der Geschichte*, Jaspers presenta una tesis espectacular: pareciera que hace más o menos 2,500 años en diferentes partes del mundo se empezaron a cristalizar formas de civilización nuevas que introdujeron nuevas formas de vida. Según Rösen, éstas pueden ser entendidas como consecuencias de un “brinco evolucionario cultural” (*kulturellen Evolutionsschub*) que se puede definir de la siguiente manera: “El tiempo axial es una época en la cual se produce una nueva comprensión del ser humano y de su mundo, la cual tiene consecuencias duraderas para la formación de las así llamadas ‘culturas del mundo’ o ‘civilizaciones’”.¹¹

Una de las características más sobresalientes de estas nuevas civilizaciones es que principalmente las tres dimensiones existenciales, el sujeto (humano), el mundo (extrahumano) y lo divino (sobrehumano), se empiezan a separar de manera más tajante. También en este contexto enfatiza Rösen la cultura como un factor principal: el ser humano empieza a constituirse “históricamente como categoría cultural, no natural”.¹²

El aspecto principal radica en el hecho de que lo “sobrehumano”, “lo divino” empieza a adquirir una calidad “trascendente” y se distingue cada vez más claramente del “mundo”, es decir: el lugar de la vida humana. Para Rösen estas tendencias se empiezan a marcar en todas las grandes religiones mundiales: en el judaísmo, en el cristianismo y en el

¹⁰ Otro ejemplo de una crítica importante lo encontramos en la obra de Michel Foucault. Sin embargo, opino que las conclusiones que Foucault deriva de sus investigaciones y que se expresan en un rechazo categórico del humanismo no son las adecuadas. El problema no es el humanismo, sino la “traducción” de humanismo en prácticas sociales coherentes con sus exigencias normativas.

¹¹ “Die Achsenzeit ist eine Zeit, in der ein neues Verständnis des Menschen und seiner Welt entsteht und sich durchsetzt mit einer langen Folgewirkung in der Ausprägung von sogenannten ‘Weltkulturen’ oder Zivilizationen”.
Cf. Ibid, 285.

¹² Cf. Ibid.

islam, en el budismo, en el hinduismo, el confucianismo y el daoísmo (véase Ibid. 286). Rüsén concluye: “El estatus trascendente de la fuente que proporciona sentido divino condujo a una nueva idea de humanidad”.¹³

Es en este sentido que se produce el germen de un tipo de humanismo que se desdobra en los siglos posteriores hasta nuestros días. No obstante, debe quedar claro también que para Rüsén los humanismos del tiempo axial todavía carecen de madurez. Si bien las concepciones humanas empezaron a hacerse cada vez más incluyentes –y consecuentemente universales– prevalecían todavía concepciones limitadas de lo humano:

La identidad cultural que se remite a la universalidad podía reclamar el privilegio de representar a la humanidad como “civilizada” de acuerdo con sus características, mientras la otredad de los otros había sido determinada solamente como una suerte de humanidad reducida, es decir: como falta de una “verdadera humanidad”.¹⁴

No obstante, de acuerdo con las ideas de Rüsén sería imposible entender los alcances del tiempo axial si solamente viéramos estas limitaciones. Hay que ver también los enormes avances en dirección de una verdadera universalización de las ideas acerca de lo humano que en estos momentos se lograron y que se consolidaron en momentos posteriores de la historia. Uno de estos logros se manifiesta justamente en haber alcanzado grados cada vez más incluyentes de universalidad que empieza a desplegarse en las grandes religiones. Rüsén resume esta idea remitiéndose a un ejemplo interesante: “Se hizo, entonces, posible decir (explícitamente en el judaísmo y en el islam) que asesinar a una sola persona humana significa asesinar a toda la humanidad”.¹⁵

Ciertamente, estos desarrollos significaron también un declive paulatino de las identidades etnocéntricas, aunque éstas se mostraron muy resistentes. Pasaron todavía muchos siglos antes de que las estructuras de legitimidad etnocéntricas empezaran a relativizarse, aunque incluso hoy éstas amenazan con nuevas y renovadas energías.

2. La lectura de Rüsén del “tiempo axial” es una lectura desde el presente. No se trata de ninguna manera de una suerte de idealización de este pasado remoto. Pero el momento de culminación del tipo de humanismo que Rüsén pretende reconstruir y en el cual él todavía encuentra una vitalidad no agotada, es la Ilustración. Y, como ya hemos señalado, es sobre todo en Kant en quien Rüsén encuentra una expresión clave de su propio humanismo.

Un momento importante en la transición hacia esta “modernidad” del humanismo es para Rüsén la secularización, esto es: el hecho de que la “legitimidad” del “orden de la vida social” no se erige exclusivamente en una fundamentación religiosa. En este contexto Rüsén reconoce la importancia de las ciencias; en un primer momento de las ciencias naturales, y posteriormente también de las ciencias sociales y culturales.

Para Rüsén la expresión culminante de este nuevo humanismo coincide con el reconocimiento de que esta nueva fundamentación idealista se basa en una suerte de “subjetividad secular”. Nuevamente él encuentra en Kant el garante más importante de esta idea. Ahora bien, para Rüsén queda claro que de esta manera no se elimina radicalmente la

¹³ “Der transcendente Status der sinngebenden Quelle des Göttlichen führte zu einer neuen Idee der Menschheit”. Cf. Ibid, 287.

¹⁴ “Kulturelle Identität, die sich auf diese Universalität bezog, konnte für sich das Privileg in Anspruch nehmen, die Menschheit in einer ihrem Wesen gemäßen Weise als ‘zivilisiert’ darzustellen, während das Anderssein der Anderen nur als reduzierte Humanität, also durch das Fehlen der ‘wahren Humanität’ bestimmt wurde”. Ibid, 288.

¹⁵ “Es wurde also möglich zu sagen (explizit im Judentum und im Islam), dass das Töten eines einzigen menschlichen Wesens das Töten der Menschheit im Ganzen bedeutet”. Cf. Ibid, 287.

religiosidad. Más bien, las energías religiosas se depositan ahora en una “subjetividad individual y personal profundizada”.¹⁶ El humanismo que se nutre de esta subjetividad “religiosa” no es el resultado de un proceso de secularización radical, sino más bien de una especie de transposición de las energías religiosas depositadas ahora en el ser humano mismo.

Hay en total seis momentos que describen el proceso de la modernización del humanismo de acuerdo con Rüsen.

a) La primera es la *mundialización*. Rüsen utiliza la palabra alemana *Verveltlichung* (mundialización) para referirse a este plexo temático y conscientemente no *Säkularisierung* (secularización). Es posible que Rüsen haya tomado esta decisión precisamente para evitar la idea de que el proceso hacia la modernidad hubiese sido sobre todo un proceso de eliminación de las energías o experiencias religiosas. Como hemos visto hace unos instantes, de acuerdo con Rüsen, las energías religiosas realmente no desaparecen, más bien se canalizan hacia otros ámbitos existenciales de la vida humana. Pero estos procesos coinciden sobre todo con una especie de diferenciación de diversos espacios existenciales. En la modernidad estos procesos condujeron a la cristalización de un área *mundana* o, dicho de otra manera: a la constitución del *mundo*. Rüsen recuerda que en términos cognitivos las ciencias –primero las naturales, después las sociales y culturales– abren espacios de prácticas institucionalizadas que son cada vez más importantes en la constitución del *mundo* moderno¹⁷.

b) El segundo concepto es el de la *universalización*. Hoy día es difícil justificar el universalismo. Tratando de hacerlo uno se expone a la sospecha de cultivar una suerte de imperialismo que se nutre de la idea de que el universalismo es siempre, en realidad, un “provincialismo” que se impone sobre todos los demás “provincialismos” a través de la fuerza (Chakrabarty). Sin embargo, si bien Rüsen reconoce este problema, insiste en la necesidad de una posición universalista. No solamente porque él cree que el ser humano e incluso sus respectivas culturas comparten rasgos claramente universales a pesar de todas las diferencias, sino también porque él está convencido de que la historia fomenta y requiere hoy día más que nunca una especie de humanismo universalista.¹⁸

c) La ya mencionada mundialización del ser humano también coincide con su *naturalización*.

El ser humano se descubre desde inicios de la época moderna (*Neuzeit*) como una suerte de oposición y de relación dialéctica como ser natural y espiritual: por un lado, se convirtió en cosa, es decir: en objeto corporal de un análisis racional, así como de la dominación técnica y de la manipulación que de este emana. Por otro lado, se convierte en sujeto de este análisis racional, en amo de la dominación y de la manipulación.¹⁹

Esta constelación “naturalización-racionalización” está íntimamente relacionada con y se encuentra institucionalizada en las ciencias.

d) El siguiente aspecto es el de la *idealización*. Ya hemos visto que lo religioso no se elimina absolutamente de los mundos modernos, sino que más bien se transforma de acuerdo

¹⁶ Ibid.

¹⁷ Wolfgang Welsch, *Homo mundus. Jenseits der anthropischen Denkform der Moderne*, Weilerswist: Velbrück, 2012), Oliver Kozlarek, *Modernidad como conciencia del mundo. Ideas en torno a una teoría social humanista para la modernidad global* (México, D.F.: Siglo XXI, 2014) e Oliver Kozlarek, *Modernidad, crítica y humanismo* (Morelia: UMSNH/Silla Vacía, 2015).

¹⁸ Regresaré a este tema en la sección 4 de este texto.

¹⁹ “Der Mensch entdeckte sich seit Beginn der Neuzeit in einer scharfen Entgegensetzung und dialektischen Vermittlung als Natur- und als Geistwesen: Einerseits wurde er zum Ding, d.h. zum körperhaften Objekt einer rationalen Analyse und davon ausgehenden technischen Beherrschung und Manipulation. Andererseits wurde er zum Subjekt dieser rationalen Analyse, Herr der Beherrschung und Manipulation”. Ibid, 295.

con la diferenciación de los diversos espacios existenciales de la vida humana moderna. Este proceso que inicia en el tiempo axial y que se consolida cada vez más en los respectivos momentos modernizadores se destaca sobre todo por una separación de las esferas religiosas y otras esferas vivenciales que ahora ya no operan estrictamente bajo la consigna de la religión. Esto ha conducido a una situación en la cual los ámbitos no religiosos operan cada vez más orientados exclusivamente en una racionalidad científicista o, como han señalado algunos críticos: “instrumental”. Sin embargo, no debe olvidarse que estas tendencias racionalizantes han encontrado siempre resistencia. Rüsén encuentra un primer momento en el siglo XV cuando Nicolás Cusano insistía en entender al ser humano como una suerte de *alter deus* quien “produce lo divino en la naturaleza también humana”.²⁰ Rüsén se refiere a estas tendencias de *idealización*, pensando nuevamente en Kant como un momento culminante. Aquí Rüsén regresa a insistir en el papel de la cultura y en este sentido enfatizaba la importancia de la “formación” (*Bildung*). Esta última le proporciona a la cultura la posibilidad de evolucionar: “La cultura humana se produce como algo evolucionario a través del “aparato de la formación” (*Bildungstrieb*) [...]” (Ibid. 298).

e) Un punto importante en la lista de los rasgos que definen a la condición moderna es la *historización*. Esto es así no solamente porque Rüsén es historiador, sino porque en la época moderna se puede observar una “temporalización estructural de la idea de lo humano del ser humano” (Ibid. 299). Con esta aclaración Rüsén se refiere al hecho de que en la modernidad la vida humana experimenta una especie de emancipación de las estructuras temporales tanto naturales como divinas. De acuerdo con Reinhardt Koselleck, a quien Rüsén cita en este contexto, puede decirse que a partir de ahora se establece una compleja dialéctica entre “espacios de experiencia” (*Erfahrungsraum*) y “horizontes de expectativas” (*Erwartungshorizont*).²¹

f) La última referencia la dedica Rüsén al tema de la *individualización*, reparando sobre todo en las consecuencias políticas de esta idea que se empieza a expresar ya desde la Edad Media, pero que adquiere una forma más actual con los protagonistas tempranos de la filosofía política moderna: Thomas Hobbes y John Locke.

Rüsén admite que todas estas ideas solamente tienen un sentido si los entendemos como “tipos ideales” (Weber). Sin embargo, ellos marcan los puntos claves de una estructura conceptual en la cual se reflejan las realidades sociales y culturales de las sociedades modernas que culminan en el humanismo moderno.

Ahora bien, antes de discutir con más detenimiento la propuesta de Rüsén para un nuevo humanismo en la fase actual de la globalización quisiera detenerme en una posible crítica a su visión histórica procedente de la teoría postcolonial.

3. Rüsén y la crítica postcolonial

Puede decirse que la crítica postcolonial se concentra en denunciar y deconstruir discursos eurocéntricos.²² Desde la perspectiva de esta corriente de pensamiento, la cultura occidental y sobre todo la cultura académica reproducen condiciones epistemológicas que fomentan la dominación también política y económica de Occidente sobre el “resto” (Hall) del mundo. Principalmente todos los discursos y teorías se encuentran bajo la sospecha de producir y reproducir el eurocentrismo.

²⁰ Cf. Ibid, 297.

²¹ Cf. Ibid, 300.

²² Cf. Oliver Kozlarek, *Postcolonial Reconstruction: A Sociological Reading of Octavio Paz* (Berlin/New York: Springer, 2016).

Sin embargo, aparte de esta sospecha generalizada en contra de todo el pensamiento que se produce en “Occidente”, una tarea importante consistiría en buscar el diálogo con aquellos que están bajo sospecha. Ciertamente, esta tarea no es fácil de realizar. Hay una razón obvia: muchos de los autores que son criticados como eurocéntricos ya no viven. Pero hay una razón más: discutir con alguien sobre su supuesto eurocentrismo requiere de una suerte de autocrítica por parte de los supuestos eurocéntricos, aunque también por parte de los que expresan la crítica. Los primeros tendrían que reconocer que existe un problema en el pensamiento occidental. Los segundos, en cambio, deberían tener una disposición de dialogar. Esta no necesariamente se manifiesta en la crítica postcolonial actual, en la cual domina claramente la ya mencionada actitud de denuncia, mas no de diálogo.²³

Cabe mencionar que existen algunas excepciones. Una es el filósofo argentino-mexicano Enrique Dussel, quien ha buscado el diálogo con algunos de los pensadores europeos más representativos. Dussel es hoy día posiblemente uno de los autores más citados por parte de los representantes de la teoría postcolonial y sobre todo “decolonial”. Sin embargo, el interés de los representantes de la crítica postcolonial en la obra de Dussel no se centra en sus esfuerzos de buscar el diálogo con pensadores europeos. Más bien lo ven como un representante de un pensamiento diferente, un “pensamiento del Sur”. Puede decirse que los esfuerzos de Dussel de entablar un diálogo con el pensamiento europeo no siempre produjeron los resultados deseados. En parte porque los interlocutores de Dussel no se querían exponer a la crítica del eurocentrismo.²⁴ Sin embargo, me parece que los intentos de Dussel en este sentido siguen siendo ejemplares y que sería deseable que se convirtieran en estrategias más sistemáticas que fueran más allá del esfuerzo de una sola persona.

Ahora bien, pienso que Jörn Rüsen ha tratado justamente esto. Es uno de los académicos europeos que muy insistentemente ha buscado el diálogo con representantes de otras culturas. En sus esfuerzos Rüsen no solamente está atento a la crítica postcolonial, sino también promueve la necesidad de una autocrítica del pensamiento europeo. En una reflexión sobre el “pensamiento histórico” (*Geschichtsdenken*) explica:

Los países, pueblos, sociedades y estados europeos se encuentran cuestionados y retados en una forma nueva por los pueblos y las culturas no europeas, los cuales critican a la hegemonía cultural de Occidente y quieren liberarse enérgicamente de las interpretaciones históricas que nosotros los hemos impuesto. El pensamiento histórico occidental tiene que enfrentarse a la crítica de la ideología [...].²⁵

Desde los campos de la crítica postcolonial emergió recientemente un rechazo a todos aquellos que buscan sobre todo una mera “acumulación” y “adición” de ideas. Gurminder Bhambra explica:

²³ Creo que de esta manera la crítica postcolonial se priva de la posibilidad de desarrollar un pensamiento más propositivo con capacidad de intervenir en los grandes debates (no solamente académicos) actuales. Es notoria, por ejemplo, la falta de reacciones por parte de la crítica postcolonial a los problemas que suscitaban los ataques terroristas del 11 de septiembre de 2001, o el fundamentalismo islámico en la actualidad.

²⁴ Posiblemente puede decirse que el ejemplo más exitoso ha sido el debate entre Dussel y Karl-Otto Apel.

²⁵ Die europäischen Länder, Völker, Gesellschaften und Staaten finden sich auf neue Weise in Frage gestellt und herausgefordert durch nicht-europäische Völker und Kulturen, die die kulturelle Hegemonie des Westens kritisieren und sich entscheiden und energisch aus den historischen Deutungen befreien wollen, die ihnen von uns angedonnen wurden. Das westliche Geschichtsdenken muss sich mit der Ideologiekritik auseinandersetzen [...]. Cf. Jörn Rüsen, “Einleitung: Geschichtsdenken im interkulturellen Diskurs”, en: Jörn Rüsen (ed.), *Westliches Geschichtsdenken. Eine interkulturelle Debatte* (Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1999), 17.

La acumulación de “otras” voces en el campo anteriormente dominado por voces particulares solamente fortalece las teorías que entonces establecemos con base en este conocimiento. Debe reconocerse, sin embargo, que estos silencios no pueden ser tematizados simplemente añadiéndolos a las comprensiones preexistentes [...]. Nuevas comprensiones históricas no pueden ser añadidas a las pre-existentes sin, de alguna u otra manera, cuestionar la legitimidad y la validez de los parámetros –tanto históricos y éticos– anteriormente aceptados.²⁶

Su propuesta para una teoría postcolonial “reconoce la pluralidad de interpretaciones y selecciones posibles no tanto como ‘descripción’, sino como una oportunidad para reconsiderar lo que previamente pensamos conocer”.²⁷

Si no mal entiendo a Rüsen, él compartiría estas ideas. En un libro que pretende comparar las diferentes maneras de la “construcción histórica de sentido” (*historische Sinnbildung*) Rüsen dice: “Sería completamente insatisfactorio si simplemente estuviéramos juntando historiografías que se refieren a diferentes países y regiones”.²⁸ Pero hay también una diferencia interesante en comparación con las ideas de Bhambra: mientras ella busca la “posibilidad de reconsiderar lo previamente” pensado, Rüsen está más bien interesado en identificar a través de la comparación un “marco amplio y común”.²⁹

Podemos decir que lo que a Rüsen le interesa es el diálogo entre las diferentes culturas, que se basa en el reconocimiento de *todas* las tradiciones, sin afincarse ciegamente en una de ellas para llegar a un acuerdo o a un consenso sobre algunas cuestiones básicas de cómo entender al ser humano.

Claro está que el reconocimiento de todas las tradiciones también incluye el reconocimiento de la tradición occidental y de la tradición europea que Rüsen pretende defender decididamente, aunque no sin someterla a una crítica. Su crítica se dispara a través del diálogo que permite romper con las inercias identitarias que son promovidas por lo que Rüsen llama el “culturalismo”. “El culturalismo convierte la diferencia cultural en una monadología hermenéutica, la cual impide la comunicación intercultural [...]”.³⁰

4. Humanismo en la época de la globalización

“Humanismo en la época de la globalización” es el título de un proyecto de investigación que Rüsen dirigió en sus últimos años como presidente del Instituto de Investigaciones Culturales (*Kulturwissenschaftliches Institut*) en Essen. En y a través del proyecto, Rüsen buscaba decididamente la comunicación con académicos de muchas otras culturas. Pero la idea de Rüsen no consiste solamente en encontrar afinidades en las respectivas conceptualizaciones del ser humano o de lo que se pueda entender por “dignidad humana”, sino también en encontrar orientaciones culturales en una “nueva forma de humanismo” ante

²⁶ Gurinder K. Bhambra, *Rethinking Modernity: Postcolonialism and the Sociological Imagination* (Nueva York: Palgrave Macmillan, 2007), 148.

²⁷ *Idem*, “Comparative Historical Sociology and the State: Problems of Method”, en: *Cultural Sociology*, Vol. 10, 3 (2016) (347).

²⁸ “Es wäre ganz unbefriedigend, lediglich Historiographiegeschichten, die sich auf verschiedene Länder und Regionen beziehen, zu addieren”. Cf. Jörn Rüsen, “Theoretische Zugänge zum interkulturellen Vergleich historischen Denkens”, en: Jörn Rüsen/Michael Gottlob/Achim Mittag (eds.), *Die Vielfalt der Kulturen. Erinnerung, Geschichte und Identität 4* (Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1998), 39.

²⁹ Cf. *Ibid.*

³⁰ “Der Kulturalismus macht aus der kulturellen Differenz eine hermeneutische Monadologie, die interkulturelle Kommunikation verhindert [...]”. Cf. Jörn Rüsen, “Einleitung: Geschichtsdenken im interkulturellen Diskurs”, en: Jörn Rüsen (ed.), *Westliches Geschichtsdenken. Eine interkulturelle Debatte*, 21.

los “[c]onflictos globales contemporáneos en campos tan diversos como los de la política, la economía, la cultura y la religión”.³¹

Ya hemos visto que para Rüsen cualquier humanismo se arraiga en una idea de lo que es el ser humano. Rüsen recuerda a sus lectores que hoy día esta pregunta se encuentra lejos de haber encontrado una respuesta definitiva. En el texto aquí citado menciona a las ciencias neuronales como un ejemplo potente para tratar de “naturalizar” al ser humano. No obstante, Rüsen insiste una vez más que para la comprensión de la “naturaleza” humana es indispensable reconocer la centralidad de la cultura. “Es precisamente este énfasis sobre el concepto de la ‘naturaleza cultural del hombre’ el que coloca al humanismo en plena discrepancia y oposición contra todas aquellas expresiones que tienden a ‘naturalizar’ la condición humana”.³²

Pero esto no solamente significa que “cultura” – es decir: el conjunto de significados simbólicos que dotan el mundo que nos rodea con sentido– defina lo meramente humano, sino también que el humanismo al que Rüsen aspira se arraiga en esta condición cultural del ser humano. Y, finalmente –y relacionado con lo anterior– puede decirse que el humanismo representa algo así como la referencia central de la(s) cultura(s) humana(s). Es en y a través del humanismo que las culturas humanas se orientan normativamente a sí mismas.

Ahora bien, en la “época de la globalización” se requiere de un humanismo nuevo porque uno de los retos más destacados es justamente el de una suerte de lucha por el reconocimiento de las diversas culturas humanas. La pregunta es entonces: ¿cómo pueden las diversas culturas ponerse de acuerdo para no desgastarse en el dichoso “choque de las civilizaciones” pronosticado por el politólogo estadounidense Samuel Huntington? Para Rüsen esto es solamente posible si logramos superar el relativismo cultural que domina los debates no sólo académicos en la actualidad y si regresamos a creer en y a buscar sistemáticamente aquello que compartimos todos a pesar de las diferencias. Una consecuencia importante de esta comprensión es que un humanismo que se arraiga en la condición cultural de los seres humanos no se petrifique en contenidos determinados.

Relacionado con esto hay otro aspecto del humanismo de Rüsen que quisiera resaltar: un humanismo cultural que no se petrifica en dogma, que se mantiene abierto y flexible, tampoco es una construcción radicalmente abstracta que no se relaciona con los temas acuciantes que inquietan a los seres humanos en sus vidas concretas. Al contrario, se trata de un dispositivo cultural que se activa y reactiva, que se produce y reproduce justamente en y a través del interior de las vidas políticas, económicas y sociales, promoviendo la construcción de propuestas frente a los problemas que en todos estos ámbitos existenciales de las vidas humanas pudiesen surgir. Rüsen lo expresa en las siguientes palabras:

El humanismo debe ser finalmente considerado una fuerza propulsora en la vida política, económica y social. Su poder generador de nuevos significados tiene sin embargo que ir más allá de los límites de esta “realidad”, penetrar en los reinos de la imaginación, de la fantasía y de la ficción. Si bien no escapará de los ámbitos de la vida práctica, logrará sin embargo fortalecer la mente humana haciéndola más humana.³³

5. Para concluir: ¿realmente necesitamos un nuevo humanismo?

³¹ Jörn Rüsen, “Humanismo en la época de la globalización. Ideas sobre una nueva orientación cultural”, en: Jörn Rüsen/Oliver Kozlarek (coord.), *Humanismo en la era de la globalización. Desafíos y perspectivas* (Buenos Aires: Biblos, 2009), 17.

³² *Cf.* Ibid., 25-26.

³³ Ibid., 27.

Estamos viviendo actualmente en un mundo en transición. Es difícil predecir hacia dónde estos procesos nos llevarán; lo que es seguro es que ellos trasgreden los límites de lo que normativamente pensamos haber alcanzado.

En momentos históricos comparables – por ejemplo, cuando en los años 20 y 30 del siglo pasado empezaron a evidenciarse los signos de que ciertos logros civilizatorios aparentemente no eran tan seguros como se había pensado– los intelectuales trataron de asegurarse de los recursos del humanismo. Estas reacciones las podemos encontrar tanto en Europa como en América. Los reflejos de los intelectuales de ambas partes del Atlántico debían haber sentido una suerte de necesidad de acordarse de aquello que más allá de las diferencias nacionales, culturales e ideológicas nos une a todos los seres humanos.³⁴

Después de la Segunda Guerra Mundial y la aniquilación sistemática e industrial de millones de seres humanos el humanismo es fuertemente cuestionado. Cabe mencionar aquí solamente la famosa “Carta sobre el humanismo” de Heidegger³⁵. ¿Caducó entonces el humanismo?

Algunos incluso sospechaban que las atrocidades de la Alemania nazi pusieron de manifiesto la verdadera naturaleza de la civilización “humanista” occidental, aplicando ahora a la población “blanca” de Europa medidas que los pueblos colonizados tuvieron que sufrir desde hace muchos siglos.³⁶ ¿Ha estado el humanismo entonces siempre en complicidad con el colonialismo?

Creo que ambas ideas son equivocadas. El humanismo no es una ocurrencia de esta o aquella cultura, y mucho menos una invención ideológica. Se trata más bien –tal como lo entiende perfectamente Jörn Rüsen – de una consecuencia de un mundo cada vez más complejo que se convierte de manera indetenible en *un* mundo de y para todos los seres humanos³⁷.

Pero, ¿no podemos objetarle a Rüsen que el humanismo sigue siendo un conjunto de *ideas* que no corresponden a las realidades de los procesos globalizantes? La respuesta a esta pregunta tendría que ser positiva si esta realidad consistiera solamente en la expansión de los mercados, como algunos efectivamente reclaman. Hoy sabemos mejor que nunca que el mercado no basta para la integración de la humanidad a nivel planetario. No en última instancia los nuevos y viejos etnocentrismos, nacionalismos y fundamentalismos religiosos evidencian claramente esta situación. Mas estos fenómenos son mal entendidos si no son vistos también como reacciones a un conjunto de valores que se impusieron cada vez más en las últimas décadas. Entre estos valores se destacan el multiculturalismo, la apertura a las orientaciones sexuales, el reconocimiento de los derechos de grupos étnicos, culturales y nacionales, la emancipación de las mujeres, la preocupación por los problemas ecológicos, formas de organización políticas democráticas y pacíficas, etc.³⁸ Creo que en este tipo de

³⁴ Es interesante que encontramos estas reacciones tanto en Alemania después de la Primera Guerra Mundial como en México después de la Revolución (sobre el humanismo en México Kozlarek 2014).

³⁵ Martin Heidegger, “Brief über den Humanismus (1946)”, Gesamtausgabe/i. Abteilung: Veröffentlichte Schriften (1910-1976)/Band 9: Wegmarken, Frankfurt del Meno, Vittorio Klostermann, 1976, ed. Friedrich-Wilhelm von Herrmann, pp. 312-364.

³⁶ Cf. Aimé Césaire, “Discurso sobre el colonialismo”, en Philippe Ollé-Laprune (ed.), Para ler a Aimé Césaire (México, Fondo de Cultura Económica, 2008), 313-355.

³⁷ Jörn Rüsen, “Humanism and Muslim Culture: Historical Heritage and Contemporary Challenges”, en: Stefan Reichmuth/Jörn Rüsen/Aladdin Sarhan (eds.) *Humanism and Muslim Culture. Historical Heritage and Contemporary Challenges* (Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2012) 13-14.

³⁸ Agradezco a Volker H. Schmidt el haberme recomendado este texto. Cf. Ronald F. Inglehart and Pippa Norris, “Trump, Brexit, and the Rise of Populism: Economic Have-Nots and Cultural Backlash”, *Faculty Research Working Paper Series*, Harvard Kennedy School (2016) <https://research.hks.harvard.edu/publications/workingpapers/Index.aspx> [consultado: 20 de enero 2017].

manifestaciones políticas, sociales y no en última instancia *culturales* encontramos las expresiones actuales más importantes de un humanismo fuerte con bases sólidas a nivel global que se está gestionando desde los años 1960.

Visto de esta manera puede decirse que el “nuevo humanismo” que Rüsen busca ya existe; es más: ha construido formas de vida significativas en muchas partes del mundo. Sin embargo, puede ser que ante los ataques desde diversos frentes (desde los nuevos populismos de la derecha hasta los fundamentalismos religiosos) este humanismo se encuentra actualmente en una de sus más severas crisis.

El legado de la obra de Jörn Rüsen, ante este escenario, es el de haber reconocido y defendido con toda claridad las raíces de este humanismo. Es en este sentido que su obra representa un faro de luz importante en los nuevos tiempos de oscuridad.



DOSSIÊ: sentido e relevância da História no mundo contemporâneo

Visibilidade e visualização¹

André de Melo Araújo

Prof. Adjunto do Departamento de História da Universidade de Brasília
andaraujo@unb.br

Recebido em 04/02/2017. Aprovado em 31/03/2017.

Como citar este artigo: Araújo, André de M. "Visibilidade e visualização". *Intelligere, Revista de História Intelectual*, vol. 3, nº2, p. 47-53. 2017. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: Este artigo analisa o conceito de constituição estética do sentido histórico tal como apresentado na obra de Jörn Rüsen. Em um primeiro passo, identificam-se os pontos de contato do quadro teórico de Rüsen com o conceito de densidade icônica do sentido, desenvolvido pelo historiador da arte Max Imdahl. Em um segundo passo, os termos do debate anunciado por Rüsen são ampliados, uma vez que o atual desafio colocado pelas imagens não mais se limita à possibilidade de conferir visibilidade aos acontecimentos ou ao sentido históricos, mas se reconfigura ao considerar as estratégias por meio das quais os objetos da ciência e o pensamento científico são visualizados.

Palavras-chave: Jörn Rüsen; Imagem; Estética.

Visibility and visualization

Abstract: This article analyzes the aesthetic concept of historical sense as developed in Jörn Rüsen's work. In a first step, I identify the points of contact of Jörn Rüsen's theoretical framework with the concept of iconic density of sense, as developed by the art historian Max Imdahl. In a second step, the terms of the debate announced by Rüsen are broadened, since the current challenge posed by the images is no longer limited to the possibility of giving visibility to historical events or to the historical sense, but is reconfigured when considering the strategies through which the objects of science and the scientific thought itself are visualized.

Keywords: Jörn Rüsen; Image; Aesthetics.

¹ O autor agradece à Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio para realização de uma pesquisa mais ampla sobre a informação visual no conhecimento histórico. Também agradeço a Arthur Alfaix Assis pelos comentários feitos à primeira versão deste artigo.

I will define the epigraph roughly as a quotation placed *en exergue* [in the exergue], generally at the head of a work or a section of a work; literally, *en exergue* means *off* the work, which is going a little too far. Here the exergue is, rather, at the *edge* of the work, generally closest to the text – thus, following the dedication, if there is one. Hence the metonymy, so common nowadays, of *exergue* for ‘epigraph’ – a metonymy that does not seem to me very felicitous, for it confuses the thing with the place.²

Não são raros os trabalhos de Jörn Rüsen precedidos por uma epígrafe. As passagens localizadas acima do texto principal, *en exergue*, revelam predileções, embates e circunstâncias de vida relacionados à trajetória acadêmica do teórico da História alemão. Herder, Schiller e Gervinus fazem parte das predileções, Nietzsche dos embates, enquanto que ditos expressos cartões postais,³ assim como também respostas de alunos a questionários,⁴ pertencem às experiências elevadas ao canto superior direito de suas páginas escritas. Sem pretensões estatísticas definitivas, parece-me que as ideias mais recorrentes que figuram de forma destacada nos artigos de Rüsen são aquelas de Leopold von Ranke.

A recorrência tanto no corpo do texto quanto nas epígrafes de Rüsen ao pensamento de Ranke se justifica sobretudo pela necessidade de refutar a visão comum segundo a qual o caráter científico da História encontra-se em oposição às dimensões retórica e estética da historiografia.⁵ Em Ranke, o teórico alemão encontra apoio para afirmar que

A História se diferencia das demais ciências porque ela é, simultaneamente, uma arte. Ela é ciência na medida em que recolhe, descobre, analisa em profundidade; e arte na medida em que representa e torna a dar forma ao que é descoberto, ao que é apreendido. Outras ciências se contentam simplesmente em registrar o que é descoberto em si mesmo: a isso se soma, na História, a capacidade de recriação.⁶

O pensamento de Ranke reproduzido acima foi retomado em diversas ocasiões por Jörn Rüsen. Ao endossar a atitude mediadora expressa nessa passagem, Rüsen tem por objetivo definir a dimensão estética da historiografia de modo associado à capacidade de recriação daquilo que a pesquisa histórica recolhe, descobre e analisa. E é em função dessa mesma dimensão estética da historiografia que se pode identificar “um elemento de liberdade”⁷ nas práticas rigorosas da operação do conhecimento guiada pelo método científico.

² Gerard Genette, *Paratexts: Thresholds of interpretation* (Cambridge: Cambridge University Press, 1997), 144.

³ Veja-se a epígrafe publicada em: Jörn Rüsen, “Die Zukunft der Vergangenheit”. In: *Zerbrechende Zeit: Über den Sinn der Geschichte* (Köln/Weimar/Wien: Böhlau, 2001), 131.

⁴ Esse é o caso da epígrafe publicada em: Jörn Rüsen, “Narrative Competence: The Ontogeny of Historical and Moral Consciousness”. In: Jörn Rüsen, *History: Narration – Interpretation – Orientation* (New York/Oxford: Berghahn Books, 2005), 21.

⁵ Sobre essa posição, consulte-se sobretudo: Jörn Rüsen, “Rhetoric and Aesthetics of History: Leopold von Ranke”. In: Jörn Rüsen, *History: Narration – Interpretation – Orientation* (New York/Oxford: Berghahn Books, 2005), 41.

⁶ Leopold von Ranke, “O conceito de história universal (1831) [Trad.: Sérgio da Mata]”. In: *A História Pensada. Teoria e método na historiografia europeia do século XIX*, ed. Estevão de Rezende Martins (São Paulo: Contexto, 2010), 202.

⁷ Jörn Rüsen, “Rhetoric and Aesthetics of History: Leopold von Ranke”. In: *History: Narration – Interpretation – Orientation* (New York/Oxford: Berghahn Books, 2005), 50-54; Jörn Rüsen, *Teoria da história: uma teoria da história como ciência* (Curitiba: Ed. UFPR, 2015), 86.

Da atitude mediadora presente em Ranke e reafirmada por Rüsen, derivam dois problemas fundamentais. Uma vez que a História é arte na medida em que representa aquilo que é analisado rigorosamente em termos científicos, conjugam-se, em primeiro lugar, os procedimentos do método com a responsabilidade ética da liberdade controlada das práticas representacionais. Esse primeiro problema, ainda que de importância destacada, será considerado apenas marginalmente neste artigo. O foco deste estudo incide preferencialmente sobre um segundo problema derivado da atitude mediadora proposta por Rüsen, a saber: o que atualiza o realismo peculiar⁸ que combina o elemento de liberdade da expressão artística com o rigor do procedimento científico no pensamento histórico? E em que medida a importância desse realismo peculiar se reconfigura frente ao desafio presente da constituição estética do sentido histórico? Para enfrentar esse problema, procurar-se-á identificar, na primeira parte deste artigo, os pontos de contato do trabalho teórico alemão com o conceito de *densidade icônica do sentido*, tal como defendido por seu colega na Universidade de Bochum e professor de História da Arte, Max Imdahl. Na segunda parte do artigo, os termos do debate anunciado por Rüsen são ampliados, uma vez que o atual desafio colocado pelas imagens não mais se limita à possibilidade de conferir visibilidade aos acontecimentos ou ao sentido histórico, mas se reconfigura ao considerar as estratégias por meio das quais os objetos da ciência e o pensamento científico são visualizados.

Recomposição do problema: visibilidade

A passagem reproduzida acima e extraída das preleções de Ranke sobre o conceito de história universal ganha destaque, como epígrafe, em pelo menos duas versões distintas de um texto de Jörn Rüsen sobre a visibilidade da História.⁹ Nesses textos, o teórico alemão sustenta a tese segundo a qual a articulação da consciência histórica humana tem uma dimensão estética.¹⁰ Ao desenvolver essa tese, Rüsen confere destaque ao caráter sensorial do processo de apreensão visual de vestígios, símbolos e imagens relacionados a situações históricas particulares. Nesse sentido, o caminho aberto por Rüsen é tranquilo. A experiência cotidiana daqueles que observam torres de concreto e aço serem erguidas ao lado de construções mais antigas configura um exemplo claro da percepção visual da diferença temporal. Atribuir sentido histórico, no entanto, a acontecimentos do passado cujo valor para o presente justifica, por exemplo, a preservação de construções mais antigas relacionadas a esses acontecimentos, é tarefa da historiografia.

O movimento de constituição do sentido histórico é impulsionado, para Jörn Rüsen, por carências de orientação do presente e resulta do esforço analítico que ganha forma com a capacidade de recriação daquilo que a pesquisa histórica recolhe, descobre e analisa. Assim, o sentido histórico é conformado discursivamente – característica esta que confere fôlego à visão comum segundo a qual as dimensões retórica e estética da historiografia se sobrepõem ao seu caráter científico. Ciente do perigo moral que a radicalização dessa proposta apresenta para a História, o teórico alemão procura explorar um segundo caminho menos tranquilo. Rüsen se propõe a investigar não apenas a dimensão estética da articulação da consciência histórica humana, mas – em uma inversão lógica radical – também a possibilidade de constituição

⁸ Jörn Rüsen, “Rhetoric and Aesthetics of History: Leopold von Ranke”. In: *History: Narration – Interpretation – Orientation* (New York/Oxford: Berghahn Books, 2005), 45: “It is important, therefore, to understand what Ranke meant by the ‘third element’, mediating between the ‘conceptualizing’ and the ‘reproducing’ forces of the mind. It is unfortunate that Ranke’s explanation is not very clear. [...] Therefore, the question as to what constitutes the third element still remains open. In other words, what actualizes the peculiar historical realism combining art and science?”

⁹ Jörn Rüsen, “The visibility of history: Bridging the gap between Historiography and the Fine Arts”. In: *Historiein*, 5, 2005, 130-141; Jörn Rüsen, “Über die Sichtbarkeit der Geschichte”. In: *Zerbrechende Zeit: Über den Sinn der Geschichte* (Köln/Weimar/Wien: Böhlau, 2001), 107-129.

¹⁰ Jörn Rüsen, “Über die Sichtbarkeit der Geschichte”, 107.

estética do sentido histórico. “É possível ver a História?”¹¹ – pergunta-se o autor. Trata-se de uma pergunta que não se satisfaz com uma resposta que aponta para os elementos figurativos presentes em pinturas históricas ou em monumentos. Nesses casos, a percepção sensorial da imagem apenas desperta a lembrança sobre alguma coisa, remete a um acontecimento do passado sem que seu significado histórico encontre necessariamente uma representação estética.¹² Ao abrir as portas desse segundo caminho investigativo, Rüsen buscou nova companhia.

No canto superior direito da página, Ranke não estava sozinho. Acompanham a atitude mediadora do historiador do século XIX as considerações estéticas de Friedrich Schiller. “No silêncio pudico de tua mente”, diz Schiller, “educa a verdade vitoriosa, exterioriza-a na beleza, para que não apenas o pensamento a homenageie, mas para que também os sentidos apreendam, amorosos, a sua aparição.”¹³ A proposta de Schiller é mais radical do que aquela presente na atitude mediadora de Ranke. Em Schiller, o pensamento não apenas homenageia – num ato de liberdade controlada – aquilo que os sentidos apreendem; ele cede espaço para a verdade que pode ser apreendida sensorialmente. A elevação gráfica do pensamento de Schiller no texto de Rüsen serve, portanto, a um propósito claro: o teórico da História retoma o espírito presente na passagem romântica com o objetivo de testar as possibilidades e os limites da constituição estética do sentido histórico. Não é exatamente o problema da verdade que interessa agora a Rüsen – como foi o caso do autor das cartas dedicadas à educação estética do homem –, mas sim investigar em que medida a qualidade histórica de uma relação social pode ser percebida sensorial e, assim, esteticamente.¹⁴

A pergunta se torna ainda mais aguda ao refletirmos sobre um caso possível de percepção visual da diferença temporal, a saber: a destituição da função primária de peças de uso cotidiano expostas na vitrine de um museu. De acordo com o teórico da História alemão, aos restos materiais do passado pode-se atribuir sentido histórico apenas metaesteticamente. Ou seja, uma vez organizadas em um espaço museológico, são as legendas e o texto explicativo que acompanham as peças que a elas conferem sentido histórico. Partindo-se desse caso, pergunta-se: como se pode apreender estética – e não metaesteticamente – o arco narrativo do passado para o presente? Em outras palavras: é possível que o sentido histórico se constitua visualmente, para além, portanto, do ato discursivo?

Ao procurar investigar em que medida critérios de sentido podem ser genuinamente estéticos, Jörn Rüsen se aproxima dos estudos sobre a arte. Também no caso dessa aproximação, a ideia é superar tanto a perspectiva que enfrenta as obras de arte como documentos históricos e deixam de lado suas qualidades estéticas, quanto aquela que acentua o valor artístico dos objetos e considera as relações históricas apenas como um quadro a partir do qual elementos iconológicos e iconográficos podem ser tematizados.¹⁵ Na busca por essa superação, Rüsen agradece a Max Imdahl por valiosas sugestões.¹⁶

Apoiando-se nas reflexões de seu colega na Universidade de Bochum entre as décadas de 1970 e 1980, Rüsen avalia o potencial de constituição estética do sentido histórico. Diferentemente, no entanto, do que ocorre com Schiller, ou mesmo ainda da perspectiva

¹¹ *Ibid.*, 109: “Kann man Geschichte sehen?”

¹² *Ibid.*, 110.

¹³ Friedrich Schiller, *A educação estética do homem: Numa série de cartas*, trad., ed. Roberto Schwarz & Márcio Suzuki (São Paulo: Iluminuras, 1995), Carta IX, 55. Texto original da epígrafe presente no artigo de Rüsen: “In der schammhaften Stille deines Gemüts erziehe ich die siegende Wahrheit, stelle sie aus dir heraus in der Schönheit, daß nicht bloß der Gedanke ihr huldige, sondern auch der Sinn ihre Erscheinung liebend ergreife.” Apud: Jörn Rüsen, “Über die Sichtbarkeit der Geschichte”, 107.

¹⁴ Jörn Rüsen, “Über die Sichtbarkeit der Geschichte”. In: *Zerbrechende Zeit: Über den Sinn der Geschichte* (Köln/Weimar/Wien: Böhlau, 2001), 112.

¹⁵ *Ibid.*, 126-127.

¹⁶ *Ibid.*, 108.

presente no debate filosófico contemporâneo fundamentada nas ideias de Martin Heidegger ou de Hans-Georg Gadamer,¹⁷ Rüsen se aproxima dos estudos de Imdahl para não perder de vista uma preocupação de ordem metodológica.

O método de interpretação de imagens proposto por Max Imdahl é chamado de icônico. Trata-se de uma proposta complementar à análise iconográfica e iconológica de Erwin Panofski que, por sua vez – de acordo com a crítica de Imdahl –, opera com uma concepção de imagem que se limita apenas a identificar, a reconhecer os objetos visuais.¹⁸ “As evidências visuais que ultrapassam os elementos já conhecidos [previamente e] identificados pela visão ao se observar um objeto são deixadas de lado” por Panofski, segundo a perspectiva do historiador da arte da Universidade de Bochum.¹⁹ Frente a esse limite, Imdahl propõe uma síntese entre aquilo que se vê e aquilo que se reconhece por meio da visão: enquanto que para Panofski as “imagens são reservatórios e transformadores de sentido”, para Imdahl elas são “geradoras de sentido”.²⁰ Rüsen se interessa, portanto, por um método de interpretação que considera “a pura força visual de uma imagem”, força esta que “*resiste e modula* a referência textual”²¹ uma vez que também ela é capaz de gerar sentido.

Apesar de reconhecer a potencialidade do método proposto por Imdahl, o teórico da História encontra dificuldades para definir e categorizar o processo de constituição estética do sentido histórico. É certo que a definição de visibilidade do sentido histórico em Rüsen se associa à experiência da percepção sensorial da diferença temporal, experiência esta cujo valor cognitivo – eis o desafio – abre-se à possibilidade de se deixar representar esteticamente. Todavia, essas rápidas reflexões sobre o tema não se encerram com um encaminhamento mais definido do problema que o teórico anuncia. Elas se encerram com um forte apelo: “Se não reconhecermos o desafio colocado pelas belas artes, fracassaremos.”²² O desafio colocado para a reflexão teórica de Jörn Rüsen aponta para eficácia suficiente da forma artística no que diz respeito à visibilidade do sentido. E uma vez que esse é um desafio mais anunciado do que efetivamente encaminhado pelo autor alemão, é preciso agora ampliar os termos do debate e considerar o problema identificado por Rüsen não como um ponto de chegada, mas como um ponto de partida.

Ampliação do problema: visualização

Ao apresentar, nessa ordem, as epígrafes de Ranke e Schiller, Rüsen chama atenção para a postura mediadora entre arte e ciência defendida pelo autor do século XIX e, apenas em seguida, abre a possibilidade de que o sentido operado pela ciência histórica possa se constituir esteticamente. Todavia, a proposta de Rüsen talvez melhor se expresse no confronto analítico das epígrafes do que no desenvolvimento conceitual de sua obra. Trata-se, portanto, de um problema que permanece em aberto e para o qual não se encontra, nos textos do autor, uma

¹⁷ Tanto a teoria hermenêutica, quanto as reflexões estéticas de Martin Heidegger e Hans-Georg Gadamer têm um forte acento ontológico. Rüsen se afasta dessa perspectiva e crítica, inclusive, a posição de Gadamer por deixar de lado, em seu estudo sobre a verdade hermenêutica, o problema do método. Cf. Jörn Rüsen, *Teoria da história: uma teoria da história como ciência* (Curitiba: Ed. UFPR, 2015), 61.

¹⁸ Max Imdahl, *Giotto – Arenafresken: Ikonographie – Ikonologie – Ikonik* (München: Fink, 1988), 89.

¹⁹ Max Imdahl, *Giotto – Arenafresken: Ikonographie – Ikonologie – Ikonik*, 90.

²⁰ Essa comparação precisa entre a proposta de Panofski e a síntese de Imdahl encontra-se, nesses termos, em: Felix Thürlemann, “Ikonographie, Ikonologie, Ikonik: Max Imdahl liest Erwin Panofsky”. In: *Bildtheorien: Anthropologische und kulturelle Grundlagen des Visualistic Turn*, ed. Klaus Sachs-Hombach (Berlin: Suhrkamp, 2009), 233: “Für Erwin Panofsky sind die Bilder *Speicher und Transformatoren* von Bedeutung, für Max Imdahl sind sie *Generatoren* von Bedeutung.”

²¹ Vlad Ionescu, “What do you see? The phenomenological model of image analysis: Fiedler, Husserl, Imdahl”, *Image [e] Narrative*, [vol.] 15, 3 (2014): 108 (93-110).

²² Jörn Rüsen, “The visibility of history: Bridging the gap between Historiography and the Fine Arts”, *Historien*, 5 (2005): 140 (130-141): “If we do not recognize the challenge posed by fine art, we will fail.”

resposta acabada. Desse modo, não resta outra alternativa senão descolarmos da proposta inicial de Rösen e partirmos agora para averiguar em que renovados termos o debate entre ciência e arte resulta, contemporaneamente, em uma fértil reflexão sobre a visibilidade e sobre os mecanismos de visualização tanto dos objetos do conhecimento, quanto do pensamento científico.

Na obra *Picturing Science, Producing Art*,²³ Peter Galison apresenta as imagens utilizadas pela ciência ao longo dos séculos de forma associada a um problema de ordem epistemológica. O debate, já previamente anunciado em outro estudo escrito em conjunto com Lorraine Daston²⁴ e posteriormente ampliado na obra *Objectivity*,²⁵ procura refletir sobre o modo como o objeto da ciência ou o resultado das investigações científicas se tornam visíveis. As primeiras estratégias pictóricas estudadas por Daston e Galison encontram-se atreladas a uma série de práticas que orbitavam em torno da figura do gênio. Em nome de uma genialidade de aspirações universais, corrigiam-se e validavam-se tanto os traços que davam contorno, quanto os pincéis que emprestavam as cores às representações visuais das manifestações da natureza. Desvios imputados ao desenvolvimento descontrolado de um exemplar da natureza precisavam ser retocados para se chegar à representação universal e perfeita de uma espécie.²⁶ Ora, esse tipo de interferência é estética no sentido pré-kantiano do termo, ou seja: trata-se de um aperfeiçoamento da realidade, de uma interferência necessária do artista com o objetivo de tornar as coisas mais claramente perceptíveis.²⁷ No entanto, o modo de representação visual dos objetos da ciência muda na década de 1830, de acordo com a tese de Daston e Galison. No lugar do gênio transcendental que corrige a natureza ao idealizá-la, entram em cena uma série de “instrumentalidades que minimizaram a intervenção [...] e bloquearam a licença artística.”²⁸ O objetivo dessa estratégia passa a ser registrar mecanicamente os objetos. “A automaticidade soldou a imagem ao objeto, até que eles se tornassem uma única coisa; semelhança tornou-se identidade.”²⁹

Até aqui, o caminho percorrido por Galison e Daston aponta para diferentes virtudes epistêmicas por meio das quais se operam estratégias representacionais pictóricas igualmente diversas. Trata-se de estratégias que ora combinam elementos de liberdade da expressão artística do gênio, ora excluem a possibilidade de interferência subjetiva do produtor do conhecimento. Em outros termos e com outra dimensão de análise, chega-se à conclusão que diferentes virtudes epistêmicas atualizam as estratégias representacionais peculiares que combinam o elemento de liberdade ou o velamento intencional da expressão artística com o rigor do procedimento científico. O argumento avança ao apresentar uma terceira virtude epistêmica, consolidada no século XX, à qual se associam as “imagens interpretadas” (*interpreted images*). Trata-se de imagens que não precisam ser homomórficas; ou seja, imagens que “não precisam corresponder, na forma, a algo que foi visto”.³⁰ Aqui, “um olho treinado consegue reconhecer padrões onde o iniciante não consegue ver nada”,³¹ de tal modo que a subjetividade volta a ser um elemento importante de classificação e conhecimento das propriedades dos objetos da ciência.

²³ *Picturing Science, Producing Art*, eds. Caroline A. Jones e Peter Galison (New York/London: Routledge, 1998).

²⁴ Veja-se, por exemplo: Lorraine Daston e Peter Galison, “The Image of Objectivity”, *Representations*, 40 (1992), 81-128.

²⁵ Lorraine Daston e Peter Galison, *Objectivity* (New York: Zone Books, 2007).

²⁶ Peter Galison, “Judgement against Objectivity”. In: *Picturing Science, Producing Art*, eds. Caroline A. Jones e Peter Galison (New York/London: Routledge, 1998), 328.

²⁷ James Elkins, *The Domain of Images* (Ithaca/London: Cornell University Press, 1999), 11.

²⁸ Peter Galison, “Judgement against Objectivity”, 328.

²⁹ *Ibid.*, 333.

³⁰ Peter Galison, “Judgement against Objectivity”. In: *Picturing Science, Producing Art*, eds. Caroline A. Jones e Peter Galison (New York/London: Routledge, 1998), 347.

³¹ Peter Galison, “Judgement against Objectivity”, 337.

Resulta da organização cronológica dos modos de figuração das imagens da ciência que tanto para a representação guiada pela figura do gênio, quanto para aquela que procura uma forma de registro mecânico do objeto científico sem a interferência do sujeito que conhece, “o prefixo *re-* é essencial.”³² Nesses dois casos, tem-se imagens que se esforçam para representar algo que pode ser apreendido pela visão, algo que tem um correspondente visível na natureza. Esse modo de representação figurativa apóia-se na ideia segundo a qual “o artista ‘imita’ a ‘forma exterior’ do objeto que está à sua frente, e o espectador, por seu turno, reconhece por essa ‘forma’ o ‘assunto’ da obra de arte.”³³ O corolário simplista e falacioso dessa concepção tradicional de representação como cópia é que toda imagem se refere “necessariamente a algo exterior a ela”.³⁴ Essa era a liga com a qual a objetividade mecânica soldara a imagem ao objeto.

O ponto é que a ciência contemporânea opera, inclusive, com imagens que não são homomórficas, de tal modo que elas menos representam e mais apresentam³⁵ os objetos e as teorias da ciência. Os objetos apresentados são criados, não recolhidos, descobertos, uma vez que as imagens científicas passaram a ter uma força criacional,³⁶ uma força geradora. Nesse sentido, ao se investigar o potencial cognitivo que se pode atribuir às propriedades das imagens, renova-se, em termos mais ampliados, o interesse em verificar como se configuram, esteticamente, “substitutos não-proposicionais de argumentos racionais”.³⁷

³² Lorraine Daston & Peter Galison, *Objectivity* (New York: Zone Books, 2007), 382.

³³ E. H. Gombrich, “Meditações sobre um Cavalinho de Pau ou as Raízes da Forma Artística [1951]”. In: *Meditações sobre um Cavalinho de Pau e Outros Ensaios sobre a Teoria da Arte* (São Paulo: EDUSP, 1999), 1.

³⁴ E. H. Gombrich, “Meditações sobre um Cavalinho de Pau ou as Raízes da Forma Artística [1951]”. In: *Meditações sobre um Cavalinho de Pau e Outros Ensaios sobre a Teoria da Arte* (São Paulo: EDUSP, 1999), 2.

³⁵ Lorraine Daston & Peter Galison, *Objectivity* (New York: Zone Books, 2007), 383.

³⁶ Lorraine Daston & Peter Galison, *Objectivity* (New York: Zone Books, 2007), 415.

³⁷ James Elkins, *The Domain of Images* (Ithaca/London: Cornell University Press, 1999), 33.



DOSSIÊ: sentido e relevância da História no mundo contemporâneo

Rüsen e Ankersmit

Luiz Sérgio Duarte da Silva

Prof. Adjunto da Faculdade de História da Universidade federal de Goiás
duarte@historia.ufg.br

Como citar este artigo: Silva, Luiz S. D. "Rüsen e Ankersmit". *Intelligere, Revista de História Intelectual*, vol. 3, nº2, p. 54-59. 2017. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: Este artigo procura o que interessa a Rüsen (nascido em 1938) na obra de Ankersmit e o que interessa a Ankersmit (nascido em 1945) na obra de Rüsen. Justifica-se tal intento de aproximação partindo da importância, consistência e influência das obras desses dois teóricos vivos e atuantes da história e no interesse, central na obra destes dois filósofos da história, na atualização do Historismo.

Palavras-chave: Jörn Rüsen; Ankersmit; Historismo; interpretação.

Rüsen and Ankersmit

Abstract: This article looks at what interests Rüsen (born in 1938) in Ankersmit's work and what interests Ankersmit (born 1945) in Rüsen's work. Such an attempt to approximation is justified by the importance, consistency and influence of the works of these two living and active theoreticians of history and in the interest, central to the work of these two philosophers of history, in the actualization of Historism.

Keywords: Jörn Rüsen; Ankersmit; Historism; interpretation.

I.

A diferença entre interpretação e representação é fundamental para a solução de problemas procedurais da ciência da História. Ciência é atividade racional de conhecimento caracterizada por controle lógico e empírico de seus enunciados. A interpretação é resultado de um processo cognitivo regulado metodicamente. Quem interpreta tem que se limitar pela coisa que quer interpretar, pelo esquema teórico que utiliza para encaminhar a interpretação e pela crítica da explicação que ela (a interpretação) produz. A forma da explicação da história é a compreensão da relação que media texto (parte) e contexto (todo) em rua de mão dupla. Para Rüsen, essa “nítida distinção” foi “evidenciada”¹ por Ankersmit em *Meaning, Truth and Reference*.² Para Rüsen, há duas dimensões da experiência da interpretação. Uma primeira advém do trabalho com as fontes. O historiador precisa posicionar-se em uma área, localizar uma documentação e distinguir nela o que é relevante para a resposta à pergunta que formulou. A heurística é a primeira parte das operações processuais da metodologia da história. As outras são a crítica (como obtenção de informações comprováveis, a saber, a crítica externa ou estabelecimento da autenticidade e a crítica interna ou produção de fidedignidade) e a interpretação. Os resultados da interpretação são controlados intersubjetivamente. É por isso que a argumentação e as referências são centrais em todo o processo de produção de garantia da validade empírica das histórias.³ Rüsen complementa sua metodologia da história com a exposição das suas (da metodologia) operações substanciais. São as concepções de método: a hermenêutica ou tratamento dos contextos de sentido, a analítica ou exame das circunstâncias externas do agir, e a dialética ou o desenvolvimento das relações complexas entre hermenêutica e analítica. A investigação da experiência histórica em Ankersmit é utilizada por Rüsen para enfatizar a especificidade da operação de organização do material encontrado na pesquisa. Rüsen é conhecido e valorizado em Teoria da História por defender um tipo de reflexão sobre o caráter narrativo do conhecimento histórico sem abrir mão da preocupação com a sua objetividade. O caráter narrativo do conhecimento histórico é marcado pela produção do enredo ou *plot*. Este é objeto de outro elemento da matriz disciplinar de Rüsen, a tópica, ou teoria das formas da historiografia. São tipos de narrativa (tradicional, exemplar, crítica e genética). Essa tipologia contempla os processos através dos quais as leituras do passado produzem identidade e orientação na forma de textos. A narrativa é a exposição textual unificada (um todo composto por início, meio e fim) de um significado atribuído a um pedaço de passado. No enredo a forma de representação da mudança temporal está associada ao significado que a história narrada deve possuir para pertencer ao mundo do sentido, ou seja, ao mundo das coisas que substituem, vale dizer, ao mundo humano. A narrativa reapresenta aquilo que foi conhecido pelo trabalho de interpretação. A teoria da representação como teoria da narrativa histórica é a grande contribuição de Ankersmit para a Teoria da História em *Narrative Logic*, livro de 1983.⁴ Trata-se da exposição do tipo de explicação narrativa (a estória) e de suas características (a frase narrativa, frase com dupla historicidade e substância narrativa, todos ou significados do passado). Importa fixar que Rüsen, assim como Ankersmit, é narrativista. Sua teoria da narrativa está filiada a Arthur Danto (a investigação da relação entre explicação histórica e narrativa) e a Hans Michael Baumgartner (a reflexão sobre a relação entre continuidade e história).

O projeto de renovação do historicismo de Rüsen⁵ baseia-se na constatação de que o pluralismo de valores (resultante da quebra da unidade entre individualidade e história, o sonho iluminista herdado pelo historicismo) é uma vantagem. Ele nos previne contra a solução

¹ Jörn Rüsen, *Historik* (Köln: Böhlau, 2013), 188

² Frank Ankersmit, *Meaning, Truth, and Reference in Historical Representation* (New York: CUP, 2012).

³ Jörn Rüsen. *Reconstrução do Passado – Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica*. Trad. Asta-Rose Alcaide e Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. da UNB, 2007, 102 - tradução de Jörn Rüsen, *Rekonstruktion der Vergangenheit* (Göttingen: V und R, 1986).

⁴ Frank Ankersmit. *Narrative Logic: a Semantic Analysis of the Historians Language* (London: MNP, 1983).

⁵ Jörn Rüsen, *Zeit und Sinn* (Frankfurt am Main: Fischer, 1990).

dogmática e objetivista, por um lado, e nos permite incorporar a dimensão literária do trabalho do historiador, por outro. Reconhecer que o fundamento da autonomia e especificidade da ciência da história reside no seu caráter narrativo resolve um problema de relação entre teoria e prática. Essa relação havia sido concebida pelo Historismo através da unificação das dimensões individual e universal, do espírito humano. Sabemos que o preço dessa solução foram tanto o objetivismo (a positividade dos fatos) como o dogmatismo (o determinismo das leis da história). Rüsen quer salvar a criança e jogar fora a água suja. Trata-se de resgatar o caráter humanista do projeto unificador: a renovação do historicismo é uma possível consequência da descoberta da relação entre valor e contexto. O relativismo enquanto teoria da verdade é um impulso para o fortalecimento da verdade científica. As coisas humanas só podem ser conhecidas contextualmente. Compreensão, no entanto, não deve nos afastar de procedimentos formalizadores e comparativos. Ela apenas nos capacita a perceber que as formas de representação das coisas humanas estão intimamente conectadas com os interesses de orientação de seus produtores. Mais que isso, esses interesses são plurais e nada nos conteúdos fáticos do que fizeram os seres humanos poderá resolver definitivamente os dilemas que a cada momento nos são apresentados. Só podemos contar com nossa capacidade de selecionar o problema a ser abordado em cada situação, reunindo as referências materiais adequadas, escolhendo corretamente as estratégias de tratamento e exposição e assumindo as funções e motivos que orientam, em cada situação e para cada objeto, esse esforço.

Um dos significados do termo Historismo é o que identifica nele uma crise de orientação do pensamento histórico ocorrido no final de século XIX. Desde a passagem do Iluminismo para o Romantismo, a forma da consciência do tempo passou a ser aquela que entende a partir de condições históricas. Ser moderno é pensar historicamente. Depois da afirmação da centralidade da humanidade e depois do sonho da harmonia entre história e individualidade temos a quebra dessa sequência de diferentes ênfases de um pensamento humanista. Esse movimento é o de afirmação e crise da filosofia da história. A criatividade humana, corporificada seja em obras ou instituições não mais estava em acordo com o sentido do tempo. O tempo humano, a história, perde seu sentido. Esse é o problema do historicismo localizado por Troeltsch. Renovar o historicismo é valorizar o pluralismo de sentidos e encontrar as condições (crítica da cultura, valorização da ciência e da arte) de sobrevivência da forma histórica de ver as coisas humanas.

“A Sublime Dissociação do Passado”, título de um artigo de Ankersmit, é usado por Rüsen⁶ como máxima que resume uma qualidade universal do ser humano: a interpretação da mudança temporal. A perda do passado se torna suportável graças à sua atualização. Nesse sentido, o ser humano se torna o que ele não mais é. A interpretação é uma forma de identificação. O passado se torna história e o que passou pode ser melhorado. No trecho em que cita Ankersmit, Rüsen cita também Shakespeare e a frase de Hamlet “The World ist out of joint, oh cursed spite, that ever I was born to set it right”. Só pela interpretação podemos encontrar nosso lugar no mundo. A história é a disciplina que nos ensina a interpretar o tempo, por isso ela é central. A relação entre passado, presente e futuro que a fenomenologia de Husserl, Heidegger e Gadamer encaminham é a referência para uma teoria da história, que nos moldes de Droysen, quer ser sistemática e construtiva. Nesse sentido, o da afirmação da construtividade do saber histórico, Droysen antecipou a teoria da história pós-moderna. Rüsen propõe uma radicalização dessa antropologia: uma lógica da reconstrução deve substituir pós-metafisicamente a lógica teleológica. Da mesma forma que a aspiração por liberdade de Aristóteles produziria as condições da comunicação intercultural a própria aspiração pelo futuro da humanidade alimentaria a reconstrução do passado. Em Rüsen, os fins do homem são substituídos pela pesquisa da gênese da humanidade. As mudanças na concepção da relação entre passado, presente futuro são fundamentais para essa perspectiva. As descobertas

⁶ Jörn Rüsen, *Kultur Macht Sinn* (Köln: Böhlau: 2006), 138.

sobre a experiência do tempo de Ankersmit são de grande valia para a teoria da história de Rüsen.

A compreensão do historicismo como saber histórico de caráter construtivo tem que ser entendida como avanço no fortalecimento disciplinar da História. A diferença de estratégias de defesa do Historismo entre os teóricos aqui abordados aqui aparece claramente. Entre Iggers (o fim do Historismo) e Ankersmit (a atualidade do Historismo), Rüsen permanece ao lado de Cassirer que não reconhece ruptura entre as duas épocas (e seus modelos de tratamento das coisas humanas) e afirma no Historismo a continuidade do projeto moderno. Seja através da discussão sobre seu status moderno ou pós-moderno, ou pelo caráter de sua função cultural ou como fundamentação da cientificidade do conhecimento histórico, o Historismo viverá de suas crises ainda muito entre nós.⁷ A solução de Rüsen é simples: a) a cientificidade do conhecimento histórico depende de sua relação com as necessidades de orientação inerentes ao agir humano; b) a compreensão como juízo histórico atual é o procedimento das ciências humanas: relatividade de códigos não se pode confundir com relativismo de saberes; c) a historicidade da condição moderna impõem a mudança temporal dos princípios de orientação cultural: a humanidade só pode contar com sua história para encontrar saídas para os dilemas que ela cria e enfrenta.

Já em um artigo de 1986⁸ Ankersmit cita Rüsen como uma das exceções à tendência de condenação do Historismo através da condenação que advém de sua identificação e redução ao relativismo ético. A censura dirige-se à Ranke e sua afirmação de que a tarefa dos historiadores é mostrar o que realmente aconteceu e não ensinar lições. Teríamos aí um passado autônomo e a confusão de normas (ligadas ao tempo) com sua aplicabilidade (independentemente do tempo). Mandelbaum, Heussi e Iggers são os responsáveis por essa leitura. A discussão sobre a escrita da história foi esquecida. A censura da especulação dispensou junto com o determinismo, a crítica da cultura e junto com a teleologia, a descoberta perde-se a descoberta do vínculo entre humanidade e história. Desconsiderou-se a fonte da historiografia dos últimos dois séculos e a referência para reflexão sobre as práticas modernas da leitura do passado. Para Ankersmit, Rüsen é também o responsável por localizar a mudança paradigmática de estruturas macro-históricas por situações micro-históricas e cotidiado.⁹ Rüsen é também aquele que discute a história social como último elo na corrente de aspirações essencialistas da História. A mistura de fatos e ideias, a procura pela essência do passado, o otimismo da auto-superestimação, a crença na existência de uma chave que abra todas as portas da história. Para Ankersmit, Rüsen é um aliado na denúncia do essencialismo, no projeto de atualização do Historismo e no resgate da discussão sobre a escrita da história. Ankersmit quer se afastar do contextualismo e valoriza a metáfora como produtora de unidade e coerência: a principal metáfora historicista é a da “profundidade”. Um historicista da velha escola considerava “profunda” a identidade ou essência da nação, instituição ou classe. Tal essência era encontrada na história. Sobretudo, é a aproximação da Teoria da História com a Antropologia que é valorizada: há tempos e espaços da vida humana que não podem ser subsumidos na concepção genética do vir-a-ser moderno.

II

Aqui surge o cerne do problema da relação entre os dois teóricos. O que significa atualizar o historicismo? Para Ankersmit os historiadores trabalham com duas coisas: substâncias narrativas (metáforas) e experiências (sangue, suor e lágrimas). O primeiro tipo sofre pressão da linguagem, o outro, da realidade. O programa é atualizar o Historismo

⁷ Jörn Rüsen, *Geschichte im Kulturprozess* (Köln: Böhlau, 2002), 38

⁸ Frank Ankersmit, *History and Tropology: the Rise and Fall of Metaphor* (Berkeley: UCP, 1994), 46.

⁹ Frank Ankersmit. *History and Tropology*, 174.

afastando-o das essências com as quais ele criou uma leitura da humanidade (história, progresso, razão) e, ao mesmo tempo, aceitar a tensão entre coisas de linguagem e coisas de realidade que o próprio historicismo instalou no pensamento histórico moderno durante o debate com o Iluminismo e sua ênfase epistemológica. O cerne desse movimento é a criação de um conceito de experiência histórica (intimidade sublime do encontro com o passado possibilitado pela pesquisa). Minha tese é a de que essa atenção para a experiência histórica tem o sentido de crítica à redução do conhecimento histórico a seus aspectos narrativos. Só a renovação das interpretações - entendidas não como leituras dirigidas por esquemas ou construtos engessados por contextos, mas como resultado experimental de investigação - pode nos orientar na manutenção do projeto de conhecimento das diferentes formas da experiência do mundo. O paradoxo do Historismo é que a defesa da tese de que a substância só pode ser conhecida no tempo implica a ideia de mudanças substanciais: a sincronia ataca o ângulo da diacronia. Todo pesquisador do Historismo sabe que uma valorização das diferenças é o que resulta da aceitação do princípio de que a essência de uma entidade histórica está em sua história. Ankersmit aproxima Burkhardt e a história das mentalidades na defesa da independência de cada fase da evolução histórica. Com a ajuda de Rüsen, surge assim um Historismo que não tem problema com a fragmentação.¹⁰

Para Ankersmit, o Historismo é uma invenção alemã, praticada hoje no mundo anglo-saxão (uma versão light) como atualização de Colingwood. A discussão deve ultrapassar a questão do que foi o Historismo e avançar para o nível de reflexão sobre como ele pode contribuir para o debate atual.¹¹ Não há objetos fixos reconhecíveis. Os objetos são fixados e essa definição tem história. Esse é o problema do efeito do real: o texto cria mais que reflete. Só um realismo ingênuo ignora que linguagem e realidade se confundem no mundo da cultura, dos símbolos ou valores. Este é o mundo da representação como substituição. O objetivismo, a teoria da verdade como coincidência, e o referencialismo não dão conta dele. O textualismo também não: ele é outra forma de redução que esquece a diferença entre escrita e pesquisa. A filosofia da história pode e deve contribuir para a filosofia da ciência. As soluções realistas ou instrumentalistas não ajudam no império dos sentidos. Não há solução final, uma receita, uma chave para tudo. Só temos conhecimento provisório e refutável. O que conseguiremos - se conseguirmos - é continuar trabalhando em um mundo tenso, carregado das pressões que nos chegam da linguagem e do real. Trata-se de não ter medo das misturas. Isso não quer dizer que esforços de delimitação são infrutíferos: precisamos também de limites. Mas sempre haverá áreas ainda não submetidas a escrutínio. É essa abertura pluralista que aproxima Rüsen e Ankersmit.

No caso de Rüsen, a atualização do Historismo está na releitura de Droysen, na primeira e a segunda versão da *Historik*, nos livros sobre os seus vários momentos e vertentes e nos esforços de comparação de variantes do pensamento histórico como versões de humanismo. A crise do Historismo é uma crise da ideia dos valores eternos sob influxo do neo-kantismo. A solução heideggeriana (o historicismo individual) ou a problemática relação entre filosofia da linguagem e holismo (autonomia da linguagem e ataque à referência) são duvidosas. Melhor é manter a tensão e reforçar todas as tentativas de resgate do pensamento individualizador.¹²

O pensamento individualizador baseia-se na ideia de que a ação modificadora é análoga à criação da obra de arte (Rüsen a localiza na leitura de Goethe realizada por Meinecke). Cita também como referência a teoria da forma da história em von Humboldt (expor cada evento como parte de um todo exige tratamento poético). Ela está presente também na tese rankeana de que da história é constitutiva uma duplicidade de elementos cognitivos (interpretação

¹⁰ Frank Ankersmit, *Historical Representation* (Stanford: SUP, 2001), 34.

¹¹ Frank Ankersmit, *Meaning, Truth, and Reference in Historical Representation* (New York: CUP, 2012), 5

¹² Jörn Rüsen, *Konfigurationen des Historismus* (Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1993), 350.

controlada) e não-cognitivos (representação como substituição). A história é ciência e arte ao mesmo tempo.¹³ A tensão entre objetividade e narratividade ou entre linguagem e realidade é mais produtiva que qualquer solução unilateral.

¹³ Jörn Rüsen, *Historik* (Köln: Böhlau, 2013), 192.



DOSSIÊ: sentido e relevância da História no mundo contemporâneo

Jörn Rüsen e sua contribuição para a didática da História

Maria Auxiliadora Schmidt

Profa. e pesquisadora do programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná
dolinha08@uol.com.br

Recebido em 17/02/2017. Aprovado em 31/03/2017.

Como citar este artigo: Schmidt, Maria Auxiliadora. "Jörn Rüsen e sua contribuição para a didática da História". *Intelligere, Revista de História Intelectual*, vol. 3, nº2, p. 60-76. 2017. Disponível em <http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: A partir do recorte acerca da obra de Jörn Rüsen no que se refere à sua teoria da aprendizagem histórica, se propõe analisar as contribuições para a pesquisa e para a educação histórica. De um lado, a apropriação destas contribuições, tendo como referência e fundamentação a teoria da História, é algo a ser acolhido e anunciam um novo paradigma para a relação entre aprendizagem e ensino de História, o que se propõe a realizar na primeira parte deste trabalho. De outro, a partir destes pressupostos, foram tomadas como objeto de análise investigações que vem sendo realizadas no Brasil, na área do ensino de História, que têm como referência teórica o pensamento ruseniano. Resultados destas pesquisas, ainda que parciais, indicam várias questões a serem levadas em consideração, no que se refere à aprendizagem das crianças e jovens, seja em ambiente escolar ou outros ambientes de aprendizagem. Ademais, suscitam novas questões de investigação, que também serão apontadas neste trabalho.

Palavras-chave: Didática da História; Jörn Rüsen; Aprendizagem Histórica; Metodologia do Ensino de História; Educação Histórica.

Jörn Rüsen and his contribution to didactics of History

Abstract: The aim of this work is to evaluate contributions to research and historical education from a cutting of Jörn Rüsen's work about his theory of historical learning. From one side and for the first part of this work, the appropriation of these contributions is having as reference and substantiation the theory of History which should be approached that is an announcement of a new paradigm for the relationship between History learning and History teaching. On the other hand, following these presumptions investigations which have been developed in Brazil were taken as the object of analysis from History teaching subjects. These researches have the ruseniano thought as a theoretical reference. Preliminary results of these investigations indicate a series of questions that need to be taken in consideration regarding children and young adults learning either at the school environment or other learning spaces. In addition, they raise new questions that should be investigated which will be pointed in this work.

Keywords: Didactics of History; Jörn Rüsen; Historical Learning; History Teaching Methodology; History Education.

O conceito de Didática da História tem sido objeto de debates e reflexões, não somente no campo da História, mas também na Educação. Vários autores vêm contestando posições que pensam a Didática da História apenas como um conjunto de conhecimentos que tentam transformar, na prática, historiadores profissionais em professores da escola fundamental e média. Essa perspectiva tem acompanhado muitas concepções relacionadas com as disciplinas destinadas a ensinar como se ensina a história.¹

Em termos gerais, constata-se a existência de um domínio teórico específico do conhecimento denominado Didática da História, o qual se inscreve nas interfaces da investigação entre a epistemologia da História, tomada como referência para a construção de categorias e metodologias de análise, e seu diálogo com outras ciências, situado “na encruzilhada de diversas ciências humanas entre as quais estão, por um lado, as que se ocupam tradicionalmente da aprendizagem e, por outro, as que constituem a base do conhecimento que se pretende ensinar”.² Assim, é possível pensar a reconstrução da disciplina Didática da História e, no Brasil, autores como Cardoso³, Cerri⁴ e Saddi⁵ têm publicado reflexões acerca desta temática. Do ponto de vista da epistemologia da História, as reflexões de Jörn Rüsen⁶ acerca da Didática e funções do saber histórico, trazem o pressuposto da Didática como a ciência da aprendizagem histórica, bem como a assertiva de que “o ensinar e aprender história são da alçada de uma disciplina especializada, a didática da história. Essa disciplina se desenvolveu como campo acadêmico autônomo, com debates teóricos e métodos de pesquisa próprios, que não podem mais ser ignorados pela academia”⁷.

A centralidade da aprendizagem na prática docente é uma problemática que vem sendo enfrentada por educadores em geral e, especialmente, pelos especialistas na área das Didáticas Específicas, como a Didática da História, podendo-se afirmar que se sabemos como se aprende, pode-se saber como se ensina. Assim, entende-se que o “elemento nuclear da prática docente é a aprendizagem, que resulta da atividade intelectual e prática de quem aprende em relação ao conteúdo ou objeto, realizada junto com os professores e colegas. Portanto, a referência para as atividades de ensino é a aprendizagem do aluno; o como se ensina depende de saber como os indivíduos aprendem”⁸. Ressalta-se, assim, a importância da concepção de aprendizagem como ponto de partida e pressuposto orientador do método de ensino da História, bem como a sua complexidade e diversidade de abordagens, tendo em vista a sua relação com a ciência de referência.

A aprendizagem histórica pressupõe a interiorização de novas qualidades cognitivas com o objeto que está sendo aprendido e, nesse sentido, algumas questões se apresentam.

¹ Levantamento realizado por Adriane Sobanski, como parte de tese de doutorado em desenvolvimento no PPGE-UFPR-2015, constatou a existência, nas grades curriculares, de diferentes cursos de graduação em História do Brasil, de um conjunto de disciplinas relacionadas à temática de como ensinar história, tais como: Metodologia do Ensino de História, Didática da História, Prática de Ensino de História, Estágio Supervisionado em História e Oficina de Ensino de História.

² Joaquim Prats, “Enseñar Historia: notas para uma didáctica renovada”, Consejería de Educacion, Ciencia y Tecnología. Junta de Extremadura (Mérida), 2001.

³ Oldimar Cardoso, “Para uma definição de Didática da História”, *Revista Brasileira de História*, [vol.] 28, 55 (2008): (153-170)

⁴ Luis Fernando Cerri, “Didática da História: uma leitura teórica sobre a História como prática”, *Revista de História Regional*, [vol.]15, 2 (2010): (264-278)

⁵ Rafael Saddi, “Didática da História como subdisciplina da ciência da História”, *Revista História & Ensino*, [vol.]16, 1 (2010).

⁶ Jörn Rüsen, *História Viva. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico* (Brasília: Editora da Unb, 2007).

⁷ Id., *Teoria da História: Uma teoria da história como ciência* (Curitiba: Editora da UFPR, 2015): 247.

⁸ José Carlos Libâneo, “A integração entre a didática e a epistemologia das disciplinas: uma via para a renovação dos conteúdos da Didática”. In: *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente: Didática e formação de professores, trabalho docente*, ed. Ângela Dalben. (Belo Horizonte: Autêntica, 2010).

Além da especificidade do objeto que está sendo aprendido, inquirir-se, por exemplo: -que novas qualidades cognitivas seriam essas? E também - o que orienta a intencionalidade de quem ensina em relação a quem aprende e a de quem aprende em relação a quem ensina? Onde encontrar respostas para estas questões? Nas ciências da educação ou na própria História?

Na tentativa de responder às problemáticas, pode-se remeter ao diálogo com o pensamento de Jörn Rüsen, buscando-se fundamentação para uma teoria da aprendizagem, fundamentada na ciência da História e que seja orientadora do significado e função da aprendizagem histórica como o centro da Didática da História. Ao assumir o princípio da Didática da História como ciência da aprendizagem histórica, Rüsen justifica dizendo que isto ocorre porque “ela produz de modo científico (especializado) o conhecimento necessário e próprio à história, quando se necessita compreender os processos de aprendizagem e lidar com eles de modo competente”⁹. Afirma também que “todo conhecimento acerca do que seja a aprendizagem histórica requer o conhecimento do que seja história, daquilo em que consiste a especificidade do pensamento histórico e da forma científica moderna em que se expressa. No cerne da questão está a capacidade de pensar historicamente, a ser desenvolvida nos processos de educação e formação”¹⁰. Depreende-se então, que na perspectiva ruseniana, a aprendizagem constitui a centralidade da Didática da História e que seus fundamentos estão na própria ciência da História, porque “a especificidade da aprendizagem histórica só pode ser entendida se forem também entendidos os respectivos processos e formas de lidar com a experiência do passado. Pois é somente por intermédio desses processos que o passado se torna história”¹¹.

As reflexões de Jörn Rüsen, ao trazerem o pressuposto da Didática como a ciência da aprendizagem histórica, sinalizam que a questão central é compreender como o pensamento histórico contribui para orientar, temporalmente, a vida humana para dentro (identidade) e para fora (práxis). Do ponto de vista epistemológico, a Didática da História presta contas com o processo do aprender a pensar historicamente, ou seja, com realizar a “formação histórica” e isto envolve dois aspectos – vida prática e ciência - organicamente interligados. Numa perspectiva transversal, significa entender o saber histórico como síntese da experiência humana com a sua interpretação para orientação na vida prática; e na horizontal, seria considerar a formação como socialização e individuação (dinâmica da identidade histórica) a partir de sua relação com a ciência.

Neste ponto, Rüsen apresenta sua crítica ao que chamou “Didática da Cópia”, ou seja, a forma pela qual foi e é realizada a transposição do saber histórico científico para a forma escolar, que resultou, entre outros, no banimento dos procedimentos científicos relacionados ao processo de produção do conhecimento histórico, tais como: a forma de geração de problemas históricos a partir das carências de orientação da vida prática; a relação entre a formação histórica e o público e a função de orientação da vida prática como algo que influencia a própria produção do conhecimento histórico. Para o autor, o problema da Didática da História não reside na sua autonomia ou diferença em relação à ciência da História, mas no estatuto ou natureza desta relação, abrindo possibilidades para se levar em conta alguns princípios que seriam constitutivos da epistemologia da Didática da História, com implicações para a metodologia do ensino de história e para as pesquisas nesta área. Entre os princípios norteadores, podem ser citados: 1) O estatuto ou natureza da relação entre a História e a Didática da História; 2) A formação da consciência histórica como pressuposto e finalidade da aprendizagem histórica; 3) A narrativa como forma e função da aprendizagem histórica. 4) A aprendizagem histórica como apreensão da mudança temporal.

⁹ Jörn Rüsen, *Teoria da História: Uma teoria da história como ciência* (Curitiba: Editora da UFPR, 2015), 248.

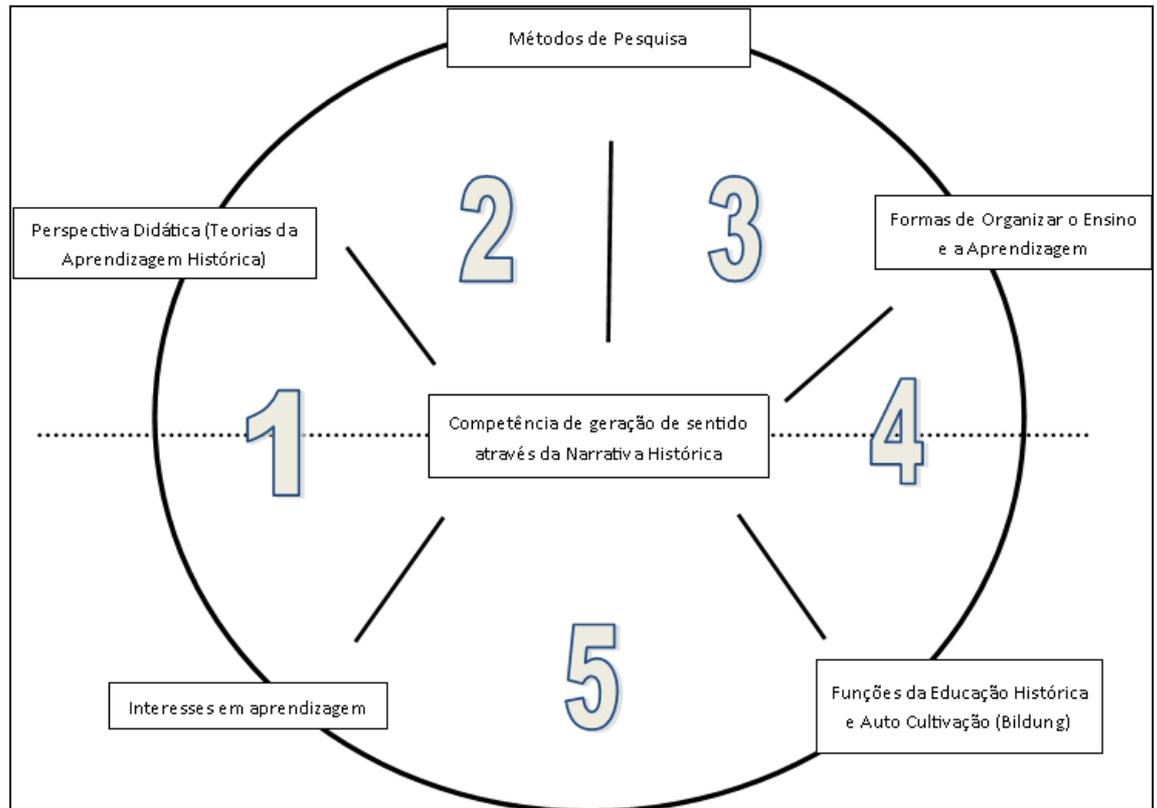
¹⁰ *Ibid.*, 249.

¹¹ *Ibid.*, 255.

O estatuto ou a natureza da relação entre História e a Didática da História

Em busca da aproximação entre a teoria da História e a Didática da História, Jörn Rüsen propôs uma matriz da Didática da História, tendo como referência a sua matriz do pensamento histórico.¹²

MATRIZ DA DIDÁTICA DA HISTÓRIA



Fonte: RÜSEN, Jörn, 2016, p.25.

A matriz sugere a imprescindível relação entre a vida prática dos sujeitos – professores e alunos - e a ciência da história, quando se propõe um processo de ensino e aprendizagem, pois ela é o ponto de partida e de chegada do ensino de história, partindo das carências e interesses dos sujeitos, sempre relacionados ao mundo onde eles estão e poderão ser envolvidos. Estes interesses indicam a ida às teorias da aprendizagem, depositárias dos conceitos históricos, sejam eles substantivos (relacionados aos conteúdos da história), ou epistemológicos (relacionados aos processos cognitivos do pensamento histórico, tais como evidência e explicação histórica). O percurso em direção ao método da pesquisa pressupõe, entre outros, que na relação ensino e aprendizagem deve ser percorrido o mesmo processo constitutivo da produção do conhecimento histórico. Neste caso, por exemplo, o trabalho com fontes históricas torna-se fundamental como princípio do método de ensino. A educação bancária, ou seja, o método em que o aluno é mero depositário de conteúdos previamente selecionados, precisa ser definitivamente abandonada. As formas de organizar o ensino e a aprendizagem referem-se ao momento em que, tanto quem ensina, quanto quem aprende,

¹² Uma versão em português da Matriz do Pensamento Histórico de Jörn Rüsen pode ser encontrada no seu livro *Teoria da História. Uma teoria da História como ciência* (Curitiba: Editora da UFPR, 2015), 73, traduzido por Estevão C. de Rezende Martins.

assumem o estatuto narrativístico da ciência da história. O retorno à vida prática indica o momento em que o conhecimento ensinado e aprendido revelam o significado e sentido de orientação temporal que têm para os envolvidos no processo de ensino e aprendizado: professores e alunos. Indica-se, aqui, o cerne da matriz ruseniana da Didática da História, o processo de construção de sentidos, a partir do conhecimento que produz o envolvimento dos sujeitos no seu próprio autoconhecimento, no conhecimento do outro e do mundo.

A matriz da Didática da História sugere uma relação orgânica entre a teoria da História e a própria Didática da História, particularmente no que diz respeito ao papel do conhecimento histórico científico. Tal relação indica ser imprescindível que o processo de ensino e aprendizagem da História precisa consultar a ciência de referência sobre as diversas formas e os diversos conteúdos pertinentes à aprendizagem, o que não é uma tarefa fácil, segundo o próprio Rüsen¹³, pois se corre o risco de subordinação e da funcionalização entre um e outro nesta relação. Como exemplo da subordinação da Didática a um tipo de conhecimento histórico pode ser citada a chamada Didática da Longa Duração, proposta pelo canadense André Ségal¹⁴. Tendo como referência o trabalho de Fernand Braudel, ele propõe um ensino de História a partir do conceito de fato histórico e das três ordens de duração: o acontecimento, a estrutura e a conjuntura.

O inverso também pode acontecer, quando a ciência da História e sua aprendizagem passam a ser regidos por princípios oriundos da Pedagogia, como a “pedagogia dos objetivos”, cujo exemplo, no Brasil, pode ser encontrado na proposta de Neves¹⁵. A autora organiza o ensino e aprendizados conteúdos da História a partir de objetivos operacionais, tais como caracterizar, enumerar, concluir, sintetizar, identificar e analisar.

A formação da consciência histórica como pressuposto e finalidade da aprendizagem histórica

Em diferentes obras já publicadas em português¹⁶, Jörn Rüsen tem mostrado que o trabalho com o conhecimento histórico na escola é fundamental para a formação da consciência histórica, ou seja, para o processo de interiorização das formas de organizar e dar sentidos às experiências temporais individuais e coletivas dos alunos. As experiências são importantes para a definição e inserção do sujeito em seu próprio destino. A “consciência histórica”, para ele, é o modo pelo qual a relação dinâmica entre experiência do tempo e intenção no tempo se realiza no processo da vida humana. Assim, a História tem uma função didática de formar a consciência histórica, na perspectiva de fornecer elementos para uma orientação, interpretação (para dentro – apropriação de identidades, e para fora – fornecendo sentidos para ação na vida humana prática). Esses pressupostos podem ser referenciais para concepções de aprendizagem que orientem propostas curriculares de história na sociedade contemporânea, incorporando, também, o pressuposto inegociável de que qualquer aprendizagem é autoeducação e inseparável da prática significativa da auto-gestão, em que os jovens e crianças sejam agentes ativos de sua própria educação.

¹³ Jörn Rüsen, *História Viva. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico* (Brasília: Editora da Unb, 2007).

¹⁴ André Ségal, “Pour une didactique de la durée”. In: *Enseigner l’histoire. Des manuels à la mémoire*, Henri Moniot (Berne: Peter Lang, 1984).

¹⁵ Maria Aparecida Mamede Neves, “Ensinando e Aprendendo História” (São Paulo: EPU, 1985).

¹⁶ Entre as obras de referência, em que Jörn Rüsen aborda esta temática, publicadas em português, encontram-se: SCHMIDT, M.A./BARÇA, I./ MARTINS, E.R. (ed.) Jörn Rüsen e o Ensino de História. Curitiba: Editora da UFPR, 2010; RÜSEN, Jörn. Aprendizagem Histórica. Fundamentos e Paradigmas. Curitiba: W & A Editores, 2012; SCHMIDT, M.A./BARÇA, I./ FRONZA, M./ NECHI, L. (ed.) Jörn Rüsen. Humanismo e Didática da História. Curitiba: W & A Editores, 2015; RÜSEN, Jörn. Teoria da História. Uma teoria da História como ciência. Curitiba: Editora da UFPR, 2015; SCHMIDT, M.A./ MARTINS, E.R. (ed.) Jörn Rüsen. Contribuições para uma Teoria da Didática da História. Curitiba: W & A Editores, 2016.

Cabe enfatizar que, para Rüsen, não se pode restringir a aprendizagem histórica apenas à sua dimensão cognitiva. É importante levar em conta o significado extraordinário da dimensão “estética” da constituição histórica de sentido (e não apenas na era da nova mídia ou apenas entre crianças e jovens) que acaba por ser amiúde marginalizada, embora sua significação dificilmente poderia ser superestimada. Em comparação com essa situação, a dimensão “política” não fica de fora por uma razão evidente: o estado e a sociedade sempre tiveram interesse em tornar a cultura política profícua para o futuro, na sucessão das gerações, e de reforçar, com isso, os critérios determinantes da legitimação histórica do poder, e os processos históricos de escolarização têm contribuído para isto. Também as duas demais dimensões – a “moral” e a “religiosa” – possuem relevância para a Didática da História e carecem de análise de sua função didática, pela teoria da história. O autor destaca ainda três conteúdos principais da dimensão moral no que se refere à aprendizagem histórica: “(a) primeiro, o papel desempenhado pelo pensamento histórico na orientação cultural da vida humana prática; (b) o manejo distanciado e crítico do pensamento histórico, com pretensões normativas, que é construído na relação ensino-aprendizagem da História, no interior dos respectivos contextos sociais; (c) por fim, a hermenêutica do sentido normativo próprio do passado, distinguido do presente, de que decorre a historicização (e não a relativização) dos fundamentos normativos da vida prática contemporânea”¹⁷.

Ao se colocar a pergunta, “Então, o que é aprendizagem histórica?”, Rüsen reafirma sua posição de que se trata de um processo básico e fundamental que tem como referência a ciência da história e isso leva à mudança da Didática da História para a consciência histórica como base de todo o ensino e aprendizado da história, podendo-se associar e explicar a consciência histórica como teoria da aprendizagem histórica.

Esse referencial da experiência individual e social com o conhecimento admite a possibilidade de se falar da consciência histórica como lugar e propósito da aprendizagem, particularmente, como afirma Rüsen¹⁸, em dois aspectos: O primeiro diz respeito à inclusão de aspectos da subjetividade de professores e alunos como processos de individualização e socialização em que a autocompreensão histórica afeta significativamente a identidade de cada um deles. O segundo, não menos importante, antevê a importância e significado do conhecimento histórico na sua vida prática.

Torna-se necessário compreender a consciência histórica como um processo mental, como um conjunto de operações da consciência (emocional, cognitivo e pragmático), que difere de outros conjuntos conceitualmente claros e que, em sua especificidade, podem ser explicitados. Esse processo mental se expressa, essencialmente, por meio da “narrativa histórica”, que sintetiza as três dimensões do tempo na representação de um sentido global. “Continuidade” ou “decorrer do tempo” é a definição categórica desta determinação contínua fundamental, que combina o processo de formação histórica de significado da experiência temporal das três dimensões para a unidade de um sentido consistente de coerência, na comunicação social e auto compreensão humana, sendo importante forma de socialização e individualização. Ainda, segundo Rüsen, a consciência histórica pode ser utilizada para a formação da identidade histórica, pois, com ela, os sujeitos (individuais e coletivos) podem exceder os limites de seu tempo de vida, ao mesmo tempo colocá-los na mudança do tempo a que eles estão submetidos, e com isso, simultaneamente, ganhar uma subjetividade permanente. Nessa perspectiva, não há aprendizagem histórica se não houver uma apreensão de processos de apropriação da própria experiência, o que pressupõe uma educação calcada na experiência do tempo que ative, amplie e modifique significados acerca dessa experiência, por meio da narrativa histórica.

¹⁷ Jörn Rüsen, *Teoria da História: Uma teoria da história como ciência* (Curitiba: Editora da UFPR, 2015), 158.

¹⁸ Id., *Aprendizagem Histórica: Fundamentos e Paradigmas* (Curitiba: W & A Editores, 2012).

Ao dar centralidade à narratividade histórica como referência para o ensino e aprendizagem da História, Jörn Rüsen indica duas problemáticas a serem confrontadas. A primeira, diz respeito ao domínio da narrativa pelos professores em aulas de história e as tentativas de substituí-la por outras formas de comunicação. A segunda, é a própria teoria da narratividade da história que fundamenta a relação de dependência entre o ensino de história e a ciência da história.

Narrativa como forma e função da aprendizagem histórica

Se atentarmos para o processo de construção do “código disciplinar da História”¹⁹ no Brasil, a problemática da narrativa no ensino de História apresenta vários aspectos a serem analisados, tais como a presença da narrativa histórica à moda do século XIX em manuais e sua repercussão no ensino mnemônico; a influência do ensino tecnicista e seu correlato na chamada aprendizagem de marcar “X” em questões de múltipla escolha. Sem falar na especificidade de um tipo de “narrativa anônima” característica dos manuais didáticos que, muitas vezes, serve de referência para o conteúdo e a forma da aprendizagem nas aulas de História.

Concorda-se com Rüsen²⁰ que contar histórias é uma conquista cultural vital que mostra a potencialidade do domínio da humanidade sobre o tempo passado, presente e futuro, bem como sua importância na intencionalidade da organização da vida prática. Isso significa a criação de significados e experiências temporais que definem o homem como espécie. Esses princípios levam à especificidade da narrativa histórica e da história como um conteúdo específico do pensamento, que é formado pelas três qualidades simbólicas da experiência temporal: a memória, a continuidade e a intencionalidade. Assim, torna-se compreensível que a aprendizagem histórica precisa reconhecer a consciência histórica como um processo, além de vê-la no seu próprio conteúdo.

Reconhecer a consciência histórica como um processo e a aprendizagem como narrativa, na esteira do pensamento de Rüsen, pressupõe admitir a importância de se fundamentar a aprendizagem nas atividades cognitivas do sujeito que aprende e com as quais todo o ensino da História deve se relacionar. Como indicam as considerações apropriadas da investigação de Gevaerd²¹, a Didática da História tem sido mais centrada numa aprendizagem da recepção de conteúdos previamente selecionados por parte dos professores, e não tem incorporado a tematização da experiência do sujeito que aprende, bem como o desenvolvimento de operações mentais próprias do pensamento histórico, que são necessárias para a elaboração de uma narrativa histórica.

Quais seriam as operações mentais que caracterizariam essa aprendizagem histórica? Nesse terreno, Rüsen²² estabelece contrapontos com autores alemães como Karl-Ernst Jeismann, que definiu essas operações como a análise, a avaliação e o julgamento, que ganhariam estatuto histórico ao se relacionarem com o assunto História. Também a proposta de Rolf Schörken é problematizada pelo autor, quando esse último afirma que o entendimento dos alunos sobre a história mundial pode ser passado, não só por meio de conteúdos, mas a partir de uma tomada de consciência estruturada de pensamento e processos que estão atrás dos conteúdos e, ao permanecerem ocultos no sujeito que aprende, seriam determinados por

¹⁹ Raimundo Cuesta Fernandez, *Sociogénesis de una disciplina escolar: la Historia* (Barcelona: Ediciones Pomares-Corredor, 1998).

²⁰ Jörn Rüsen, *Aprendizagem Histórica: Fundamentos e Paradigmas*.

²¹ Rosi T. Ferrarini Gevaerd, “A narrativa histórica como umamaneira de ensinar e aprender história: o caso da História do Paraná” (Tese de doutorado, Universidade Federal do Paraná, 2009).

²² Jörn Rüsen, *Aprendizagem Histórica: Fundamentos e Paradigmas* (Curitiba: W & A Editores, 2012).

comportamentos relacionados à produção de identidades, lealdades e simpatias. No entender de Rüsen²³, tanto as orientações de Jeismann quanto as de Schörcken, podem ser relevantes como operações da consciência histórica, quando aparecerem como fatores do processo de formação de sentido da narrativa histórica.

No entanto, mais do que isso, a aprendizagem deve ser baseada em formas de pensamento histórico elaboradas pelo sujeito que aprende, e é com essas formas de pensamento, organicamente ligados ao ato de narrar, que o ensino de História precisa se relacionar. Segundo estes pressupostos, a aprendizagem histórica ocorreria quando o sujeito desenvolvesse, por meio da narrativa histórica, um sentido para a experiência histórica, de tal forma que ele poderia orientar a sua existência em relação a si mesmo e aos outros, no fluxo do tempo. Nesse sentido, a perspectiva da aprendizagem somente pode se orientar na direção de que o sujeito é construtor do seu conhecimento.

Não se trata, segundo Rüsen²⁴, apenas da "implementação", "aplicação" ou "mediação" dos conteúdos sob a tutela dos objetivos ou competências de aprendizagem, mas do fato de que o próprio ensino e a História encontram seu sentido na vida prática humana. Assim, o conhecimento histórico e seus processos de aprendizagem passam a ter uma utilidade vital. Aprender história significa aprender a narrá-la, de tal forma que, nela e com ela, podemos encontrar o reconhecimento, sem o qual não gostaríamos de ser ou de poder ser. Ademais, o sentido da história não se reduz a uma autoafirmação compulsiva ou violenta com todas as consequências dolorosas para os envolvidos, mas, abre-se a um aumento permanente das experiências temporais que são processadas em um movimento contínuo, entre a experiência da diversidade do outro e a afirmação do eu. Esta abertura da consciência histórica pode ser apreendida pelo fato dos alunos terem recebido, quantitativamente e qualitativamente, diferentes interpretações temporais da experiência histórica, de modo que eles obtêm sua autonomia por meio de um ato de escolh

A aprendizagem histórica como apreensão da mudança temporal

O paradigma da aprendizagem histórica situada na teoria da consciência histórica proposto por Jörn Rüsen parte do princípio de que não existe compreensão histórica sem o entendimento da mudança temporal. No entanto, esse entendimento necessita ser construído tendo como referência a inserção do sujeito no presente e a partir de indagações históricas que possibilitem a significação desse mesmo presente, por meio do passado. Essa compreensão pressupõe, ainda, que o sujeito aprenda a estruturar a ideia de tempo cognitivamente, não somente do ponto de vista individual, mas, principalmente, relacionada à ideia de humanidade, pois “história é temporalizar a humanidade”²⁵.

Assim, a aprendizagem histórica só ocorre quando conseguimos processar a experiência da mudança temporal do mundo humano, produzindo o sentido histórico. Para que aconteça a aprendizagem histórica da produção de sentido histórico, a partir do processamento da experiência temporal, alguns desafios devem ser assumidos porque o processo de passar por essa experiência inclui as dimensões da interpretação, ou seja, o que se aprende tem que fazer um sentido para o aprendiz; - a orientação, isto é, o processo da mudança temporal precisa ser articulado “ao meu tempo, ao tempo do outro e ao tempo do outro que me inclui. Nesse caso, a questão principal seria – “como eu me coloco nesta situação de mudança temporal?”²⁶.

²³ Ibid.

²⁴ Ibid.

²⁵ Id., *Contribuições para uma teoria da Didática da História* (Curitiba: W & A Editores, 2016).

²⁶ Ibid., 19.

Outra dimensão é a da Motivação, em que o sujeito aprendiz necessita aprender a situar e inserir os seus objetivos de vida, tanto individuais, como coletivos, no fluxo do tempo.

As forças motrizes desses desafios indicam questões fundamentais para subsidiar os objetivos da aprendizagem histórica, tais como: o desafio da experiência histórica – o que eu percebi?; o desafio de compreender o passado alheio – o que isso significa?; o desafio da orientação da dimensão temporal de sua própria vida – onde é o meu lugar no tempo? e o desafio de escolher suas próprias motivações – o que eu posso fazer no futuro? Entre os resultados da aprendizagem pautada nesses pressupostos estariam a expansão quantitativa e qualitativa da capacidade de interpretar uma experiência histórica vivida, o aumento da competência de usar a experiência histórica vivida (conhecimento histórico) para temporalizar o seu próprio mundo e sua identidade, de conformar as aspirações individuais a partir de uma ideia empiricamente plausível de mudança temporal do curso da humanidade no tempo e de motivar os outros a realizarem suas próprias experiências de acordo com a ideia do lugar de cada um e do seu lugar no processo de mudança no tempo²⁷.

Implicações para a metodologia do ensino de História

A necessidade de a aprendizagem histórica ser baseada em múltiplas perspectivas e narrativas²⁸ é um dos princípios que devem conduzir o processo de ensino e aprendizagem na organização das aulas de História. Desse ponto de vista, Jörn Rüsen não aceita que a história seja “contada pelos outros” (o professor) e as competências narrativas dos alunos sejam consideradas como objetivos pedagógicos antecipados e tomadas como estratégias de adaptação funcional dos conteúdos. Para ele, a autoatividade do aluno é fundamental para que ele opere sua identidade de uma forma discursiva argumentativa, necessária à orientação temporal.

É nessa direção que o princípio metodológico da multiperspectividade nas aulas de história deve ser reconhecido como essencial, significando que as experiências históricas precisam ser de tal forma apresentadas, que causem uma identificação com o envolvimento dos alunos, a partir da divergência entre os diferentes pontos de vista. Segundo Rüsen²⁹ na prática do ensino de história, a subjetividade do aluno deixa, na transformação da experiência que lhe diz respeito (e isso também quer dizer: objetivo), duas maneiras de aparecer: (a) a primeira é indireta, por meio de uma identificação com aqueles que foram sujeitos pelo desenvolvimento temático histórico; (b) a outra, diretamente, por meio da reflexão dos próprios pontos de vista, na reconstrução do desenvolvimento histórico. Assim, a aula de história não deve e não pode evitar uma participação prévia, com a qual os alunos trazem seus próprios pontos de vista e sua perspectiva da interpretação histórica.

A proposição de uma metodologia do ensino que tem como referência a formação da consciência histórica, não se trata, segundo Rüsen³⁰, apenas da "implementação", "aplicação" ou "mediação" dos conteúdos sob a tutela dos objetivos ou competências de aprendizagem, mas do fato de que o próprio ensino e a História encontram seu sentido na vida prática humana. Assim, o conhecimento histórico e seus processos de aprendizagem passam a ter uma utilidade vital. Isso porque, a aprendizagem histórica deve levar a um sentido de compromisso histórico, onde se percebe que, na função de orientação, o que está em jogo na identidade própria do aluno, é a interação com os outros. Um princípio metodológico fundamental é que ensinar História significa contribuir para que o aluno aprenda narrar a história, de tal forma que, nela e com ela, pode encontrar o reconhecimento, sem o qual não gostaria de ser ou de

²⁷ Jörn Rüsen, *Aprendizagem Histórica: Fundamentos e Paradigmas* (Curitiba: W & A Editores, 2012).

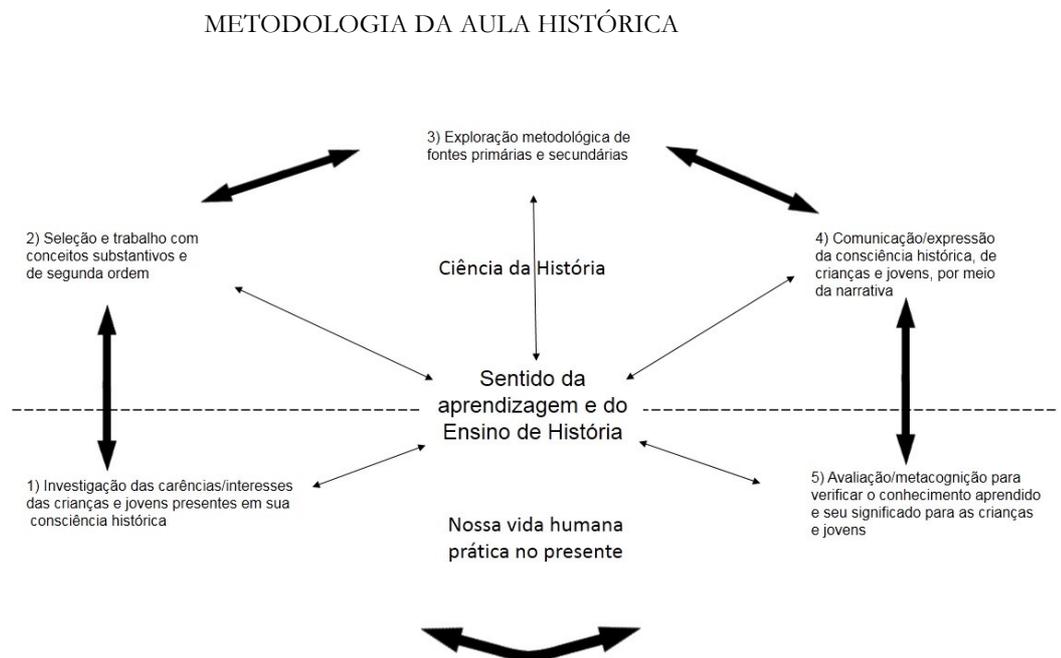
²⁸ Ibid.

²⁹ Ibid.

³⁰ Jörn Rüsen, *Aprendizagem Histórica: Fundamentos e Paradigmas* (Curitiba: W & A Editores, 2012).

poder ser. Ademais, quem ensina tem que interiorizar o princípio de que o sentido da história não se reduz a uma autoafirmação compulsiva ou violenta com todas as consequências dolorosas para os envolvidos, mas, abre-se a um aumento permanente das experiências temporais que são processadas em um movimento contínuo, entre a experiência da diversidade do outro e a afirmação do eu. Esta abertura da consciência histórica pode ser apreendida pelo fato dos alunos receberem diferentes interpretações da experiência histórica, de modo que eles obtêm sua autonomia por meio de um ato de escolha.

A matriz da Didática da História de Jörn Rüsen foi tomada como referência para uma proposta de metodologia do ensino e incluída nas Diretrizes Curriculares para o Ensino de História da Rede Municipal de Ensino de Curitiba, Paraná, com a denominação de “Aula Histórica”³¹



A proposta da Aula-Histórica estrutura-se a partir de um processo que obedece a determinados fatores e que, na prática da aula de história, ocorrem de forma interdependentes:

- 1) Considerando que toda criança e jovem dispõe de uma consciência histórica, a partir do modo como dá sentido à sua experiência no tempo, é fundamental investigar as carências de orientação na sua vida prática e os interesses que esses sujeitos expressam ao iniciar o trabalho com um novo conteúdo da História;

³¹Curitiba/Smed- Secretaria Municipal de Educação, *Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental – História. Proposta*. 2016.

- 2) Após as crianças e jovens expressarem suas carências e interesses em relação ao novo conteúdo da História, o(a) professor(a) seleciona os conceitos substantivos e de segunda ordem a serem trabalhados, tendo como ponto de partida essas carências temporais e interesses;
- 3) Considerando os procedimentos adotados pelo historiador na produção do conhecimento histórico, o(a) professor(a) organiza metodologicamente a sua prática docente a partir do trabalho com fontes históricas – primárias e secundárias, problematizando-as e interpelando-as, permitindo às crianças e jovens interpretarem e problematizarem esses vestígios do passado à luz de sua vida prática no presente;
- 4) Após o(a) professor(a) orientar o trabalho da produção do conhecimento histórico, as crianças e jovens produzem narrativas que expressam as suas consciências históricas a partir de interpretações e problematizações que surgem no trabalho com as fontes. Importante ressaltar que a referência às fontes e uso de marcadores temporais podem ser considerados importantes indícios de que a narrativa das crianças e jovens tem uma natureza histórica;
- 5) A avaliação contínua e a sistematização da avaliação, a partir da perspectiva da metacognição (o que os sujeitos sabem acerca do que eles aprenderam), fazem com que as crianças e jovens percebam o seu próprio processo de aprender. A compreensão dos processos mobilizados desde a investigação das carências e dos interesses desses sujeitos até a produção de uma narrativa que expressa sua consciência histórica, permite que as crianças e os jovens tomem consciência dos seus processos cognitivos, atribuindo significados e conferindo sentidos ao que aprendeu³².

Implicações para as pesquisas sobre ensino de História

A mudança de paradigma trouxe importantes consequências para o desenvolvimento de pesquisas no ensino de História. Ao indicar a consciência histórica como lugar da aprendizagem, colocou novas questões do ponto de vista conceitual e de elaboração teórica. Para Jörn Rüsen³³, isto requer investigações empíricas, ao tempo em que demanda uma operacionalização nas perspectivas Heurística, Analítica e Interpretativa. Do ponto de vista da Heurística, significa que uma teoria da aprendizagem necessita investigações que levem em conta os enunciados da consciência histórica que identificam e tornam possíveis (do ponto de vista teórico), os desempenhos da aprendizagem histórica (como ela se manifesta?). A perspectiva Analítica indica que uma teoria da aprendizagem fornece os critérios e categorias necessários às investigações do conteúdo material dos ditos enunciados (por exemplo, a categoria da multiperspectividade). Finalmente, a perspectiva Interpretativa parte de uma teoria da aprendizagem que possibilita a formação de hipóteses de investigações sobre as correlações empíricas entre os diferentes fatores e desenvolvimento da consciência histórica, e as condições em que ocorrem tais correlações.

Esse novo paradigma da aprendizagem histórica considera que a consciência histórica se revela, principalmente, na e pela linguagem. Assim, os enunciados linguísticos puderam ser privilegiados como interesses de pesquisa, mas não somente eles, porque outros elementos, como os símbolos imagéticos, também são indicativos da expressividade dos sentidos da interpretação do tempo e, portanto, reveladores da consciência histórica. Novas e importantes

³² Curitiba/Smed- Secretaria Municipal de Educação, *Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental – História. Proposta*. 2016.

³³ Jörn Rüsen, *Aprendizagem Histórica: Fundamentos e Paradigmas* (Curitiba: W & A Editores, 2012).

problemáticas de investigação têm sido postuladas. Questões como: como relacionar as diferentes fases da vida (infância, juventude), como a forma dos seus modelos de interpretação histórica? Seriam os modelos de interpretação histórica influenciados pelos conteúdos, até o ponto de provocarem alterações em sua interpretação? Os modelos de interpretação dependem, e, em caso positivo, em que grau, dependem das visões de mundo e da ética dos aprendizes? A capacidade de utilizar modelos de interpretação mais complexos e elaborados na apreensão da experiência histórica diminui ou aumenta, na medida em que os conteúdos da experiência tangenciam questões pessoais imediatas dos sujeitos, ou contestam autoafirmações e/ou pontos de vista profundamente enraizados?³⁴.

Partindo do pressuposto básico de que a consciência histórica é o lugar da aprendizagem, as investigações têm tido a preocupação com questões como as que envolvem a definição, a conceituação, a elaboração, investigar as funções, abordar as condições, forças motrizes e consequências das ideias históricas presentes na cultura escolar, seja nas ideias de professores e alunos, seja em outros lugares da cultura escolar, como os manuais didáticos e currículos. Para efeito de exemplificação, foram selecionadas duas investigações realizadas em cursos de doutorado, sendo uma de Portugal e uma do Brasil.

As pesquisas que tomam os referenciais da teoria de Jörn Rüsen como suportes teóricos e metodológicos para analisar a aprendizagem histórica de crianças, jovens e professores, se autodenominam pesquisas em “cognição histórica”, constituindo, hoje, o campo ou domínio científico de investigação chamado “Educação Histórica”. Neste campo, as dimensões e elementos relacionados com a natureza da ciência da História e suas articulações com a aprendizagem e, portanto, o ensino da História, têm sido o objeto e a finalidade das investigações. Segundo Gago³⁵, os trabalhos do historiador e pesquisador inglês Peter Lee, por exemplo, colaboraram no sentido de apontar que a aprendizagem histórica lida com a apropriação dos conceitos substantivos da História, tais como “Revolução Industrial Inglesa”, bem como os conceitos meta históricos, ou seja – “os conceitos meta históricos (ou de natureza histórica) são os conceitos inerentes à própria História-ciência que estão sempre presentes quando se estuda História porque lhe dão corpo. Conceitos como evidência, explicação histórica, que se articulam com a narrativa histórica”³⁶.

Em sua pesquisa - *Consciência histórica e narrativa na aula de história: concepções de professores*³⁷- a historiadora e investigadora portuguesa Marília Gago tomou como referência a categoria da narrativa histórica, para definir seu objeto e os objetivos de sua investigação de doutorado, realizada sob a orientação da profa Dra. Isabel Barca, na Universidade do Minho, Portugal. Realizada em escolas de diferentes regiões de Portugal, investigou uma população de 36 professores e 12 estudantes de cursos de História deste país.

Logo de início, anuncia e debate o quadro teórico em que construiu a sua investigação, define os objetivos e articula as questões a serem elucidadas. Partindo da relação entre narrativa e consciência histórica, seleciona e visita autores do campo da teoria e filosofia da história, evidenciando as relações entre narrativa histórica, tempo, memória e consciência histórica.

Este ponto de partida fez com que a pesquisadora assumisse o pressuposto de que o uso da narrativa na aula de História não se limite à aquisição, por parte do professor e, portanto, por parte dos alunos, de “histórias” sobre o passado. Ao contrário, anuncia, como

³⁴ Ibid, 94-102.

³⁵ Marília Gago, *Pluralidade de olhares: Construtivismo e Multiperspectiva no processo de aprendizagem* (Moçambique, EPM/CELP, 2012), 60-86.

³⁶ Ibid., 30.

³⁷ Marília Gago, *“Consciência histórica e narrativa na aula de história: concepções de professores”* (Tese de doutorado, Universidade do Minho. Instituto de Educação e Psicologia, 2007).

necessária, a construção, por parte de ambos, de suas próprias narrativas, “de um passado interpretado historicamente, com sentido para suas próprias vidas”³⁸.

Para compreender estes quadros conceituais, à luz da questão de investigação, ela revisita vários autores, para discutir o conceito de narrativa histórica e consciência histórica, partindo do debate existente no interior da epistemologia da história, o “narrativeturn”. Procura mostrar o que chamou de “tensão do debate”, entre os polos em torno da narrativa e da realidade histórica: os polos objetivista, realista, empiricista e os polos subjetivista, relativista e representacionista. À luz do debate entre autores de filosofia da história, discute os diferentes conceitos de narrativa histórica para subsidiar um conceito de narrativa histórica que foi orientador de sua investigação, ou seja - A narrativa como forma de expressão do passado humano experimentado diferentemente, de acordo como determinados campos de referência e descrição, que subsidiam uma forma de compreensão explicativa-descritiva que compreende a orientação temporal. Trata-se de uma concepção que pressupõe o realismo interno e objetividade perspectivada, baseada na interpretação da evidência, existindo um compromisso com o distanciamento, justiça e honestidade intelectual. Entende a narrativa como experiência de significação e modo de expressão de sentido, plural e múltipla em termos argumentativos, procurando no criticismo aberto e mútuo uma compreensão mais relevante, mais aceitável e mais coerente racionalmente, que forma e enforma a identidade histórica.

A partir da categoria mestra narrativa histórica, e os significados que lhe são atribuídos, a autora vai ao encontro das ideias de Jörn Rüsen de que as formas da consciência histórica podem se expressar narrativamente e “conjugando o empírico e o normativo, surge como uma matriz de premissas baseadas no sentido construído das ações do passado que orientam o presente e permitem perscrutar diferentes horizontes de expectativas futuras”³⁹. Tendo como referência este quadro teórico, propõe o objetivo da investigação: Compreender as concepções de professores de História acerca da narrativa enquanto uma das faces da consciência histórica, bem como as suas questões de investigação: Que perfis conceituais revelam os professores e futuros professores de História acerca da narrativa nas suas relações com a consciência histórica? Que relações terão esses perfis conceituais com a experiência profissional e a faixa etária dos professores e futuros professores?⁴⁰.

Observa-se a preocupação da pesquisadora com a aprendizagem relacionada à formação da consciência histórica e o lugar do desenvolvimento da competência narrativa nesta formação. Esta apreensão do processo de aprendizagem histórica de professores e futuros professores pode ser considerada uma aderência à ideia de cognição histórica e, portanto, da aprendizagem histórica, fundamentada na teoria de Jörn Rüsen.

A segunda pesquisa, indiciária da apropriação do pensamento ruseniano, é do historiador Ronaldo Cardoso Alves. Trata-se da tese de doutorado – *Aprender História com sentido para a vida: consciência histórica em estudantes brasileiros e portugueses* - defendida em 2011 na Universidade de São Paulo, sob a orientação da profa. Dra. Kátia Abud.

O ponto de partida da pesquisa é a preocupação do investigador com a relação entre ensino de história e seu significado para a vida prática dos alunos, instigando a seguinte questão – “será que, ao estudarmos história em espaços escolares ou extra escolares, conseguimos perceber a relação que ela tem com a nossa vida?”.

³⁸ Ibid., 13.

³⁹ Ibid.

⁴⁰ Ibid., 74.

Reporta-se a Jörn Rüsen, para assumir o pressuposto de que há uma relação orgânica entre a construção do conhecimento histórico e a necessidade de orientação dos seres humanos em seu cotidiano. Nesta direção, aponta duas questões:

- 1) Que parâmetros metodológicos podem dotar a história de plausibilidade e fiabilidade para as questões do cotidiano?
- 2) Como possibilitar às novas gerações habilidades e competências cognitivas oriundas da ciência da História, que proporcionem sentido às decisões da vida prática?

Assim, referencia-se em Rüsen⁴¹ para relacionar conhecimento histórico e vida prática, por meio do raciocínio histórico que dota os seres humanos de instrumentos cognitivos estruturados, com a finalidade de enfrentar, conscientemente, a rotineira tomada de decisões, demandada de uma cultura histórica na qual ocorre a multiplicidade e diversidade de informações. Ao lançar a pergunta – para que serve a história? – o autor defende o “desenvolvimento da consciência histórica” como finalidade do ensino de história e sua utilização na vida cotidiana.

Toma como referência também a produção investigativa anglo-saxônica, representada, principalmente, por historiadores da Universidade de Londres, como Peter Lee, Denis Shemilt, Rosalyn Ashby, apresentando em seus trabalhos evidência de uma mudança de paradigma nos referenciais teóricos da pesquisa sobre aprendizagem histórica. Estes autores, tendo como base a filosofia e a teoria da História anglo-saxã, estabeleceram categorias fundadoras do pensamento histórico, ao tempo em que, a partir de suas investigações, indicam níveis diferenciados de compreensão, explicação e interpretação das fontes históricas pelos alunos.

A leitura realizada por Alves⁴², seja da teoria ruseniana, seja dos fundamentos teóricos das investigações anglo-saxãs, o leva a estabelecer uma diferenciação entre os pressupostos dos diferentes pesquisadores. Na Alemanha, segundo ele, as relações entre a filosofia e a teoria da história tomam como ponto de partida a racionalidade histórica estruturada no espaço escolar, que relaciona a aprendizagem histórica às carências da vida prática, com a finalidade da formação histórica. Os ingleses tomam a vivência escolar como ponto de partida para o desenvolvimento do conhecimento histórico, mediado por uma reflexão epistemológica que propicie aos professores e alunos o desenvolvimento de competências para uma literacia histórica. Isto é, a constituição de práticas metodológicas que visem desenvolver operações mentais do pensamento histórico – substantivo (aplicação dos conteúdos/conceitos históricos na vida prática) e metahistóricos – instrumentos cognitivos utilizados para raciocinar historicamente. Ele se apropria da perspectiva anglo saxã também a partir de Barca⁴³, para desenvolver a ideia de “opinião fundamentada” como possibilidade de apropriação cognitiva do real.

Em Jörn Rüsen encontra os fundamentos para justificar a formação da consciência histórica a partir da relação com a vida prática e sua possibilidade de aplicação no contexto latino-americano, uma necessidade de pensar uma consciência histórica dialógica, devido presença de grandes diferenças sociais nos países da América Latina. Relaciona consciência histórica com o conceito de cultura histórica de Rüsen para justificar a importância do desenvolvimento e qualificação das operações mentais do pensamento histórico. E coloca a

⁴¹ Jörn Rüsen, *Razão Histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. (Brasília: Editora da UnB, 2001).

⁴² Ronaldo Cardoso Alves, “*Aprender história com sentido para a vida: consciência histórica em estudantes brasileiros e portugueses*” (Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 2011).

⁴³ Isabel Barca, “Literacia e consciência histórica”, *Revista Educar*. Dossiê Especial: Educação Histórica, (2006)(193-211).

seguinte pergunta: “Como o pensamento histórico pode atuar na relação dos seres humanos com a cultura histórica?”.

A partir da questão, propõe um estudo comparativo entre jovens brasileiros e portugueses, para discutir a formação do pensamento histórico no âmbito escolar e sua aplicação como consciência histórica na vida prática, a partir do encontro entre a Didática da História e a Educação Histórica, levantando indagações: Como se forma o pensamento histórico? Como este pensamento é aplicado no cotidiano? Há possibilidade de demonstrar, empiricamente, tipos ou níveis de consciência histórica que representem diferentes formas de geração de sentidos para as ações na vida prática? Existem semelhanças e diferenças na utilização do pensamento histórico, por parte de estudantes de diferentes grupos sócio-econômicos ou sociais? Qual a contribuição da escola nesse processo de formação do pensamento histórico e, principalmente, da consciência histórica dos estudantes?

Sistematizando sua adesão ao pensamento ruseniano, o autor elabora a questão final de investigação: Em que medida o pensamento histórico de jovens brasileiros e portugueses apresenta aspectos de uma consciência histórica adequada para reflexão a respeito da cultura histórica contemporânea?

Considerações finais

Os atuais programas governamentais para o ensino de História, tais como os Parâmetros Curriculares Nacionais e a proposta da Base Curricular Nacional Comum, revelam a maneira pela qual tem ocorrido, no Brasil, a separação entre a Didática da História e a História acadêmica, contribuindo para a formação de um código disciplinar da História com características específicas em cada momento da sociedade brasileira, mas que, de modo geral, empurrou as questões do ensino e aprendizagem da História tendencialmente para o âmbito da cultura escolar, especialmente para as relações com determinadas teorias pedagógicas, como a pedagogia das competências. Foi a partir desse reajustamento que a dimensão cognitiva do ensino da História passou a se articular com a dimensão política da cultura histórica. Nesse processo, as questões relacionadas à aprendizagem histórica e, portanto, ao seu ensino, saíram da pauta dos historiadores e entraram, prioritariamente, na pauta das políticas educacionais, ocorrendo um deslocamento entre a cultura histórica e a cultura escolar, em que a perspectiva instrumental, particularmente centralizada na preocupação com a transposição didática e com os métodos de ensino por competências e habilidades, tem sido privilegiada.

As contribuições teóricas de Jörn Rüsen indicam várias questões a serem levadas em consideração no que se refere à aprendizagem das crianças e jovens, seja em ambiente escolar ou outros ambientes de aprendizagem, como museus e arquivos. Entre elas a de que, definitivamente, os professores de história precisam saber que devem abandonar o pressuposto de que aprender história significa acumular conhecimentos, mesmo que adotando metodologias ativas e lúdicas e que aprender história não é manter-se no nível do senso comum ou adquirir bom senso a respeito das questões do passado.

A partir das investigações já realizadas pelos diferentes grupos, fundamentadas em pressupostos desta teoria, principalmente no fato de que a consciência histórica é ponto de partida e de chegada da aprendizagem histórica, o historiador inglês Peter Lee⁴⁴ propôs o conceito de Literacia Histórica, tendo como referência a ideia de que aprender história significa transformar informações em conhecimentos, apropriando-se das ideias históricas de forma

⁴⁴ Peter Lee, “Em direção a um conceito de literacia histórica”, Revista Educar. Dossiê Especial Educação Histórica, (Curitiba: Editora da UFPR, 2006).

cada vez mais complexa. O conceito de literacia histórica entende que a finalidade do ensino de História é levar à população os conteúdos, temas, métodos, procedimentos e técnicas que o historiador utiliza para produzir o conhecimento histórico, ressaltando que não se trata de transformar todas as pessoas em historiadores, mas de ensinar a pensar historicamente.

A literacia histórica tem como finalidade a aprendizagem para a formação da consciência histórica mais complexa. Isto significa que o ensino de história deve ter por objetivo a formação de uma consciência histórica que supere formas tradicionais e exemplares da consciência histórica, responsáveis pela consolidação de narrativas baseadas em organizações lineares do tempo, bem como as visões de que a história é a mestra da vida. Ao mesmo tempo, busca-se também evitar a formação de consciências críticas pautadas em narrativas que rompem com qualquer possibilidade de rever o passado. O objetivo é uma consciência crítico-genética, onde a relação presente e passado seja fundamentada em narrativas mais complexas, que se prestem à uma orientação temporal para a vida presente, baseadas em alguns princípios como a liberdade, democracia e direitos humanos. A formação da consciência histórica, finalidade principal do ensino de História, leva em consideração que tanto os professores, como os alunos, fazem parte de um coletivo e de um tempo social. As investigações de Alves⁴⁵ e as de Gago⁴⁶ são indiciárias de que as três dimensões da aprendizagem histórica, sugeridas por Rüsen⁴⁷ - Experiência, Interpretação e Orientação - estão sempre intimamente relacionadas, pois não existe experiência histórica sem significado ou orientação histórica sem experiência, o que implica em algumas consequências. Uma delas é o fato de que nunca se pode dissociar a aprendizagem histórica do sujeito que aprende, por exemplo, o jovem e a cultura jovem e, portanto, a dinâmica da aprendizagem não se realiza quando a história é ensinada como algo dado e alheio ao sujeito que aprende. Assim, saber história não é a mesma coisa que pensar historicamente correto, pois o conhecimento histórico que é apenas apreendido como algo dado, não desenvolve a capacidade de dar significados para a história e orientar aquele que aprende de acordo com a própria experiência histórica.

Questões como estas remetem a duas tendências presentes, atualmente, no ensino e aprendizagem da História. A primeira, a partir das apropriações que o inglês de Peter Lee fez da teoria de Jörn Rüsen, aponta a necessidade de se qualificar a aprendizagem histórica a partir do conceito de História Transformativa, isto é, levar em consideração o conjunto de questões que dizem respeito à preocupação de que, em que medida e em que aspectos a aprendizagem histórica e, portanto, o ensino de História, transforma a maneira com que os alunos são capazes de ver o mundo em que vivem. Neste sentido, seria importante manter perguntas como: Até que ponto o conhecimento histórico muda as ideias dos estudantes sobre as respostas adequadas para os problemas diplomáticos, políticos, econômicos, ambientais e culturais atuais? E, quanto tempo estas mudanças podem durar?

A segunda, nas trilhas do pensamento ruseniano, aponta para a importância de se pensar a formação da consciência histórica na perspectiva de uma didática humanista da história, pois “O trabalho da didática da história não pode ser entendido ou desenvolvido sem uma consciência de seu papel na cultura histórica de seu tempo. Ele tem de perceber e de responder aos desafios da orientação histórica, especialmente no que diz respeito ao aprendizado histórico e sua realização em diferentes instituições, principalmente na escola”⁴⁸. Tais pressupostos instigam novas temáticas a serem debatidas, como o próprio significado que o novo paradigma da aprendizagem histórica trás para a Didática da História, seu escopo teórico, natureza e dimensões. Tais estudos demandam, por exemplo, análises comparativas

⁴⁵ Ronaldo Cardoso Alves, “*Aprender história com sentido para a vida: consciência histórica em estudantes brasileiros e portugueses*”(Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 2011).

⁴⁶ Marília Gago, “*Consciência histórica e narrativa na aula de história: concepções de professores*”(Tese de doutorado, Universidade do Minho. Instituto de Educação e Psicologia, 2007).

⁴⁷ Jörn Rüsen, *Aprendizagem Histórica: Fundamentos e Paradigmas*.

⁴⁸ Jörn Rüsen, *Teoria da História: Uma teoria da história como ciência* (Curitiba: Editora da UFPR, 2015), 19.

acerca da construção do código disciplinar⁴⁹ da Didática da História em diferentes países e momentos históricos, bem como suas interfaces com questões contemporâneas, por exemplo, na perspectiva do “Novo Humanismo” de Jörn Rüsen.

Finalmente, algumas questões relevantes foram suscitadas pela difusão e apropriação do novo paradigma, que exigem um olhar atento e cuidadoso. Uma delas é a existência de propostas que sugerem a subordinação da aprendizagem histórica à formação para a cidadania. Em alguns países, há uma tendência em construir processos de fusão entre o ensino de história e a educação para a cidadania ou educação cívica. Parte-se do pressuposto de que o conhecimento histórico pode ser um suporte para a coesão social e/ou para ressurgimentos nacionais, seja em nome da diversidade ou da pressão da imigração, levando à busca da constituição de uma gama de valores comuns da história nacional. Outra tendência é a transformação do desenvolvimento do pensamento histórico e da formação da consciência histórica em desenvolvimento de competências. O contexto da globalização, da emergência competitiva de alguns países, da expansão dos mercados, desenvolveu uma tendência de simplificação das propostas curriculares “em um esforço para assegurar que as competências exigidas pelas empresas podem encontrar espaço na escola. Apesar de falar de uma economia do conhecimento, a pressão sobre o currículo parece ser para as escolas treinarem mão de obra eficaz”⁵⁰. Neste sentido, abre-se espaço nos currículos para integração da história em humanidades e a justificativa para isto, geralmente é feita pelo apelo à “eficiência” em um mundo competitivo, mas também pode evocar condescendência sobre o que os alunos se interessam, podem lidar ou podem necessitar de autonomia e desenvolvimento pessoal, “os últimos argumentos por vezes evidenciam hostilidade às “disciplinas escolares”⁵¹.

Em acordo com Rüsen⁵², importa que a aprendizagem histórica desenvolva a capacidade de se adquirir a constituição narrativa de sentido, como uma aprendizagem de resignificar, continuamente, as experiências temporais da vida prática, desenvolvendo, de forma complexa e científica, a cognição propriamente histórica. Concorde-se, também, com este autor, que se trata de um processo da consciência histórica e como ele é apreendido e efetivado, não é uma questão da didática da teoria da História, mas da Didática da História – uma disciplina da ciência da História, mas relativamente independente da teoria da História. Neste e para este processo, se direcionam as investigações acerca da aprendizagem histórica.

Há, portanto, a necessidade de consolidação da Didática da História, em que os conhecimentos necessários à produção do pensamento histórico sejam articulados a um projeto de educação pensado na perspectiva da insegurança da identidade histórica, das pressões relacionadas à diversidade cultural, das críticas ao pensamento ocidental e de uma nova relação com a natureza e com o outro, pois essa relação é fundamental para a compreensão do mundo. Uma necessidade que precisa ser articulada a um sentimento de urgência de se pensar para além dos embates herdados da separação entre a Didática da História e a História acadêmica.

⁴⁹ Raimundo Cuesta Fernandez, *Sociogénesis de una disciplina escolar: la Historia* (Barcelona: Ediciones Pomares-Corredor, 1998).

⁵⁰ Peter Lee, “Literacia Histórica e História Transformativa”, *Revista Educar*, n.60: (2016): 2 (107-146).

⁵¹ *Ibid.*, 3.

⁵² Jörn Rüsen, *Aprendizagem Histórica: Fundamentos e Paradigmas*.



DOSSIÊ: sentido e relevância da História no mundo contemporâneo

**História e diálogo entre culturas: contributos da teoria de Jörn
Rüsen para a orientação temporal dos jovens**

Isabel Barca

Profa. Associada do CIEEd – Universidade do Minho
isabar@ic.uminho.pt

Recebido em 09/04/2017. Aprovado em 18/09/2017.

Como citar este artigo: Barca, Isabel. “História e diálogo entre culturas: contributos da teoria de Jörn Rüsen para a orientação temporal dos jovens”. *Intelligere, Revista de História Intelectual*, vol. 3, nº2, p. 77-89. 2017. Disponível em <http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: O artigo discute os contributos da teoria da consciência histórica de Rüsen na pesquisa em educação histórica desenvolvida em Portugal. Analisa convergências epistemológicas entre essas duas abordagens e destaca a relevância da ideia de consciência histórica, discutida por Rüsen, no processo de aprender a pensar historicamente. Neste sentido, apresenta exemplos de pesquisa empírica sobre narrativas de jovens portugueses em História e reflete sobre possibilidades investigativas e didáticas tendo em mente a construção do pensamento histórico dos jovens e a sua orientação temporal.

Palavras-chave: Rüsen e Educação histórica; narrativas de jovens; consciência histórica de jovens portugueses.

*History and dialogue between cultures: contributions of Jörn Rüsen's
theory for the temporal orientation of young people*

Abstract: The paper discusses the main contributions of Rüsen's historical consciousness theory to history education research carried out in Portugal. It analyses epistemological convergences between the two approaches enhancing the relevance of Rüsen's idea of historical consciousness to the process of learning to think historically. It gives some examples of empirical research on historical accounts of Portuguese youth followed by a reflection about investigative and didactic possibilities oriented to constructing the historical thinking of young people and their temporal orientation.

Keywords: Rüsen and history education; Historical narratives of young people; Historical consciousness of Portuguese youth.

Introdução: investigação em educação histórica

A discussão desenvolvida por Jörn Rüsen em torno da consciência histórica veio realçar e aprofundar o sentido humano da abordagem de investigação ligada a aprender a pensar historicamente. Nos seus inícios na década de 1970 em Inglaterra, esta linha de pesquisa em Educação histórica procurou – e com êxitos consideráveis – responder à questão da importância de incluir a História no elenco curricular. Eram tempos de discussões efervescentes na Educação ocidental: a preocupação com a relevância social de preparar para a vida levava à proposta de dar a conhecer às crianças e jovens o mundo em redor (pelos Estudos Sociais), em detrimento do estudo do passado que, segundo os defensores de tal proposta, de pouco serviria para entender o presente. Adicionalmente, a popularidade da teoria piagetiana de desenvolvimento cognitivo das crianças por níveis etários veio acrescentar argumentos para a redução da História no currículo uma vez que esta disciplina trata de questões longínquas no tempo, supostamente muito abstractas na perspectiva piagetiana e que, por isso, não seriam entendidas antes da adolescência. Perante tais convicções em desvalorizar a História como disciplina útil na Educação formal, um grupo de historiadores e filósofos da História, particularmente dos que se ligavam também à Educação, lançou o desafio de refutar tais argumentos através de uma sólida argumentação epistemológica. Nessa linha, encetaram-se estudos em cognição histórica para indagar as possibilidades de alunos construírem ideias históricas mesmo sem terem atingido o estágio de operações lógico-dedutivas, contra o que a teoria piagetiana de desenvolvimento cognitivo defendia. Através de comprovação empírica, as pesquisas sugeriram – e continuam a sugerir agora mais claramente numa era de maior informação – que crianças e jovens podem aprender História quando ela é apresentada com sentido humano.¹

Um rol de eventos ou até mesmo de explicações únicas do passado não chega para dar sentido humano ao passado e a partir dele estabelecer conexões abertas com o presente, pois pensar historicamente envolve muito mais. Ninguém pode escapar ao passado, por isso existe no ser humano uma necessidade intrínseca de conhecer as raízes deste presente, tal como Peter Lee e Raymond Martin, entre muitos outros, realçaram.²⁻³ Conhecer as próprias raízes para melhor se entender a si próprio no mundo implica conhecer, de forma vicariante, outros seres humanos do presente e do passado, as suas formas de pensar, intenções e decisões, seja em diálogo, em tensão, ou mesmo em conflito. Como diz Lowental,⁴ o passado é um país estranho e essa estranheza, em simultâneo com a perplexidade e curiosidade que eventualmente provoca, pode contribuir para a descoberta de uma história humana mais inteligível na sua complexidade, nas suas contradições, nos seus interesses de grupos específicos, mas também feito de utopias sobre a felicidade e o bem comum pelas quais se luta e até se morre.

Pensar historicamente significa não só compreender ‘conteúdos’ sobre o passado humano, mas também e, necessariamente, perceber de que forma essa compreensão se ‘fabrica’ através da interpretação de fontes variadas. Com estes princípios epistemológicos, a investigação em Educação histórica enveredou pela busca de sentidos sobre como alunos – e docentes e outros sujeitos intervenientes na educação formal e informal – vão aprendendo a aproximar-se de uma compreensão histórica genuína – analisar fontes à maneira (próxima) do historiador, comparando mensagens convergentes e contraditórias para chegar a ‘conclusões’ sobre o passado fundamentadas na evidência. Tais conclusões serão mais abrangentes e equilibradas se derivarem da interpretação, cruzamento e avaliação de várias fontes – que abrangem não só a testemunhos e posições dos sujeitos que viveram uma dada situação, mas

¹ O sentido humano das situações facilita a aprendizagem das crianças, como defendia Margaret Donaldson, *Children's mind* (Londres: Fontana, 1978).

² Peter Lee, “Why Learn History?”. In: *Learning History*, eds. Alaric Dickinson, Peter Lee e Peter Rogers (London, Heinemann Educational Books, 1984).

³ Raymond Martin, *The Past Within Us* (Princeton: Princeton University Press, 1989).

⁴ David Lowental, *The Past is a Foreign Country* (Cambridge: Cambridge University Press, 1985).

também (as) versões posteriores sobre a mesma. Assim como na sociedade não existe um pensamento único e homogêneo também na narrativa histórica não haverá uma explicação fechada ou uma única forma de olhar o passado. Em História há lugar a várias interpretações do passado, que devem ser analisadas e avaliadas quanto à sua relativa consistência empírica e lógica.

Por isso, dá-se atenção às formas como os alunos constroem as suas ideias sobre o que, como e por que aconteceu um dado passado, por referência a noções de explicação, significância, multiperspectiva e evidência – conceitos que enformam a natureza da História. O desenvolvimento do pensamento histórico tendo em atenção estes ingredientes pode contribuir para a formação de jovens mais informados e analíticos e, nesse sentido, mais críticos.

Pensamento histórico e consciência histórica dos jovens

A conceptualização que se propunha para a educação dos jovens no último quartel do séc. XX em torno do pensamento histórico implica um sentido humanista que, contudo, poderia não ser compreensível à primeira leitura. Os fundamentos epistemológicos e as conclusões das pesquisas desenvolvidas nesta linha pareciam, a um olhar menos profundo, demasiado ‘cerebral’, despojadas de emoção. Faltava, pois, uma ideia nuclear que sintetizasse de forma mais explícita estas potencialidades para a Educação histórica; a ideia de consciência histórica na perspectiva de Jörn Rüsen veio preencher essa lacuna. Essa ideia veio iluminar com maior clareza o sentido humano da História na formação dos jovens.

Em Portugal, o diálogo da investigação em Educação histórica com a teoria da consciência histórica desenvolvida por Rüsen aconteceu nos finais do séc. XX, através do artigo “*The development of narrative competence in historical learning: an ontogenetic hypothesis concerning moral consciousness*”.⁵ Este primeiro encontro com a linha conceptual de Rüsen permitiu-nos não só discutir a ideia de consciência histórica na sua relação com a Educação histórica como também encetar uma fecunda ‘linha’ de trabalhos investigativos com base nos princípios nucleares de orientação temporal, matriz disciplinar da História e tipos de consciência histórica. Em Portugal, esta pesquisa tem sido realizada sobretudo no âmbito do projeto “Consciência Histórica – Teoria e práticas (Hicon I e II) e das suas extensões até ao presente.”⁶ Para encontrar respostas fundamentadas à questão “que consciência histórica revelam os jovens em situação de escolaridade?” – e também sobre consciência histórica de professores - buscaram-se, nas várias tarefas investigativas do Projeto Hicon, recolha e análise de dados que permitissem a compreensão de noções epistemológicas interligadas com uma concepção abrangente da natureza do conhecimento histórico (numa perspectiva ocidentalizada). Essas noções epistemológicas passam designadamente pela evidência (com base em fontes de vários tipos e pontos de vista), significância, explicação, empatia (sendo esta relacionada com abordagens de ‘inter-identidades’ sociais), narrativa – que constituem elementos essenciais do conhecimento histórico e que contribuem para moldar sentidos tácitos ou explícitos de orientação temporal.⁷⁻⁸⁻⁹⁻¹⁰⁻¹¹⁻¹² O método utilizado, de natureza essencialmente qualitativa,

⁵ Jörn Rüsen, “The development of narrative competence in historical learning: an ontogenetic hypothesis concerning moral consciousness”. In: *Studies in metahistory*, ed. P. Duvenage (Pretoria, Human Sciences Research Council, 1993). Esta primeira aproximação à teoria de Jörn Rüsen foi-nos proporcionada por Peter Lee, no âmbito de encontros sistemáticos de investigação em educação histórica.

⁶ Projecto Consciência Histórica –Teoria e Práticas (I e II) (financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), Portugal, 2003-2011).

⁷ Isabel Barca e Olga Magalhães, “O Passado e o Presente: um estudo no âmbito do Projecto Consciência Histórica – Teoria e Práticas”, *O Estudo da História*, [vol.] 5 (2004) (66-75).

⁸ Marília Gago, “*Concepções de Professores sobre narrativa histórica*” (Tese de doutorado, Universidade do Minho, 2007).

⁹ Maria Auxiliadora Schmidt, “Perspectivas da consciência histórica e da aprendizagem em narrativas de jovens brasileiros”, *Revista Tempos Históricos*, [vol.] 12, 1 (2008) (81-96).

serviu propósitos de análise em profundidade, privilegiando uma abordagem indutiva inspirada na *Grounded Theory*.¹³ Em consequência, os participantes nesses estudos são selecionados atendendo-se a critérios de estratificação por ‘variáveis’ consideradas relevantes (ano de escolaridade, sucesso escolar e contexto cultural no caso dos alunos; formação e experiência profissional no caso dos professores). Inspirados pela ideia nuclear de que a ‘narrativa é a face da consciência histórica’ os estudos do Projeto Hicon rapidamente evoluíram para um enfoque especial na exploração das narrativas históricas fornecidas por alunos. Estes estudos têm vindo a corroborar as potencialidades de, pelas narrativas, se aceder à compreensão das formas de cultura e de consciência histórica dos sujeitos inquiridos.

O contacto da comunidade investigativa de educação histórica em Portugal com a obra de Rüsen em língua portuguesa aconteceu no Brasil em meados da primeira década do séc. XXI, graças à tradução e acompanhamento esclarecido que nos tem sido proporcionado pelo filósofo Estêvão Rezende Martins¹⁴⁻¹⁵⁻¹⁶. Esta situação abriu amplas possibilidades ao conhecimento da obra de Rüsen no seio da comunidade lusófona que investiga em Educação histórica, e tem suscitado uma adesão entusiástica aos seus princípios para dar mais sentido humano às pesquisas sobre ideias dos jovens em História¹⁷. Em paralelo com a expansão da pesquisa em Educação histórica no Brasil e em Portugal sob inspiração da teoria de Rüsen, a exploração de narrativas de jovens sob diversos enfoques - passando sempre pela atenção às ideias discutidas por Rüsen - estendeu-se a países de expressão portuguesa como Cabo Verde,¹⁸ Moçambique¹⁹ e Angola²⁰.

Avanços na educação para a consciência histórica

Como Rüsen tem debatido,²¹⁻²²⁻²³ a base para a compreensão da vida no passado – e, portanto, do saber histórico - é a experiência do quotidiano que compele o sujeito a buscar no passado elementos significativos que sejam úteis para as suas decisões no presente, com vista naturalmente a um melhor futuro. O saber histórico deriva desta necessidade, e com as suas teorias, conceitos e métodos vai influenciar, por sua vez, a orientação temporal dos seres humanos no seu quotidiano.

¹⁰Júlia Castro, “Diálogo e conflito – pensamento histórico e ideias de interculturalidade de jovens portugueses. In: *Aprender História: Perspectivas da Educação Histórica*, orgs. M. Auxiliadora Schmidt e Isabel Barca (Juiz: Unijuí, 2009).

¹¹ Isabel Barca, “Identities and History: Portuguese students’ accounts”, *International Journal of Historical Learning, Teaching and Research*, [vol.] 8,1 (2009) (19-27).

¹² Isabel Barca e Maria Auxiliadora Schmidt, “La consciencia histórica de los jóvenes brasileños y portugueses y su relación con la creación de identidades nacionales”, *Educatio siglo XXI*, [vol.] 31, 1 (2013) (25-45).

¹³ Anselm Strauss e Juliet Corbin, *Basics of qualitative research. Grounded Theory. Procedures and techniques* (Newbury Park: Sage, 1991).

¹⁴ O contacto com as obras de Rüsen em português e com o seu tradutor, Estêvão Rezende Martins, foi-nos proporcionado pela pesquisadora Maria Auxiliadora Schmidt, fundadora e coordenadora do LAPEDUH - Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica, sediado na Universidade Federal do Paraná (UFPR).

¹⁵ Maria Auxiliadora Schmidt, Isabel Barca e Estêvão Rezende Martins, *Jörn Rüsen e o ensino de História* (Curitiba-PR: Editora UFPR, 2010).

¹⁶ Estêvão Rezende Martins, “Humanismo: a utopia necessária e sua historicidade”. In: *Jörn Rüsen e o ensino de História*, orgs. Maria Auxiliadora Schmidt, Isabel Barca e Estêvão Rezende Martins (Curitiba PR: Editora UFPR, 2010).

¹⁷ Maria Auxiliadora Schmidt e Lucas Pydd Nechi, *Brazilian Investigation in history education* (Curitiba: W. A. Editores, 2016).

¹⁸ Graça Sanches, “*Ideias dos alunos acerca da significância da História Contemporânea: um estudo com alunos do ensino secundário em Cabo Verde*” (Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, 2008).

¹⁹ Isabel Barca, “History and temporal orientation: The views of Portuguese-speaking students”. In: *Joined-up history: New Directions in History Education Research*, eds. Arthur Chapman e Arie Wilschut (Charlotte, NC: Information Age, 2015).

²⁰ Angelina Aguiães, “*Construir conhecimento histórico em contexto angolano: um estudo em torno de uma experiência de aula oficina*” (Tese de doutorado, Universidade do Minho, 2017).

²¹ Jörn Rüsen, 1993 (ibid.).

²² Jörn Rüsen, *Razão Histórica. Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica* (Brasília: UniB, 2001).

²³ Jörn Rüsen, “Historical Consciousness: Narrative Structure, Moral Function and Ontogenetic Development”. In *Theorizing Historical Consciousness*, ed. Peter Seixas (Toronto: University of Toronto Press, 2004).

Na matriz Ruseniana, o movimento da formação da consciência histórica que tem origem nas necessidades de orientação temporal dos sujeitos traduz-se num primeiro sinal de pulsão humana para entender a sua vida pelo conhecimento de muitas outras vidas. Claro que este conhecimento pode ser feito apenas ao nível do senso comum, por observação direta, pelas estórias familiares e do meio envolvente, pelos vestígios materiais do passado e pelos relatos da mídia tantas vezes fragmentados ou romanceados; mas a estreiteza ou a fragmentação destas experiências de senso comum e a forma impressionista como a informação é processada pelo sujeito pode fornecer alguma sabedoria (os ditados populares são disso exemplo) mas também pode ser fonte de preconceitos e de concepções fantasiosas sobre o mundo. As experiências quotidianas ganham relevo na orientação temporal – como em todas as outras formas de orientação no mundo - quando impulsionam o sujeito a conhecer a vida de forma mais sistemática, profunda e (talvez?) mais segura. Há que ter em conta que as ideias alternativas à ciência com base nas experiências quotidianas podem trazer obstáculos a uma atitude aberta ao avanço do saber. É por estas vertentes contraditórias do conhecimento com base apenas na vida quotidiana que em Educação se considera essencial a exploração das ideias prévias dos alunos. Como diz Peter Lee,²⁴ só se pode mudar (conscientemente) aquilo que se conhece; a indagação das ideias prévias, tácitas ou claramente assumidas, é essencial para ajudar os alunos numa construção conceptual que vá além do senso comum que, no plano do conhecimento social, resulta por vezes no apego a mitos, lendas, estereótipos ou dogmas. Algumas destas posturas sem confirmação científica poderão até manter-se contanto que não obstem ao desenvolvimento de atitudes mais avançadas (o ser humano é contraditório). Mas no quotidiano da educação histórica formal são férteis os exemplos de mal entendidos em torno de conceitos substantivos; as ideias alternativas ao saber histórico, outrora consideradas simplesmente anedóticas, devem ser conhecidas e exploradas pelos formadores, com respeito por quem as expressa e com tacto profissional para ajudar à mudança conceptual. Algumas dessas ideias alternativas são persistentes e frequentes mesmo até em adultos com alguma formação histórica: por exemplo em Portugal, um país de regime republicano e com uma maioria de formação católica, não é raro observar uma identificação de monarquia com ditadura, ou de catolicismo com cristianismo.

Já no plano das concepções estruturais do saber histórico, a investigação na área específica tem mostrado que existe uma progressão na construção da forma de pensar historicamente (embora com oscilações por vezes independentes da faixa etária) quando é favorecida pelo contexto educativo. Essa progressão pode avançar desde uma posição fixa de estranheza acerca de decisões e ações de seres humanos no passado (quando elas parecem ilógicas à luz do quotidiano experienciado pelos alunos), até um raciocínio próximo do ofício do historiador (quando ultrapassam essa estranheza inicial e buscam compreender os outros atribuindo um sentido inteligível às suas ações). Esta evolução conceptual acontece pelo cotejo de fontes diversificadas sobre um dado passado em estudo, procurando conhecer os contextos culturais respetivos e colocando hipóteses quanto às motivações, razões e constrangimentos dos agentes históricos dessa situação.

Em suma, na ação investigativa e educativa de entender a construção do pensamento histórico dos alunos enriquecida pela teoria Ruseniana, percebe-se a valorização dos interesses e necessidades das crianças e dos jovens, que são os principais sujeitos intervenientes na sua própria aprendizagem. A “didática da História”, no sentido de práticas de ensino da História, poderá alimentar-se das propostas e de algumas conclusões da investigação nesse campo para melhor desempenhar o seu papel na formação de um pensamento histórico mais avançado. Para que esse papel seja mais frutuoso, é essencial que o profissional de ensino de História tenha ele próprio uma formação que abarque uma reflexão epistemológica sobre a sua

²⁴ Peter Lee, “Putting principles into practice: understanding history”. In: *How Students Learn*, eds. Susanne Donovan e John Bransford (Washington, DC: The National Academies Press, 2005).

disciplina de referência e, em coerência, o desenvolvimento de competências de exploração e acompanhamento da construção do pensamento histórico dos alunos. Este perfil profissional corresponde à proposta de “professor investigador”, por oposição à de professor meramente técnico.²⁵ Também nesta proposta, de cariz didático, os interesses e necessidades quotidianas dos sujeitos - profissionais de ensino - ganham visibilidade e atenção.

Por conseguinte, segundo esta abordagem a ação didática em História converge com a teorização da consciência histórica na perspectiva de Rüsen, quando coloca na História os sujeitos do nosso tempo, incluindo os professores, as crianças e os jovens das nossas escolas E, ao fazê-lo, diz-se implicitamente que também eles são agentes de uma história não pré-determinada. Ao dar-se voz a quem aprende e ensina - que poderá exemplificar uma forma Ruseniana de atender aos interesses dos sujeitos - o sentido humanista de educar historicamente sai reforçado.

Será de realçar também que as potencialidades desta corrente vão muito mais além do que a valorização do sujeito singular: é no diálogo com os outros – do passado e do presente - que se conhecem e comparam as diferenças de ponto de vista, se respeita a diversidade e se avalia a justeza de intenções e a ligação com a realidade das várias posturas.²⁶ Há que ter em conta que, no leque dos interesses individuais, existem aqueles que são pautados por necessidades individuais ou de grupo estranhas ou até mesmo opostas a preocupações de sentido humanista. Há o ego e o etnocentrismo, há o dogmatismo, há a propaganda, há a ganância, tudo isto e muito mais que constituem a condição humana. O saber histórico, ao procurar entender e explicar as decisões e ações dos seres humanos em interação no passado – em consenso e em divergência, em busca de convergências ou de ataque para dominar - fornece pistas racionalmente fundamentadas para que os jovens ganhem disposições de respeito pelo outro, aprendam a comparar situações diversas e a argumentar racionalmente.

Narrativas de jovens e consciência histórica

É pela narrativa, sobretudo, que se comunica a compreensão histórica - por isso, como diz Rüsen, a narrativa é a face material da consciência histórica. Nela é possível perceber como o seu autor concebe o passado e permite compreender como ele estabelece relações do passado com o presente e o futuro. As visões sobre realizações e interações humanas nas suas várias dimensões, os sentidos de mudança, as mensagens nucleares sobre uma dada sociedade encontram-se aí plasmadas, de forma mais ou menos explícita. Por isso as relações entre narrativa histórica e consciência histórica dos jovens têm sido exploradas nas pesquisas em Portugal, estabelecendo-se um diálogo entre a reflexão epistemológica com base sobretudo nos trabalhos de Rüsen ²⁷⁻²⁸) e Wertsch²⁹ e a ‘escola britânica’ de pesquisa em educação histórica.^{30-31,32,33,34} Assume-se, assim, que conhecer as narrativas históricas que os jovens vão

²⁵ Isabel Barca, “A aula oficina em História: do projecto à avaliação”. In: *Para uma Educação Histórica de qualidade*, org. Isabel Barca (Braga: CIEd, Universidade do Minho, 2004).

²⁶ Jörn Rüsen, “Humanismo intercultural: ideia e realidade”. In: *Humanismo e Didática da História: Jörn Rüsen* (Curitiba PR: W.A. editores, 2015).

²⁷ Jörn Rüsen, 2004 (ibid.).

²⁸ Jörn Rüsen, *Time & History. The variety of cultures* (Oxford: Berghahn Books, 2007).

²⁹ James Wertsch, *Voices of Collective Remembering* (Cambridge: Cambridge University Press, 2002).

³⁰ Peter Lee, “Walking backwards into tomorrow”: *Historical consciousness and understanding history*” (Centre for the Study of Historical Consciousness, University of British Columbia, Vancouver, www.cshc.ubc.ca).

³¹ Peter Lee, 2005 (ibid.).

³² Denis Shemilt, “The Caliph’s Coin: The currency of Narrative Frameworks in History Teaching”. In: *Knowing Teaching & Learning History: National and International Perspectives*, eds. Peter Stearns, Peter Seixas e Samuel Wineburg (New York: New York University Press, 2000).

³³ Rosalyn Ashby, Peter Lee e Denis Shemilt, “Putting Principles into Practice: Teaching and Planning”. In: *How students learn: history in the classroom*, eds. M. S. Donovan e J. Bransford (Washington, DC: The National Academies Press, 2005).

³⁴ Arthur Chapman & Arie Wilschut, *Joined-up history: New Directions in History Education Research* (Charlotte, NC: Information Age, 2015).

construindo ao longo da sua educação histórica (formal e informal) constitui uma atitude investigativa essencial para que se torne possível uma monitorização consciente das aprendizagens e da formação da consciência histórica.

Uma das incidências privilegiadas nos estudos do Projeto Hicon sobre narrativas dos jovens tem sido a de se propor aos alunos que narrem a História contemporânea a nível nacional e a nível global. Tais narrativas produzidas pelos jovens têm fornecido pistas interessantes sobre os sentidos e formas de construção de cultura e consciência histórica, nomeadamente quanto a elementos do passado considerados significativos e valorações positivas ou negativas sobre eles, teorias da história, questões de identidade e de orientação temporal. A análise de narrativas de jovens portugueses obtidas em várias etapas de recolha de dados (entre 2004 e 2016) tem vindo a revelar uma abordagem (tácita ou explícita) da História com carácter descritivo/explicativo embora reproduzindo, quase sempre, e apenas, algumas causas e consequências convencionais, no sentido de que são transpostas dos manuais escolares e/ou dos discursos dos professores. A ideia de uma História simplesmente cronológica ou descritiva é pouco comum assim como também o é (a um nível mais sofisticado se se tiver em conta os parâmetros epistemológicos da historiografia ocidental) a consideração de fatores que se possam considerar originais e consistentes com a evidência. Por outro lado, e tendo em conta as necessidades de construção de identidades coletivas, os resultados das pesquisas com jovens portugueses mostram uma mensagem nuclear recorrente de identificação positiva com o país e de um certo distanciamento e postura de crítica negativa em relação à história do mundo contemporâneo. A própria substanciação histórica revelou-se mais avançada na escrita sobre a História nacional do que sobre a História mundial.

Apresenta-se a seguir três exemplos de narrativa sobre a História contemporânea produzidas por jovens do 9ºano de escolaridade, em 2011. A primeira, referente à escala nacional, foi considerada uma narrativa histórica coerente por incluir vários marcadores políticos, sociais e económicos em relação ao período demarcado; a segunda e a terceira, ambas referentes à escala 'global', configuram uma estrutura narrativa menos avançada: a primeira delas foi considerada uma narrativa emergente, pois debruça-se apenas sobre uma situação do passado (II Guerra Mundial); a última surge como um leque de comentários genéricos sobretudo em torno de tempos mais recentes.

Uma narrativa nacional coerente

Bem há cerca de 100 anos começou a república, com a queda da monarquia. Salazar governou o país numa ditadura que inspirou medo a todo o país. Torturava pessoas, e viviam num país não livre. Governou-o durante vários anos. Salazar teve um acidente e ficou incapacitado de governar o país, passando esse 'poder' a Marcelo Caetano, que governou segundo as bases de Salazar, mas tentou 'suavizar' um pouco as coisas. Portugal, farto da ditadura, organizou uma Revolução dos Cravos ou 25 de Abril. Ao longo dos anos, o país foi enfrentando vários problemas. Em 2001, foi criada a moeda atual da União Europeia, o Euro. Agora, em 2011, estamos a enfrentar uma enorme crise económica, que se alastra por Portugal. (*Jorge, 15 anos*)

Uma narrativa emergente sobre o mundo

Há cerca de 100 anos...Hum... Não sei muito bem, mas a ação de que me lembro passou-se na Alemanha, com a ditadura de Hitler. Hitler dominou vários países à volta da Alemanha, o que deu origem à 2ª Guerra Mundial. Na 2ª Guerra Mundial, os EUA e a sua aliança lutaram contra a Alemanha e o Japão. Após a libertação dos países, a

Alemanha foi dominada, Hitler suicidou-se e o país foi livre do mal de Hitler. Entretanto o Japão recusava-se a render, o que levou a que os EUA largassem uma bomba atômica no Japão. *(Marta, 15 anos)*

Uma narrativa genérica sobre o mundo

De agora para cá, muito mudou, o mundo mudou, e a cada dia que passa custa viver cá. O aumento da poluição está a originar vários problemas que as gerações futuras vão enfrentar. Em 2001, houve um ataque terrorista às Torres Gémeas. A Grécia entrou em crise. Nestes dias, a sociedade está má. Completamente pegados às tecnologias, dependentes dos seus vícios, é cada vez mais perigoso andar na rua, as pessoas ganharam malícia, rancor... Sonho com o mundo sem guerra e sem violência. Mas digo bem, não passa de um sonho. *(Luís, 15 anos)*

Nas duas primeiras narrativas atrás apresentadas sobressai a dimensão política, com consequências socioeconómicas (e ambientais). Na terceira e última narrativa, formada por comentários genéricos, estão presentes dimensões ambientais, tecnológicas, económicas, político-militares, de segurança e de costumes ao nível quotidiano, num registo de senso comum baseado sobretudo em informações da mídia. Contudo, transversalmente aos três textos perpassam juízos de valor convergentes: liberdade, paz, segurança, sustentabilidade económica ou questões ecológicas são valores tendencialmente apreciados pelos jovens.

Em 2016 efetuou-se uma nova recolha de dados, desta vez com a solicitação de um relato sobre a História nacional, a alunos de 9º ano a frequentar escolas de Lisboa e Porto. A análise dos dados sugere uma mensagem nuclear muito próxima da mensagem encontrada nos estudos anteriores no que se refere ao Portugal contemporâneo. Apesar disto, o sentido crítico dos jovens sujeitos parece manifestar-se agora de forma mais aberta e, por vezes, com uma busca de explicações para as dificuldades socioeconómicas no presente :

Depois das revoltas e várias guerras... vem a época de ouro dos portugueses altura em que os portugueses descobriram o Brasil, a costa de África.... Nesta altura entrou muito dinheiro mas os portugueses não aproveitaram essa riqueza para desenvolver o país, gastavam o dinheiro em luxos. Depois deram-se as primeiras duas guerras mundiais onde Portugal não teve grande importância, no tempo da II Guerra Portugal vivia-se numa ditadura com Salazar... e essa ditadura acabou no dia 25 de abril, uma revolução que nos libertou mas que também estragou a economia do país até aos dias de hoje... em crise com uma indústria pouco desenvolvida, pois importamos mais do que exportamos. *(Alice, 15 anos)*

Narrativas abreviadas

Com a pesquisa e reflexão sistemática sobre narrativa e orientação temporal, avançou-se, a) na clarificação de sentidos atribuídos a conceitos operatórios ligados à ideia de consciência histórica, como ‘narrativa abreviada’, ‘símbolos de identidade’, identidade coletiva e, b) no estabelecimento de conexões entre conceitos de empatia histórica, identidades e interculturalidade.

A reflexão epistemológica em torno da mensagem nuclear - ou meta narrativa - que atravessa a maioria das produções individuais sobre o país e o mundo, e que dá sinais das tendências mais marcantes de orientação identitária, conduziu também a um enfoque sobre outras manifestações de narrativa abreviada. Por exemplo, os símbolos de identidade de um país, de uma cultura ou da humanidade constituem-se também como uma narrativa abreviada. A partir desta ideia, no âmbito do Projeto Hicon desenvolveu-se um estudo empírico com alunos do 3º ciclo do ensino básico (7º a 9º anos) que permitisse, dentro do quadro teórico referenciado, responder a questões sobre como os jovens representam simbolicamente a sua identificação com o país. Essas questões sobre a identificação simbólica envolviam uma tentativa de inferir, pelas escolhas e argumentos dos jovens participantes, tipos de consciência histórica aí sugeridos (tradicional, exemplar, crítica, ontogenética). Para este estudo focalizado em narrativas abreviadas que funcionam como símbolos representativos do país selecionou-se uma amostra participante de alunos de 9º ano, de diversos contextos geográficos. Efetuou-se uma amostragem estratificada atendendo à localização da escola em três grandes regiões de Portugal Continental (Norte, Centro e Sul). E porque nesta pesquisa específica se pretendia alcançar um certo grau de representatividade da amostra considerou-se também como critério de amostragem atender ao sucesso na disciplina de História, por escola. O primeiro momento no processo de amostragem consistiu na identificação de 12 escolas, quatro em cada região, com médias de classificação mais e menos elevadas no exame de História do 12º ano no ano anterior. Estes dados foram obtidos *online*, através da publicação de ranking de escolas dos Exames de Secundário. Desse conjunto, selecionaram-se seis escolas (duas por região), que obedeciam aos critérios pré-estabelecidos e que ofereciam algumas condições de acessibilidade à equipa de investigação para efeitos de recolha de dados. Das seis escolas contactadas para participar no estudo, três delas aceitaram de imediato – uma no Algarve, uma em Lisboa e uma no Minho. Numa segunda fase de amostragem, para perfazer a amostra participante seguindo os critérios pré-estabelecidos, selecionaram-se mais três escolas, uma no Algarve, uma em Lisboa e uma no Minho, que aceitaram participar graças a frequentes contactos pessoais. A amostra participante, constituída por alunos de seis turmas do 9º ano, cada uma selecionada aleatoriamente por escola, perfazia cerca de 150 alunos no total. Verificou-se, após o contacto com as escolas, que a amostra apresentava características socioeconómicas e culturais muito diversificadas, abrangendo no Centro (Lisboa) e Sul (Algarve) alunos portugueses e de outras regiões do mundo (europeus do norte e do leste, africanos, brasileiros). Esta heterogeneidade cultural permitiria estudar melhor as questões identitárias, nomeadamente, ver a identidade nacional pelos olhares de “nós” e dos “outros” que interagem em Portugal. Mesmo com estes cuidados de amostragem, assumiu-se que a amostra participante poderia fornecer apenas alguns sinais sobre o pensamento dos jovens mas sem pretensões de generalização de resultados pois a amostra não oferecia garantias estatísticas de representatividade dos alunos de 9º ano em Portugal Continental.

Em simultâneo com o processo de amostragem, construiu-se uma primeira versão do instrumento de recolha de dados, constituído por um questionário com itens de resposta aberta, e que foi sendo testado em turmas disponíveis do 3º ciclo de escolaridade. Na sua forma final, o questionário apresentou questões de escolha múltipla e de resposta aberta, entre as quais:

1. Um item de escolha múltipla construído em torno de eventuais símbolos de identidade portuguesa, sendo uns mais convencionais, outros informais: a bandeira; o hino; o bacalhau; o cravo vermelho; as caravelas; a Língua; o fado; o vinho do Porto.
2. Um item de resposta aberta para justificação das rejeições de alguns dos símbolos.

As questões de escolha múltipla ‘jogavam’ com símbolos identitários como narrativas abreviadas, inspiradas no estudo de Marília Gago sobre concepções de professores³⁵, e cujos resultados tinham mostrado convergências com o estudo acerca das Atitudes Sociais dos Portugueses, integrado no estudo europeu *European Social Survey*.³⁶ Esperava-se, portanto, que esses elementos poderiam indiciar manifestações de identidade e orientação temporal.

Com base na média da frequência de escolhas por item, os resultados desta análise de dados (ainda parcial) sugeriram que os alunos valorizam, a Bandeira, a Língua e o Hino como os elementos mais representativos da sua identidade. De realçar que a Língua e o Hino foram, também, os elementos que não foram nenhuma vez excluídos. Algumas conclusões, muito provisórias e parcelares, apontam para uma identificação convencional (Hino, Língua, Bandeira) e uma rejeição de outros símbolos com os argumentos de que não são exclusivos de Portugal ou suficientemente abrangentes da ideia do país. Em termos de elementos que parecem não representar de forma marcante a sua identidade destacam-se o bacalhau, as caravelas e o cravo vermelho. Assim, quanto a justificações para a exclusão desses elementos que, neste caso, não representariam a identidade de cada um, os alunos consideram o Bacalhau como parte da tradição portuguesa, mas, como disse o André, de 16 anos, “O bacalhau é tradicional em Portugal mas não é um elemento representativo do país”. Já no que se refere às caravelas e ao 25 de Abril, as exclusões devem-se ao facto de tais símbolos tenderem a ser considerados apenas representativos de um momento da História de Portugal:

As caravelas são de facto representativas do País mas não de momento, foi só na época dos Descobrimentos e não fomos os únicos a usá-las (Carlos, 16 anos).

Símbolo de uma revolução, é apenas uma parte da história do país (Ana, 15 anos).

Para a equipa investigadora, muitas dúvidas permaneceram quanto à interpretação das respostas dos alunos – o que aliás é frequente em resultados com base sobretudo numa análise quantitativa. O cruzamento das respostas com a nacionalidade dos jovens permitiria dar alguma resposta à questão do olhar ‘do lado de dentro’ por comparação com um olhar ‘de fora’. Uma análise qualitativa aprofundada com entrevistas a uma parte (estratificada) da amostra poderá vir a clarificar o sentido das posições dos alunos e ver se, por exemplo, a rejeição de símbolos do quotidiano (alimentação e bebidas típicas) acontece por se considerarem que estes são talvez menos respeitáveis do que os tradicionais símbolos político culturais e/ou se eventuais escolhas que simbolizam momentos significativos da história nacional (caravela, cravo vermelho) poderiam marcar posturas menos convencionais (crítica e até ontogenética). Para já, percebe-se a existência de uma tendência de orientação temporal de índole tradicional e formalista face aos símbolos do país.

Questões de interculturalidade nas narrativas de jovens

A atitude de abertura à compreensão dos outros, enquanto sujeitos individuais ou identidades coletivas, está no âmago do pensamento histórico. Tal não implica que essa compreensão – empatia histórica – envolva concordância com decisões e ações desses outros; implica, sim, que se procurem as causas e consequências de certas ações e situações do passado consideradas significativas, para que se possam estabelecer relações entre passado, presente e

³⁵ Marília Gago, 2007 (ibid.).

³⁶ José Sobral e Jorge Vala, “Atitudes Sociais dos Portugueses (ISSP - International Social Survey Programme)” (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2007).

possibilidades de futuro, ‘usáveis’ numa abordagem de orientação temporal flexível, sempre sujeita a revisão. A incidência na interação dos sujeitos em sociedade (que no ofício do historiador se interliga com preocupações de empatia histórica, como aqui se argumenta), encontra-se no plano da vida prática relacionada com posturas face à diversidade de grupos e culturas que cada vez mais comunicam entre si. Contudo estas possíveis convergências entre noções de empatia histórica e de interculturalidade na vida em sociedade não se encontravam ainda clarificadas até finais da década de 1990, no âmbito da investigação em Educação histórica. Com efeito, o quadro conceptual da abordagem intercultural assenta em três conceitos fundacionais – diversidade, relação e universalidade – cuja problematização emana da reflexão contemporânea no campo de várias Ciências Sociais e não propriamente da História. No Projeto Hicon, para se iniciar a pesquisa sob esse enfoque partiu-se da hipótese de que poderia haver convergências entre o quadro da consciência histórica manifestada pela narrativa (entendida esta como comunicação algo coerente de ideias sobre o passado através do uso de qualquer tipo de linguagem) e o quadro da consciência intercultural.³⁷ O sentido humano na compreensão do passado, patente nos trabalhos de Rüsen dentro de um quadro de neo humanismo - que integra a noção de diálogo intercultural – tornou-se relevante para tal conceptualização.³⁸ Assim, foram sobretudo os contributos de Rüsen que ajudaram a construir uma perspectiva mais clara sobre a interconexão entre a cultura histórica (que integra noções de empatia) e o diálogo intercultural (que implica reconhecimento da diversidade e da importância das relações culturais) em ordem à valorização multi-perspetivada da universalidade do ser humano. Considera-se, portanto, que todas estas noções concorrem para a construção de uma consciência histórica avançada e complexa numa visão de realismo crítico, afastada de relativismos culturais radicais.

As preocupações subjacentes às intenções de aprofundar a compreensão da consciência histórica e intercultural de jovens levou ao lançamento de um estudo piloto com alunos do 7º ano da escolaridade básica. A amostra participante era constituída por 47 alunos de 12-13 anos (18 meninos e 29 meninas) de duas turmas numa escola pública situada no centro do país, com uma população escolar heterogénea no plano sociocultural. O instrumento de recolha de dados apresentava a seguinte proposta de narrativa a ser elaborada por cada aluno³⁹:

Há mais de 60.000 anos vários grupos de homens, mulheres e crianças saíram de África e povoaram os vários continentes - Europa, Ásia e Austrália; mais tarde, há cerca de 20.000 anos, partiram também para o continente americano.

Continua a História da Humanidade em linhas gerais, considerando alguns movimentos de povos e grupos de pessoas (incluindo para Portugal) até aos dias de hoje.

A tarefa foi aplicada numa aula de História pelos professores das respetivas turmas, e que acederam a colaborar neste estudo. As respostas dos alunos proporcionaram a construção e afinamento progressivo de categorias de análise, num processo de codificação aberta, axial e seletiva tal como a Grounded Theory advoga.⁴⁰ Dentro desta problemática propôs-se, como hipótese aberta a contínuos reajustamentos, um modelo provisório de ideias dos jovens numa perspectiva de progressão conceptual em relação às movimentações e interações de povos: 1. Movimentos centrados no presente, 2. Movimentos num tempo em contracção, 3. Movimentos em “friso cronológico”, 4. Movimentos num tempo dinâmico.

³⁷ Júlia Castro, 2009 (ibid.).

³⁸ Jörn Rüsen, 2015 (ibid.).

³⁹ Esta proposta foi desenhada com os contributos diretos de Denis Shemilt e Peter Lee, investigadores britânicos pioneiros da investigação em educação histórica, no Seminário da Arrábida sobre “Consciência histórica – teoria e práticas (Sesimbra, 2008).

⁴⁰ Anselm Strauss e Juliet Corbin, 1991 (ibid.).

Nas narrativas consideradas dentro da categoria “Movimentos centrados no presente”, os alunos limitam-se a sinalizar migrações de povos na atualidade, integrando aí situações de migração (imigração e/ou emigração), omitindo referências ao passado:

Hoje em dia os povos vão para os países mais ricos, como a França e a Suíça. E como em Portugal há grandes dificuldades económicas, as pessoas emigram (José, 12 anos)

As pessoas continuam a vir para Portugal porque tem boa vegetação e um clima agradável. Elas vem para procurar uma vida melhor e também para visitarem Portugal e verem as suas lindas paisagens (Maria, 12 anos)

Na categoria de “Movimentos num tempo dinâmico”, a mais elaborada, as narrativas abordam movimentações em vários tempos, de vários povos e com diversas motivações:

Fenícios, Gregos e Cartagineses vieram para a Península Ibérica para comerciar, e por isso estabeleceram colónias e empresas comerciais. Os Romanos ocuparam toda a região do Mediterrâneo, incluindo Portugal. Os povos Árabes conquistaram terras em África, Ásia e Europa. Mais tarde, os Portugueses foram descobrir e conquistar por via marítima. Descobriram os Açores e a Madeira e conquistaram Ceuta, Brasil, Índia e a costa africana. Os Espanhóis quiseram conquistar o nosso território mas não conseguiram. (*Fátima, 12 anos*)

Se as narrativas historicamente menos elaboradas assentam numa genérica luta pela sobrevivência e por uma vida melhor como a principal motivação a dar significado às movimentações de povos no passado e no presente, as mais elaboradas apresentam também razões historicamente situadas para essas movimentações (como comércio e conquistas, no exemplo acima). Contudo, no global são raras as narrativas em que as movimentações de povos no passado mostram sinais abertos de interação cultural. Guerra ou comércio implicam interações violentas ou pacíficas entre povos, mas nestas indicações quase só são consideradas as motivações dos povos que se movimentam. Não há visibilidade de ‘outros’ povos ou grupos com quem eles guerreiam ou comerciam, nem surgem referências a contributos positivos e negativos desses contactos. Contudo, pontualmente emerge uma atenção aos grupos ou povos que sofrem com o contacto adverso com o ‘outro’:

Os Hebreus foram para o Egito onde foram escravizados e depois foram para a Palestina ... (*Joana, 12 anos*)

Os Africanos deixaram a África para vir para Portugal, mas a maioria veio como escravos, emigrar para eles poderia significar escravidão. (*Artur, 12 anos*)

Considerações finais: desafios para a Didática da História

Esta conceptualização, que aqui se considera mais dinâmica e atualizada da História enquanto resposta a necessidades de orientação temporal, permite iluminar a compreensão da importância da História para a formação dos alunos em termos de aprofundamento dos horizontes de expectativa individuais e coletivos. Tal obriga a uma interligação conceptual dos vários segmentos temporais – passado, presente e futuro – e que se traduz na exigência de desenvolver, em aula, o pensamento histórico numa perspectiva explicativa. Como dizia um jovem britânico numa entrevista, “vai-se ao passado em direção ao futuro”.⁴¹ Com efeito, quando em História se procura discernir consequências de um passado não estarão presentes as categorias conceptuais dos segmentos presente e futuro, embora sendo esses dois segmentos já parte do nosso passado?

⁴¹ Tradução livre da expressão “*walking backwards into tomorrow*”, utilizada no título do artigo de Peter Lee, 2002 (ibid.).

Por outro lado, a preocupação de educar os jovens historicamente coloca em foco a importância do aluno como sujeito que, pelo seu agir esclarecido pela cultura histórica, pode (e deve) procurar resolver carências da sua orientação temporal, tal como a pesquisa de M. Auxiliadora Schmidt e sua equipa tem amplamente mostrado.⁴²⁴³ A detecção destas carências e a sua progressiva tomada de consciência por parte dos alunos constitui uma proposta vital para o empoderamento dos jovens cidadãos.

Acrescente-se ainda que, de acordo com a proposta de desenvolvimento da consciência histórica, a ênfase na ação dos sujeitos não significa um reforço de individualismos perigosos. Significa, pelo contrário, aprender a praticar a empatia histórica traduzida no diálogo intelectual com os diversos “outros”, sejam seres humanos do passado, do presente e, também, do futuro (na medida em que podemos perspectivar consequências das ações do presente para os sujeitos vindouros). Os jovens estarão assim mais preparados para procurar entender o estranho e, por isso, mais aptos a selecionar opções para si próprio, numa perspectiva de humanismo intercultural.

Toda esta discussão tem ligação com as preocupações em torno do desenvolvimento da consciência histórica dos principais agentes educativos (alunos e professores), como Jörn Rüsen advoga⁴⁴. Para avançar nesta compreensão, a investigação em Educação histórica continua apostada em diagnosticar aprendizagens e apresentar algumas pistas concretas de ensino que possam ser úteis na prática da aula de História. Em Portugal, visa-se agora, a) atualizar e aprofundar resultados obtidos no Projeto Hicon quanto à estrutura e substância das narrativas de jovens portugueses bem como quanto às mensagens nucleares e outras formas de narrativa abreviada aí implícitas; b) atender a contextos culturais cada vez mais diversificados, procurando-se recolher dados não só em turmas com alunos imigrantes em Portugal como também em escolas de outros países lusófonos; c) efetuar estudos qualitativos comparativos sobre narrativas de jovens de diferentes países - por exemplo, de alunos espanhóis e portugueses, em curso; d) analisar aulas com um recorte próximo da ‘aula oficina’ para perceber como e até que ponto os professores e alunos lidam com ideias de orientação temporal em situações de aula.

Todo este programa aspira a estimular a inovação no pensamento e ação de ensinar e aprender que seja consentânea com uma perspectiva do aluno e do professor enquanto sujeitos que interagem na busca de dar sentido humano ao que aprendem em História, com significado para a sua própria orientação no tempo.

⁴² Maria Auxiliadora Schmidt, “Hipóteses ontogenéticas relativas à consciência moral: possibilidades da consciência histórica de jovens brasileiros”, *Educar em Revista*, Dossiê: História, epistemologia e ensino: desafios de um diálogo em tempos de incertezas (2011).

⁴³ Maria Auxiliadora Schmidt e Lucas Pydd Nechi, 2016 (ibid.).

⁴⁴ Ver “Jörn Rüsen e o ensino de História”, 2010 (ibid.).



DOSSIÊ: sentido e relevância da História no mundo contemporâneo

Rüsen's response to the crisis of historicism

Martin Wiklund

Pós-doutorando no Departamento de História das Ideias e Teoria da Ciência da Universidade de Göteborg, Suécia
martin.wiklund@idehist.gu.se

Como citar este artigo: Wiklund, Martin. "Rüsen's response to the crisis of historicism". *Intelligere, Revista de História Intelectual*, vol. 3, nº2, p. 90-104. 2017. Disponível em <http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Abstract: Although Rüsen only discusses the crisis of historicism explicitly in his work occasionally, his general perspective on historical knowledge can be interpreted as a response to the crisis. Different responses to the crisis of historicism correspond to different interpretations of its main problems. In order to specify Rüsen's response, a number of aspects of his perspective are pointed out as solutions to such problems. Indirectly, the analysis discloses problems that any plausible attempt to come to terms with the crisis of historicism ought to handle. By identifying differences to other contemporary responses to the crisis of historicism, the continuing relevance of Rüsen's approach is demonstrated.

Keywords: Philosophy of History; Meaning; Instrumental rationality.

Introduction

The crisis of historicism has become a topic of interest among contemporary theorists like Frank Ankersmit and Herman Paul. As Paul has pointed out, Hayden White's perspective on history writing, which has been an important point of orientation for theoretical debates in recent decades, can be understood as a response to the crisis of historicism.¹ Ankersmit has called for a return to historicism and its idea of the historical individual.² White and Ankersmit theorists represent different responses to the crisis of historicism. Although Jörn Rüsen only addresses the crisis of historicism explicitly in a few of his texts, his general perspective on historical knowledge can to a large extent – this will be one of my claims – be interpreted as a response to the crisis of historicism. One of the central questions guiding this article is, consequently, in what sense can Rüsen's general theoretical perspective on historical thinking and historical research (*Geschichtswissenschaft*) be seen as a response to the crisis of historicism? A second central issue, oriented towards the contemporary debate within theory of history, concerns the relevance of his response in relation to the perspectives mentioned above.

¹ Herman Paul, "Hayden White and the Crisis of Historicism". In *Re-figuring Hayden White*, eds. Frank Ankersmit, Ewa Domńska, Hans Kellner (Stanford: Stanford University Press 2009), 54–73.

² Frank Ankersmit, "The Necessity of historicism", *Journal of the Philosophy of History*, 4 (2010), 226–240.

The argument will be developed in several steps. Before anything else, it is necessary to explain why it is not such a crazy idea to discuss theoretical perspectives like Rösen's, outlined after the 1960s, as responses to the crisis of historicism. Apart from deepening the understanding of important dimensions of Rösen's perspective, such an analysis makes it possible to articulate problems relevant to take into account in the contemporary debate within theory of history. This also concerns the interpretation of the crisis of historicism. Since the concepts of historicism and the crisis of historicism are so confused, it is necessary to make some distinctions. I will then articulate a number of problems related to the crisis of historicism that Rösen tried to solve, by analysing his dissertation on Droysen. Indicating his solutions to those problems makes it possible to indirectly draw some conclusions about the fundamental problems of the crisis of historicism. Finally, I return to the point of departure, the contemporary debate on the crisis of historicism within theory of history, and point at some significant differences to alternative responses to the crisis of historicism and the relevance of Rösen's approach.

The returning crisis of historicism

If the crisis of historicism took place in the early twentieth century, how could Rösen's perspective, developed from the 1960s and later, be interpreted as a response to that crisis? That is indeed a legitimate question. But, firstly, a certain form of 'Historismus' was the main current of historical thought during the early post-war era in West Germany. In the 1960s, it came under attack from Hans-Georg Gadamer's hermeneutics in *Wahrheit und Methode* (1960), from the anti-positivism of the Frankfurt School's Critical Theory, and from the social sciences with its often ahistorical, structural perspectives and strong claims of relevance for the present. With such a strong demand for modernization and rejection of tradition, history seemed to have lost its relevance, except as a counter-image to the present. In this situation, 'Historismus' was often pictured as empiricist positivism of facts narrowly academic and focused on the past, and under attack for its lack of relevance for the present and for society, for action and orientation. Moreover, 'Historismus' was criticized for being uncritical, as opposed to the critical perspectives of Marxism and the Frankfurt School.

Secondly, the 1960s was a time of strong belief in rationality and planning in Germany as well as in many other Western countries. From the perspective of the form of rationality of the social sciences, history seemed to have little to offer for the rational orientation of action. 'Historismus' could in this context be criticized for the teleological tendencies of its history writing, that had accompanied the development of German society towards National Socialism and that partly explained the political irrationalism in Germany.³

Thirdly, it is possible to abstract, as Herman Paul does, the general problems related to the crisis of historicism, for example the contradiction between absolute moral values and historical contextualization of values, and identify similar crises of historicism in other periods than 1900–1930. Thus, Paul claims that Hayden White's *Metahistory* from 1973 can reasonably be interpreted as a response to the crisis of historicism. Actually, the relationship to the crisis of historicism of the early 20th century is more intimate than merely a similarity of problems. There are also historical links between White's sources of inspiration, such as Max Weber's philosophy of values and Sartrean existentialism, and the crisis of historicism after 1900: both Weber's and Sartre's perspectives can be seen as responses to what they perceived as shortcomings of historicism.⁴ Moreover, Friedrich Nietzsche, whose critique of historicism was of fundamental importance for the crisis of historicism, was an important source of inspiration for Weber and Sartre, and later also for White. The reappearance of Weberian and Nietzschean

³ Karl Popper, *The Poverty of Historicism* (Routledge, 1957).

⁴ Herman. Paul, "Hayden White and the Crisis of Historicism", in *Re-figuring Hayden White*, eds. Frank Ankersmit, Ewa Domńska, Hans Kellner (Stanford: Stanford University Press, 2009), 54–73.

perspectives in historiography and theory of history in the decades after 1970 have indirectly made the crisis of historicism around 1900 an important point of orientation for contemporary theoretical reflection.

For such reasons, it is not just a wild, capricious idea to talk of responses to the crisis of historicism formulated in the 1960s. In a text on Meinecke from 1981 Rüsen actually mentions the similarities between the debate on historicism in the 1970s and the problems discussed in the debate in the 1920s.⁵

Before we return to Rüsen's way of coming to terms with the crisis of historicism and how the perspective of a historian from the latter half of the 19th century could provide a solution in the 1960s to the crisis of historicism of the 1920s, it is necessary to make some distinctions between different concepts of historicism and the crisis of historicism.

The concept of historicism and the interpretation of its problems

The crisis of historicism has been defined and interpreted in a number of different ways. An additional difficulty is that the concept of 'historicism' or 'Historismus' is also frustratingly ambiguous. The concept of 'historicism' or 'Historismus' has often been used by its critics as a kind of 'Other', defining it in terms of the aspects they were critical of, i.e. historical relativism, fact-oriented positivism, narrow political history based on individual agents' actions and intentions, idealist history legitimizing the established regime and the state. Part of the reason why the definition of the crisis, of what it was about, is controversial is that it often defines the problems involved. Different responses to the crisis of historicism correspond to different interpretations of the crisis and its main problems.

Wittkau has argued that the problem of value relativism stood at the centre of the crisis, but that the understanding of the problems of the crisis of historicism was blurred by the influence of Friedrich Meinecke's interpretation and rehabilitation of early historicism.⁶ Paul argues, against Wittkau but with inspiration from Friedrich Jaeger, that the crisis of historicism did not so much concern the validity of values as such, but the ability of historicism to justify values, ideas of progress and religious belief. Using the distinction between 'classical historicism', represented by Ranke, and 'crisis historicism', referring to the kind of historicism that was dominant around 1900, Paul argues, in the footsteps of Friedrich Meinecke, that classical historicism had not produced or suffered from the kind of relativism that Wittkau focuses on, but had been able to justify values. When the underpinnings of classical historicism had lost its reliability, historicism entered a crisis as a form of justification of values and was then replaced for example by non-historical forms of justification. Whereas classical historicism had provided historical grounds for trust in divine providence and future progress, experiences around 1900, especially World War I, caused that trust to implode. Paul also mentions the theoretical difficulty created by the ontological distinction between 'is' and 'ought' in 'crisis historicism'.⁷

There were more problems involved in the German debate around the crisis of historicism in the 1920s, than those that Paul emphasises, but these distinctions will suffice for the moment. In this text, the 'crisis of historicism' usually refers to the critique and debate about historicism around the 1920s in Germany, if nothing else is mentioned.

⁵ Jörn Rüsen, "Die Krise des Historismus in unzeitgemäßer Erneuerung – Friedrich Meineckes »Entstehung des Historismus«". In J. Rüsen, *Konfigurationen des Historismus* (Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1993), 331–356. Cit. fr. 334.

⁶ Annette Wittkau, *Historismus. Zur Geschichte des Begriffs und des Problems* (Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1992).

⁷ Herman Paul, "A Collapse of Trust: Reconceptualizing the Crisis of Historicism", *Journal of the Philosophy of History*, 2 (2008), 63–82.

Understanding more about the problems involved in the crisis of historicism, develops our understanding of different responses. Correspondingly, understanding more about different responses, deepens our understanding of the problems. Rather than stipulating what the problems involved in the crisis of historicism actually were and only then look at Rösen's response, it is more productive to interpret Rösen's response reciprocally in relation to the interpretation of the problems of the crisis of historicism. In that way, understanding Rösen's response can disclose important problems to handle and deepen our theoretical *Problembewußtsein* of what it means to overcome the crisis of historicism.

Recycling Droysen's historicism through Hegelian dialectics

Rösen turned to Droysen's theory of history in order to come to terms with the problems of historicism, Droysen being the most theoretical of the German historicist historians. Rösen actually refers to several of the central texts of the classical crisis of historicism in the introduction to his dissertation on Johann Gustav Droysen from 1966 (published in 1969). How come? Rösen's study on Droysen starts with an exposition of the general purpose of the investigation. The first issue that is mentioned is not, as might be expected, the definition of historicism or the need for critical *Gesellschaftsgeschichte*, but the relationship between philosophy and history, between philosophy of history and historical research (*Geschichtswissenschaft*). How come?

Despite the success of 'Historismus' in the sense that every possible aspect of the human world had been described in a historical perspective and made into an object for historical research, the self-understanding of the present seemed to have suffered a certain loss of history, as if the thoughts and actions of contemporary society were cut off from its historical development. In short, history did not seem to have any significance in the mind of contemporary society.

Die historische Methode steckt in dem Dilemma, daß sie um der «Objektivität» historischer Erkenntnis willen Geschichte zum Gegenstand historischer Forschung verdinglicht und damit die Entaktualisierung der Geschichte innerhalb des Modus ihrer Erforschung bestätigt.⁸

If historical knowledge is to have any significance for the self-understanding of people in the present, it cannot discard its practical relevance. And then the explanation for the centrality of the issue of philosophy and history appears:

Es [Historisches Denken] muß auf der Vermittlung von methodisch vergegenständlichter und aktuell geschehender Geschichte insistieren, nur leistet die Methode der Forschung allein diese Vermittlung nicht. Um ihretwillen muß Geschichtswissenschaft sich einer geschichtsphilosophischen Theorie öffnen. Die vorliegende Arbeit versucht zu einer solchen Verbindung von Geschichtswissenschaft und Geschichtsphilosophie durch eine Interpretation Droysens in der Aufhellung der Genese seiner Geschichtstheorie beizutragen.⁹

⁸ Jörn Rösen, *Begriffene Geschichte. Genesis und Begründung der Geschichtstheorie J. G. Droysens* (Paderborn: Ferdinand Schöningh, 1969), 10.

⁹ *Ibid.*, 10f.

Why turn to Droysen? What was Rüsen expecting to find there? Droysen was the most theoretically articulate of the historicist historians of the latter half of the 19th century and a methodically conscious historian. At the same time he was critical of, on the one hand, philology that idealized antiquity, especially classical Greece, for aesthetic and pedagogical purposes, and, on the other, historical scholarship based on critical methods and aiming merely at the empirical truth of the past but with no particular significance for the present. Thus, the two alternatives 'historical reality without significance' and 'ideal but unreal significance for the present' seemed to negate each other. Droysen greeted historical research and the use of critical empirical methods, but looked for a dialectical solution to the contradiction mentioned (between a meaningful but idealized image of the past and a real but meaningless past) in the 'real historical significance of historical phenomena'. To see the real historical significance of events and changes it was necessary to put the past, for example classical Athens, into a larger coherence of significance.¹⁰ In order to expose the meaning of the past in relation to the present, the past had to be mediated (*vermittelt*)¹¹ with the present through this larger coherence.

The significance of the past for the present would become visible if the historian used the present as a point of departure and the past could be shown to incarnate the preconditions and principles of the present, so that the goal and direction underlying the direction of development in the present would become discernable in the past.¹²

In Droysen's historical thought, Christian ideas have a significant place. Rüsen analyses some of them through Droysen's history writing on Hellenism. Classical Athens represented the break with a mythical and religious world view, creating a straight opposition between rationality and tradition. Droysen reinterpreted the Hellenistic period after classical Greece and the advent of Christianity as a solution to the alienation and ethical disintegration of the polis in that era. Inspired by Hegel, Droysen uses the idea of reconciliation (*Versöhnung*) in Christianity as a basic principle for the dialectical form of history: life – death – resurrection; tradition – negation – reconciliation; myth – abstract rationality – concrete and substantial rationality.¹³

Man was supposed to be reconciled with historical development by participating in the development of the world and making become reality. Instead of religion as subjective meaning and freedom from a meaningless world, or freedom as a negation of religion in favour of this world, religion was on the way to become reality in this world in terms of freedom and the ideals of practical reason.

Droysen diagnosed his own time as a time of crisis, a time of diremption (*Entzweiung*) and alienation (*Entfremdung*). This crisis was the result of the attempt to realize the abstract and ahistorical ideas of rationality and freedom related to the Enlightenment. It had produced a romantic reaction, reaffirming tradition and the past regardless of any demands of rationality. In that way, both the ahistorical rationality of the Enlightenment and the non-rational past of the romantic reaction confirmed the contradiction between history and reason. The existing world appeared as irrational, producing estrangement to society. The attempt to realize the ideals of freedom in an ahistorical way had resulted in unfreedom and a perverted form of freedom during the phase of the 'terror regime' of the French Revolution. The negation of religion and tradition had destroyed the existing *Sittlichkeit*, the living ethical traditions, with the result of alienation.

Droysen's solution to this was to think of rationality and freedom in a historical way, making it possible to *historically* reconcile *Sollen* and *Sein*, reason and history. Instead of negating

¹⁰ Ibid, 52f.

¹¹ The word is based on the Hegelian concept of *Vermittlung*.

¹² J. Rüsen, *Begriffene Geschichte*, 43–45.

¹³ Ibid, 55.

reality from the heights of abstract rationality, the historical rationality of the existing society ought to be reconstructed, with a vision towards further realization of reason. Tradition and history were to be reconciled or mediated by reason. But the content of reason thereby had to be thought of in a historical manner, which means it has to transcend the ahistorical understanding of rationality of the Enlightenment to historical reason (*geschichtliche Vernunft*). A future dimension was opened in the dialectical history of the realization of reason. The ahistorical understanding of rationality belonging to the Enlightenment was merely a historical phase in that history.¹⁴

In a similar way, the past and the present was mediated and integrated in a larger historical coherence of the realization of freedom, so that the present was not merely negated, but historicized as a phase in the history of freedom. Instead of abstract and ahistorical freedom, freedom was given a concrete historical form, as part of a larger development of freedom. Freedom was interpreted as the principle of modernity (*Neuzeit*), with the Reformation and the French Revolution as its decisive events. Underlying the development of modern society was thus a tendency towards freedom and consciousness of freedom. The state was within this paradigm interpreted not as the opposite of freedom that needed to be abolished, but as part of the concrete realization of freedom. The content of practical reason ought to become reality and the history of the present could be interpreted as characterized by such an underlying tendency, although with dialectical moments of negations and severe criticism. In Droysen's own words:

Denn allein eine wahrhaft historische Ansicht der Gegenwart, ihrer Aufgabe, ihrer Mittel, ihrer Schranken wird imstande sein, die traurige Zerrüttung unserer staatlichen und sozialen Verhältnisse auszuheilen und die rechten Wege zu einer froheren Zukunft anzubahnen.¹⁵

Droysen's reconstruction of the history of the present had the function of understanding and articulating the fundamental tendencies of the present in a historical context, from a point of view relevant to the present and its questions and problems. Thus historical knowledge in his perspective did not merely have a contemplative character, something that 19th century historicism has often been accused of. In Droysen's case, the search for historical knowledge was consciously inspired by an explicit practical intention on the theoretical level.¹⁶ Historical knowledge could clarify the present about its historical conditions and orient it with regard to the deeper, underlying tendencies towards the concrete realization of the principles of practical reason.¹⁷

This should not be understood as mere presentism. Droysen's historicism was based on Humboldt's idea of a transcendental subject of interpretation whose categories of interpretation correspond to the historical forces that have shaped the present. Subject and object should not be understood as isolated, but as mediated. Along the same line, the object of cognition should not be understood merely as a dead thing.

In drastischer Polemik gegen eine Geschichtswissenschaft, die sich mit der Erforschung methodisch verdinglichter Vergangenheit bescheidet, betont Droysen die Aufgabe der Geschichtswissenschaft in der *Bildung des Zeitalters zum geschichtlichen Bewußtsein seiner selbst*.¹⁸

¹⁴ Ibid, 71ff.

¹⁵ Johann Gustav Droysen, *Historik. Vorlesungen über Enzyklopädie und Methodologie der Geschichte*, ed. R. Hübner, 4th ed. (Darmstadt, 1960), 383; here quoted from J. Rüsen, *Begriffene Geschichte*, 60.

¹⁶ J. Rüsen, *Begriffene Geschichte*, 120–122, 159.

¹⁷ Ibid, 158.

¹⁸ Ibid, 93. Italics in Rüsen's original text. The italics should not be interpreted as representing a quotation from Droysen, since quotations in Rüsen's text are indicated by quotation marks.

Droysen überträgt nicht einfach ungeschichtlich politische Denkmodelle aus dem Kampf der Gegenwart auf die wehrlose Vergangenheit. Er versucht mit diesen Analogien, am geschichtlichen Beispiel, Gegenwart jenseits der falschen Perspektive ihrer unmittelbaren Gegebenheit selbst zu erhellen. Umgekehrt wird erst Vergangenheit in ihrer Bedeutung erkennbar, wenn sie auf die Gegenwart als Voraussetzung historischer Hermeneutik bezogen wird. [...] erst die mit dem Ernst aktueller Geschichtserfahrung gestellte Frage an die Vergangenheit ordnet diese in einen Sinnzusammenhang ein, in der Gegenwart und Vergangenheit historisch vermittelt sind.¹⁹

The experiences and problems of the present made historical questions and categories of interpretation relevant, so that historical phenomena would become significant for the present. But the present was not understood as a fixed point of departure determining the interpretation of the past, since the understanding of the present was also informed by the interpretation of the history of the present. The mediation ('Vermittlung') between past and present was part of the groundwork of Droysen's theory of history and historical reason.

Presentism uses a yardstick independent of the past for interpretation and evaluation. Such an approach would correspond to the ahistorical rationalism of the Enlightenment that sets ahistorical rationality against the irrational past.²⁰ The idea of Droysen's historical reason was that the form and content of reason must be historically grounded. That presupposes a more dialectical relation to the past than presentism or the kind of past-oriented philology that focuses on historical facts but cuts off the relation to the present.

According to Droysen's perspective on historical reason, intellectual principles and directions such as the Enlightenment and Romanticism could be interpreted as *relative* rational moments with their relative *historical justification* in a larger historical perspective of reason. The future direction of development would not be decided by some invented yardstick of reason, but developed historically in the present through a dialectical reconciliation of the opposed historical moments of reason, which implies a reformulation of the yardstick. The false alternatives of revolutionary and anti-revolutionary realization of freedom ought to be reconciled by mediating both alternatives as justified moments of a concept of the whole that represented its immanent reason and its historical possibility of success.²¹

As opposed to both abstract philosophy of history and history writing focused on mere facts, Rüsen drew attention to Droysen's integration of a philosophical dimension into historical research: 'er philosophierte sozusagen mit den Tatsachen der Geschichte, um sie bedeutsam werden zu lassen.'²² This philosophical dimension should not be understood as merely speculative. Its task was rather to perceive and formulate the general principles or tendencies of history from the manifold of historical phenomena, as well as to interpret historical events and processes in relation to such general ideas.²³

Theorie ist dann zur leitenden Sinnbestimmung praktischer Veränderung geworden und die Gegenwart aus der Pathologie einander ausschließender Prinzipien, aus der «schlechten Dialektik», in der die Geschichte der Freiheit zur Geschichte der Unfreiheit pervertiert,

¹⁹ Ibid, 45.

²⁰ Ibid, 70f.

²¹ Ibid, 93, 112.

²² Ibid, 49.

²³ Ibid, 61. See also p. 157f.

hinausgeführt zur Verwirklichung der Freiheit als einzig sinnvoller Zukunft der Geschichte.²⁴

This means that the philosophical dimension of historical knowledge was constituted by what Droysen and Rüsen call ‘historical thinking’, rather than by an independent theory or a fixed philosophy of history. It concerned both theoretical and practical reason and the realization of the freedom and ethical potential of mankind: ‘Erst in der Teilhabe am realen Prozeß der sittlichen Mächte erfüllt der historisch verstehenden seine geschichtliche Aufgabe.’²⁵

Consequently, the meaning of historical phenomena did not belong merely to a subjective dimension and the past as such was not understood as void of meaning, but must be seen in relation to the intellectual (*geistige*) ‘middle’ of history and the ‘sittliche Mächte’ as the centre of this process.

Geschichte wäre dann weder zu einem bloßen Dingzusammenhang rational vergegenständlicht noch zur reinen Innerlichkeit subjektiver Weltanschauung in ästhetischem Sinne verflüchtigt: sie stünde als aktueller Prozeß menschlicher Selbstverwirklichung zur Tradition (Übersetzung) nach Maßgabe menschlicher Vernunft an, und historische Theorie wäre dann ihrer praktischen Dimension versichert.²⁶

The substance of history, ‘the History over all histories’, had an immanent teleological dimension, related to the ‘sittliche Mächte’.²⁷ The meaning of historical events and turning points depended on their relation to these ethical powers and the realization of freedom and the ideals of practical reason. The meaning of the present was interpreted correspondingly and disclosed with regard to its place in that process. That does not mean, however, that the *telos* of the process was given. As earlier explained, the direction and goal of development was formulated as a result of historical thinking and as a dialectical solution to contemporary contradictions and oppositions between conflicting tendencies. Historical thinking thus did not merely receive norms and goals from elsewhere, but formulated goals and directions for the future, based on the past and the historically motivated dimension of the present as well as conflicts and crises in the present. Practical reason had become historical. In Droysen’s own words that Rüsen quotes: “das, was ist, aus dem, was war, und ward, zu deuten, nachzuweisen, wie unserer Gegenwart die lebendige Fortbildung einer an Resultaten reichen Zeit ist, ja wie sie eben dort-her ihre Rechtfertigung, ihre Richtung, und, wo Gott will, ihre Zukunft hat”.²⁸

Before we go any further, let me briefly summarize the issues mentioned above the problems that Rüsen’s re-interpretation of Droysen’s theory of history was supposed to solve. First, historical knowledge and historical research was not understood as based on a contemplative and aesthetic attitude, or a merely cognitive or theoretical interest, but was basically grounded in a practical interest. Second, as opposed to ahistorical rationality and historical development without rationality, Droysen formulated a perspective of historical reason. Third, as opposed to the past as unrelated and therefore insignificant to the present, the past and the present were mediated, so that the past as the history of the present could be shown to be significant to the present. Fourth, as opposed to the idea of a fundamental split between the interpretative subject and the object, the object of historical understanding was at the same

²⁴ Ibid, 93.

²⁵ Ibid, 122.

²⁶ Ibid, 122. See also p. 123.

²⁷ Ibid, 127.

²⁸ Johann Gustav Droysen, “Rede zur tausendjährigen Gedächtnisfeier des Vertrages zu Verdun” (1843), in *Deutsche Akademiereden*, ed. F. Strich (München, 1924), 89–110. Here quoted from J. Rüsen, *Begriffene Geschichte*, 94.

time dependent on the present and the categories of interpretation of the subject and constitutive of that subject. Fifth, the role of normativity and the political dimension in historical thinking that had been eclipsed in some other versions of historicism. Sixth, in order for historical studies to be able to accomplish its interpretative tasks, a philosophical dimension must be integrated in historical research. Philosophical dimension such as a teleological dimension and a larger coherence of significance were merged dialectically with historical scholarship based on critical research methods. From such a perspective, it becomes possible to understand the deeper meaning of Droysen's expression 'forschend zu verstehen' (understanding through research).

Addressing the crisis of historicism in the 1960s

How could the perspective of a historian from the latter half of the 19th century provide a solution in the 1960s to the crisis of historicism of the 1920s? As I have already hinted earlier, some clues can be found in the introduction to the study on Droysen. There Rüsen writes that since the victory of historicism, all spheres of human life had been made available for historical perspectives, but that the self-understanding of the present at the same time was threatened by a kind of 'loss of history', as if history were of no relevance to the present. History did not appear any longer as a meaningful dimension of the present, but rather appeared as an independent force with no particular meaning or rationality. In this context, Rüsen refers to Ernst Troeltsch's and Karl Heussi's writings on the crisis of historicism as if they were part of the theoretical and historiographical present of the 1960s.²⁹

An important issue was the practical relevance of historical research and knowledge. That made it necessary to overcome the limitations of historical methods that objectified the past and thereby cut off the meaning of the past from the present. Dimensions of philosophy of history needed to be integrated in historical research. These aspects in Droysen's thought made him relevant to the problems in the 1960s, according to Rüsen, but that made it necessary to re-interpret Droysen.

Rüsen's re-interpretation of Droysen was a way of coming to terms with the crisis of historicism. On several occasions in the book, Rüsen defends Droysen and his relevance against other interpreters of Droysen and historicism, interpreters that formulated their approaches in relation to the crisis of historicism. One such important interlocutor is Friedrich Meinecke. His interpretation of historicism in *Die Entstehung des Historismus* (1936) had been very influential and represented one response to the crisis of historicism. Meinecke had defended the early form of German historicism, formulated against the universalist rationalism of the Enlightenment. It was a form of historicism based on the idea of the development of the historical individual and its proper, internal *telos* and incommensurable yardstick. But, Rüsen points out, Meinecke's interpretation of historicism in general and of Droysen in particular was too one-sided. Whereas Meinecke emphasized the irrational character of history as opposed to the limitations of rationalist perspectives, Droysen had tried to avoid such conclusions by reconciling history and reason dialectically and by mediating the past with the present, as earlier explained. Droysen explicitly rejected the alleged opposition between Enlightenment and history, between historical development and rationality, as part of the crisis that Droysen had tried to solve.³⁰ Moreover, if historicism according to Meinecke was based on the incommensurability of historical individuals, then Droysen must rather be understood as a critic of historicism.³¹ It should be observed that the idea of incommensurability is actually only *one* aspect of historicism, in *some versions* of historicism.

²⁹ J. Rüsen, *Begriffene Geschichte*, 10, n. 3.

³⁰ *Ibid.*, 51, 68 n. 91–92.

³¹ *Ibid.*, 59f.

Another significant interlocutor in this context is Gadamer, who had criticized historicism, including Droysen, in *Wahrheit und Methode* (1960) for objectifying the past and for having a mere aesthetic, contemplative attitude to the objects of historical research. That had, according to Gadamer, had the destructive effects of cutting off the relation between historical interpretation and contemporary practice.³² But that is not true in Droysen's case. The dimension of practical reason is integrated in and inspires his theory of history in its foundations.³³

*Erst in der Vermittlung mit Geschichte als lebendiger Gegenwart vermag die Subjektivität ihre hermeneutische Kraft zu entfalten und zu bewahren, die ihr in transzendentaler Selbstapperzeption innewohnt, und erst in dieser Vermittlung hat historische Hermeneutik ihren zugleich theoretischen und praktischen Sinn, hat sie ihre geschichtliche Vernunft. Geschichte wäre dann weder zu einem bloßen Dingzusammenhang rational vergegenständlicht noch zur reinen Innerlichkeit subjektiver Weltanschauung in ästhetischem Sinne verflüchtigt: sie stünde als aktueller Prozeß menschlicher Selbstverwirklichung zur Tradition (Übersetzung) nach Maßgabe menschlicher Vernunft an, und historische Theorie wäre dann ihrer praktischen Dimension versichert.*³⁴

In his book, Rüsen also mentions that the question of the relevance of historical research as well as its role in contemporary historical development, a question that Droysen dealt with explicitly, had more or less been absent for a long time, but that it recently had come to the fore in contemporary debate – in the 1960s.³⁵

All of these problems – the incommensurability of historical individuals with its implications of historical relativism as opposed to rationalism, the aesthetic and contemplative or purely cognitive attitude of historicism, the objectification of the past and the lack of practical relevance of the past for the presence – were problems discussed in the crisis of historicism in the first half of the 20th century. Meinecke and Gadamer were important participants in the debate around historicism and developed their perspectives on historical studies in relation to the problems discussed in the crisis of historicism. Thus, Rüsen's reinterpretation and defence of Droysen's theory of history against Meinecke's and Gadamer's interpretations of historicism can be seen as an alternative way out of the crisis of historicism, but directed to the theoretical present in the 1960s. Droysen's critique of historical scholarship and abstract philosophy of history in his own time becomes a vehicle for Rüsen's critique of historical scholarship in post war Western Germany.

Rüsen's response

So far, we have concentrated our focus on Rüsen's book on Droysen. But what about Rüsen's own theory of history that he developed in the decades after his dissertation? To what an extent can his general perspective be understood as a response to the crisis of historicism? Around 1970 'Historismus' was criticized as the established form of historical scholarship by several significant theorists, such as Wolfgang Mommsen (*Die Geschichtswissenschaft jenseits des Historismus*, 1971) and Georg Iggers (*The German Conception of History. The National Tradition of*

³² Gadamer's model of dialogical interpretation and application and his idea of hermeneutics as practical philosophy can be understood as a response to that problem.

³³ J. Rüsen, *Begriffene Geschichte*, 120–122, 149 n. 139.

³⁴ *Ibid*, 122. Italics in orig.

³⁵ *Ibid*, 52.

Historical Thought from Herder to the Present, 1968).³⁶ These books, as well as Gadamer's *Wahrheit und Methode*, were discussed critically by Rüsen in a number of texts later published in 1976 as *Für eine erneuerte Historik. Studien zur Theorie der Geschichtswissenschaft*.³⁷

When Rüsen confronts this criticism, he places historicism in a larger historical perspective that reveals the historically conditioned character of paradigms of historical research. The tradition of historicism itself must be historicised, not in the sense of simply understanding it in its restricted past historical context, but in the sense of thinking about its justification and legitimacy in a historical manner. There are structural differences between post war Germany and the 19th century that *motivate* changes of the established historicist tradition. Also, there is criticism that ought to be taken into account, concerning the relationship between politics and historical research, the possibility of critique of tradition as ideology, the knowledge-constitutive human interest or the practical function of historical research and history writing, the historicist idea of the substance of 'history' as 'spirit' ('Geist'), agents and structures as factors of explanation, individualizing vs. general perspectives, and the role of theory in relation to empirical historical research. But, as we know, the tradition of historicism is not only criticized and negated by Rüsen, certain features are also rehabilitated. The historical perspective on historicism has the positive function of exposing forgotten problems and alternative solutions, and of expanding the resources of argumentation. Just like in Rüsen's study on Droysen, history becomes a way of overcoming the limitations of historicism and of confronting the limitations of present theoretical currents. Historicism is historicised as a paradigm in a larger historical perspective of successive paradigms with their deficiencies and possibilities. Such deficiencies and possibilities, limitations and alternative solutions produce an orienting argumentative force for the future.³⁸

Let us recall that many of the problems discussed around 1970 were also discussed around 1920 in relation to that crisis of historicism: the practical function of history, objectivity vs. normativity, the need for sociological and structural perspectives, idealism vs. materialism, the relevance of critical perspectives as opposed to legitimising perspectives of progress, the role of philosophy of history in relation to empirical research, and the limitations of historical individualism.³⁹

Since there are a number of problems involved, Rüsen's response to the crisis of historicism must be differentiated. In the following, I will indicate a number of aspects of Rüsen's perspective of historical knowledge that can be seen as a response to the crisis of historicism. Since Rüsen's general perspective is relatively well known and is explained in other texts, in this context I will limit myself to pointing out the relevant aspects, without much further explanation. His general perspective on historical research is, firstly, based on practical functions or knowledge-constitutive human interests of history: historical orientation and formation of identity. This means that historical knowledge is not understood as based on a contemplative and aesthetic attitude, or a merely cognitive interest. The cognitive dimension – 'theory' – is

³⁶ Wolfgang Mommsen, *Die Geschichtswissenschaft jenseits des Historismus* (Düsseldorf: Droste, 1971); Georg Iggers, *The German Conception of History. The National Tradition of Historical Thought from Herder to the Present* (Wesleyan University Press, 1968); German transl.: *Deutsche Geschichtswissenschaft. Eine Kritik der traditionellen Geschichtsauffassung von Herder bis zur Gegenwart* (München: dtv, 1971).

³⁷ Jörn Rüsen, *Für eine erneuerte Historik. Studien zur Theorie der Geschichtswissenschaft* (Stuttgart-Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog, 1976).

³⁸ Jörn Rüsen, "Einleitung", "Für eine erneuerte Historik – Vorüberlegungen zur Theorie der Geschichtswissenschaft". In J. Rüsen, *Für eine erneuerte Historik*, 11–16, 17–44.

³⁹ Ernst Troeltsch, *Der Historismus und seine Probleme. Erstes Buch: Das logische Problem der Geschichtsphilosophie*. Kritische Gesamtausgabe, Bd. 16 (1–2), ed. Friedrich Wilhelm Graf (Berlin/New York: De Gruyter 2008 [orig. 1922]); Mannheim, Karl, "Historismus", in *Wissenssoziologie. Auswahl aus dem Werk* (Neuwied: Luchterhand, 1970), 246–307. Orig. published in *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, 52 (1924) H.1, 1–60.

related to praxis.⁴⁰ Secondly, the theory of historical consciousness as constitutive of historical meaning makes it possible to overcome the idea of a fundamental split between the interpretative subject and the object.⁴¹ This makes it possible, thirdly, to mediate the past with the present in such a way as to make the past significant for the present, as opposed to an unrelated and therefore insignificant past.⁴² Fourth, against the kind of historicism that is criticised for being focused on objective facts and void of any dimension of ‘meaning’ of the past for the present, the category of meaning (‘Sinn’) is put at the centre of Rüsen’s perspective.⁴³ Fifth, the category of ‘meaning’ makes it possible to regain dimensions of philosophy of history that were often lost in the professionalization of historical scholarship, without returning to any dogmatic philosophy of history: a teleological dimension and a larger coherence of significance. Just like Droysen and Troeltsch, Rüsen wants to combine such philosophical dimensions with historical scholarship based on critical research methods.⁴⁴ Sixth, the dimension of normativity, which is a necessary dimension of history with a practical function, is not separated from proper historical research or passively accepted, but integrated into an extended form of scientific rationality, that is supposed to make it possible to reconcile theoretical rationality and practical reason, resulting in ethics of historical thinking.⁴⁵ Seventh, and finally, with inspiration from Hegel and Droysen, Rüsen tries to formulate a perspective of historical reason and justification, as opposed to ahistorical rationality and historical development without rationality.⁴⁶

I hope that the reader is now able to see why Rüsen’s perspective on historical thinking and historical research to a large extent can be seen as a response to the crisis of historicism, to the one around 1920 and the one in the 1960s and 1970s. But what is the relevance of that in relation to the contemporary debate in theory of history?

Rüsen’s response as orientation for the future?

What does it mean to overcome the crisis of historicism? What kind of response to the crisis of historicism one finds more convincing, depends on how one understands the crisis and the problems involved. Understanding more about the problems involved develops our ability to judge the plausibility of different responses.

When Herman Paul explains in what sense Hayden White’s approach to history and history writing can be seen as a response to the crisis of historicism, the core of the problem is summarized as follows: ‘Why should one want to study the past, if there is no moral education to be gained from it?’⁴⁷ The problem with historicism and ordinary historical scholarship in general is seen by White to be that rational inquiry is separated from the ‘irrational’ dimensions of myth, imagination, dream or fiction that could create some moral or political meaning in history writing, as opposed to the chaos of meaningless historical facts. The problem of the lack of meaning is supposed to be solved by the meaning-creating order and coherence of larger narrative patterns. In that way, the problem of the distance between the past and the meaning for the present is overcome. The problem of the practical function of history is combined by White with an existentialist understanding of the fundamental freedom of and moral

⁴⁰ Jörn Rüsen, *Historische Vernunft. Grundzüge einer Historik I: Die Grundlagen der Geschichtswissenschaft* (Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1983), 24f, 47–58.

⁴¹ Ibid, 58–64.

⁴² Ibid, 53–58.

⁴³ Jörn Rüsen, “Geschichte als Sinnproblem”. In Jörn Rüsen, *Zerbrechende Zeit. Über den Sinn der Geschichte* (Köln: Böhlau, 2001), 7–42.

⁴⁴ J. Rüsen, *Historische Vernunft*, 51, 55, 111; Jörn Rüsen, *Historische Orientierung. Über die Arbeit des Geschichtsbewußtseins, sich in der Zeit zurechtzufinden* (Köln: Böhlau, 1994), 157; J. Rüsen, “Geschichte als Sinnproblem”.

⁴⁵ J. Rüsen, *Historische Vernunft*, 98–108, 116–136; Jörn Rüsen, *Kultur macht Sinn. Orientierung zwischen Gestern und Morgen* (Köln: Böhlau, 2006), 59.

⁴⁶ J. Rüsen, *Historische Vernunft*, 8, 16f; J. Rüsen, “Geschichte als Sinnproblem”; J. Rüsen, *Historische Orientierung*, 246–258.

⁴⁷ H. Paul, “Hayden White and the Crisis of Historicism”. Cit. 58.

responsibility for the meaning constructed and its underlying values. The latter part concerns the justification of the historian's vision of the past, the values this is based on and the meaning implied. The solution to the ironic mode that resulted in the crisis of historicism, is a Nietzschean and existentialist one: to be authentic to one's moral and aesthetic aspirations, to be a courageous moral agent writing monumental histories with the help of one's imagination and creativity.⁴⁸

Compared to White, Rüsen's solution does, firstly, not only concern meaning in historiography, but meaning in historical knowledge. White's solution makes history writing – or certain kinds of history writing – worthwhile and meaningful, but the value of historical research and knowledge is difficult to discern. Secondly, the dimension of reason or rationality, both in its theoretical and in its practical sense, has little if any relevance in White's solution. White's form of practical reason does not really have a historical character (even if there is a historical dimension to morality in the sense that one is morally responsible for one's vision of the past with its moral and existential implications for one's attitude to life). In Rüsen's response, the interpretations of the past in relation the present and the future ought to be examined with regard to the rational justification of its dimensions of experience, significance and meaning in order to further practical reason in terms of historical orientation and identity formation.

Frank Ankersmit has pointed to and defended a concept from the tradition of historicism, the concept of a 'historical individual'. The historical individual as explained by Ranke and Humboldt means that 'each historical thing' (nation, epoch, civilization etc.) is argued to possess a 'historical idea', an 'entelechy', so to say, wholly specific for itself and for itself alone'.⁴⁹ When Ankersmit comments on the crisis of historicism, he interprets it as a problem of historical relativism of values. Dismissing Troeltsch as looking for 'absolute and time-transcendent moral and theological truths' and adding that such an idea is absurd, he claims that the crisis of historicism was actually irrelevant. Consequently, a certain interpretation of classical historicism seems to become the solution to the evaporated crisis of historicism. Ankersmit's solution resembles and seems to be generally inspired by Meinecke's re-interpretation of the classical historicism in *Die Entstehung des Historismus*, a book which in fact was a response to the crisis of historicism. Ankersmit translates the historicist notion of the historical individual to the condition of the linguistic turn. Thus, the historical ideas must be interpreted not as independently existing ideas in the past, but as something existing within narratives, in historiography: 'we must situate it [the historical idea] in the historian's language about the past'.⁵⁰

About Ankersmit's response to the crisis of historicism there are is much to be said, but for the sake of brevity, I will focus on two essential issues here. Firstly, the dismissive interpretation of the crisis of historicism contributes in an unfortunate way to the forgetting of the plurality of serious problems involved. It is of course natural that Ankersmit does not formulate solutions to those unmentioned problems, but that does not diminish the narrowing of the *Problembewußtsein*. Secondly, it is not clear what problem the solution that Ankersmit presents is actually supposed to alleviate. Whether value relativism is a problem or not, or what kind of relativism is plausible, can be let aside for the moment. But what the practical functions of historical scholarship and historical thinking should be is hardly a question the can be dismissed so easily.

Ankersmit's general argument is oriented to defend the idea that the identity of something is its history, and that is supposed to make historical knowledge relevant. Does that solve the central problem of the practical function of historical interpretations? How does it affect

⁴⁸ Ibid.

⁴⁹ F. Ankersmit, "The Necessity of historicism". Cit. 235.

⁵⁰ F. Ankersmit, 2010, 237.

the relevance of the past for the present? The historicist idea of historical individuals tends to make the past irrelevant for the present, since every historical individual has its own proper and internal yardstick. When the historical individual concerned is the present in a particular society and culture, then the genetic history of the present can admittedly deepen the understanding of the fundamental ideas and the proper yardstick of this historical individual. Meinecke's book on the emergence of historicism is an example of such a genetic history, providing orientation in the present in relation to historical scholarship and the crisis of historicism. Whether that is a recommendable way of giving orientation to the present, is not self-evident and something I will return to it. There is an obvious risk that this simply reinforces the inherited ideas and goals of direction in an uncritical way and that questions about orientation for the future are simply answered in terms of authenticity: 'this is who we are'. In any case, most aspects of the past and most historical individuals, such as ancient Egypt, the Thirty Years' War or the reign of Louis XIV, hardly belong to the present in the sense described (depending on how we conceive of the present, of course). The problem of practical relevance thus still needs to be handled.

What is the relation of Rösen's response to this? Interestingly enough, he has in fact written an article on Meinecke's response to the crisis of historicism. He points out that Meinecke recognized the problem of the practical function of historical knowledge, but he is less convinced by Meinecke's solution. Meinecke opposed the rationalism and the generalizing explanations of Enlightenment to the irrationalism of *Historismus*. Instead he emphasised the need to recognise the deep, irrational layers of the human soul and of historical development in order to understand historical individual formations. Rösen agrees with the limitations of ahistorical, generalizing rationalism and its inability to understand historical individuals, but points out critically that Meinecke's reactualization of *Historismus* neglects the claim to scholarship and rationality within *Historismus* and the aspect of methodology. He also neglects the dimension of ideas that link the forces of cultural formation in the past with the interests of orientation in the present. In that way, *Historismus* was able to contribute to the consensual formation of the collective will power in the present. In Meinecke's interpretation, a practically efficient relationship of the present to the past is characterised by admiration, awe, and amazement touching the whole soul of the interpreter and his or her audience in the present. Such an aesthetic approach to the past cannot make claims to contributing to the formation of rational, collective will in the present.

Seine [Meinecke's] Ästhetisierung der Geschichte sanktioniert eine Ohnmacht des erkennenden Subjekts vor dem Kampf der Interessen im gesellschaftlichen Leben der Gegenwart. Der Anspruch des klassischen Historismus auf praktische Vernunft, mit dem seine Geschichtsschreibung als Medium der Konsensbildung über gesellschaftliche Interessen auftrat, ist preisgegeben.⁵¹

This points, according to Rösen, to the need for the use of a) theoretical concepts to interpret and make distinctions not necessarily available in the past as opposed to the irrationality of *Einfühlung* based on awe and amazement, b) perspectives and models from the social sciences that are able to grasp the forces of cultural formation and the relationship between conscious intentions and other determining factors in order to overcome the lack of realism in Meinecke's aestheticist historicism, c) a model of practical reason that is able to handle political conflicts of interests and criteria of meaning for the interpretation of the past in the present. A new, actualized form of *Historismus* would have to incorporate 'die unbestreitbare lebensweltli-

⁵¹ Jörn Rösen, "Die Krise des Historismus in unzeitgemäßer Erneuerung – Friedrich Meineckes »Entstehung des Historismus«". In J. Rösen, *Konfigurationen des Historismus* (Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1993), 331–356. Cit. 351.

che Erfahrung einer fundamentalen Interessengebundenheit intentionalen Handelns in historische Erkenntnis über den inneren Zusammenhang von Kultur, Gesellschaft, Wirtschaft und Politik'.⁵² At the same time, there is, Rüsen adds, also something to be learnt from Meinecke for social sciences and history based on models from the social sciences: the fundamental historicization of interpretative perspectives and the individuality of historical phenomena that make the specifically historical character of human action accessible.

What about the practical function? 'Womit kann die Geschichtswissenschaft heute begründen, daß die Erkenntnis der Zeitspezifität vergangenen menschlichen Handelns und Leidens zur Orientierung gegenwärtigen Handelns notwendig ist?'⁵³ Rüsen rejects decisionist pluralism and a subjective choice of fundamental norms and criteria of meaning as irrational, and instead underlines that in order to overcome such irrationalism, it is necessary to conceptualize a perspective of rational reconstruction of the past for the orientation of life and action in the present with criteria of validity that at least make it theoretically possible of forming consensually plausible perspectives of coherence between the past and the present. Articulate use of theories and theoretical presuppositions is necessary, but more important are the general norms of rationality: criteria of rational argumentation for reaching a valid consensus.⁵⁴

Compared to the dissertation on Droysen, such a response to the crisis of historicism tends to diminish the dimension of the specifically historical form of reason, the specifically historical form of justification. Droysen's Hegelian concept of historical reason has since around 1980 been exchanged for Habermas's model of rational argumentation. The idea of a historically based reason does not disappear, seen for example when Rüsen discusses utopia and history, but the integration of Habermas' theory of discourse rationality, the use of models from the social sciences, and the treatment of conflicts over the meaning of the past in terms of articulate theories and general criteria of meaning and significance, runs the risk of diminishing the importance of meaningful historical experience as a base for justification and potential critique of criteria, theories and models in the present. In that way, it runs the risk of obscuring the idea of a specifically historical practical reason that inspired Rüsen's dissertation on Droysen.⁵⁵

The point of exposing differences between Rüsen's and other contemporary theorists' ways of responding to the crisis of historicism is not only that it makes the relevance of Rüsen's approach more evident, but also that it shows the plurality of problems that contemporary theorists need to respond to if they want to come to terms with the crisis of historicism.

⁵² Ibid, 352.

⁵³ Ibid, 354.

⁵⁴ Ibid, 354–356.

⁵⁵ J. Rüsen, *Historische Vernunft*, 16: 'Vernünftig ist ein historisches Denken, das in der Form einer Argumentation vor sich geht'. However, a richer understanding of the dimension of reason in relation to historical thinking is presented in J. Rüsen, "Geschichte als Sinnproblem".



ARTIGOS - ARTICLES

The concept of mass – gravitic and inertial
in eurhythmic physics

J.R. Croca
University of Lisbon
Faculty of Sciences
croca@fc.ul.pt

Gildo Magalhães
USP
Faculty of Philosophy, Letters and Human
Sciences
gildomsantos@hotmail.com

J. Alexandre Croca
University of Lisbon
Center for Philosophy of Sciences
josealexandrecroca@yahoo.com

Como citar este artigo: Croca, J.R.; Magalhães, Gildo; Croca, J. Alexandre. “The concept of mass – gravitic and inertial in eurhythmic physics”. *Intelligere, Revista de História Intelectual*, vol. 3, nº2, p. 105-103. 2017. Disponível em <http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Abstract: The concept of mass, be it gravitic or inertial, has played a major role in traditional physics. The meaning of the concept of mass and the equivalence between inertial and gravitic mass have been and are object of great polemics in the arena of scientific discussion. In the nonlinear complex inter-relational Eurhythmic Physics, the concept of mass, that has been assumed as a fundamental idea, no longer shares this attribute. In this way of looking at Nature the concept of mass loses its fundamental status being only a relational and, under certain circumstances, useful concept.

Keywords: Eurhythmic physics; classical physics; mass; inertial mass; gravitic mass; equivalence principle; complex particle; complex interaction.

O conceito de massa – gravitacional e inercial em física euritmica

Resumo: O conceito de massa, seja gravitacional ou inercial, tem desempenhado um papel importante na física tradicional. O significado do conceito de massa e a equivalência entre a massa inercial e gravitacional foram e são objeto de grandes polêmicas na arena da discussão científica. Na Física Euritmica inter-relacional complexa não-linear, o conceito de massa, que foi assumido como uma ideia fundamental, não compartilha mais este atributo. Nessa maneira de olhar para a Natureza, o conceito de massa perde seu status fundamental sendo apenas um conceito relativo e, em determinadas circunstâncias, útil.

Palavras-chave: Física Euritmica; física clássica; massa; massa inercial; massa gravítica; princípio de equivalência; partícula complexa; interação complexa.

1 – Introduction

The essence of gravity has puzzled philosophers and scientists for centuries. One of the first to entertain a more fruitful notion of the subject was Johannes Kepler in his introduction to *Astronomia Nova* (1609). There he explained gravitation as a force that attracts two bodies as if they were magnetic, and in proportion to their masses, as he exemplified in the case of the reciprocal attraction of the earth and its moon, or in his explanation of the tides as a result of the attraction of terrestrial waters by the moon and the sun.¹ Shortly afterwards, in *Traité du monde et de la lumière* (written between 1629 and 1633), René Descartes would explain gravity differently, stating that the planets were swirled by vortices in the ether.

It is well known that Isaac Newton (*Principia*, 1687) proposed that gravitation is an attraction force that acts instantly at a distance, i.e., it requires no medium to be transmitted through the space separating any two bodies. Gottfried Wilhelm Leibniz criticized this view of act at a distance as appealing to an “occult” force, which he condemned as being equivalent to a miraculous one. As a result, mathematicians preferred for a time to continue using Descartes’ theory of vortices moving the planets in the ether. For example, Jean Bernoulli in 1730 explained Kepler’s third law using this Cartesian idea.²

It is important to notice that, according to Newton’s formulation, the concept of “mass” as a measure of the content of matter in a body has a double role. First, the mass is responsible for the inertial resistance to the acceleration a of the body, when subject to a force F , as conveyed by the equation $m = F/a$. Secondly, mass is the source of gravitation, a particular attractive force, expressed in the form of an acceleration (potential or actual) towards a second body, an acceleration which is independent of the matter content expressed by the gravitational mass of any body. The expression of this phenomenon between two bodies is proportional to the product of their masses divided by the square of their distance. It has long been admitted that a body’s inertial and gravitational masses are equal, although there is no fundamental binding for this suggestion.³

During the second half of the 18th century, Georges-Louis Le Sage worked on a theory that has elicited permanent attention, despite some periods of oblivion. Taking up in 1748 a proposal previously presented in 1690 by Nicolas Fatio de Duillier, Le Sage explained the force of gravity as the result of tiny particles moving at high speed in all directions throughout the universe, at a constant flux. An isolated object A would be struck equally from all sides by this flux, resulting in no net directional force. With a second object B present, however, a fraction of the particles that would otherwise have struck A from the direction of B is intercepted, so B works as a shield, and consequently A will be struck by fewer particles. Likewise, B would be struck by fewer particles from the direction of A. One can say that A and B are “shadowing” each other, and the two bodies are pushed toward each other (“gravitational attraction”) by the resulting imbalance of forces.

As a consequence of Le Sage’s assumption of a stream of particles, their velocity and therefore the velocity also of gravitation must be finite. Even though, generally speaking, most astronomers admitted that gravitation acts instantaneously, around the beginning of the 19th century Pierre-Simon de Laplace considered the opposite possibility that it propagates with a finite velocity, and calculated that this velocity would be many orders of magnitude above the velocity of light.

¹ Arthur Koestler. *The sleepwalkers. A history of man’s changing vision of the universe*. London: Arkana, 1989, p. 341-345.

² John D. North. *The measure of the universe. A history of modern cosmology*. New York: Dover, 1990, p. 25.

³ Peter G. Bergmann. *The riddle of gravitation*. New York: Dover, 1992, p. 9-11.

Anomalies brought about by the use of Newton's law of gravity annoyed ever more the astronomers, for they were obliged to introduce several correction terms to the original law. The acceleration of the average angular velocity of Jupiter and the deceleration of Saturn were not explainable by that law. In 1779, Laplace took up the problem, and was able to show that these were periodic perturbations, so that the mean motions were stable.⁴ The same also applied to the mysterious acceleration of the moon, which Laplace demonstrated that was due to the diminishing eccentricity of the earth's orbit, and would in the future revert to a retardation of the moon's movement round the earth. Still another departure from Newton's law baffled the efforts of scientists, the advancement of the perihelion of the planets, most notably Mercury.

In the 1880's Wilhelm Weber and his disciple Friedrich Zöllner consolidated a theory whereby gravitation had an electromagnetic origin. If the force of electromagnetic attraction between corpuscles of opposite charge were slightly greater than the force of repulsion between corpuscles of like charge, gravitation could be accounted for as the net result of attraction and repulsion, and it could be treated with field concepts similar to those of the electromagnetic field.

Other deviations from the classic gravitation formula were considered by Hendrik Lorentz in 1900, and he proposed again an explanation of gravity in terms of electromagnetic action. He also returned to Le Sage's model, substituting particles for trains of electromagnetic waves, and to the idea of Weber and Zöllner, that all matter is an association of positively and negatively charged corpuscles, provided that the force of attraction between corpuscles of different signs is slightly greater than the force of repulsion between corpuscles of the same sign. Later still, in 1946 Arthur Eddington also considered gravitation together with electromagnetism, and followed a suggestion made by Ernst Mach as early as 1893, whereby the lines of force of two electric charges of the same sign terminate on other bodies in the universe, and these distant objects would account for gravitation.⁵

In 1891, Roland von Eötvös experimented with a very sensitive torsion balance and found no significant difference between inertial and gravitational mass, reinforcing what had been admitted by many physicists since Newton's time. This led Max Planck to the conclusion that all forms of energy have gravitational properties, since they have inertia. Accordingly, at the end of 1907, Albert Einstein proposed that large cosmic objects would influence with their gravity the propagation of light, and he introduced the so-called Principle of Equivalence.⁶ This postulate presupposes the equality of inertial and gravitational mass, reasoning as pictured in the following mental experiment: an observer in a closed chamber without windows sees a free object accelerating to one side of the chamber (like the floor). This fact can be due to any external field of force (such as gravitation); alternatively, the observer can suppose that the chamber is in an accelerated motion; both situations would be exactly equivalent, and indistinguishable as viewed from the interior of the cabin.

Later, when Einstein worked in the general relativity theory he proposed that gravitation arises as the result of a change in the metrical structure of spacetime caused by the presence of matter or energy. One could say to the same effect that spacetime has mass properties, and their mutual interaction is the cause for space-time modification when matter is

⁴ Edmund Whittaker. *A history of the theories of aether and electricity*, vol. II (American Institute of Physics, 1987), p. 144-145.

⁵ Id., *ibid.*, p. 150-151.

⁶ North, *op. cit.*, p. 52-53. In fact, the influence of gravity on light rays had already been proposed in 1784 by John Michell – see Jean Eisenstedt, *Avant Einstein. Relativité, lumière, gravitation* (Paris: Seuil, 2007), p. 120-127.

introduced in it. However, that under this theory matter is able to disturb space-time has to be a priori assumed, and notwithstanding the sophistication of the resulting theory, it can be challenged as being merely a descriptive one, and not as an explanation of what the essence of gravity is.

More recently, some voices criticized the equivalence of inertial and gravitational mass. Among these is Paul Marmet, who decisively opposed that equivalence, and thus doubted the results of the sunlight deflection supposedly detected during solar eclipses.⁷

Benedetto Soldano argued that Eötvös experiments had actually shown that the acceleration of gravity was slightly different for heavier objects than for lighter ones. If the Newtonian gravitational constant really varies, this brings considerable difficulties to both the special and the generalized relativity.⁸

It is likely that the experiments about the anisotropy of space conducted by Maurice Allais with a paraconical pendulum over 50 years in his private laboratory also bring into question the equivalence of inertial and gravitational mass, as suggested by the variation of the rotation of the plane of oscillation of Allais' pendulum during eclipses.⁹

Newton's argument concerning the rotation of a water bucket also impacts directly on the equivalence principle. As described by Newton in Book I of the *Principia*, if a vessel hangs from a long rope and is turned many times around its vertical axis, and then filled with water, when suddenly released the vessel will whirl in the opposite direction.¹⁰ The water surface will at first remain horizontal, but after some time the water will climb up the bucket wall, so that the water surface forms a revolution paraboloid around the vertical axis, and later it will come to rest again as the vessel continues rotating. Newton used this experiment to justify the existence of absolute space. According to André Assis, Ernst Mach, in *The science of mechanics*, explained that the paraboloid is due to the water rotation in relation to the fixed stars, and not to the absolute space.¹¹ He further analyses the special and the general relativity theory to conclude that it fails to account for the water rotation in Newton's bucket, and contrary to some interpreters, it does not follow what is loosely called Mach's Principle, and the solution proposed by Assis is to return to Weber's law of gravitation, which conforms to Mach's Principle. In this way, as a consequence that the distant galaxies rotate, there would appear a real centrifugal gravitational force, and not a fictitious one as assumed by most interpreters. Assis reaches the conclusion that there is no need for gravitational mass to be equal to inertial mass, although one can be proportional to the other.

There were quite a number of other proposals during the 19th and 20th centuries, but with the preceding presentation of some historical developments of gravitational theory, we are ready to offer in what follows an interpretation based on the principle of eurhythmy.

⁷ Paul Marmet. *Einstein's theory of relativity versus classical mechanics*. Gloucester (Ontario): Newton Physics Books, 1997, p. 146-157.

⁸ B.A. Soldano, "Newton's Gravitational Constant and the Structure of Science", *International Journal of Fusion Energy*, vol. 3, n° 4, October 1985, p. 25-35; see also B.A. Soldano, "What's wrong with Hawking's theory of time and space?", *21st Century Science and Technology*, vol. 6, n° 3, Fall 1993, p. 50-55.

⁹ Allais' experiments also bear on the constancy of the light velocity and the special relativity. See Rémi Saumont, "Undermining the foundations of relativity", *21st Century Science and Technology*, vol. 11, n° 2, Summer 1998, p. 83-87.

¹⁰ Isaac Newton, *Mathematical principles of natural philosophy (The Great Books*. Chicago: University of Chicago, 1952, p. 11-12).

¹¹ André Koch Assis, "Relational mechanics and implementation of Mach's Principle with Weber's gravitational force" (Apeiron, Montreal, 2014). The page references are given using the preliminary original edition in Portuguese, *Mecânica relacional* (Campinas: UNICAMP, 1998, p. 134-139). Assis mentions that we can now substitute the fixed stars by the distant galaxies – which were unknown at Mach's time.

2 – The concept of mass in traditional physics

When studying the motion of a body, in the most common cases what we are really allowed to observe is its velocity, and the time variation of the velocity, called acceleration. Furthermore, it is common knowledge that to induce time variation in the velocity of the body an external action is necessary. To this action the name of force was given. So, each observable acceleration experienced by the body is associated with a force

$$a \Leftrightarrow f, \quad (2.1)$$

in the linear Cartesian approximation, we may write

$$a \propto f. \quad (2.2)$$

It is also known, that for the same action, or for the same force, the acceleration experienced by the body decreases proportionally with its size. The bigger the body, for the same action, that is, the same force, the smaller the acceleration. If it is really big enough, for the same action, the body may eventually not experience any time alteration in the velocity. This observable fact may be described saying that the body possesses a kind of inertia that opposes the modification of its velocity. To this constant, relating the action, the force, with the time alteration of the velocity it was given the name of inertial mass m_i , so that we may write

$$f = m_i a, \quad (2.3)$$

a mathematical expression that corresponds to the fundamental equation of classical mechanics.

When a body is placed in a gravitic field, for instance the one of the Earth, we may observe it falling with an acceleration, a time change of its velocity. This observed fact may be described by saying that the Earth impinges onto the body a gravitic action, a gravitic force. Still, there occurs a seemingly strange situation! The falling motion of the body to the Earth, does not depend on its size. Be it great or small, the way the body moves towards the earth is always in the same way. Indeed, from the gravitational attraction formula we see that

$$f = G \frac{m_E m_g}{R^2}, \quad (2.4')$$

or

$$f = m_g a, \quad (2.4)$$

with

$$a = \frac{G m_E}{R^2}, \quad (2.5)$$

in which G , is the gravitational constant, R , the distance to the center of the Earth, m_E , the mass of the Earth and m_g , the gravitic mass of the falling body.

From expression (2.5) it is easy to see, that for any position of the body, for any value of R , the acceleration does not change no matter the value of the gravitational mass m_g .

3 – Eurhythmic physics

For those not familiar with Eurhythmic Physics¹² we shall present here briefly its essentials. Eurhythmic physics is a natural extension of nonlinear quantum physics¹³, which by its turn is a logical consequence of De Broglie's original proposal for understanding, in a causal way, the natural phenomena at the quantum scale.

The basic idea is that any physical systems is indeed a very complex inter-relational relatively stable process. These physical systems are, naturally, in permanent reciprocal interaction with the medium. They modify the medium and are of course modified by it to a greater or lesser degree. On the other hand, it is assumed that we are always dealing with finite physical entities. In this sense, it is not possible to derive universal physical laws, that is, universal absolute rules, valid everywhere and forever. As consequence, there are no universal constants but only relative constants expressing the approximate constancy, under certain specific interacting conditions, of the changes among the interconnected variables. The best we may aim is to devise finite mathematical expressions that could approximately describe the complex interacting natural phenomena at a certain scale of observation and description of reality. Still, whenever the interacting conditions or the level of description change, these mathematical expressions and naturally the constants linking the variables and translating the phenomena, may also change. Hopefully we may, and always with great precaution, in certain broad general conditions, enunciate general principles such as the principle of eurhythmy¹⁴. Still, we need always to be very careful. We must bear in mind that, as human knowledge increases, the domain of this new complex and finite physics also enlarges. Theories are no more than mere human constructs, resulting essentially from the information we are able to gather, depending significantly on our mental and experimental tools. In such circumstances, there are no final, definite and eternal laws. The best we may hope is to have an increasingly better and better approach in the description of reality.

3.1 The complex particle

In eurhythmic physics a particle is understood as a very complex inter-relational process. The initial proposal for the nature of the complex particle was made by De Broglie in quantum domain in order to explain the duality wave-corpucle. This concept of De Broglie's complex particle has been generalized from pure nonlinear quantum physics to all physics, that is, eurhythmic physics.

In such conditions, a particle is assumed to be much more than a single point-like entity. A complex particle is composed of two inter-related parts:

1 - An extended, yet finite, region, the theta wave θ , also in the past named guiding wave, subquantum wave, or organized vacuum fluctuation, or empty wave. This extended real physical wave, having a relatively minute intensity, behaves as a kind of sensorium with which the particle feels and interacts with the surrounding medium.

¹² J.R. Croca, *Eurhythmic Physics, or Hyperphysics, The Unification of Physics*, Lambert, Berlin, 2015.

¹³ J.R. Croca, *Towards a Nonlinear Quantum Physics*, World Scientific, London, 200313 - - L. de Broglie, *The Current Interpretation of the Wave Mechanics, A critical study*, (Elsevier, Ammsterdam, 1964); L. de Broglie, et J.L. Andrade e Silva, *La Réinterprétation de la mécanique ondulatoire, Tome 1 Principes Généraux*, (Gauthier-Villards, Paris, 1971).

¹⁴ J.R. Croca, *The principle of eurhythmy a key to the unity of physics*, Unity of Science, Nontraditional Approaches, Lisbon, October, 25-28, 2006. J.R. Croca, *The principle of eurhythmy a key to the unity of physics*, in *Special Sciences and the Unity of Sciences*, Eds. Pombo, O.; Torres, J.M.; Symons, J.; Rahman, S. (Eds.), Springer, 2012.

2 - A kind of very small and very localized structure, the kernel, called acron, ξ , of relatively high energetic intensity. In previous works, following De Broglie, this very small high energetic region of the complex particle was named singularity, or even corpuscle. Still, due to the confusion with the abstract concept of mathematical singularity and from the fact that this constituent of the particle has its own inner very complex structure, it was renamed acron. This word comes from the Greek *ἀκρον* meaning the higher peak, just like acropolis stands for the higher city.

The complex particle may be represented by

$$\phi = \phi(\theta, \xi) \quad (3.1)$$

or, assuming the simplest linear approach,

$$\phi = \theta + \xi, \quad (3.2)$$

where ξ stands for the acron and θ for the theta wave.

Next drawing, Fig.3.1, tries, roughly, to picture the real part of the complex particle.

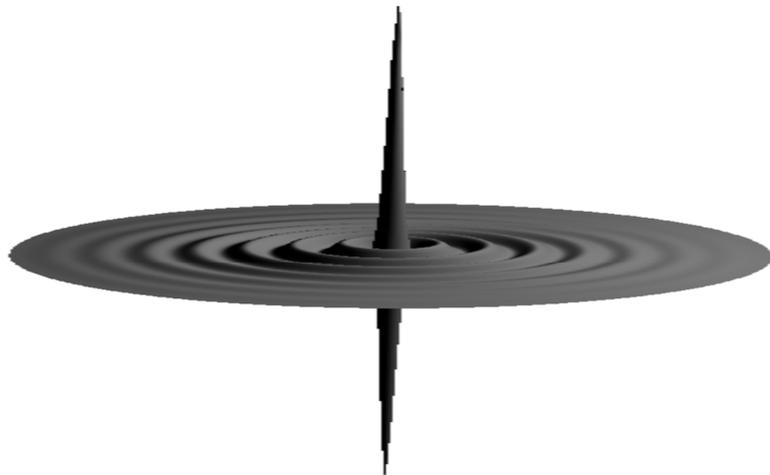


Fig.3.1 – Graphic sketch of a complex particle.

As stated, the energy of the theta wave is very small. Indeed, a first estimation¹⁵ for the ratio between the energy of the photonic acron and that of its associated theta wave gives

$$\frac{E_{\xi}}{E_{\theta}} \approx 10^{+54} \quad (3.3)$$

A most important assumption of nonlinear quantum physics is the principle of

¹⁵ J. R. Croca, *Found. Phys.* 34, 1929 (2004).

eurhythmy. This principle concretely states that although the acron being immersed in its theta wave field moves in a stochastic way, it preferentially goes to the regions where the intensity of the theta wave field is greater. This means that the probability of finding the acron is proportional to the intensity of the global wave in which the acron is immersed

$$P(x) \propto |\theta|^2 dx. \quad (3.4)$$

This principle was introduced early in the first quarter of the XXth Century by Louis de Broglie to describe quantum phenomena. In order to explain the single particle double slit interference, De Broglie introduced this principle initially calling it the guiding principle.

The principle of eurhythmy is indeed the cornerstone, the very organizing principle for helping in the description and prediction of natural phenomena. This principle concretely states that the complex acron is associated with a kind of sensorium, its theta wave, with which it feels the surrounding medium. The acron being immersed in its theta wave has a propensity to move in a stochastic way to where the intensity of the theta wave field is greater. This is a natural consequence of that fact that if the acron moves to other regions of lesser field intensity its mean life is unsurprisingly shorter. In short, this principle states that the complex beings must interact with the surrounding medium in such a way that allows them to persist. This principle has been generalized¹⁶ to include other sciences like, for instance, biology and others.

As may be easily understood, the principle of eurhythmy is only meaningful in the context of complex systems. Even in the limiting case of the fundamental acron the situation keeps always essentially the same because this minute entity is indeed already a very complex organized structure of the subquantum medium.

3.2 Motion of a complex particle

The average motion of a body, that is, of a single acron or of collectively assumed and relatively independent acra, depends, in last instance, on the theta wave field “seen” by it. When the theta wave field intensity, seen by the acron is symmetric, $I(\mathbf{r}) = I(-\mathbf{r})$, The average motion of the acron is null, since the propensity to move in any direction is equal. In such a case, in average, the particle remains still, $\mathbf{v} = \mathbf{0}$. In order to have an average privileged motion, an average velocity $\mathbf{v} \neq \mathbf{0}$, the intensity of the field seen by the acron needs to be asymmetric. By increasing or decreasing the degree of asymmetry the same happens to the propensity to move.

This situation may be easily understood if we assume, for simplicity reasons, that the intensity of the field seen by the acron has a Gaussian form in each direction

¹⁶ R. N. Moreira. *The crisis in theoretical physics science, philosophy and metaphysics*, in *A New Vision on Physis*, p. 255, Eds. J.R. Croca and J. Araújo, Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa, Lisboa 2010; G. Magalhães, *On eurhythmy as a principle for growing order and complexity in the natural world*, p. 313, Eds. J.R. Croca and J. Araújo, Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa, Lisboa 2010; G. C. Santos, *Between two worlds. Nonlinearity and a new mechanistic approach*, p.331, Eds. J.R. Croca and J. Araújo, Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa, Lisboa 2010; P. Alves, *Theses towards a new natural philosophy*, , p. 359, Eds. J.R. Croca and J. Araújo, Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa, Lisboa 2010; G. Magalhães, "Some reflections on life and physics: negentropy and eurhythmy", *Quantum Matter*, vol 4, 1-9, 2015.

$$I(x) = \begin{cases} I_1 = Ae^{-\frac{x^2}{\sigma_1^2}}, & -\infty \leq x \leq 0 \\ I_2 = Ae^{-\frac{x^2}{\sigma_2^2}}, & 0 \leq x \leq \infty \end{cases}, \quad (3.5)$$

whose plot is seen in next figure, Fig.3.2

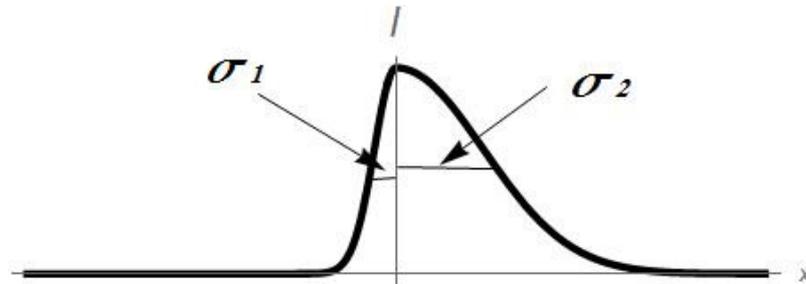


Fig.3.2 – Plot of the intensity field seen by the acron

The average velocity v , that is, the propensity for the body to move, is translated by the drift μ , given the difference in the probability p to go forward, minus the probability of going backwards q

$$v \propto \mu \propto p - q \quad (3.6)$$

which by its turn may be approached¹¹ by the genesis formula Γ

$$v = \Gamma = \frac{\nabla I}{I}, \quad (3.7')$$

or for the unidimensional case,

$$v = \frac{Ix}{I}. \quad (3.7)$$

For a Gaussian intensity field, of the generic form

$$I = Ae^{-\frac{x^2}{\sigma^2}},$$

we have

$$v = -\frac{2}{\sigma^2}x. \quad (3.8)$$

The average velocity, for a field given by (3.5) is, for each branch,

$$\bar{v}_1 = \frac{1}{\sigma_1} \int_{-\infty}^0 \left(-\frac{2}{\sigma_1^2}x\right) dx = \sigma_1, \quad -\infty \leq x \leq 0, \quad (3.9)$$

$$\bar{v}_2 = \frac{1}{\sigma_2} \int_0^{\infty} \left(-\frac{2}{\sigma_2^2}x\right) dx = -\sigma_2, \quad 0 \leq x \leq \infty. \quad (3.9')$$

In this situation, the average total velocity is, in the linear approximation, $\bar{v} = \bar{v}_1 + \bar{v}_2$

$$\bar{v} = \frac{1}{\sigma_1} - \frac{1}{\sigma_2} = \frac{\sigma_2 - \sigma_1}{\sigma_1 \sigma_2}, \quad (3.10)$$

by making

$$\alpha = \frac{\sigma_2}{\sigma_1} \geq 0 \quad (3.11)$$

translating the degree of asymmetry, we may write

$$\bar{v} = \frac{1}{\sigma_1} \frac{\alpha - 1}{\alpha}. \quad (3.12)$$

The plot of this function, for a fixed value of σ_1 and an increasing $\alpha \geq 1$, translating the average velocity of the body, may be seen in next drawing, Fig. 3.3.

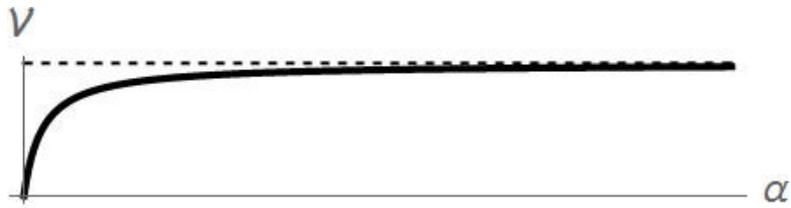


Fig.3.3 – Plot of average velocity of the body as the asymmetry of the field increases

This expected result means that when there is perfect symmetry in the intensity of the theta wave field seen by the acron, $\alpha = 1$, the average velocity is zero $\bar{v} = 0$. As the asymmetry increases, $\alpha \rightarrow \infty$, that is, as the field tends to be relatively constant, the same happens with the propensity to move, $\bar{v} \rightarrow const$. This effect is shown in next plot, in which for the same σ_1 , we see different increasing values of σ_2 , Fig. 3.4.

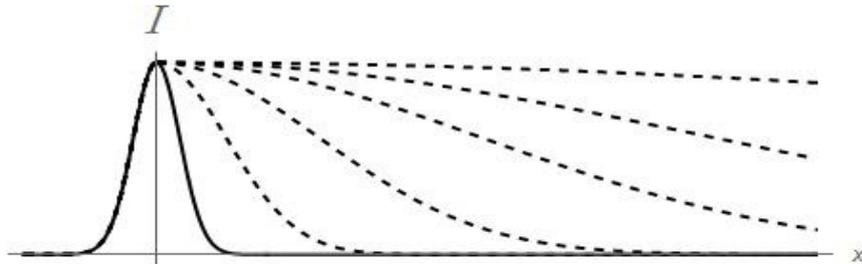


Fig.3.4 – Plot for the asymmetry increasing of the intensity of the theta wave field.

The solid line represents a symmetric field. Dashed lines, for increasing values of σ_2 , for the same constant σ_1 , lead to a growing degree of field asymmetry. In such circumstances the average velocity tends to stabilize at a maximal possible velocity $\bar{v} \rightarrow 1/\sigma_1$.

$$\text{As } \alpha \rightarrow \infty \Rightarrow \bar{v} \rightarrow \frac{1}{\sigma_1}.$$

This limiting average velocity, $\bar{v} \sim 1/\sigma_1$, obtained whenever $\sigma_2 \gg \sigma_1$. So, the average speed experienced by the body lies between two extremes. As long as the asymmetry of the intensity of the field is maintained the same happens with the average velocity, which lies between the two limiting situations, $0 \leq \bar{v} \leq 1/\sigma_1$.

Naturally, if we want to increase the velocity of the body, then we need to increase the asymmetry of the field and vice-versa. This action is usually done by interaction with other physical systems.

A “natural” degradation of the asymmetry of the particle field may be obtained by placing the field of the particle in interaction with an external field. The self-field of the particle is also known as mother theta wave field. In this situation, the self-theta wave field intensity I_0 tends, due to the interaction with the extended field I_M , to homogenize, leading to a progressive decrease in the self-field asymmetry. This progressive decrease in the asymmetry leads, naturally, to a reduction in the average velocity leading, eventually, to a null average velocity. This action is traditionally described by saying that a frictional damping force has acted on the body.

If on the contrary, one wants to increase the velocity of the body, then it is necessary to increase the asymmetry of the field. As long as the increasing in the asymmetry of the theta wave field intensity is maintained, the average velocity also keeps increasing, naturally, to its maximal velocity that occurs, as we have seen, when $\sigma_2 \gg \sigma_1$. This change in the field asymmetry may result from the interaction with other bodies. When two bodies are led to approach each other two situations may occur:

1 – They coalesce into a single body. That is, the reciprocal interaction of the two physical systems leads to the emergence of a new physical system. In this case the theta wave field intensity between the two bodies increases, as may be seen in Fig.3.5.

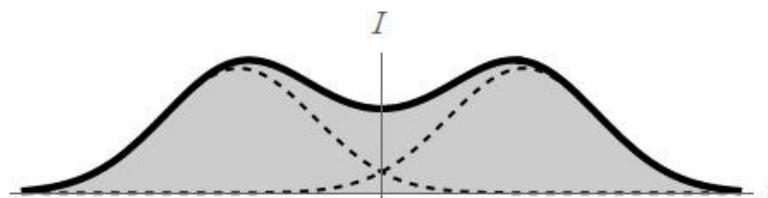
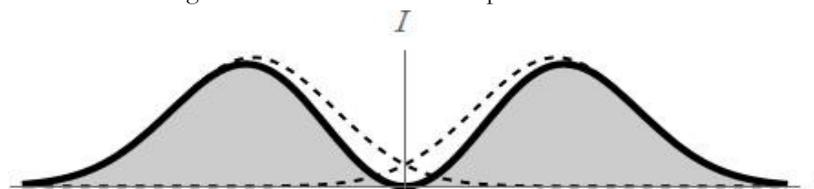


Fig. 3.5 – Coalescence – attraction

2 – Each interacting body tries to maintain its own strong identity. In such case, there occurs a kind of self-interacting situation that creates a plunge in the field between the two bodies leading to a kind of repulsion,

Fig. 3.6 – Anti-coalescence - repulsion



that may be described as if a kind of repulsive action, or a repulsive force acts equally on each body. In such situation, the reaction equals the action with opposite directions and the two bodies maintain their own identities.

These natural observed phenomena, are traditionally described by the so-called attraction or repulsion law.

Naturally, for the same external action, the reaction, the change experienced by the body, the modification of average velocity, that is the acceleration, depends on the number of acra that compose the body.

In such conditions for the same external action on the body we have:

1- The body is composed of a single acron. In this case the alteration in the overall asymmetry of the field, $I_{0_1} = |\theta_{0_1}|^2$, the change in the acceleration is great.

2 - The body is composed by many acra. Each of these acra has its self-theta wave field, $I_{0_i} = |\theta_{0_i}|^2$, and the total field of the body is $I_0 = |\theta_{0_1} + \theta_{0_1} + \theta_{0_2} + \dots + \theta_{0_N}|^2$. So, the same external action needs to be shared by all single particles. In these conditions, it is no surprise to verify that the overall induced asymmetry, and consequent change in the velocity of the composed body is very small.

Such interaction is traditionally described by saying that the body possesses a kind of inertia that opposes the alteration of its motion. This inertia, this opposition to the change in the overall theta wave field asymmetry experienced by the body is, naturally, a function of the number of acra $N(\xi)$. This physical action, inducing an alteration in the theta field intensity asymmetry, is commonly named force, F .

In the linear approximation, the alteration of the asymmetry of the field leading to a modification of the average velocity with time, the acceleration, a , decreases inversely with the number, $N(\xi) \cong \rho_i N_\xi$, of acra the body possesses

$$a = \frac{1}{\rho_i N_\xi} F, \quad (3.13)$$

in which ρ_i is a proportionality constant.

Traditionally this proportionality term is called inertial mass

$$m_i = \rho_i N_\xi. \quad (3.14)$$

In such conditions, equation (3.13) may then be written

$$F = m_i a, \quad (3.15)$$

which is usually known as the fundamental dynamic equation of classical mechanics.

3.2 Motion of a complex particle in a large theta wave field

In a first approximation, in order to simplify the problem and for a better comprehension of the situation we considered the motion of a particle assumed to be isolated, which of course does not translate the real situation. In reality, we have always an extended theta wave subquantum field in which the complex particle is immersed. Now we are going to consider explicitly the extended field.

When a single acron or a group of acra, with a self-overall theta wave field of intensity I_0 , are immersed in an extended field of intensity I_M , the total intensity field I_T , seen by the acron is, in the linear approximation, given by,

$$I_T = |\theta_0 + \theta_M|^2, \quad (3.16')$$

Assuming that the two wave fields are not coherent between themselves we have simply,

$$I_T = I_0 + I_M, \quad (3.16)$$

And the propensity for the acron to move, the average velocity, in the field is

$$v = \frac{\nabla I_T}{I_T} = \frac{\nabla(I_0 + I_M)}{I_0 + I_M} = \frac{\nabla I_0 + \nabla I_M}{I_0 + I_M}. \quad (3.17)$$

Let us see how the body behaves for two extreme physical situations.

1 – The extended field intensity is practically constant $I_M \cong \text{const}$ and the intensity of the self-field is much greater than the extended field, $I_0 \gg I_M$, then we have

$$v = \frac{\nabla I_0}{I_0}. \quad (3.18)$$

This situation corresponds to the previous studied case, in which the acron, for all practical purposes, sees only its self-field.

2 - The extended field is relatively much more intense, $I_M \gg I_0$, and $I_0 \cong \text{const}$. For this case the average velocity is given by

$$v = \frac{\nabla I_M}{I_M}. \quad (3.19)$$

In this extreme situation, the acra, the body “sees” for all practical purposes only the extended theta wave field.

It is worth to point out, that when the extended theta wave field is a gravitic field we arrive at two different conclusions concerning the nature of the gravitic mass:

a) In the first extreme case, the body is not sensitive to the field. Indeed, when moving through the gravitic field no modifications on the motion of the body are observed. From the observed results, we are led to conclude that the body does not possess gravitic mass, $m_g = 0$.

b) For the second extreme case, the observed motion of the body does indeed depend on the field. Therefore, in this situation the body is said to have gravitic mass, $m_g \neq 0$. This gravitic mass is, naturally, a function of the number of acra the body owns, $m_g = m_g(N_\xi)$, so that in the linear approximation it may be written

$$m_g = \rho_g N_\xi. \quad (3.20)$$

Since the very same body may have or not have gravitic mass, depending on the interrelation context with the medium, the conclusion to draw is that the concept of mass, gravitic mass, is only a relational concept, thus devoid of any physical ontological status.

Between these two extreme situations, the overall motion of the body depends on the relative conjugated effect of the two fields.

From expressions (3.14) and (3.20) we see that both the inertial and gravitic mass are proportional to the number of acra, the only entities that, in reality, have a real physical ontological state.

Consequently, from,

$$m_i = \rho_i N_\xi \text{ and } m_g = \rho_g N_\xi,$$

it follows that

$$m_g = \frac{\rho_g}{\rho_i} m_i, \quad (3.21')$$

or simply,

$$m_g \propto m_i. \quad (3.21)$$

This means that in general the gravitic mass is proportional to the inertial mass. Nevertheless, for certain particular relational conditions of the fields, we may have,

$$\rho_i = \rho_g, \quad (3.23)$$

leading to the equality between the gravitic and inertial masses

$$m_g = m_i. \quad (3.24)$$



EXPEDIENTE INTELLIGERE, REVISTA DE HISTÓRIA INTELECTUAL

Reitor: Prof. Dr. Marco Antonio Zago

Vice-Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

CHC – Centro Interunidades de História da Ciência

Diretor: Prof. Dr. Gildo Magalhães

Vice-diretor: Prof. Dr. João Francisco Justo Filho

Conselho Editorial:

Constance Blackwell
Estevão Chaves de Rezende Martins
Francine Iegelski
Francisco Vázquez García
José Antônio Vasconcelos
Julio Bentivoglio
Kleverton Bacelar Santana
Maurício de Carvalho Ramos
Mauro Lucio Leitão Condé
Paulo Teixeira Iumatti
Ricardo Benzaquen de Araujo
Sara Albieri
Silvio César Moral Marques
Temístocles Cezar
Tiago Santos Almeida

Conselho Consultivo:

Adilson de Oliveira Franceschini	Alberto Cupani
Alexandre Avelar	Allan Megil
André de Melo Araújo	André Mota
Arturo Rodríguez Peixoto	Daniel Brauer
Dario Horácio Gutierrez Gajardo	Dominic Scott
Elias Thome Saliba	Fábio Franzini
Francisco O'Reilly	Francisco Palomanes Martinho
Gregory Claves	Itamar Freitas de Oliveira
Jorge Luís Grespan	José Reinaldo de Lima Lopes
José Ricardo de Carvalho Mesquita Ayres	Laura Alemán
Leila Maria Gonçalves Leite Hernandez	Leopoldo Waizbort
Luís Alberto Peluso	Luiz Henrique Araújo Dutra
Marisa Midori Deaecto	Marlon Salomon
Miguel Palmeira	Milton Meira do Nascimento
Nelson Schapochnik	Oswaldo Frota Pessoa Jr.
Raquel Glezer	Ricardo Navia
Robert Calabria	Rolf Kuntz
Yamandú Acosta	

Comitê de Publicação:

Editora responsável:	Sara Albieri
Editor gerente:	Francismary Alves Silva
Editor associado:	Lauro Fabiano de Souza Carvalho
Secretária:	Adriana Antunes Casagrande de Luca

Contato: Revista Intelligere – CHC/USP
Av. Prof. Líneu Prestes, 338 – Térreo
Cidade Universitária – São Paulo – SP
CEP 05508-900
e-mail chciencia@usp.br
telefone (11) 3091-3776

Instruções aos colaboradores

A apresentação dos originais será realizada através do sistema de submissão eletrônica. Antes de submeter os textos originais, novos autores devem se registrar no endereço eletrônico

<http://www.periodicos.usp.br/revistaintelligere/user/register>

Após preencher todas as informações indicadas com asterisco, o novo utilizador deve marcar a opção “Cadastrar como Autor: Pode submeter à revista” no final do formulário.

As colaborações para a revista **Intelligere** devem ser inéditas, sempre enviadas em arquivos do tipo DOC ou DOCX, digitadas em fonte Times New Roman 12, com espaço 1,5 entre linhas e margens de 2,5cm.

Em qualquer tipo de contribuição, não personalizar o estilo ou utilizar no texto marcas desnecessárias, como recuo, grifo, bordas, negrito etc.

As notas incluem as referências bibliográficas (bibliografia citada e consultada), devem ser apresentadas no rodapé do texto (com chamada numérica sequencial no texto). A bibliografia não é publicada em separado, sendo inserida nas notas.

Apenas citações longas (cerca de 400 caracteres com espaço ou mais) devem ser destacadas do corpo do texto, com recuo de 4cm e fonte 11.

Qualquer citação literal deve incluir, na nota correspondente, o número da página em que se encontra na referência original.

Eventuais agradecimentos podem constar em um parágrafo informativo no final do texto ou podem ser inseridos em nota específica.

As contribuições não devem conter traços de autoria. Isso serve para assegurar a avaliação cega pelos pares. Todas as informações sobre o autor, inclusive titulação, apoio financeiro recebido para pesquisa, endereço para correspondência e e-mail deverão ser informadas no momento do cadastro de autor. Eventuais agradecimentos podem constar desse parágrafo informativo ou podem ser inseridos em nota específica.

Os artigos, transcrições e traduções comentadas de fontes primárias deverão ter um título no idioma principal da contribuição e em inglês, e ser acompanhados de dois resumos (idioma principal e inglês, cada um contendo até 700 caracteres com espaços) e de três a cinco palavras-chave indicativas do conteúdo do trabalho (idioma principal e inglês). Para contribuições desse tipo cujo idioma principal for o inglês, é obrigatório acrescentar título, resumo e palavras-chave em português.

No caso de ensaios e depoimentos, os Editores definirão a pertinência de resumos e palavras-chave.

Resenhas devem incluir informações bibliográficas completas sobre a obra analisada.

As imagens referentes aos trabalhos deverão ser digitalizadas em 300 dpi e enviadas no formato JPG (sem reduzir seu tamanho original), em arquivos separados, nomeados com sobrenome do autor e número da figura (ex: sobrenome fig 1.jpg). Legendas e fonte/autoria (créditos) são obrigatórias e deverão constar no corpo do trabalho.

É de responsabilidade dos autores providenciar autorização para uso de imagens cobertas por direitos autorais.

Normatização das notas (cf. NBR6023):

SOBRENOME, Nome. *Título do livro em itálico*: subtítulo não itálico. Tradução. Edição. Cidade: Editora, ano. p. xxx [informar número da página em caso de citação]

SOBRENOME, Nome. Título do capítulo ou parte do livro. In: SOBRENOME, Nome do organizador (Org.). *Título do livro em itálico*: subtítulo não itálico. Tradução. Edição. Cidade: Editora, ano. p. xxx [informar número da página em caso de citação]

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. *Título do periódico em itálico*, sem abreviatura. Cidade [em caso de necessidade], v. ____, n. ____, p. x-y, mês [em caso de necessidade] ano. p. xxx [informar número da página em caso de citação]

Após a primeira referência em nota a uma obra, as seguintes devem ser feitas no formato SOBRENOME, ano, op. cit., p. xxx [informar número da página em caso de citação], ou, em se tratando de notas consecutivas, apenas como Idem, p. xxx.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao editor".
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word ou OpenOffice (compatível com Microsoft Word).
3. URLs para as referências foram informadas quando possível.
4. O texto está em espaço 1,5; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.
5. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em "Diretrizes para Autores", na página Sobre a Revista (<http://revistas.usp.br/khronos/about>).

6. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em no endereço eletrônico da revista foram seguidas.
7. O autor confirma que não submeteu trabalhos para seções indexadas desta revista nos últimos 24 meses.

Declaração de Direito Autoral

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

- a. Autores mantém os direitos autorais e concedem à revista Khronos o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a “Licença Creative Commons Attribution” que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.
- b. Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada na revista Khronos (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
- c. Autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado.

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados na revista Khronos serão usados exclusivamente para os serviços prestados pela publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.